UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA

**Utopias em Rotação: análise do discurso da esquerda armada
brasileira**

Oriana de Nadai Fulaneti

Tese apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Linguística do
Departamento de Linguística da
Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Doutor em
Semiótica e Linguística Geral

Área de Concentração: Semiótica e Linguística Geral
Orientadora: profa. Dra. Diana Luz Pessoa de Barros

São Paulo
2010

Folha de Aprovação

FULANETI, Oriana de Nadai — (od.fulaneti@uol.com.br)

Utopias em Rotação: análise do discurso da esquerda armada brasileira

Tese apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Linguística do
Departamento de Linguística da
Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Doutor em
Semiótica e Linguística Geral

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

*a todos os guerrilheiros urbanos
que morreram lutando por um
outro Brasil*

Agradecimentos

À minha orientadora, Diana Luz Pessoa de Barros, que me mostrou ao longo desses anos que é possível ser consistente com leveza;

Ao professor José Luiz Fiorin, meu modelo de sujeito acadêmico;

Ao professor Sírio Possenti, por sua leitura rigorosa do texto de qualificação, pela riqueza das aulas e das interlocuções;

À professora Norma Discini, com quem tenho um diálogo sincero, amigo e construtivo;

À professora Esmeralda Negrão, pela sensibilidade;

À professora Evani Viotti, exemplo de seriedade e justiça;

Ao professor Marcos Lopes, por todas as dicas e ajudas;

Ao professor Denis Bertrand, orientador durante o estágio de doutorado sanduíche;

Aos amigos Alexandre Bueno, Carolina Lemos, Dilson Ferreira e Mariana Luz, pelas sessões de café com semiótica;

Aos amigos Dayane Pal, Francisco Xavier, Gustavo Barros e Luiz André, pelas sessões de café com doutorado;

À Silvana, minha grande interlocutora em Paris;

À Sueli Ramos e ao Rafael Minussi, pelo primoroso trabalho de revisão;

Ao Adriano Sousa, consultor para assuntos virtuais

À Érica, ao Bem-Hur e ao Robson, por tornarem mais amena a peleja burocrática;

Aos funcionários dos arquivos consultados: AEL, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine;

Aos meus pais, por tudo que sempre fazem para mim

Aos meus irmãos, que completam a riqueza de nossa família

À Capes, pela concessão das bolsas de estudo, sem as quais certamente grande parte desta pesquisa não teria sido viável.

*A noite desceu. Nas casas,
nas ruas onde se combate,
nos campos desfalecidos,
a noite espalhou o medo
e a total incompreensão.*

[...]

*Aurora,
entretanto eu te diviso, ainda tímida,
inexperiente das luzes que vais acender
e dos bens que repartirás com todos os homens*

Carlos Drummond de Andrade

*Nossa geração teve pouco tempo
começou pelo fim
mas foi bela nossa procura
ah! moça, como foi bela nossa procura
mesmo com tanta ilusão perdida
quebrada,
mesmo com tanto caco de sonho
onde até hoje
a gente se corta!*

Alex Polari

Resumo:

Este trabalho visa contribuir com os estudos semióticos, analisando a estrutura e o funcionamento do discurso das duas organizações mais importantes da esquerda armada brasileira nas décadas de 1960 e 1970, a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), à luz dos conceitos retóricos de *éthos* e *páthos*. No contexto da ditadura brasileira e sob a influência de acontecimentos como a Guerra do Vietnam e a Revolução Cubana, entre outros, uma parcela da esquerda decidiu-se pela revolução, formando grupos militantes para lutar contra o governo. Esses grupos, que atuaram no Brasil entre 1968 e 1973, foram massacrados pelo regime militar, grande parte dos combatentes sendo assassinada e os sobreviventes passando por tortura, prisão, clandestinidade e exílio. No intuito de compreender a opção pela luta armada, bem como os valores e os impulsos de mobilização desses indivíduos, realizamos uma análise comparativa dos elementos éticos e passionais em documentos deixados pela ALN e pela VPR, com base nos princípios teórico-metodológicos da semiótica discursiva de linha francesa. A abordagem da noção de ator da enunciação e, em particular, da idéia de *éthos* e de *páthos*, a partir da perspectiva semiótica, revelou semelhanças e diferenças entre os discursos da ALN e da VPR, fundadas essencialmente nos aspectos passionais.

Palavras chave: discurso da luta armada; *éthos*, *páthos*, ator da enunciação.

Abstract

This doctoral thesis is intended to contribute to the field of semiotic studies by examining the discursive structure of texts of the two most important Brazilian armed left-wing organizations in the 1960s and 1970s, namely the Ação Libertadora Nacional [National Liberty Action] (ALN) and the Vanguarda Popular Revolucionária [Popular Revolutionary Avant-Garde] (VPR), in the light of the rhetorical concepts of *éthos* and *páthos*. In the context of the dictatorial period in Brazil, and influenced by the ideals of the Vietnam War and the Cuban Revolution, amongst other events, left-wing militants decided in favour of the revolution, by forming armed groups to fight against the government. These groups, in activity in Brazil in the period between 1968 and 1973, were eventually massacred by military regime, the majority of the combatants being murdered and those who survived suffering torture, living clandestinely, or sent to prison or into exile. Aiming at an understanding of the option for the armed fight as well as of the values and mobilizing impulse of these individuals, we comparatively analysed ethical and passion elements in documents in the ALN's and the VPR's respective archives, according to the theoretical-methodological principles of French discursive semiotics. The approach of the notion of enunciation actor and particularly of the concepts of *éthos* and *páthos*, from a semiotic perspective, revealed similarities and differences in the discourses of the ALN and the VPR, based essentially on passion aspects.

Key words: armed-fight discourse; *éthos*, *páthos*, enunciation actor

Sumário

Introdução

1. Das condições de produção	11
1.1 Luta armada nas raízes e no horizonte	13
1.2 Formação das organizações armadas	17
1.3 As organizações armadas em ação (1969-1974)	29
2. Elementos de Semiótica e Retórica	38
2.1. Estruturas sêmio-narrativas	40
2.2 Estruturas discursivas	47
2.3. O <i>éthos</i> do enunciador	59
2.4. O <i>páthos</i> do enunciatário	66
3. O discurso da ALN	71
3.1 Primeira fase	71
3.1.1 Documentos internos	71
3.1.2 Documentos externos: agitação e propaganda	100
3.1.3 Síntese	117
3.2 O discurso da segunda fase	122
3.2.1 Documentos internos	122
3.2.2 Documentos externos	171
3.2.3. Síntese	201
3.3 Primeira fase x segunda fase	206
4. O discurso da VPR	209
4.1 Documentos da primeira fase	209
4.1.1 Documentos internos	210
4.1.2 Documentos externos	252
4.1.3 Síntese	265
4.2 O discurso da segunda fase	270
4.3 Primeira fase x segunda fase	300
5. ALN X VPR	302
5.1 O discurso da primeira fase	302
5.1.1 Das diferenças	302
5.1.2. Das semelhanças	306
5.2 O discurso da segunda fase	309
5.2.1 Das semelhanças	309
5.2.2 Das diferenças	310
Considerações finais	315
Bibliografia	328

Introdução

O tema e sua justificativa

No início da década de 60, ocorre no Brasil uma expansão de movimentos sociais. Além do Partido Comunista Brasileiro (PCB), símbolo da oposição desde os anos 50, novos grupos passam a atuar politicamente, como a Ação Popular (AP), que se constitui essencialmente de militantes da esquerda católica; a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), com base em setores estudantis e intelectuais; os “nacionalistas” liderados por Leonel Brizola, entre outros. Esse crescimento da participação política é estancado por um golpe de Estado, no qual setores das Forças Armadas, com apoio de uma parcela da sociedade civil destituem o presidente e tomam o poder, instaurando uma ditadura militar. Inicia-se, a partir daí, um regime de vinte e um anos de exceção, baseado na repressão e na censura, que provoca forte desmobilização¹ nos movimentos sociais e deixa a esquerda bastante atada.

Nesse contexto, e sob a influência de experiências internacionais, como a Revolução Cubana de 1959, a Guerra Revolucionária Chinesa, a luta de libertação nacional do Vietnã, entre outras, alguns militantes do período que antecede o golpe e muitos jovens ainda em formação política optam por resistir ao governo militar pela via armada. Eles lutavam contra o capitalismo, o imperialismo, o autoritarismo e a ditadura. Essa forma de resistência, conhecida como luta armada, ocorre no Brasil entre 1968 e 1973, tendo ganhado fôlego devido às manifestações libertárias espalhadas pelo mundo, como o famoso maio francês de 1968, e sobretudo ao aumento de medidas repressivas, como o decreto do Ato Institucional nº 5, AI 5, que impedia toda e qualquer forma de manifestação política.

Vários grupos foram constituídos, oriundos principalmente de divisões internas das organizações políticas existentes antes do golpe, ou seja, o PCB, a AP e a Polop. Ridenti (1993, p. 30-53), ao investigar as divergências programáticas dos grupos armados, aponta três temas como principais: o caráter da revolução (socialista, com a revolução efetuada de uma única vez; ou de libertação nacional, revolução em duas etapas, sendo a primeira de aliança com a burguesia nacional); as formas de organização dos grupos (em torno de um partido político ou sob o formato de grupos militarizados autônomos) e as formas de luta (guerrilha rural, urbana, etc).

¹ Trataremos mais longamente desse assunto no primeiro capítulo.

Apesar das divergências, as organizações armadas tinham práticas bastante semelhantes. A maioria delas desenvolveu apenas atividades urbanas (embora visassem à construção de uma guerrilha rural), que consistiam basicamente em: assaltos, principalmente a bancos e empreendimentos comerciais, para arrecadar fundos para a guerrilha; ocupações de quartéis e delegacias, nos quais se conseguiam armas e munições para as organizações; invasões de presídios e sequestros de personalidades políticas, ambos para a libertação de militantes presos; justicamento de pessoas que simbolizavam o capitalismo e a opressão, para amedrontar os adversários e demarcar o campo inimigo; e ocupação de meios de comunicação, com o propósito de propaganda. As ações de maior impacto foram os sequestros de diplomatas, que deram visibilidade internacional à guerrilha urbana brasileira, além de libertar inúmeros presos políticos.

Mas as semelhanças entre os grupos armados não se encerram apenas nas atividades práticas. Esses grupos eram frutos da mesma conjuntura, compartilhavam pressupostos teóricos comuns a respeito da opção pela luta armada, eram tipicamente urbanos, seus militantes eram, em sua maioria, jovens de 20 a 25 anos, brancos e pertencentes às camadas médias intelectualizadas. (Cf Ridenti, 1993, p. 56-72). Além disso, todos eles foram massacrados pela repressão. Muitos guerrilheiros morreram e poucos foram aqueles que não passaram pela tortura, pela prisão, pelo exílio ou pela clandestinidade.

A opção pela luta armada representa uma forma extrema de militância que gera opiniões, quase sempre calorosas. Algumas pessoas julgam-na fascinante, outras, incompreensível, mas poucas são aquelas que exprimem indiferença diante do tema. Sobre o fascínio que o assunto exerce nos indivíduos, Aarão tece o seguinte comentário:

Os povos, mesmo quando desorganizados e sem ânimo para se revoltar, sabem apreciar os rebeldes que lutam pelas boas causas, mesmo em momentos e circunstâncias social e politicamente desfavoráveis. (REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 31).

A admiração torna-se ainda maior quando a rebeldia, além de constituir uma atitude válida e legítima, pode colocar em risco a vida de um jovem.

O lado incompreensível dessa atitude pode ser resumido com a seguinte questão: por que esses indivíduos se entregaram a uma “guerra” com tanta desigualdade de recursos? Em tempos como os nossos, em que impera a preocupação com o bem estar individual, em que os livros de autoajuda se encontram na lista dos mais vendidos, em

que os programas de televisão enfatizam a vida privada e os referenciais em causas coletivas são cada vez mais raros, uma escolha desse caráter torna-se ainda mais difícil de ser compreendida.

Por isso, um dos objetivos desta pesquisa é trazer contribuições para a formulação de respostas à questão anterior, ou seja, procurar entender melhor a luta armada brasileira, suas motivações e seus valores fundamentais. Para isso, não adotamos uma perspectiva histórica, nem sociológica, o que já foi feito por outros autores. Tomamos como base a perspectiva discursiva, pois entendemos que o discurso é uma forma importante de manifestação da política.

Com esse objetivo em vista, decidimos estudar o discurso de duas organizações armadas: Ação Libertadora Nacional – ALN, e Vanguarda Popular Revolucionária – VPR. A escolha desses grupos deve-se à importância dada a eles pelos estudiosos do assunto, por eles terem realizado muitas das ações mais relevantes e por deles terem feito parte os dois maiores líderes da guerrilha urbana brasileira: Marighella e Lamarca. Além disso, as organizações escolhidas apresentam algumas divergências que se refletem em seus discursos. Por exemplo, a ALN era adepta da revolução em duas etapas e se originou no PCB; a VPR, dissidente da Polop, defendia uma única etapa para a revolução, etc. Acreditamos, dessa forma, que essa seleção contemple parte significativa dos discursos da esquerda armada brasileira. Ressaltamos ainda que, metodologicamente, uma análise comparativa, ao revelar semelhanças e diferenças entre as partes comparadas, mostra-se bastante produtiva para a apreensão de suas características.

O *corpus* deste trabalho compõe-se de documentos de gêneros discursivos variados – panfletos, manifestos, periódicos, textos teóricos, manuais, cartas, normas, estatutos, etc. – produzidos por cada uma das Organizações², ALN e VPR, entre 1968 e 1973. Para reuni-lo, coletamos documentos que se encontram publicados e fizemos uma vasta pesquisa em arquivos que abrigam acervos importantes sobre a luta armada brasileira, a saber: Arquivo Edgar Leuenroth – AEL (Unicamp); Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Bibliothèque Internationale de Documentation Contemporaine - BDIC (Universidade de Paris 10); Centro de Documentação e Memória da Unesp – CEDEM. Destacamos que,

² Alguns documentos estão assinados pela própria Organização; outros, por um ou vários militantes, com a identificação da Organização; um terceiro tipo são os materiais coletivos, assinados por vários grupos. Encontramos ainda textos que não tinham nenhuma marca que permitisse o reconhecimento da entidade. Nesses casos, fiamos-nos na classificação dos Arquivos.

seguramente, não estudamos e nem mesmo encontramos todo o material deixado por esses dois grupos armados. Entretanto, consideramos que a quantidade de textos analisados nesta tese é suficiente para a compreensão da estrutura e do funcionamento dos discursos da ALN e da VPR.

Para a construção de nossas hipóteses partimos de um conhecimento prévio do *corpus* e do contexto no qual esses discursos surgiram. Um comentário de Eder Sader³ revelou-se bastante significativo:

É preciso ter vivido aquele tempo de infâmia para saber por que teses revolucionárias as mais delirantes nos atraíram tanto. Mais do que no campo da racionalidade política, é no campo dos impulsos de quem queria reagir àquela realidade opressiva que devemos buscar os motivos que sustentaram os nossos enganos políticos daqueles anos.

Se, por um lado, os discursos das Organizações armadas desenvolvem-se com o uso de inúmeros recursos que produzem efeito de sentido de objetividade e racionalidade, por outro lado, segundo os dizeres do sociólogo, a luta armada, ao se constituir como uma manifestação de rebeldia e de insatisfação, demonstra também a presença de elementos que conferem um efeito de sentido de subjetividade e que também seriam características desse discurso. Essas questões remetem mais ao campo da moralidade e das paixões do que da lógica e da racionalidade, motivo que nos levou a optar pela realização de uma análise que enfatize o caráter e as paixões, o *éthos* e o *páthos*.

Todo discurso é resultado de inúmeras escolhas enunciativas, tais como: valores; tipo de narratividade; projeções das categorias de pessoa, tempo e espaço; referências de autoridade; seleção dos temas e a forma de explorá-los; vocabulário; relações interdiscursivas, suas alianças, seus confrontos, etc. A recorrência desses traços, ou de alguns deles, ao longo dos textos delineia um estilo, um modo de dizer, que confere àquela totalidade uma identidade e projeta uma imagem de quem diz, o *éthos*. Levando em consideração o caráter argumentativo do discurso, isto é, que todo discurso visa à persuasão, este coloca em relação um enunciador tentando persuadir um enunciatário. Nesse sentido, o enunciador efetua suas escolhas, conscientes ou não, levando em

³ Declaração publicada em: SANTOS, 1988, p. 166.

consideração a imagem, que tem do enunciatário, o *páthos*, pois ele procura projetar uma imagem positiva de si que inspire confiança em seus enunciatários, e os comova.

Consideramos, portanto, que a investigação do *éthos* e do *páthos* possibilita a apreensão de importantes características do discurso da esquerda armada brasileira, tendo em vista que essas “imagens” se constroem em diversos níveis, e traz contribuições para os estudos sobre a luta armada brasileira. Gostaríamos ainda de ressaltar que nosso objeto de pesquisa inscreve-se entre o final dos anos 60 e a primeira metade dos anos 70, quando o Brasil vivia os seus “anos de chumbo”, e as guerrilhas estavam presentes em diversos países do mundo. Nesse sentido, o discurso da luta armada brasileira é também o representante de uma época, da qual reflete muitos traços.

Em síntese, com relação à escolha do tema, esta pesquisa tem um objetivo geral e um específico. Primeiro, mostrar que os estudos discursivos revelam-se ricos em recursos para a compreensão de um período histórico; segundo, estudar a estrutura e o funcionamento do discurso das principais organizações que realizaram a luta armada no Brasil ao longo da ditadura militar – ALN e VPR, tendo como ênfase as questões do *éthos* e do *páthos*.

Para finalizar este item, mencionamos alguns pontos a respeito da importância de se estudar esse tema. Em primeiro lugar, trata-se de um assunto que inspirou enorme quantidade de livros e filmes de memórias biográficas, autobiográficas ou de ficção, mas pouco estudado academicamente, sobretudo na perspectiva do discurso. Segundo, ainda nos dias de hoje, formas extremas de militância⁴ encontram-se presentes em diferentes partes do mundo, sobretudo no Oriente Médio (o chamado terrorismo), e continuam parecendo, sob muitos aspectos, incompreensíveis. Entretanto, o fator mais importante consiste na busca de uma melhor compreensão do que se passou nos anos de chumbo e a partir deles. Trata-se de uma parte da nossa história que precisa ser mais bem estudada, um desafio

para um país cujas escolas passaram estes anos formando crianças e jovens na moral e no civismo, ensinando uma história de grandes personagens e seus feitos, ausente de lutas e movimentos sociais, plena de um povo pacífico e ordeiro; uma história que desconhecia os conflitos dos primeiros anos da década de 1960, que transformara o golpe civil-militar de 1964 em revolução que garantiria a democracia e a liberdade, obra de homens que se igualavam aos heróis do passado,

⁴ Não estamos afirmando, com isso, que essas formas de luta sejam iguais. No entanto, elas apresentam muitas semelhanças, sobretudo com relação ao fato de levarem a luta às últimas consequências, o que as tornam, para muitos, incompreensíveis.

homens que livraram o país dos maus brasileiros; não houvera projetos conflitantes e excludentes; existira, sim, subversão e terror. (ROLLEMBERG, 2003, p. 46)

Pois, como sabemos, esses mais de vinte anos de exceção não deixaram marcas apenas em suas vítimas, mas trouxeram e ainda trazem sequelas para a nossa sociedade, as quais só poderão ser reparadas se resgatarmos essa página de nossa História. O anseio por esse resgate tem-se mostrado crescente em diversos setores, o que se evidencia com ações como a progressiva abertura de arquivos da ditadura e a ampliação do acesso a esses documentos; o projeto de instalação de uma Comissão Nacional da Verdade no terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, com a intenção de apurar casos de violações dos direitos humanos durante o regime militar; o aumento de debates na imprensa e na universidade sobre esse período, entre outras. Nesse sentido, compreender a luta e a lógica dos militantes armados, além de um ato de justiça e resistência, é também uma atitude importante para a construção de nossa História e de futuras militâncias.

Pressupostos teóricos e metodológicos

Entre o final do século XVIII e início do século XIX, estudiosos da linguagem estabelecem métodos científicos detalhados para a comparação entre diferentes línguas, sobretudo as de origem indo-europeia. Ao longo do século XIX, a maior parte das pesquisas linguísticas apresenta essa natureza histórico-comparativa. Com os estudos de Saussure, inaugura-se a linguística moderna ou sincrônica, ciência dedicada à língua, sistema de signos de caráter social, compartilhado por todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade. Desenvolvendo a noção de *valor*, o pesquisador suíço mostra que a língua se estrutura por meio de relações entre os seus elementos. Essas ideias foram aplicadas por outros pesquisadores, que as estenderam para diferentes línguas, sob diferentes enfoques, dentre os quais destacamos Trubetzkoy, que realiza a descrição da estrutura fonológica das línguas como uma rede de oposições binárias e, posteriormente, Greimas que, com a semântica estrutural, aplica esse método na investigação da semântica dos signos. Naquele período, os estudos linguísticos dedicavam-se sobretudo às estruturas internas da língua, sem ultrapassar o limite da frase.

Na segunda metade do século XX os estudos de linguística avançam em duas direções: o texto e o contexto. Esse avanço significava estudar as estruturas além da

frase e considerar os fatores sócio-históricos que as envolvem. Tendo em vista principalmente o primeiro desafio, Greimas cria, na década de 60, um modelo teórico-metodológico de estudo do discurso que considera a construção do sentido dos textos como um percurso com diferentes patamares, indo do mais simples e abstrato, ao mais complexo e concreto. Para a elaboração desse modelo, que ficou conhecido como percurso gerativo do sentido, o autor tem como base as pesquisas linguísticas de Saussure e, sobretudo de Hjelmslev, além de incorporar contribuições dos estudos de narratologia de Propp e da antropologia estrutural de Lévi-Strauss. Trata-se de uma teoria que revela grande capacidade heurística para as análises do plano do conteúdo, motivo pelo qual decidimos escolhê-la como base desta pesquisa.

Em linhas gerais, a semiótica greimasiana explica a geração do sentido a partir de três níveis no plano do conteúdo: o nível fundamental, onde se encontra uma oposição semântica mínima responsável pela organização do sentido; o narrativo, em que surgem as relações entre sujeitos e objetos, explicadas por meio de um esquema narrativo canônico; o discursivo, em que um sujeito da enunciação assume a produção do enunciado.

Inicialmente, os semioticistas dedicam-se sobretudo às estruturas sêmio-narrativas, tendo alcançado avanços importantes na construção de uma gramática narrativa, que desenvolveu reflexões não apenas sobre o estado das coisas, mas também sobre os estados de alma, as paixões do sujeito semiótico. Posteriormente, os estudiosos dessa teoria voltam-se principalmente ao nível discursivo e às questões de enunciação que, semioticamente, representa uma dupla mediação: por um lado, entre as estruturas sêmio-narrativas e o discurso; por outro, entre o discurso e o contexto social e histórico.

A teoria greimasiana retoma o conceito de *éthos* proposto por Aristóteles, associando-o, sobretudo, às relações entre enunciador e enunciatário.

Na Grécia Antiga, a retórica era vista como a arte da argumentação, pois no mundo democrático grego, um mundo de opiniões, esperava-se dos homens que eles fossem bons oradores. No embate de ideias, um orador nunca estava sozinho, encontrando-se, na maioria das vezes, diante de um auditório que era necessário persuadir. Dessa forma, era importante adequar o discurso à situação, ao tema e aos ouvintes, pois não se tratava de provar a verdade, mas de construir o verossímil. Diante disso, o filósofo grego, no livro I da *Retórica* (Cf. I, 2, 1356 a 4-19) disserta sobre três tipos de provas oratórias, igualmente importantes, que compõem a arte retórica. A primeira, baseada no *logos*, corresponde à persuasão pelo raciocínio lógico; as outras

duas, *éthos* e *páthos*, à persuasão afetiva, e tratam, respectivamente do caráter do orador e das paixões de seus ouvintes. Dito de outra maneira, esses três elementos relacionam-se aos componentes de um ato de comunicação: o discurso (*logos*), o orador (*éthos*) e o auditório (*páthos*) (Cf. Fiorin, 2004 b).

Os retores antigos dividiam os estudos da arte de argumentar em quatro partes, que correspondem supostamente às fases de construção do discurso: *inventio*, busca dos argumentos e dos meios de persuasão; *dispositio*, ordenação dos mesmos, produção do plano do discurso; *elocutio*, ornamentação das formas discursivas; *actio*, proferição do discurso, incluindo a dicção e a proxêmica.

Na primeira metade do século XX, os estudos sobre a retórica, bastante fragmentados, voltavam-se sobretudo para as figuras de estilo, componentes da *elocutio*. O interesse das teorias de discurso em contemplar questões como a situação de enunciação, as relações intersubjetivas, as representações afetivas, entre outras, possibilita a retomada dos estudos retóricos considerando-se a relação entre as provas oratórias, não apenas como um inventário de figuras estudado de modo estanque.

A questão do *éthos* é retomada e desenvolvida por diversas teorias do discurso, dentre as quais se destacam a da Argumentação, a Pragmática, a Análise do Discurso e a Semiótica. A referência mais recorrente a esse conceito é a “imagem de si”, ou seja, trata-se da imagem que o enunciador constrói de si para conseguir a adesão do enunciatário. É válido enfatizar que essa imagem decorre das escolhas enunciativas, do modo de dizer, não de afirmações autoelogiosas proferidas pelo enunciador. Semioticamente, o *éthos* participa da formação da identidade do ator da enunciação, concretização temático-figurativa do sujeito da enunciação.

De acordo com o Estagirita, um discurso eficaz não se constrói apenas com bons argumentos, sendo necessário também que o orador desperte no auditório as paixões pretendidas, pois essas alteram os julgamentos sobre as coisas. Dessa forma, o autor dedica os dezessete primeiros capítulos do segundo volume da *Retórica* ao estudo das paixões. Sua descrição apresenta quase sempre um roteiro no qual se busca compreender quem sentiria tal paixão, em relação a quem, e em quais circunstâncias. Observamos, assim, que a abordagem sobre o tema não é psicológica e subjetiva, mas social: as paixões são resultado de um contrato enunciativo que se estabelece a partir de um jogo de simulacros entre a imagem que se tem de si e aquela que se crê que o outro tenha.

Atualmente, há muitos estudos da semiótica greimasiana sobre o *éthos*, visto como imagem do enunciador, e esses trabalhos começam a abordar também a temática do *páthos*, imagem do enunciatário. Fiorin (2004b) afirma que o sujeito da enunciação é um ator que deixa marcas no enunciado passíveis de serem apreendidas e aponta a noção de *páthos* como um instrumento fundamental para se encontrar maneiras de captar o componente patêmico desse ator.

Do ponto de vista teórico-metodológico, esta pesquisa tem como objetivo trazer algumas contribuições para uma abordagem semiótica das noções de *éthos* e de *páthos*. Para isso, além da Semiótica, recorremos, por um lado, às contribuições da Retórica Antiga, sobretudo às questões em torno dos conceitos aristotélicos supracitados; por outro lado, aos estudos sobre *éthos* desenvolvidos pela Análise do Discurso francesa, notadamente aqueles de Maingueneau.

Estrutura do trabalho

Este trabalho é composto de cinco capítulos. No primeiro, apresentamos os temas e acontecimentos das décadas de 60 e 70, que são relevantes para a constituição e interpretação de nosso objeto de pesquisa. Destacamos também as principais questões abordadas por historiadores e sociólogos brasileiros em suas reflexões sobre a luta armada em nosso país. No segundo capítulo, expomos as bases teórico-metodológicas, no âmbito dos estudos discursivos, que fundamentam as análises.

O terceiro e quarto capítulo são dedicados, respectivamente, à análise do discurso da ALN e da VPR. Devido à quantidade e à diversidade de documentos encontrados, optamos por separá-lo de acordo com o momento da luta e com o público-alvo. O primeiro critério resultou na divisão entre o material da “primeira fase” e da “segunda fase”, nome que atribuímos aos períodos de ascensão e queda da luta armada. De maneira geral, o primeiro bloco compreende textos publicados entre 1968 e 1970; o segundo, entre 1971 e 1973. No entanto, a separação dos documentos não foi feita cronologicamente, mas pelo conteúdo interior, pela percepção do próprio movimento enquanto ascendente ou decadente. Com relação ao público-alvo, o material foi dividido em documentos “internos” e “externos”, ou seja, em documentos voltados prioritariamente para os militantes armados e documentos dirigidos a um público não pertencente à comunidade das organizações armadas. Dessa maneira, podemos extrair o

que se mantém e o que se altera nos discursos de cada organização, tanto de uma fase para outra, quanto de um público-alvo para outro.

No intuito de facilitar a comparação entre os discursos da ALN e da VPR, procuramos desenvolver as análises da forma mais padronizada possível. Entretanto, as organizações possuem trajetórias distintas e produziram diferentes tipos de documento, o que acarretou em uma certa assimetria entre as duas análises. Dos elementos determinantes na constituição dessa diferença, destacamos o fato de existir, tanto em arquivos quanto em obras publicadas, uma quantidade muito maior de material da ALN do que da VPR. A divisão das duas fases também não se revela extremamente análoga nos documentos da ALN e da VPR, pois, enquanto os textos da ALN que conseguimos reunir foram produzidos e veiculados entre 1968 e 1973, os da VPR surgiram entre 1968 e 1971.

No quinto capítulo, comparamos as duas análises realizadas, buscando depreender as principais semelhanças e diferenças entre os discursos da ALN e da VPR.

Para encerrar, nas considerações finais, apresentamos os resultados e as conclusões da pesquisa.

1. Das condições de produção

Partimos do pressuposto de que todo discurso é um produto histórico, o que implica que ele é produzido em uma determinada época, em um determinado lugar e sob determinadas condições. Em outras palavras, todo discurso é fruto de um “contexto”, no interior do qual ele estabelece relações de disputa, aliança, neutralização, entre outras. Diante disso, este texto visa a apresentar os discursos¹ – sobre os acontecimentos, as idéias e a estrutura da sociedade – que consideramos relevantes para a constituição e para a compreensão do discurso da luta armada brasileira. É importante ressaltar que não temos a pretensão de desenvolver um estudo histórico ou sociológico a este respeito, o que já foi feito de modo bastante competente por outros pesquisadores.

Um estudo sobre a luta armada em nosso país não se realiza hoje sem a leitura de três obras que, além de apresentarem essa temática central, têm em comum a tentativa de compreender o motivo da derrota dos guerrilheiros. A primeira referência é *Combate nas trevas*, livro publicado em 1987² por Jacob Gorender, antigo militante do PCB que rompe com o partido para se engajar na luta armada. Trata-se de uma pesquisa histórica que mescla narrativas factuais da vivência da guerrilha com teorias formadoras das organizações armadas. O autor afasta-se da visão, predominante anteriormente, de que a esquerda brasileira seria mera reprodução das esquerdas internacionais, ponto de vista que será adotado também pelas duas outras obras. De acordo com a avaliação de Gorender, o grande motivo da derrota daqueles que pegaram em armas foi não tê-lo feito no momento do golpe, mas apenas tardiamente, quando o movimento de massas encontrava-se sufocado.

A segunda obra, *A revolução faltou ao encontro*, corresponde à tese de doutorado em história desenvolvida por Daniel Aarão Reis Filho, estudante secundarista em 1964, que aderiu posteriormente à guerrilha. O livro, publicado em 1990, enfatiza a formação e a dinâmica interna das organizações armadas, vistas como uma espécie de estado-maior, com natureza e funcionamento próprios, descoladas da realidade imediata. De maneira diferente das outras duas análises, a versão de Reis Filho sobre a derrota não se baseia nos erros das organizações, mas em seus acertos, ou seja, à dedicação exacerbada dos grupos à preparação da guerrilha, em detrimento da tentativa

¹ Trata-se aqui de uma apresentação do contexto histórico em que surgiu a luta armada brasileira a partir do estudo de discursos sobre o tema desenvolvidos por historiadores, sociólogos, jornalistas, etc.

² Neste trabalho, utilizamos a 5ª edição, de 1998.

de estabelecimento de diálogo com o entorno marcado pela ausência de “situação revolucionária”. Assim, o autor conclui: “elas [as organizações] estavam preparadas, coesas e mobilizadas, em uma palavra, *prontas* - mas *a revolução faltou ao encontro*” (REIS FILHO, 1990, p. 186, grifos do autor).

O terceiro livro, *O fantasma da revolução brasileira*, de 1993, é resultado da pesquisa realizada por Marcelo Ridenti em seu doutorado em sociologia. Ridenti, de uma outra geração, era criança no momento do golpe, não tendo, portanto, participado da resistência a ele. Partindo do pressuposto de que os interesses dos indivíduos se definem pelo lugar que ocupam na sociedade, o autor se debruça sobre a investigação dos hábitos e costumes das camadas médias, de onde surgiram a maior parte dos militantes da luta armada. A obra confere destaque à agitação cultural da década de 60, considerada importante para a formação política dos guerrilheiros. A tese de Ridente sobre a derrota da luta armada funda-se no distanciamento entre as organizações armadas e a sociedade brasileira, principalmente os movimentos sociais, pois o autor acredita que a classe trabalhadora não se via representada nesse projeto.

Os vinte e um anos da ditadura militar brasileira costumam ser divididos pelos historiadores em três fases. A primeira, entre 1964 e 1968, conhecida como “ditadura envergonhada”, “ditamole”, “arrumando a casa”, etc, corresponde ao momento de realização, por parte dos militares, da estruturação e organização do governo. A segunda, entre 1969 e 1974, também chamada de “ditadura escancarada”, “ditadura”, “anos de chumbo”, etc, corresponde a anos profundamente marcados pela dialética entre a esquerda armada e a repressão. Por fim, a terceira fase, entre 1974 e 1985, é o período de transição “lenta, gradual e segura” para o regime democrático.

Seguindo o percurso das três obras anteriormente mencionadas, iniciaremos nossas “condições de produção” percorrendo sobre certas mudanças no panorama das esquerdas mundial e brasileira, a partir de meados da década de 1950, que podem ter contribuído para o surgimento dos grupos armados. Em seguida, adotando a divisão supramencionada dos três períodos da ditadura militar, abordaremos a primeira fase, atentando para a formação das organizações armadas, e a segunda, focando nas ações das mesmas. O terceiro período não será considerado, visto que, a partir de 1974, o movimento de resistência armada encontrava-se dizimado.

1.1 Luta armada nas raízes e no horizonte

De acordo com o historiador inglês Eric Hobsbawm, a partir da segunda metade da década de 1950 os comunistas soviéticos deixam de representar o único modelo de revolução existente, o que evidencia a manifestação de outras idéias e práticas revolucionárias:

Depois de 1956, a URSS e o movimento internacional sob sua liderança perderam o monopólio do apelo revolucionário, e da teoria e ideologia que o unificavam. Havia agora muitas espécies diferentes de marxistas, várias de marxistas-leninistas [...] (HOBSBAWM, 2004, p. 435).

Pelo menos dois fatos relacionam-se à perda do monopólio supracitado: a) o rompimento da China com Moscou, ocorrido entre 1956 e 1958; b) o relatório Khruchev³ (1958). Vale ressaltar também a ocorrência, concomitantemente à queda da hegemonia da URSS, das revoluções de Cuba (1959) e da Argélia (1962) que, ainda segundo Hobsbawm (2004), foram realizadas de modo próprio, sem grande influência nem participação dos comunistas soviéticos. Adotaremos aqui a posição do estudioso inglês, ou seja, a visão de que, a partir da década de 60, há uma diversificação no movimento de esquerda⁴.

No meio de tanta diversidade contestatória, havia uma forma de luta que impressionava e seduzia muitos revolucionários, a guerra de guerrilhas. Na segunda metade do século XX, essa foi a estratégia de guerra mais empregada, sobretudo no Terceiro Mundo, estando presente no confronto do Vietnã, na Revolução Cubana, nas lutas de libertação na África, etc (HOBSBAWM, 2004, p. 425-430). Trata-se, portanto, de um modo de tomar o poder que habitava o imaginário dos revolucionários das décadas de 60 e 70.

Após esse breve preâmbulo internacional, voltemos ao Brasil. De acordo com as três obras que estamos tomando como base, a onda de diversificação das esquerdas ocorre em nosso país acompanhada de uma série de mudanças na sociedade e do enfraquecimento do Partido Comunista do Brasil, então PCB. Observa-se, ao longo da década de 50, um crescimento na economia, salto na industrialização, aumento da classe

³ Documento apresentado no XX Congresso do Partido Comunista da URSS (PCUS) denunciando os crimes de Stalin, tendo provocado perturbações no movimento comunista mundial.

⁴ As três obras que estamos tomando como principais referências (GORENDER, 1998; REIS FILHO, 1990 e RIDENTI, 1993) também adotam essa opinião, embora tratem apenas da realidade nacional.

operária industrial, expansão de novas camadas sociais, como a classe média, etc. Com essas transformações, crescem também as lutas contra o poder remanescente das oligarquias rurais e suas manifestações políticas e culturais, que culminam na formação de amplos movimentos de massa.

O PCB foi durante muito tempo a principal força da esquerda de inspiração marxista existente no Brasil, servindo de referencial a todas as organizações de esquerda (GORENDER, 1998: 22-36). Durante os anos 50, essa referência sofreu diversos abalos, entre os quais o advento do relatório Khruchev, que dividiu seus militantes em duas opiniões principais: a) de um lado, aqueles que defendiam alterações na linha política do partido; b) de outro, os que consideravam as denúncias uma atitude “revisionista” e se colocavam a favor da continuidade do stalinismo (Cf. SILVA, 1987, p.80). Nesse contexto, a direção do partido, adepta da primeira idéia, reforçou a necessidade de inovações na política do PCB, por meio do lançamento de um novo programa, conhecido como *Declaração de Março de 1958*. Esse documento define o caráter da revolução brasileira como “etapista”: “a primeira etapa em curso seria a da revolução nacional e democrática, de conteúdo antiimperialista e antifeudal. Após a vitória dela é que se passaria à segunda etapa – a da revolução socialista” (GORENDER, 1998: 33). Ainda de acordo com essa declaração, para cumprir a primeira etapa da revolução, deveria ser constituída uma frente única com a burguesia nacional, setores de latifundiários contrários ao monopólio norte-americano, classe operária, camponeses e pequena burguesia urbana. A nova linha política do PCB determinava que seus militantes se engajassem na luta pelas *reformas de estrutura*, posteriormente conhecidas como *reformas de base*. Essas mudanças na concepção da revolução, com a adoção de uma posição pacífica, provocaram muitas insatisfações no interior do partido.

Procurando sair de um longo período de ilegalidade, o PCB tenta, em vão, se registrar com um novo nome em 1961: Partido Comunista Brasileiro. Uma das versões que explicam a tentativa frustrada é a de que os dirigentes acreditavam que, deixando de lado a marca de filiação à seção “do Brasil” no movimento Internacional Comunista, teriam mais chances de conquistar a legalidade e poder disputar as eleições. Esse fato representa um ponto limítrofe – a gota d’água – para um grupo de militantes que já vinha insatisfeito com a política do partido. Liderados por João Amazonas e Pedro Pomar, os dissidentes brigam pela manutenção do nome e dos princípios do velho PCB, fundando, em 1962, o Partido Comunista do Brasil, PC do B. O novo partido

reivindicava a experiência do passado do Partido Comunista Brasileiro, além do legado teórico marxista-leninista que, de acordo com seus membros, fora incorporado pelas tradições stalinistas. Com essa divisão, o Brasil passa a ter dois partidos comunistas: PCB e PC do B, declarando-se ambos como a continuidade “oficial” do marxismo-leninismo.

Além da “ramificação” no interior do Partido Comunista, o início da década de 60 é marcado pelo surgimento de outros agrupamentos de esquerda. Nos meios universitário, cultural e jornalístico nasce uma nova organização marxista, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária - ORM-POLOP⁵ que, ao lado do marxismo-leninismo, incorpora novos teóricos, como Rosa Luxemburgo e Bukharin, além de resgatar contribuições de Trotsky. A principal discordância da Polop com relação ao PCB residia na tese da revolução em duas etapas, pois, segundo a Polop, a burguesia nacional era associada ao imperialismo, o que impossibilitava a construção de uma aliança antiimperialista com essa classe. Por isso, essa organização defendia a luta direta pelo socialismo, tendo escolhido as seguintes prioridades: “[...] criticar as propostas da burguesia para a solução da crise em que se encontrava o país e constituir um movimento operário independente da tutela das classes dominantes [...] formar um partido revolucionário de vanguarda”. (REIS FILHO, 1990, p. 34)

No seio da esquerda católica, porém mantendo autonomia em relação à Igreja, emerge uma organização defensora do “socialismo humanista”, a Ação Popular – AP, lançada oficialmente em 1962. De predominância estudantil, mas contando também com a participação de professores, profissionais liberais, artistas, jornalistas, entre outros, a AP manteve maioria na diretoria da União Nacional dos Estudantes e em outras entidades do setor ao longo da década de 60.

No campo, havia também um movimento de trabalhadores organizados, que traziam a questão da reforma agrária para a pauta nacional, sobretudo por meio das Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião. As “ligas” reuniam lavradores, estudantes e intelectuais na luta pela reforma agrária, com atuação mais forte no nordeste. Reforçando o ideal da guerrilha anteriormente mencionado, em 1962, um grupo de trabalhadores rurais ligado a Francisco Julião e às ligas camponesas tenta construir um movimento de guerrilha em Goiás, o Movimento Revolucionário Tiradentes, fortemente reprimido.

⁵ Para as informações sobre a Polop, (Cf. GORENDER, 1998, p. 138-143; REIS FILHO, 1990, p. 34-36).

Entre os operários, que se espalhavam por diferentes grupos políticos, havia também mobilização, como podemos observar na passagem a seguir:

O ano de 1961 registrou um pico de greves. Comunistas e trabalhistas de esquerda conquistaram diretorias de confederações e federações, o que lhes dava posições de força na cúpula sindical oficial. Ao mesmo tempo, aumentava o número de organizações intersindicais de caráter horizontal, em funcionamento apesar de expressa interdição pela legislação trabalhista. A este respeito, a criação do Comando Geral de Greve representou o passo mais avançado (GORENDER, 1998, p. 46-47).

A pressão dos trabalhadores rurais e urbanos traz algumas conquistas no segundo semestre de 1962, como a instituição do 13º salário e a criação da Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA) (Cf. GORENDER, 1998, p. 46-48).

No interior das forças armadas, a tentativa de organização de alguns subalternos gera tensões entre os militares. Em 1962 é fundada no Rio de Janeiro a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais⁶, que se destacou na luta pelos direitos dessa categoria. Em setembro de 1963, ocorre em Brasília a Revolta dos Sargentos, movimento de protesto de sargentos e cabos da aeronáutica e da marinha contra uma decisão do Supremo Tribunal Federal que impossibilitava a eleição de sargentos. Em março de 1964, ocorre mais um episódio revelador da existência de focos de mobilização no interior das Forças Armadas, a Rebelião dos Marinheiros. Acusando-os de subversão à hierarquia, o ministro da marinha manda prender os dirigentes da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. Amotinados, mais de dois mil sargentos, cabos e marujos exigem o fim das punições. Sob pressão, o ministro se demite.

Havia também um grupo de nacionalistas ligados a Leonel Brizola, grande liderança no período, atuante sobretudo no sul do país. A articulação entre brizolistas, sargentos, cabos e marinheiros excluídos das Forças Armadas e antigos militantes das campanhas anti-imperialistas dá origem ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) (GORENDER, 1998, p. 135).

Mesmo tendo perdido a hegemonia, o PCB ainda exercia bastante influência no interior das esquerdas nos primeiros anos da década de 60, contribuindo para a reunião de amplos setores sociais em torno das *reformas de base* (reforma econômica, tributária, administrativa, universitária, urbana, etc.). Dessa aliança surge a Frente de Mobilização

⁶ Cf. FAUSTO, 1998, p. 457-461.

Popular, um movimento democrático e anti-imperialista que ganha força nas camadas populares, médias e em grande parte da burguesia nacional (GORENDER, 1998, p. 55-56). Nesse contexto, a esquerda ligada ao PCB vive um clima de euforia e esperança, acreditando na possibilidade de concretizar o que entendia por “primeira etapa da revolução brasileira”.

O crescimento dos movimentos contestatórios e dos ânimos das esquerdas não ocorreu sem reações do “outro lado”. Enquanto se expandiam as esquerdas, cresciam também a direita e o conjunto de descontentes com a “onda comunista”. Exemplo de mobilização do conservadorismo foi uma Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu mais de 200 mil pessoas na capital paulista para protestar contra o governo de João Goulart (Cf. GASPARI, 2000, p. 48-49). Com o respaldo desse movimento conservador, os militares dão um golpe de Estado. Entre os apoiadores do golpe encontravam-se setores ligados ao capital internacional, parte do capital nacional, principalmente a burguesia industrial, parte da imprensa, setores das camadas médias, setores da Igreja Católica e setores dos militares, sobretudo os ligados à Escola Superior de Guerra.

A esquerda, surpresa e despreparada diante do golpe, não consegue reagir. Institui-se, assim, a ditadura militar no Brasil, que se prolonga por 21 anos.

1.2 Formação das organizações armadas

1.2.1 Encontros e desencontros

As organizações armadas constituem-se no período que se estende do momento imediatamente posterior ao Golpe Militar (1964) ao decreto do AI-5 (1968). Elas são fruto de uma série de encontros e desencontros no seio dos diversos movimentos de esquerda existentes na primeira metade da década de 60.

O novo regime inicia mudanças nas instituições do país decretando Atos Institucionais (AI). O primeiro deles foi baixado em abril de 1964, apresentando diversas medidas que fortaleciam o Executivo e reduziam a atuação do Congresso. Houve suspensão das imunidades parlamentares e os membros do golpe estavam autorizados a cassar mandatos em qualquer nível: municipal, estadual ou federal, além de suspender direitos políticos por um prazo de dez anos.

O ano de 1964 foi marcado por forte repressão, que recaiu principalmente sobre o funcionalismo público, os militares opositores, as lideranças dos movimentos sociais próximas ao presidente deposto João Goulart e os líderes do PCB. Os expurgos atingiram também muitos juizes e parlamentares. Nas cidades, ocorreram intervenções em muitos sindicatos, com a prisão dos líderes mais expressivos, substituídos por diretores “mais confiáveis”. A sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi incendiada. No campo, os mais atingidos foram os militantes das Ligas Camponesas (GORENDER, 1998, p. 77).

Após “limpar a casa”, os militares começam a estruturar o governo. Em outubro de 1965, o general-presidente Castello Branco decreta o AI-2, com cancelamento das eleições diretas para presidente, governadores, prefeitos de capitais e áreas de segurança nacional, a extinção dos partidos políticos e o decreto do bipartidarismo. Economicamente, essa primeira fase da ditadura militar é marcada pelo arrocho salarial e pela recessão.

Os grupos de esquerda, diante dos acontecimentos (prisão e tortura de lideranças, cassação de mandatos, intervenção em sindicatos, etc.), abalam-se fortemente, o que resulta, em um primeiro momento, numa onda que traz uma dose de desânimo e certa paralisia nesses setores. Lentamente, um movimento social de resistência à ditadura militar começa a ser (re) organizado, tendo como polo de ressonância o movimento estudantil⁷. Uma das explicações para o protagonismo dos estudantes pode ser o fato da repressão pós-golpe ter sido mais feroz com os trabalhadores obreiristas organizados politicamente do que com as camadas médias intelectualizadas ou com os próprios estudantes.

Em 1964, os militares decretam a Lei Suplicy, ordenando o fechamento das organizações estudantis (centros acadêmicos), que deveriam ser substituídos por diretórios vinculados às administrações universitárias e ao Ministério da Educação e Cultura – MEC, o que significaria o fim da autonomia do movimento estudantil. Essa lei produz um efeito ambíguo, pois o seu combate favorece a reunião e reorganização das esquerdas estudantis. Assim, os estudantes inviabilizam-na, e a UNE continua a existir clandestinamente, realizando congressos em 1966, 1967 e 1968.

A organização dos estudantes provoca o aumento da repressão no meio estudantil. O ambiente universitário, até então respeitado como uma espécie de

⁷ Para o movimento estudantil na década de 60, ver, entre outros, RIDENTI, 1993, p. 124-164.

“território livre”, não é poupado de cassações e invasões policiais que reprimiam alunos e professores insatisfeitos com os atos do regime.

Além da repressão, outra pauta que movimentava o mundo acadêmico era o projeto de reforma universitária que, segundo Ridenti (1993), chocava-se com o modelo de universidade que possibilitava a produção de um pensamento livre e crítico, o que teria provocado muitas insatisfações entre docentes e discentes:

Eles impunham a implantação de um novo tipo de universidade: paga, empresarial, “racionalizada” em seus “custos e benefícios”, voltada para suprir o mercado de mão-de-obra especializada para o emprego assalariado [...]. Essa reforma do ensino superior contrapunha-se aos valores de autonomia intelectual da universidade pública e gratuita, como instituição formadora de profissionais liberais e de livres-pensadores comprometidos apenas com os ideais acadêmicos de liberdade, justiça, igualdade de direitos etc (RIDENTI, 1993, p. 148-149).

A existência de um movimento estudantil minimamente articulado; a repressão, muitas vezes física, a professores e alunos; a contradição entre o modelo de universidade até então existente e aquele que os militares estavam tentando implementar por meio dos acordos MEC-USAID contribuíram para gerar a insatisfação de muitos estudantes que, em 1967, já realizavam comícios relâmpagos e passeatas para protestar contra as políticas supramencionadas.

Não é possível falar em protagonismo estudantil e juvenil no final da década de 60 sem remetermos à onda de contestação que marcou esse período em todo o mundo, simbolizada pelas revoltas de estudantes na capital francesa, em maio de 1968.

As instituições vigentes são questionadas, inclusive as antigas estruturas dos partidos comunistas, como ocorre com a tentativa de “democratização” do socialismo tcheco, reprimida por tanques soviéticos na “Primavera de Praga”. Movimentos políticos contestatórios espalharam-se pelo globo, como os Panteras Negras, nos Estados Unidos; e as guerrilhas na América Latina. Além disso, há no período uma série de manifestações artístico-culturais, como o movimento *hippie*, a contracultura, entre outros.

A negação das tradições vem acompanhada do desenvolvimento e da valorização da cultura⁸ e dos costumes jovens, marcados pelo *blue jeans* e pela música

⁸ Na mesma corrente de rupturas, expressões artísticas anteriormente consideradas inferiores e sem qualidade, começam a ser apreciadas, como é o caso da cultura popular.

rock. A juventude torna-se, nesse momento, símbolo do estágio pleno do desenvolvimento humano, o que permite o resgate do mito do herói jovem:

A nova “autonomia” da juventude como uma camada social separada foi simbolizada por um fenômeno que, nessa escala, provavelmente não teve paralelo desde a era romântica do início do século XIX: o herói cuja vida e juventude acabam juntas (HOBSEBAWM, 2004, p. 318).

Nesse sentido, a Revolução Cubana, com seus jovens líderes, torna-se um grande modelo. Fidel Castro chega ao poder aos 32 anos; *Che* Guevara morre aos 39, heroicamente. Naquele momento, toda forma de extremismo jovem era associada: as barricadas, a guerrilha, a morte por *overdose*, etc. Assim, algumas reportagens publicadas em jornais americanos sobre o Festival de rock de Woodstock (1969) comparavam seus participantes a um “exército de guerrilheiros pacíficos” (HOBSEBAWM, 2004, p. 430).

Voltando ao Brasil, o ano de 1968 representa juntamente com a contestação juvenil, o último grito de descontentamento dos movimentos sociais antes do fechamento total da ditadura. As passeatas ganharam força, conquistam a adesão e a simpatia de parcela dos trabalhadores e da classe média ascendente, que sofriam as consequências da recessão. A maior delas ocorreu em junho desse mesmo ano, no Rio de Janeiro, quando mais de 100 mil pessoas saíram em protesto contra o governo.

1968 foi também um ano de muita agitação cultural, com os festivais de música, os teatros de Arena e de Oficina, o surgimento da Tropicália. Inúmeras músicas, filmes, encenações teatrais, livros e outras manifestações artísticas apontavam para a resistência ao regime militar, numa aliança entre os intelectuais e os trabalhadores. Nesse aspecto, ao longo de toda a década de 60 a cultura brasileira apresenta “elementos negadores da ordem capitalista” que contribuem para a formação de militantes, que adquirem um espírito político mais crítico, sobretudo os que tinham acesso à cultura (RIDENTI, 1993, p. 89).

No movimento operário, surgem algumas greves, com destaque para a que ocorreu em Contagem (MG), em abril de 1968, quando mais de mil trabalhadores da siderúrgica Belgo Mineira paralisaram as atividades, desencadeando um movimento que contou com mais de 10 mil grevistas, resultando na conquista de 10% de abono em pleno momento de arrocho salarial (GORENDER, 1998, p. 155).

No entanto, assim como em 1964, nem todos faziam parte do mesmo movimento. Enquanto alguns estavam envolvidos em greves e passeatas, outros estavam empenhados no combate à “desordem” e pressionavam o governo para o endurecimento do regime. As ações de terrorismo de direita, realizadas por grupos apoiadores da ditadura que danificavam diferentes locais e culpavam os comunistas, alcançaram seu auge em 1968 (GORENDER, 1998, p. 65). Os militares, a partir de 1965, aos poucos, foram expandindo o campo de repressão, atingindo, assim, as passeatas e grupos sociais que, até então, estavam sendo preservados da violência do governo: homens de classe média, estudantes e pessoas de famílias importantes. Como exemplo desse endurecimento, podemos mencionar a morte de Edson Luís, estudante de 16 anos, assassinado em uma manifestação estudantil no Rio de Janeiro, em março de 1968, e a prisão de todos os participantes do XXX Congresso dos Estudantes da UNE, realizado em Ibiúna em outubro desse mesmo ano.

Esse ano intenso foi muito bem resumido por Frei Betto, de quem reproduzimos as seguintes palavras:

O ano de 1968 foi um período de aguda crise política no país [...] Acentua-se a luta interna entre as facções interessadas em deter o controle do Estado. A classe média, que apoiara a quartelada de março de 1964, vê-se ameaçada pela política econômica do Governo. [...] A intromissão estrangeira atinge inclusive o sistema educacional, através do acordo MEC-USAID. Às restrições legais impostas sempre mais pelo Governo, em nome da segurança nacional, contrapõe-se, nas ruas, o movimento de massas oriundo principalmente da classe média. Estudantes, artistas e intelectuais promovem passeatas e atos públicos, divulgam manifestos, enfrentam a polícia improvisando barricadas e incendiando viaturas (FREI BETTO, 1983, p. 47).

Essa acirrada disputa é vencida pelos militares por meio de um forte “golpe”⁹, o decreto do AI-5 que, entre outras, determinava as seguintes medidas: a)recesso do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas dos Estados; b) reabertura das cassações de direitos políticos; c) abolição do direito de *habeas-corpus* para detidos por infração da Lei de Segurança Nacional.

Com isso, o aparato repressivo e o poder de Estado entrelaçam-se ainda mais.

⁹ Muitos militantes de esquerda chamavam, e chamam ainda em seus depoimentos, o AI-5 de “golpe dentro do golpe”.

1.2.2 As organizações armadas

Nesse ambiente de tensão entre as manifestações de insatisfação ao regime e à ordem vigente e a crescente repressão que lhes era impressa, formaram-se as organizações armadas brasileiras. É importante ressaltar que a opção pela luta armada não surge após o decreto do AI-5 e o consequente fechamento do sistema, mas se intensifica a partir desse momento. Três exemplos confirmam nossa afirmação. Primeiro, a tentativa de realização de uma guerrilha rural em Goiás, em 1962, por membros das Ligas Camponesas; segundo, a partida de um grupo de dez militantes do PC do B, em março de 1964, para fazer um curso de formação político-militar na China (Cf. GORENDER, 1998, p. 117); por fim, o esboço de um foco guerrilheiro instalado na Serra do Caparaó, em 1967, por nacionalistas, sobretudo ex-militares, ligados a Leonel Brizola. Como dissemos anteriormente, a guerra de guerrilhas habitava o imaginário da esquerda revolucionária e atraía seus membros desde o final da década de 50.

No Brasil, essa atração foi intensificada pela conjuntura nacional pós-golpe, que desencadeou muitas crises na esquerda. Crise pelos sentimentos de revolta e impotência advindos do golpe e, sobretudo, da (não)reação a ele; crise pelo desmantelamento dos movimentos políticos imposto pelos militares com a forte repressão. Diante dessa nova realidade, inicia-se nas organizações de esquerda existentes na primeira metade da década de 60 um processo de discussão e de autocrítica que termina em muitos rachas e deserções. Nesse debate, um dos principais pontos em pauta, o encaminhamento da luta, trazia freqüentemente a questão: pegar ou não em armas? Muitos optaram pelo primeiro caminho.

Essa escolha corresponde a uma necessidade de concretizar a luta, de partir para a ação, deixando de lado as discussões e, principalmente, significava optar pela ruptura com o modo tradicional de se fazer política, opção que estava em consonância com a existência, em todo o mundo, de movimentos de contestação às ordens vigentes. Nesse sentido, a esquerda armada pretendia realizar mudanças profundas na sociedade, como revelam as palavras de Marighella:

(...) todos os grupos revolucionários estão a lutar, não para substituir os militares por um poder civil ou por outro poder burguês-latifundiário. Todos os grupos revolucionários lutam pelo derrube da ditadura militar e pela mudança de regime. Todos querem que a atual estrutura de classes da sociedade brasileira seja transformada e que o

aparelho burocrático-militar seja destruído, para no seu lugar ser colocado o povo armado¹⁰.

A resistência armada brasileira inspirou-se¹¹ principalmente nas idéias de Lênin, *Che* Guevara e Mao-Tsé-Tung, assim como nos exemplos das revoluções cubana e chinesa. As diferentes fontes de inspiração e a diversidade da esquerda no interior da qual surgiram as organizações armadas, entre outros¹², foram fatores que contribuíram para a formação de uma multiplicidade de grupos, cujos programas apresentam algumas divergências, como já foi mencionado na introdução. Retomemos as três questões apontadas por RIDENTI (1993, p. 30-53) como temáticas centrais de discordância:

a) o caráter da revolução: alguns grupos, conhecidos como libertadores, achavam que a revolução deveria ser feita em duas etapas. Na primeira etapa, de libertação nacional, o poder seria tomado pela burguesia local, com o objetivo de realizar o desenvolvimento nacional, combater o imperialismo e superar os resquícios de relações feudais existentes no campo; em um segundo momento, seria implantado o socialismo; um segundo bloco, conhecido como socialista, tinha o entendimento de que a burguesia brasileira se encontrava comprometida com o projeto imperialista e, assim, seria necessário eliminá-la diretamente e implantar o socialismo.

b) a forma de organização do grupo¹³: nesse caso, haviam duas posições, a daqueles que acreditavam que deveriam seguir um partido, e a dos que apostavam na necessidade de se formar um grupo militar autônomo, negando o partido;

¹⁰ MARIGHELLA, C. (1969) “As perspectivas da revolução brasileira”. AEL,BNM, anexo 5335, p. 4.

¹¹ É importante ressaltar que essas foram realmente apenas fonte de inspiração, pois, como veremos ao longo deste trabalho, houve um modo brasileiro próprio de se fazer a guerra de guerrilhas, que não se limitou à simples reprodução de fórmulas estrangeiras.

¹² Reis Filhos (Cf. 1990, p. 52-53), na tentativa de explicar a existência de diversas organizações armadas, aponta os seguintes motivos: a) havia entre os militantes uma decepção com as discussões, teorias e organizações e uma grande vontade de partir para a prática, o que se acentua ainda mais com o impacto da derrota e a influência de experiências internacionais de luta armada; b) cada grupo se imaginava depositário da missão de vanguardear, acreditando que lhes faltava apenas o reconhecimento; c) a maioria dos militantes da luta armada era extremamente jovem, e a nova geração, além de precisar negar as experiências passadas, não tinha tradição, que seria um fator de coesão; d) a forte repressão e a dinâmica da clandestinidade dificultavam os encontros.

¹³ Sobre a divergência entre as formas de organização, concordamos com Rollemberg, na seguinte afirmação:

O surgimento destas organizações recuperava os princípios marxistas-leninistas: [...] a imprescindibilidade do partido [...]. O partido era a vanguarda, um grupo reduzido de militantes, de elite, capaz de guiar as massas, legitimada pela ciência [...]. Algumas já se autodefiniam como partido; outras como ‘partido em construção’; outras como uma organização com uma estrutura não-burocratizada e mais adequada à luta revolucionária, evitando conhecidos vícios. [...] na prática, todas as organizações acabavam funcionando como um grupo de vanguarda, de elite, que se imaginou à frente do processo revolucionário (ROLLEMBERG, 2003, p. 58).

c) as formas de luta: as discussões, nesse aspecto, giravam em torno da maneira de se organizar a luta. O foquismo, ou guerrilha guevarista, apostava que um grupo reduzido de guerrilheiros, reunido em uma determinada área (foco), poderia servir como instrumento desencadeador da revolução. Já a guerrilha maoísta pregava a guerra popular prolongada, que surgiria de um longo trabalho político com os camponeses. Discussões acerca do local das ações guerrilheiras (campo ou cidade?), área estratégica para lançar a guerrilha, forma de relacionamento entre as vanguardas e as massas eram também temas debatidos.

Após a apresentação dos principais eixos temáticos em torno dos quais os militantes discutiam e divergiam, passemos ao processo de constituição das organizações armadas brasileiras na década de 60, que se originaram principalmente de duas agremiações políticas existentes antes do golpe militar, o PCB e a POLOP.

No interior do PCB, líderes como Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, entre outros, criaram um grupo de oposição, a Corrente, que fazia oposição à linha política do Comitê Central. As bases estudantis, autônomas, realizam outros movimentos oposicionistas, fundando as Dissidências (DIs). De maneira geral, os descontentes rejeitavam acordos e pactos com setores da elite; eram contra o caminho pacífico e o jogo eleitoral; propunham a luta armada pela destruição das instituições burguesas e pela liquidação dos senhores de terra e dos empresários internacionais; reivindicavam novos modelos revolucionários internacionais além do da URSS e a atenuação da estrutura rigidamente hierárquica existente no partido (Cf. REIS FILHO, 1990, p. 70-73).

A oposição à linha política da direção do partido cresce de tal forma no interior do PCB que, entre 1965 e 1968, este perde a metade de seus militantes (Cf. Ridenti, 1993, p. 28). A maior cisão da-se em 1967, no VI Congresso, quando a diretoria não só mantém a tese de reação pacífica, por via eleitoral com apoio à burguesia nacional, como expulsa alguns dos dirigentes insatisfeitos. O grande líder oposicionista favorável à luta armada é Carlos Marighella. Expulso do partido, Marighella carrega consigo parte significativa da militância paulista, principalmente a DI-SP, reunindo em torno de si um grupo inicialmente conhecido como Agrupamento Comunista - AC. No final de 1968, surge a Ação Libertadora Nacional (ALN), consagrada por toda a literatura como o mais importante grupo guerrilheiro existente no Brasil naquele período, uma organização paradigmática e formadora de opinião. Com força sobretudo em São Paulo e Minas Gerais, a ALN, que também conquista alguns militantes do PC do B, espalha-se por

outros estados, como Pará, Guanabara, Ceará, Pernambuco e Goiás. O programa básico da ALN foi resumido da seguinte maneira por Frei Betto:

“(...) derrubar a ditadura militar” e “formar um governo revolucionário do povo”; “expulsar do país os norte-americanos”; “expropriar os latifundiários” e “melhorar as condições de vida dos operários, dos camponeses e das classes médias”; “acabar com a censura, instituir a liberdade de imprensa, de crítica e de organização”; “retirar o Brasil da posição de satélite da política externa dos Estados Unidos e colocá-lo, no plano mundial, como uma nação independente” (FREI BETTO, 1983, p. 41).

Com base na experiência de Cuba, a ALN compõe uma organização militar voltada para a ação, antiteoricista e radicalmente contra a estrutura partidária clássica. Entre as diferenças com relação à revolução cubana, vale ressaltar a defesa da revolução em duas etapas (a guerrilha de Fidel e Guevara pregava a revolução socialista) e a importância atribuída à guerrilha urbana como uma tarefa tática (os revolucionários cubanos fizeram apenas guerrilha rural), idéia desenvolvida por Marighella em seu *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, obra que se tornou referência para revolucionários do mundo todo.

Em 1967, um primeiro grupo de marighellistas foi deslocado para fazer treinamento de guerrilha em Cuba. Em 1971, um grupo de militantes recém chegados de um estágio na ilha socialista, a maioria pertencente à ALN, formou um movimento dissidente, o Movimento de Libertação Popular- MOLIPO.

Na Guanabara, a Dissidência mantém-se autônoma (DI-GB), estabelecendo diálogo com as teses da Polop. Os estudantes atraíram jornalistas, publicitários, bancários e intelectuais e, em fevereiro de 1967, organizaram-se definitivamente como grupo político independente do PCB (Cf. GORENDER, 1998, p. 160). Em 1969, por ocasião do sequestro do embaixador dos Estados Unidos, ação idealizada pela DI-GB, a organização altera o nome para Movimento Revolucionário Oito de Outubro – MR-8, nome da Dissidência do Rio de Janeiro, que havia sido destruída no ano anterior pela repressão.

Grande parte da Corrente Revolucionária (grupo oposicionista formado no interior do PCB, após o golpe militar de 1964, com militantes do Rio de Janeiro, Guanabara, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, entre outros) constitui em 1968 o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR. O partido,

liderado por Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Mário Alves, era uma organização que oscilava entre um partido tradicional leninista e a luta armada. Nesse sentido, defendia a construção de um *partido de novo tipo*, além de propor uma *revolução popular* como etapa intermediária para o socialismo. O PCBR apostava nas massas urbanas e rurais como atores fundamentais para o desencadeamento da guerrilha.

A Polop também não saiu imune às celeumas da esquerda brasileira no pós-golpe. À semelhança do PCB, seu congresso de 1967 resulta em grande perda de militantes. Em São Paulo, uma dissidência da Polop estabeleceu contato com os militares nacionalistas do Movimento Nacionalista Revolucionário - MNR, constituindo um grupo que funda em 1968 a Vanguarda Popular Revolucionária - VPR, uma organização extremamente militarizada que, juntamente com a ALN, esteve à frente de grande parte das principais ações revolucionárias realizadas pela esquerda armada brasileira. A VPR agregou ainda estudantes, dissidentes do PCB e operários, principalmente de Osasco, com destaque para membros das comissões de fábricas e ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos. Ao longo de 1968, integrantes dessa organização realizaram ações armadas e tiveram participações na greve de Osasco¹⁴, no movimento estudantil paulista, entre outros.

Diferentemente da Polop, a VPR deixa de se apoiar na idéia de revolução proletária e passou a defender as guerrilhas camponesas (Cf. REIS FILHO, 1990, p. 112). A linha política da VPR apontava para a revolução socialista foquista e, como o próprio nome “vanguarda” indica, o grupo deveria ser restrito para conseguir afastar a repressão, pelo menos em um primeiro momento.

Ainda no interior da Polop, principalmente no grupo de Minas, mas também agregando membros do Rio Grande do Sul e da Guanabara, estudantes e subalternos excluídos das Forças Armadas reúnem-se entre 1967 e 1968 e fundam o Comandos de Libertação Nacional - COLINA, uma organização político-militar que defendia a revolução em duas etapas. No início de 1969, o Colina agrega membros das dissidências do PCB da Guanabara e do Rio Grande do Sul, além de alguns militantes da AP da Guanabara. Em julho daquele mesmo ano, funde-se à VPR, constituindo a Vanguarda

¹⁴ Em julho de 1968, os operários da Companhia Brasileira de Material Ferroviário (COBRASMA), localizada em Osasco/SP, paralisaram as atividades, ocuparam as instalações e prenderam dezesseis diretores e engenheiros. O movimento grevista, que reivindicava, entre outras coisas, 35% de reajuste salarial e contrato coletivo de dois anos, estendeu-se a outras empresas, atingindo um total de dez mil participantes. A greve de Osasco terminou com forte repressão e invasão da Cobrasma pela Força Pública (GORENDER, 1998, p. 156-157).

Armada Revolucionária Palmares – VAR- Palmares (Cf. REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 315-316). Vale ressaltar que, ainda em 1969, em função de muitas divergências, a VPR se reconstitui independente da VAR.

A fusão de dissidentes da Polop e do PCB no Rio Grande do Sul, abrangendo também alguns militantes em São Paulo, Minas e, com menor representatividade, no Paraná, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, resulta no Partido Operário Comunista – POC, fundado em 1968 e voltado prioritariamente para a aproximação com a classe operária (Cf. REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 231-232), apesar de sua constituição majoritariamente estudantil.

O PC do B, com força sobretudo no Rio, São Paulo, Bahia e Pará, ganha novos adeptos no pós-golpe, inclusive do PCB e das Ligas Camponesas. Ele se aproxima do PC Chinês, enviando muitos de seus militantes para fazer treinamento na China, e adere à luta armada, passando a defender o modelo da guerra popular prolongada. Tendo optado pela guerrilha rural, o PC do B nunca fez ações urbanas. A partir de 1967, alguns de seus membros começam a se deslocar para a região do Araguaia no intuito de formar um movimento de guerrilha, desencadeado em 1972. A Guerrilha do Araguaia foi o mais importante movimento de guerrilha rural existente no Brasil naquele período.

O novo partido comunista não ficou imune à onda de fragmentação pela qual passou a esquerda brasileira. Em 1966, alguns dissidentes da região da Zona da Mata localizada entre Alagoas e Paraíba formam o Partido Comunista Revolucionário - PCR, seguidor também da ideia da guerra popular prolongada. No entanto, seus membros consideravam que o centro estratégico para a formação de uma guerrilha rural seria o nordeste, não o Araguaia (Cf. REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 63-64). Nesse mesmo ano, alguns militantes egressos de um curso de formação político-militar na China, juntamente com um grupo de estudantes, operários e camponeses passam a discordar das teses do Comitê Central. Com força principalmente em São Paulo, Rio, Minas, Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul, esses integrantes do PC do B decidem fundar um outro partido, mantendo, porém, parte do antigo nome: Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha. Suas idéias encontravam-se a meio caminho entre a guerra popular prolongada e o foquismo. Em 1969, membros da Ala Vermelha realizam nova cisão, formando o Movimento Revolucionário Tiradentes - MRT (Cf. REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 149-150). É importante ressaltar que esse MRT nada tem de relação com aquele liderado por Francisco Julião em 1962, e extinto em 1964.

Dos militantes ligados ao MNR, grande parte, como visto, ingressou na VPR. No entanto, outros grupos surgiram a partir desse tronco. Vale mencionar as Forças de Libertação Nacional – FLN, com bastante concentração na região de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, e a Resistência Democrática - REDE, organizada no interior da VPR pelo líder Bacuri.

Obviamente, as organizações anteriormente mencionadas não foram as únicas. Estima-se que chegou a mais de trinta o número de grupos armados existentes no Brasil no período da ditadura militar. No entanto, não é nosso objetivo realizar um estudo exaustivo desses grupos nem do modo como foram compostos, mas apenas apontar os principais. Consideramos principais os grupos que contaram com maior número de adeptos, tiveram maior duração, envolveram-se em maior número de ações e nas ações mais grandiosas.

As ilustrações a seguir mostram, de modo resumido, a estrutura de composição da maioria das organizações armadas anteriormente mencionadas, a partir dos três troncos principais, PCB, PC do B e Polop:

Apesar da existência de tantas organizações, acreditamos que suas divergências devam ser relativizadas, pois havia muitas semelhanças entre elas:

Frutos da mesma conjuntura, do mesmo processo histórico, defensoras de pressupostos teóricos comuns a respeito da necessidade da revolução pela via armada no Brasil, as inúmeras organizações guerrilheiras – a despeito das divergências entre elas – também tiveram uma prática bastante semelhante. Todas eram tipicamente urbanas, jamais chegaram senão a esboçar o início da guerrilha rural e acabaram enredadas na prática de ações armadas (RIDENTI, 1993, p. 56).

Além disso, era comum a prática de ações conjuntas e o intercâmbio de militantes de um grupo para outro.

Havia também bastante semelhança na estrutura interna das organizações, de modo geral compostas por um Setor Urbano¹⁵, responsável por levantar fundos e armas para a organização; um Setor de Massas, que se preocupava com a difusão da luta armada e o recrutamento de militantes e simpatizantes; e um Setor do Campo, voltado para a implementação da Guerrilha Rural (levantamento de local, contatos no campo, infra-estrutura, etc).

¹⁵ Os nomes variavam de uma organização para a outra, mas as ideias se mantinham.

Figuras 1-3. Genealogia das organizações armadas, advindas do PCB, do PC do B e da Polop.

Falamos acima um pouco sobre o contexto de surgimento das organizações, de suas principais ideias e estruturas. Mas, quem eram seus membros? Um estudo realizado por Reis Filho (1990, p. 152-172) acerca do perfil dos militantes armados revela a presença de ex-militares¹⁶, operários, ex-líderes comunistas, sacerdotes, artistas e, principalmente, estudantes. Como resultado da pesquisa, o autor apresenta o seguinte panorama: forte predomínio de homens jovens, originários da classe média intelectualizada e moradores das grandes cidades.

1.3 As organizações armadas em ação (1969-1974)

O segundo período da ditadura, iniciado com o AI-5, “o golpe dentro do golpe”, é fortemente marcado pela dialética repressão vs resistência armada.

Nos anos de chumbo, o que restava do movimento de massas é destruído, a censura aumenta, a repressão organiza-se e se fortalece, aprimorando inclusive suas práticas de tortura, cada vez mais institucionalizadas. Do lado da resistência, a luta armada torna-se uma opção atraente, alguns estudantes diriam até natural, como revela José Carlos Gianini, militante da ALN: “(...) com o AI-5, não se criou mais alternativa. A que existia efetivamente era a *luta armada*, era como se fosse um *desdobramento natural* de quem já tinha uma militância mais efetiva no movimento estudantil”¹⁷.

No início de 1969, como dito anteriormente, a maioria dos grupos armados encontrava-se constituída; sendo que alguns deles já haviam iniciado as primeiras ações, em 1968 (ALN, VPR e Colina). Otimistas, as organizações militarizadas avaliavam o AI-5 como uma medida de desespero, reveladora das debilidades do regime. Para alcançar seus objetivos (derrubada da ditadura, fim do imperialismo, fim do capitalismo, instalação do socialismo e outros já mencionados), os grupos armados concebiam a guerrilha rural como uma estratégia fundamental¹⁸; no entanto, muitos optaram por desencadear inicialmente a guerrilha urbana, vista como um instrumento tático de luta que serviria para recrutar militantes e levantar fundos que possibilitassem a estruturação da organização e da guerrilha rural. Além disso, seria uma forma de propaganda exemplar da *guerra revolucionária* e desviaria a atenção das forças

¹⁶ Gaspari (2002, p. 180-183) considera que os militares cassados, pela sua experiência, foram muito importantes na construção dos grupos armados.

¹⁷ Depoimento publicado em Ridenti (1993, p. 124-125), os grifos são do autor.

¹⁸ Ressalte-se, porém, que a maioria dos grupos não conseguiu ir além da guerrilha urbana.

repressivas que, preocupadas com as cidades, deixariam o campo livre (Cf. RIDENTI, 1993, p. 48).

Com isso em mente, os combatentes armados intensificaram (ou iniciaram) suas ações. A VPR, que contava com o apoio de alguns militares do Quarto Regimento de Infantaria, localizado em Quitaúna, próximo à capital paulista, havia planejado¹⁹ que esses apoiadores, ao desertarem do Exército, saíssem em um caminhão carregado de armas e, na sequência, bombardeassem a sede do Governo do Estado, o Quartel-General do II Exército e a Academia de Polícia. No entanto, o veículo que seria utilizado na realização do plano foi encontrado pela polícia enquanto estava sendo preparado e a organização decidiu antecipar e reduzir a ação. Assim, o capitão Carlos Lamarca desertou com três companheiros em uma Kombi, levando sessenta e três fuzis FAL (Cf. GORENDER, 1998, p. 145-146). A nova versão do plano, mesmo tendo sido muito menos grandiosa do que a prevista, provocou forte repressão, levando muitos militantes da VPR à prisão.

A série de *quedas*²⁰ sofridas pela VPR não abala o ânimo dos revolucionários, que seguiam confiantes. 1969 foi um ano áureo para a luta armada brasileira, com várias ações bem sucedidas e a conquista de muitos adeptos; só a ALN contava com cerca de 300 militantes (Cf. GASPARI, 2002, p. 142). No intuito de reunir forças, a VPR alia-se ao grupo mineiro Colina, que também tinha sofrido abalos, formando a Vanguarda Armada Revolucionária – VAR-Palmares. No mês de julho, a organização recém-constituída rouba, no Rio de Janeiro, o cofre do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, conseguindo mais de um milhão de dólares (Cf. GORENDER, 1998, p. 147). Nesse contexto de alianças e certas execuções, realiza-se a ação mais espetacular da guerrilha urbana brasileira, o sequestro do embaixador dos Estados Unidos. Era semana da pátria e a ditadura não estava esperando por isso, pois, além de esta não ser uma prática muito disseminada entre os movimentos guerrilheiros da época, foi a primeira do gênero no Brasil. Uma surpresa para todo o país. A liberdade do diplomata americano custou quinze presos políticos e a leitura de um manifesto nos principais meios de

¹⁹ Esse plano provocou o primeiro grande conflito no interior da VPR. O professor João Quartim Moraes, um dos dirigentes da organização, opunha-se à realização da ação, pois achava que não tinham ainda estrutura suficiente para aguentar as represálias que viriam como consequência. Essas ideias foram interpretadas pelo grupo ligado ao ex-sargento Onofre Pinto como *vacilação*. Prevaleceu a linha mais militarista, o que resultou no afastamento do professor João Quartim Moraes. (Cf. CHAGAS, 2000, p. 59-64)

²⁰ Quedas, no vocabulário utilizado no contexto da luta armada contra a repressão, significa o aprisionamento do guerrilheiro.

comunicação, rompendo ao mesmo tempo a repressão e a censura. Sem dúvida, uma enorme desmoralização política para o regime militar.

A repressão, inicialmente despreparada para enfrentar esse tipo de resistência, começa a se armar. Ainda no primeiro semestre de 1969, com o patrocínio do empresariado paulista, é criada na cidade de São Paulo a Operação Bandeirantes – OBAN, uma espécie de projeto piloto, não institucionalizado, que reunia as polícias federal, militar e civil, além de representantes do Exército, Marinha e Aeronáutica. Inicia-se, a partir daí, o processo de dismantelamento das organizações armadas. Imediatamente após o sequestro, a ditadura prende e tortura membros de diversos grupos, principalmente da ALN, até alcançar Marighella, assassinado em 4 de novembro do mesmo ano.

Num primeiro momento, os guerrilheiros, apesar de isolados, tinham certa simpatia da população, o que não significava apoio efetivo, mas *torcida*. Efetivamente, os grupos armados contavam com a solidariedade de uma ala de esquerda da Igreja Católica, e de alguns intelectuais e artistas estrangeiros, entre os quais se destaca o filósofo francês Jean Paul Sartre, que abriu espaço em seu prestigioso periódico *Les temps modernes* para veicular textos da esquerda armada do Brasil. (Cf. RIDENTI, 1993, p. 75). Após a morte de Marighella, surge apoio de brasileiros exilados, que começam a se organizar para divulgar e denunciar os crimes cometidos pela ditadura. Como exemplo dessa movimentação, mencionamos a fundação em Paris, sob a liderança de Miguel Arraes (Cf. GASPARI, 2002, p. 272), ex-governador Pernambucano com o mandato cassado, da Frente Brasileira de Informações. As denúncias de tortura se intensificaram no exterior, com grande contribuição da Igreja, com destaque para a participação de Dom Helder Câmara. A dimensão desse movimento foi tamanha que até mesmo o jornal norte-americano *New York Times* publicou numerosas cartas e artigos denunciando a tortura brasileira (Cf. GASPARI, 2002, p. 282). Pressionado, o presidente Médici faz um pronunciamento no qual declara que não iria mais admitir torturas no Brasil.

Em terreno nacional, os militares, mesmo levando vantagem na *guerra revolucionária*, continuavam se armando, além de buscar ganhar a adesão da população pelo discurso do medo, do perigo dos *terroristas*. As organizações armadas, por sua vez, tentavam se reestruturar.

A ALN ficou bastante dismantelada após a perda de sua principal liderança, que ocorreu junto com várias outras *quedas*. Além disso, Marighella era o grande articulador

da rede de contatos e, com sua morte, parte dessa rede se desfez. Joaquim Câmara Ferreira, militante que se encontrava em Cuba, considerado o segundo nome do grupo, retornou ao país para iniciar um processo de reestruturação da ALN. Enquanto isso, a maior organização armada brasileira *sobrevive* realizando pequenas ações.

Já a VPR encontrava-se, em 1970, em situação ligeiramente melhor do que a da ALN. Ainda em 1969, após desentendimentos no interior da VAR-Palmares, a organização se reestrutura, liderada pelo ex-capitão Carlos Lamarca. No início de 1970, alguns de seus integrantes constroem um centro de treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira, desativado entre abril e maio do mesmo ano. Apesar de os militares terem alcançado seu objetivo, o de desativar o centro de treinamento, esta operação não foi vencida sem esforços, pois Lamarca e outros quatro combatentes armados conseguiram fugir rompendo um cerco formado por mais de mil militares. Trata-se de um episódio que causou muita excitação entre os guerrilheiros, pois o exército cometeu vários erros táticos, como admite o general Carlos Alberto Brilhante Ustra:

A título de ensinamento convém ressaltar que o emprego das forças armadas para combatê-los [os guerrilheiros] não foi o adequado. Convém frisar que estávamos enfrentando, pela primeira vez, uma guerrilha rural [...] Mas os erros nos serviram de lição. Mais tarde, quando os guerrilheiros tentaram implantar no Sul do Pará outro foco guerrilheiro, os nossos efetivos foram reduzidíssimos. Empregou-se outra tática de combate (USTRA, 1987, p. 83).

Mesmo com todos os insucessos, os militares das Forças Armadas eram infinitamente mais numerosos e mais munidos do que os revolucionários da esquerda armada. A experiência do Vale do Ribeira, embora tenha causado muita vibração entre os revolucionários, não passou de uma fuga épica.

Percebendo a situação de fragilidade em que se encontravam, as organizações armadas buscaram se fortalecer, formando uma *frente* de atuação, que agrega ALN, VPR, MRT, a REDE, além de representantes do MR-8, do POC e do PCBR, mas, na prática, ela não obteve muito êxito. Nesse espírito, ALN e VPR realizam conjuntamente, em junho de 1970, o sequestro do embaixador alemão no Brasil, o que resulta na liberação de quarenta presos políticos.

A última grande ação da guerrilha urbana brasileira foi o sequestro do embaixador suíço, realizado em dezembro de 1970 pela VPR. Diferentemente dos seqüestros anteriores, dessa vez os militares se recusaram a publicar o manifesto,

vetaram vários nomes da lista dos presos que deveriam ser libertados, além de terem agido bem mais lentamente nas negociações. A atitude do governo provocou tensão e discórdia entre os militantes que participavam do sequestro, divididos entre aqueles que defendiam a continuidade do processo e os que eram a favor da execução do embaixador. Ao final, depois de mais de 30 dias de “conversas”, 70 presos políticos foram liberados, mas a fórmula sequestro estava esgotada, e a VPR, bastante desgastada.

A ditadura prossegue no desenvolvimento de um aparato repressivo cada vez mais sofisticado para destruir as organizações armadas. A partir do exemplo bem sucedido da Oban, de unificação dos órgãos repressores, criou-se no segundo semestre de 1970 o Destacamento de Operações de Informações – DOI, onde se misturavam informações, operações, carceragem e serviços jurídicos; e o Centro de Operações de Defesa Interna – CODI. Para cada uma das regiões administrativas das Forças Armadas foi instituído um DOI-CODI, órgão de repressão previsto por lei, grande novidade trazida pela ditadura militar.

Além da organização da estrutura repressora, o governo muda a política de combate à luta armada, adotando novas táticas. Entre elas, destaca-se uma intensa campanha na imprensa para colocar a opinião pública contra os ditos terroristas. Nesse sentido, são publicados diversos pronunciamentos de guerrilheiros declarando-se “arrepentidos”, o que desmoralizava as organizações perante a sociedade, além de criar um imenso mal estar no interior dos grupos. Em um único mês, julho de 1970, ocorre a declaração de seis abjurados arrependidos (Cf. SIRKIS, 1998, p. 209).

A segunda nova tática do governo para vencer a luta armada é a adoção, por parte dos militares, de uma posição ofensiva, partindo para a busca dos combatentes armados, como revela a afirmação de Ustra (1987, p. 150):

Não poderíamos continuar a sofrer tantas perdas. Enfrentávamos uma guerrilha urbana e tínhamos que nos convencer que a melhor defesa é o ataque. Devíamos ir ao encontro dos terroristas e não esperar que eles nos apanhassem de surpresa. [...] Tínhamos que tentar prendê-los para acabar de uma vez por todas com esta situação de permanente tensão.

Dessa forma, as Forças Armadas começam a fazer emboscadas para capturar guerrilheiros. Essa busca era muitas vezes facilitada pela colaboração de membros das

organizações armadas que passaram a trabalhar para o governo; os “infiltrados” ou “cachorros”.

Uma terceira tática, intimamente ligada à segunda, é a implementação da política do extermínio. Diferentemente dos anos de 1968, 1969 e início de 1970, quando os presos políticos eram torturados e mantidos vivos, apresentando marcas da violência sofrida e podendo ser trocados, a qualquer momento, por embaixadores ou pessoas importantes, o que provoca comoção social e faz propaganda da luta armada, a partir do final de 1970, e sobretudo do início de 1971, a ordem foi eliminar fisicamente os guerrilheiros. Por exemplo, entre 1969 e 1970, 12 militantes da ALN foram mortos pela ditadura; entre 1971 e 1972, foram 30 mortos (GASPARI, 2002, p. 385). Essa política é denunciada de maneira bastante apaixonada por Gorender (1998, p. 260):

A partir de 1971, torna-se sistemática a eliminação física dos presos políticos. Sobe rapidamente o número de “desaparecidos” ou de mortos em fictícios atropelamentos nas ruas, em inventados tiroteios com policiais, etc. Os DOI/CODI instalam “aparelhos” [...] para onde conduzem os prisioneiros e ali os torturam e assassinam. Depois de esquartejados, seus restos mortais são enterrados em lugares dispersos, impossibilitando tentativas posteriores de identificação.

Abaixo, reproduzimos a lista dos mortos pela ditadura²¹:

Ano	Número oficial de mortos
1967	1
1968	11
1969	18
1970	21
1971	33
1972	38
1973	28

²¹ Quadro produzido a partir de informações extraídas do site: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br>, acessado em 20/10/2009.

Paralelamente à repressão, outras medidas e acontecimentos contribuíram para o declínio e a destruição dos grupos armados. Com relação à Igreja, cria-se no final de 1970 uma Comissão Bipartite (Cf. GASPARI, 2002, p. 309-310) de discussão entre a Igreja e o Estado que, apesar de seu caráter informal, constrói uma aparência de abertura para o diálogo.

Economicamente, o Brasil começa colher os frutos de sua política de “modernização conservadora”; o crescimento, acompanhado de grande expansão do setor industrial, era inédito (9,5% , em 1969; 10,4%, em 1970). O país vivia praticamente em pleno emprego e tinha se tornado a décima economia mundial. O clima era de euforia, como indica a passagem abaixo:

As montadoras do ABC paulista haviam posto na rua 307 mil carros de passeio, quase o triplo de sua marca em 1964. Os trabalhadores tinham em suas casas 4,58 milhões de aparelhos de televisão, contra 1,66 milhão em 1964. Um em cada dois brasileiros achava que o seu nível de vida estava melhorando, e sete em cada dez achava que 1971 seria um ano de prosperidade econômica superior a 70. Era o Milagre Brasileiro. O século XX terminaria sem que o país passasse por semelhante período de prosperidade (GASPARI, 2002, p. 208-209).

Toda essa euforia foi capitalizada com a intensificação das propagandas do governo por meio da criação da Assessoria Especial de Relações Públicas – AERP, com a função inicial de coordenar os fluxos e mensagens de comunicação entre o poder central, órgãos setoriais e vinculados e a sociedade civil como um todo²². Surgem diversos slogans nacionalistas e ufanistas: *ninguém segura este país*; *Brasil: ame-o ou deixe-o*; *o Brasil é o país do futuro*, etc. A onda patriota se fortalece ainda mais com a conquista do tricampeonato de futebol.

A classe média, que, em 1968, tinha ido às ruas protestar contra o regime, e, em 1969, se solidarizava com os torturados, em 1970 encontrava-se satisfeita com o “progresso”. Nesse contexto, tornava-se cada vez mais difícil recrutar militantes.

Nota-se que, a partir da segunda metade de 1970, a conjuntura torna-se bastante desfavorável para a esquerda armada. Todas as grandes organizações, que haviam atingido mais de cem militantes, encontravam-se desestruturadas (GASPARI, 2002, p.

²² BRASIL. Decreto-lei n. 67.611, de 19 de novembro de 1970.

159). Essa realidade de extrema repressão e intensa propaganda contrária isola ainda mais esses grupos, que vão perdendo progressivamente as redes de apoio. Dessa forma, as ações deixam de representar apenas uma questão ideológica e passam a significar uma questão de sobrevivência das organizações e de seus militantes, cada vez mais militarizados e destruídos. Os guerrilheiros viviam, em sua maioria na clandestinidade, nos *aparelhos*, tensos com a possibilidade de serem presos, torturados ou mortos, e esperavam ansiosamente pela volta dos exilados, principalmente daqueles que estavam em Cuba.

O levantamento das principais ações armadas confirma o declínio da guerrilha urbana no final de 1970:

Data	Ação	Resultado	Organização
08/68	Expropriação do trem pagador da Santos-Jundiaí		ALN
10/68	Justiçamento de Charles Chandler (oficial americano veterano na Guerra do Vietnã)		VPR e ALN
07/69	Roubo do cofre de Adhemar de Barros	Expropriação de mais de 2 milhões de dólares	VAR – Palmares
09/69	Sequestro do embaixador americano	Resgatado em troca de 15 presos políticos e a leitura de um manifesto nos principais órgãos de imprensa	ALN e MR-8
06/70	Sequestro do embaixador alemão	Resgatado em troca de 40 presos e leitura do manifesto	VPR/ALN
12/70	Sequestro do embaixador suíço	Trocado por 70 presos. A ditadura se recusa a ler o manifesto	VPR

Em 1971, muitos militantes morrem ou desaparecem. A *queda* mais significativa para a derrota dos grupos armados ocorre em setembro desse mesmo ano, na Bahia: Carlos Lamarca, ex-militante da VPR e do MR-8, maior líder entre os guerrilheiros desde a morte de Marighella. Após o assassinato de Lamarca, as ações guerrilheiras perderam cada vez mais a força. Com tantas dificuldades, aumentavam as divergências internas nas organizações, bem como as desconfianças, dando origem a um novo fenômeno, o “justiçamento de companheiros traidores”. Nesse ano houve dois justiçamentos, ambos na ALN (Gorender, 1998: 178).

Também em 1971, a VPR vive um ciclo de discussões nas quais prevalecem a autocrítica e o debate sobre a viabilidade de continuação da luta armada, o que culmina na decisão, declarada em agosto, de se extinguir a organização armada no Brasil²³. A ALN continuou a existir até 1973, embora tenha passado pelo mesmo processo de discussões e cisões internas.

O último suspiro da resistência armada foi a Guerrilha do Araguaia, como afirma Ridenti: “(...) a derrota do projeto guerrilheiro em suas diversas expressões já era visível no final de 1970, consumando-se em definitivo com a eliminação da Guerrilha do Araguaia no princípio de 1974” (1993, p. 80).

A partir de 1967, o PC do B fixa-se na região do Araguaia, começando a enviar militantes, que chegaram basicamente entre 1970 e 1971, somando mais de 60 em 1972. Como os guerrilheiros conheciam razoavelmente a área e contavam com certa simpatia dos habitantes da região, foram necessárias três grandes operações do Exército, realizadas ao longo de dois anos, entre 1972 e o início de 1974, para acabar com a Guerrilha do Araguaia. Seguindo a lógica da política do extermínio, a grande maioria dos combatentes foi dizimada; estima-se em 59 o número de militantes do PC do B mortos (Gaspari, 2002: 399-464).

Geisel toma posse em 1974 prometendo uma transição “lenta, gradual e segura” ao regime democrático. Naquele momento, a luta armada estava extinta e a Guerrilha do Araguaia, à mingua. Iniciava-se, então, uma nova conjuntura e um novo ciclo na esquerda.

No interior das circunstâncias anteriormente apresentadas situa-se nosso objeto de estudo: os discursos produzidos pela ALN e pela VPR, no período de 1967 a 1973.

²³ Um grupo de militantes exilados no Chile, liderado pelo ex-sargento Onofre Pinto, opta pela continuação da VPR a partir daquele país. No final de 1972, seus membros começam a voltar ao Brasil; no entanto, o grupo não consegue reestruturar a Organização, e todos os seus integrantes são mortos até 1974 (Cf. CHAGAS, 2000, p. 144-145).

2. Elementos de Semiótica e Retórica

Introdução

A lingüística, até o início do século XX, ocupou-se essencialmente da fonética, da fonologia e da morfologia, tendo deixado um pouco de lado a semântica, ciência do significado das línguas. Um dos fatores que explica esse histórico corresponde à dificuldade de realização de um estudo científico sobre o sentido, elemento de grande abrangência para se tornar objeto de pesquisa. A teoria de Saussure, ao conceber o signo como um todo composto de significante e significado, lança as bases para uma semântica linguística. A integração do significado nas oposições linguísticas e o êxito alcançado pelo modelo saussureano na descrição das estruturas fonológicas das línguas encorajam Hjelmslev e seus discípulos a aprofundar e estender o estudo do significado ao domínio da palavra, abrindo caminho para a semântica estrutural, que surge nos anos 60.

A semântica de vertente estruturalista toma o sentido não como um fato isolado, mas como o resultado de uma relação. Introduz-se, dessa forma, a noção de *valor* nessa disciplina, que deixa de ter como objeto o significado e passa a ocupar-se da *significação*. A semântica estrutural, em sua “primeira versão”, utiliza-se, com base no postulado do paralelismo do plano de expressão e do plano de conteúdo, de modelos fonológicos para a análise de *campos semânticos*, isto é, um conjunto de unidades lexicais que possui uma estrutura subjacente. No entanto, essa teoria não consegue atingir o objetivo proposto de descrever o plano do conteúdo das línguas naturais, pois as unidades de conteúdo admitem um número ilimitado de combinações, não sendo possível descrevê-las exaustivamente. Apesar de revelar limitações, essa fase da semântica estrutural representa um importante acúmulo de experiências metodológicas, que tornaram possível o desenvolvimento de reflexões acerca da teoria da significação. A ilusão da possibilidade de um estudo estrutural do léxico¹ trouxe um novo desafio para os pesquisadores da linguagem interessados na questão da geração do sentido, que começaram a se voltar para as unidades maiores do que a palavra.

Partindo de pesquisas produzidas naquele período, sobretudo as desenvolvidas por Hjelmslev, Greimas estabelece três condições necessárias para uma teoria da significação:

¹ Vale ressaltar que não se trata da inviabilidade de desenvolver estudos semânticos em torno da palavra, pois estes continuam a existir, mas da impossibilidade de conseguir, por meio do estudo do léxico, descrever o plano do conteúdo das línguas naturais.

- deve ser *gerativa*, ou seja, conceber modelos que apreendam o conteúdo em patamares sucessivos, que vão do mais abstrato ao mais concreto;
- deve ser *sintagmática*, vale dizer, procurar explicar não unidades lexicais isoladas, mas discursos;
- deve ser *geral*, isto é, reconhecer que o sentido pode ser manifestado por diferentes planos de expressão (Cf. GREIMAS; CORTÈS, s.d, p. 396).

A semântica estrutural, ao estabelecer tais condições, busca apreender o sentido geral do texto, ou, como afirma Fiorin (1996b, p. 89): “[...] os mecanismos internos de agenciamento desse sentido”. Nessa direção, Greimas, procurando criar um modelo de análise que pudesse apreender a construção do sentido por meio de um método, de uma “gramática do texto” e não apenas pela intuição, concebe um percurso que contém diferentes patamares, com diferentes níveis de abstração, e de complexidade. Estabelecem-se três etapas no percurso: as estruturas fundamentais, as narrativas e as discursivas. Cada uma possui uma sintaxe e uma semântica, permitindo uma descrição que possibilite revelar o modo de produção e de interpretação do sentido.

A “segunda versão” da semântica estrutural ficou conhecida como *semiótica*. O processo de construção dessa teoria revela sua preocupação em se construir enquanto uma teoria estrutural da significação:

A teoria semiótica deve apresentar-se inicialmente como o que ela é, ou seja, como uma teoria da significação. Sua primeira preocupação será, pois, explicitar, sob forma de construção conceptual, as condições de apreensão e da produção do sentido. Dessa forma, situando-se na tradição saussuriana e hjelmsleviana, segundo a qual a significação é a criação e/ou a apreensão das “diferenças”, ela terá que reunir todos os conceitos que [...] são necessários para estabelecer a definição da estrutura elementar da significação (GREIMAS; COURTÈS, s.d., p. 415).

A semiótica caracteriza-se, portanto, por ser uma teoria da significação que concebe a construção do sentido como um percurso gerativo e propõe uma análise interna e imanente, ou seja, procura, por meio do texto, das estruturas superficiais, chegar ao sujeito e às regras do discurso, às estruturas profundas. Com quase meio século de existência, sua proposta inicial² conheceu (e vem conhecendo) alterações e desdobramentos decorrentes

² É importante ressaltar que a “versão inicial” da teoria semiótica não era um modelo pronto, surgido do zero, mas uma proposta que foi sendo construída e, em torno da qual, foram surgindo, e ainda surgem, reformulações.

do que chamaríamos de “teoria em uso”: mudança numa determinada perspectiva, desenvolvimento de outra, etc; mas nada que tenha levado seus adeptos a considerá-la ultrapassada ou *obsoleta*.

Após essa breve introdução sobre o surgimento da semiótica, procuraremos apresentar, de forma bastante resumida, em cada um dos níveis do percurso gerativo de sentido, os conteúdos e conceitos que serão explorados nesta pesquisa. Vale ressaltar que nossa apresentação contém um desenvolvimento desigual dos conceitos, o que varia de acordo com a importância destes para a realização da análise. Gostaríamos de dizer ainda que, embora muitos pesquisadores brasileiros já tenham produzido excelentes manuais da teoria semiótica, o caráter interdisciplinar desta tese levou-nos a optar pela exposição de aspectos dessa teoria no corpo do texto, facilitando, assim, a leitura para o público não especialista.

2.1. Estruturas sêmio-narrativas

O nível das estruturas fundamentais, mais simples e abstrato, abriga a oposição semântica elementar que se encontra na base da construção do sentido do texto, por exemplo, *capitalismo vs. comunismo*. Os termos dessa categoria semântica estabelecem entre si uma relação de contrariedade, o que implica uma pressuposição recíproca e um conjunto de semelhanças, a partir dos quais surgem as diferenças. Note-se que, tanto comunismo como capitalismo representam sistemas econômicos.

Aplicando-se uma operação de negação aos termos contrários, estes podem projetar os seus contraditórios, o que, em nosso exemplo, resultaria em *não-capitalismo* e *não-comunismo*. A contradição indica a impossibilidade do termo e o seu contraditório aparecerem juntos, pois estes se caracterizam pela presença ou ausência de um traço; por exemplo, não podem ocorrer simultaneamente *capitalismo* e *não-capitalismo*. As relações como *não-capitalismo* e *comunismo* são complementares, pois se entende que o primeiro termo aponta para o segundo, configurando um eixo de sentido ou *dêixis*. A estrutura elementar da significação encontra-se representada no quadrado semiótico, que reproduzimos a seguir:

A sintaxe fundamental abrange relações de asserção e negação, em operações orientadas que, ao negar um conteúdo e afirmar outro, geram a significação e possibilitam a narrativização. Em nosso exemplo, o percurso de um texto poderia ser: afirmação do capitalismo → negação do capitalismo → afirmação do comunismo. Por fim, na semântica fundamental, as categorias recebem qualificações fóricas, que se desdobram em /euforia/ e /disforia/, sendo a primeira valorizada positivamente, e a segunda, negativamente. A determinação de um termo como eufórico ou disfórico não é pré-estabelecida, podendo variar de um texto para outro. Assim, capitalismo pode ser considerado tanto eufórico quanto disfórico, a depender da axiologização do discurso em que esta categoria estiver inserida. Recentemente, surge um desdobramento da teoria greimasiana, a semiótica tensiva, que se dedica ao estudo do contínuo, do intervalo, do processo, das gradações, etc. Trata-se de uma tentativa de apreender o dinamismo interno do texto e seu movimento oscilatório entre o inteligível e o sensível, como afirma Zilberberg ao definir a tensividade, conceito-chave para sua teoria: “a tensividade é o lugar imaginário em que a intensidade – ou seja – os estados de alma, o sensível – e a extensidade – isto é, os estados de coisas, o inteligível – unem-se uma à outra”. (ZILBERBERG, 2006, p. 55)³. Para isso, o percurso analítico idealizado pelo autor não opera com categorias de asserção e negação, mas de intensidade e extensidade. Esse desdobramento teórico traz contribuições para o estudo do processo da enunciação, ao possibilitar a exploração dos sentimentos e da percepção do sujeito enunciativo.

³ « [...] la tensivité est le lieu imaginaire où l'intensité, c'est-à-dire les états d'âme, le sensible, et l'extensité, c'est-à-dire les états de choses, l'intelligible, se conjoignent l'une à l'autre ». A tradução que apresentamos foi feita pelos professores Ivã Lopes e Waldir Beividas.

O nível narrativo propõe uma gramática que explique as estruturas narrativas, instância intermediária entre as estruturas fundamentais, mais abstratas, e as discursivas, mais concretas. A sintaxe do nível narrativo encontra-se bem definida por Barros:

[...] entende-se a sintaxe narrativa como o simulacro do fazer do homem que transforma o mundo. Desvendar a organização da narrativa consiste, portanto, em descrever e explicar as relações e funções do espetáculo, assim como em determinar seus participantes (BARROS, 2001, p. 28)

O movimento estruturalista, buscando as estruturas subjacentes aos conteúdos de superfície, preocupava-se, entre outras coisas, em desvendar a organização das narrativas. Nesse sentido, pesquisas bastante relevantes foram desenvolvidas, como as de Lévi-Strauss e de Propp. Este, estudando os contos maravilhosos russos, observou que, apesar das mudanças de personagens e de circunstâncias, algumas ações sempre se repetiam e, muitas vezes, suas sequências permaneciam as mesmas. Propp classificou essas ações por funções, e apresentou trinta e uma delas como frequentes na constituição dos contos analisados. Com esses estudos, uma nova metodologia de análise começa a se esboçar: a busca das estruturas constantes nas narrativas.

Nessa direção, Greimas imprime maior abstração ao modelo propianno e alarga o alcance de sua aplicação, ao tomar a narratividade como uma sucessão de transformações que se encontram na base da constituição da significação de qualquer tipo de texto. Para o autor, uma narrativa seria um enunciado global que poderia ser decomposto em uma série de enunciados narrativos, unidades sintagmáticas elementares da sintaxe narrativa. O enunciado narrativo define-se pela relação entre os actantes que o constituem. Tomando como base, principalmente, os estudos de Propp, a semiótica define duas classes principais de relações actanciais: sujeito-objeto, destinador-destinatário.

O primeiro par define-se pela transitividade: o sujeito procura estabelecer uma relação com o objeto, que pode ser de conjunção ou de disjunção⁴. Por exemplo, um homem que compra um carro passa do estado de disjunção para o de conjunção com o objeto⁵. Esse exemplo permite observar a existência de dois tipos de sujeito, o de fazer, que

⁴ Landowski (2004, p. 62-66) considera limitadas as noções de conjunção e disjunção, pois, segundo ele, estas apresentam os actantes apenas do ponto de vista da relação que ocupam no percurso narrativo – em conjunção ou em disjunção, ou seja, restringem-se ao “antes” e ao “depois” da transformação. Buscando preencher a lacuna do “durante”, o pesquisador francês desenvolve o conceito de *união*, que seria um modo de interação, de construção.

⁵ Vale ressaltar que sujeito e objeto não significam necessariamente um homem e uma coisa, trata-se de funções sintáticas, que podem ser cumpridas por homens, animais, coisas, etc.

age, e o de estado, passivo, que antecede a ação e/ou decorre dela. Assim, temos inicialmente um sujeito de estado, que se encontra em disjunção com o objeto carro e deseja mudar essa situação; em seguida, um sujeito de fazer, que realiza a transformação (comprar o carro), e, por fim, há novamente um sujeito de estado, mas, dessa vez, com a condição transformada, pois ele se encontra em conjunção com o objeto desejado. Ressalte-se, portanto, que o sujeito, para a semiótica, se define pela relação com o objeto.

A passagem de um estado para o outro, ou seja, da disjunção para a conjunção ou da conjunção para a disjunção, representa o sintagma elementar, o programa narrativo. Uma narrativa é composta normalmente por uma sequência desses programas.

O segundo par actancial da semiótica, destinador-destinatário, apresenta uma relação de comunicação, como revela esta definição:

[...] o Destinador é aquele que comunica ao Destinatário-sujeito (do âmbito do universo imanente) não somente os elementos da competência modal, mas também o conjunto dos valores em jogo; é também aquele a quem é comunicado o resultado da *performance* do Destinatário-sujeito, que lhe compete sancionar (GREIMAS; COURTÈS, s.d., p. 115)

O destinador pretende levar o destinatário-sujeito a fazer o que ele lhe propõe e, para isso, procura manipulá-lo. Caso o sujeito realize a ação, caberá ao destinador julgá-la no final, o que será feito a partir de um código de valores que poderá ou não corresponder àquele da manipulação inicial.

Cada um dos actantes, por sua vez, pode desdobrar-se em dois, conforme sejam pertencentes à dêixis positiva ou negativa que, como dissemos no nível fundamental, correspondem a eixos de sentido com valores opostos. Assim, temos o seguinte esquema actancial:

sujeito positivo	vs.	sujeito negativo (ou anti-sujeito)
destinador positivo	vs.	destinador negativo (ou anti-destinador)
destinatário positivo	vs.	destinatário negativo (ou anti-destinatário)

Os programas narrativos organizam-se sintagmaticamente por meio de percursos, segmentos autônomos que se interligam para a constituição de uma narrativa mais complexa. Recorrendo novamente às contribuições de Propp, a semiótica define três trajetos essenciais, que compõem juntos um esquema narrativo canônico:

[...] foi a iteração das três provas, - qualificante, decisiva e glorificante - que se apresentou como regularidade, situada no eixo-sintagmático, reveladora da existência de um esquema narrativo canônico (GREIMAS; COURTÈS, s.d., p. 297)

Assim, o esquema narrativo canônico divide-se em manipulação (prova qualificante), ação (prova decisiva) e sanção (prova glorificante). Essa estrutura ternária acompanha o percurso dos actantes destinador-destinatário (primeiro e terceiro percursos) e sujeito-objeto (segundo percurso). Na manipulação, ocorre um contrato no qual um destinador age sobre um destinatário-sujeito com a finalidade de levá-lo a querer ou dever fazer algo; a partir desse contrato, o sujeito busca adquirir competências para realizar a sua ação. Por fim, na sanção, um destinador-julgador avalia a ação realizada pelo sujeito, sua *performance*.

Paralelamente, há os percursos oponentes (anti-destinador, anti-sujeito, etc.) que, embora se desenvolvam em eixos opostos, caracterizam-se por visarem ao mesmo objeto-valor, fazendo emergir, assim, a estrutura polêmica.

Na semântica narrativa, as categorias tímicas do nível fundamental convertem-se em valores, que se dividem em dois tipos:

[...] os valores descritivos (objetos consumíveis e entesouráveis, prazeres, estados de alma, etc), cuja aquisição pelo sujeito *pressupõe* o estabelecimento de sua competência, e os valores modais (querer, dever, saber, crer, poder ser ou fazer), cuja aquisição *institui* essa competência. (BERTRAND, 2003, p. 27, grifos no original)

Dessa forma, de acordo com o valor investido, o enunciado pode ser definido como descritivo ou modal.

O destinador-manipulador instaura-se como um modalizador que busca instituir o fazer-fazer. O primeiro passo dessa persuasão é convencer o sujeito a *querer* ou *dever* fazer o que está sendo proposto. Para isso, o destinador procura fazer parecer verdadeiro o seu dizer, atitude que não tem como objetivo alcançar uma verdade referencial, mas conquistar a adesão do destinatário que, ao realizar seu fazer interpretativo, deverá reconhecer o enunciado como verdadeiro. O ato de “re-conhecer” corresponde a uma operação de comparação entre o que foi proposto e o universo de conhecimentos e de crenças do sujeito, sendo bastante tênue a linha que separa o saber do crer:

Interpretar para o sujeito é, por excelência, confrontar a proposta recebida com seu universo do saber e do crer, com os sistemas de valores que atribuem sentido aos fazeres e aos estados. Distinguir a adesão “fiduciária”, que envolve sobretudo o crer, da adesão “lógica”, que recorre ao saber, é separar tipos de racionalidade que, no ato de interpretar, se misturam e se confundem na certeza ou na dúvida da verdade, na verdade ou na falsidade da certeza. Afirma-se, com isso, o caráter ideológico da interpretação, no seu “reconhecimento da verdade” (BARROS, 2001, p. 58)

Por outro lado, deve-se considerar que toda comunicação humana repousa sobre um mínimo de confiança mútua; assim, para que o destinatário creia verdadeiro o que foi enunciado, é preciso que ele confie no destinador. Vale ressaltar que este, em seu fazer persuasivo, não opera com a realidade axiológica do destinatário, mas com seu simulacro. A relação de confiança que leva à adesão, contrato fiduciário, constrói-se, portanto, com base em valores, e, sobretudo, em imaginários socialmente existentes.

Se bem sucedido, o destinador-manipulador instaura o percurso do sujeito do fazer que, modalizado pelo querer ou pelo dever, procura realizar sua *performance*. Cabe ao destinador-manipulador transmitir-lhe a competência modal (saber, poder) necessária para essa realização.

O fazer persuasivo do destinador e o fazer interpretativo do destinatário, ou, em outras palavras, as questões de persuasão e de adesão demonstram que a análise semiótica do texto engloba questões culturais, contextuais e situacionais. Nessa perspectiva, Landowski afirma que as modalidades participam do que ele denomina de nível pragmático, possibilitando a depreensão da situação na qual o enunciado se produz:

A especificidade do procedimento semiótico [...] não deve, evidentemente, ignorar esse tipo de determinações [psicológicas, institucionais, etc.], mas, ao contrário, procurar definir um princípio de pertinência que permita integrá-las no âmbito de uma teoria global, e não mais tratá-las como variáveis *ad hoc* ou sobredeterminações externas. A questão é, pois, a da “semiotização” do contexto, ou, melhor, da elaboração de uma semiótica das situações. [...] o papel principal de tão vasta empresa é assumido pelo conceito sêmio-narrativo de modalização (LANDOWSKI, 1992, p.150)

Para o sujeito de estado, as modalidades incidem sobre o valor do objeto e da relação que se estabelece com o mesmo. Assim, um objeto pode ser, por exemplo, desejável e impossível, ou desejável e possível, o que resulta em estados passionais

distintos. No primeiro caso, pode-se ter um sujeito amargo, desiludido, etc., no segundo, alguém confiante, feliz, esperançoso, etc. Nesse sentido, dos estudos sobre o sujeito de estado deu-se origem na semiótica aos estudos das paixões, como afirma Barros:

O sujeito de estado [...] mantém laços afetivos ou passionais com o destinador, que o torna sujeito, e com o objeto, a que está relacionado por conjunção ou disjunção. O estudo das paixões reabilita, no seio da semiótica, o sujeito de estado (BARROS, 2001, p. 62)

A semiótica das paixões considera as modalidades um recurso privilegiado para o estudo da configuração passional do sujeito de estado, podendo revelar os chamados percursos da paixão. Outros elementos que contribuem para a apreensão dessa configuração passional são o aspecto e a intensidade, pois as paixões podem variar de acordo com a maneira como se desenrolam ou conforme o valor que o sujeito de estado atribui a si mesmo, ao destinador, ao objeto, à modalidade, à junção, etc. Nesse sentido, o primeiro caso pode ser ilustrado com a nostalgia, que marca a persistência *duradoura* na memória do sujeito de uma conjunção terminada; quanto à intensificação, essa atua, por exemplo, na diferenciação entre o sujeito econômico e o avaro. Essa perspectiva de ampliação na abordagem das configurações passionais encontra-se bem resumida nas seguintes palavras de Bertrand:

A narratividade já não se reduz apenas às operações de transformação dos enunciados de ação, mas se desdobra em percursos actanciais implicando a temporalidade e o devir; a dimensão afetiva e passional do discurso não depende mais somente dos conteúdos modais que definem o estado do sujeito, seus estados de alma, mas levam em conta as modulações do campo de presença que esse sujeito ‘sente’ e que o afetam (BERTRAND, 2003, p. 108)

Na tentativa de sistematizar o funcionamento dos percursos das paixões, Greimas e Fontanille (1993), baseados no esquema narrativo canônico, apresentam o *esquema passional canônico*, o percurso do “ser”, que viria complementar o percurso do “fazer”:

Disposição – sensibilização – emoção – moralização

Contrato

competência

ação

sanção

A disposição, como o próprio nome indica, corresponde à (pré) disposição de um sujeito para acolher uma paixão e não outra, uma espécie de “competência modal patêmica” (Cf. BERTRAND, 2003, p. 374-378). Na sensibilização, há uma sobremodalização dessa competência pelo aspecto ou pela intensidade. A emoção representa a patemização propriamente dita, o momento da “reação somática”, do “corpo sentindo”. Finalmente, a moralização é a avaliação da paixão, qualitativa (má ou boa) e quantitativamente (na medida ou excessiva), no espaço social em que foi vivida. Trata-se da reinserção na coletividade de um sujeito que, provisoriamente, afastou-se dela, vivenciando as tensões de seu mundo interior. Esta última etapa mostra que, para a semiótica, as paixões são abordadas em uma perspectiva social e intersubjetiva, não individual e subjetiva.

Observa-se, desse modo, que, apesar de abstratas, encontram-se nas estruturas sêmio-narrativas (níveis fundamental e narrativo) elementos, tanto do âmbito do inteligível quanto do sensível, que participam da constituição do enunciado e da imagem do sujeito da enunciação.

2.2 Estruturas discursivas

No nível discursivo, mais concreto, as estruturas semióticas são “colocadas em discurso”, passando, assim, pela instância da enunciação. A partir dos estudos de Benveniste, a enunciação tem sido largamente explorada pelas teorias do discurso, sendo definida, de modo geral, como instância produtora do enunciado, operação de transformação da língua em discurso ou, de acordo com o próprio autor, “colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82).

O linguista francês ressalta que o ato enunciativo é realizado por um sujeito da enunciação, exclusivamente linguístico, que revela a subjetividade na linguagem, isto é, “a capacidade do locutor para se propor como sujeito” (BENVENISTE, 1995, p. 286). O “eu”, diferentemente de uma palavra qualquer, como cadeira ou mesa, não tem uma referência exterior, mas serve para designar aquele que se diz sujeito, “é ego quem diz ego”. Observamos, portanto, que o sujeito da enunciação se constitui *na e pela* linguagem, pois ao mesmo tempo em que produz seu enunciado, é produzido por ele.

O fato de a enunciação representar um ato individual, um exemplar da “língua em uso”, fez com que muitos desacreditassem da possibilidade de investigá-la cientificamente.

Parece mesmo evidente que não se pode estudar a enunciação em seu momento de produção, pois ela é um acontecimento único. No entanto, partindo do princípio de que todo enunciado pressupõe uma enunciação que o produza, observa-se que ela projeta nele suas marcas. Surge, assim, a primeira pista para o estudo da enunciação, a reconstituição dos traços da enunciação deixados no enunciado, trabalho que tem revelado muitas constantes na produção discursiva.

Semioticamente, a enunciação é definida como uma “instância de mediação, que assegura a colocação em enunciado-discurso das virtualidades da língua” (GREIMAS; COURTÈS, s.d, p. 146). A enunciação é responsável pelo enunciado e, portanto, por todos os patamares do percurso gerativo do sentido. No entanto, ela se torna mais evidente no nível discursivo. No intuito de melhor compreender o funcionamento e a manifestação das regularidades enunciativas, o modelo metodológico da semiótica concebe uma sintaxe discursiva dividida em dois procedimentos fundamentais: por um lado, o estudo das marcas da enunciação deixadas no enunciado; por outro, o das relações entre enunciador, “destinador implícito da enunciação” e enunciatário, destinatário implícito.

2.2.1. Sintaxe discursiva

2.2.1.1 Projeções da enunciação no enunciado

Do ponto de vista das estruturas sêmio-narrativas, o ato enunciativo pode ser considerado segundo a perspectiva da comunicação e da produção. No primeiro caso, um destinador comunica-se com um destinatário. No segundo, temos um programa narrativo que resulta em um objeto-discurso, um *fazer-ser*. Ressaltemos que o fazer discursivo não pode ser considerado um processo estanque, no qual se tem separadamente a via da produção, que constrói o objeto-discurso, e a via da interpretação, que o sanciona, pois, o enunciador, visando a conquistar a adesão do enunciatário, procura construir seu discurso a partir do simulacro que possui deste, o que o torna não um simples receptor, mas um co-enunciador. Nessa perspectiva, enunciador e enunciatário constituem o sujeito da enunciação, que responde pelo enunciado.

Como dissemos anteriormente, o sujeito da enunciação, ao produzir o seu enunciado, instala-se também como sujeito. Este, por sua vez, encontra-se ancorado em um tempo e um espaço específicos, que representa a dêixis espaço-temporal do discurso, como bem aponta Fiorin:

espaço e tempo estão na dependência do *eu*, que neles se enuncia. O *aqui* é o espaço do *eu* e o presente é o tempo em que coincidem o momento do evento descrito e o ato de enunciação que o descreve. A partir desses dois elementos, organizam-se todas as relações espaciais e temporais (FIORIN, 1996, p. 42)

A enunciação é o lugar do *eu*, *aqui*, *agora*. Na construção do enunciado, ela instaura seu próprio simulacro, criando a enunciação enunciada, ou projeta um eixo distinto, o do *ele*, *alhures*, *então*, o enunciado enunciado.

Tanto as debreagens enunciativas (que instalam a enunciação enunciada), quanto as enuncivas (que instalam o enunciado enunciado), representam operações de disjunção enunciativa. Assim, uma afirmação como “eu estou cansada” pressupõe um eu que a realize, devendo ser compreendida como *eu digo “eu estou cansada”*; de modo semelhante, o período “um ano tem 365 dias” deve ser compreendido como *eu digo “um ano tem 365 dias”*. Ambos os procedimentos remetem à instância da enunciação. A enunciação enunciada, por meio de suas marcas de subjetividade, corresponde a uma espécie de simulacro da enunciação, com a qual estabelece laços metonímicos, e principalmente metafóricos. O enunciado, mesmo apagando os indícios da enunciação, o que cria efeito de sentido de objetividade, estabelece com ela uma relação metonímica. Assim, as marcas da enunciação estão, no primeiro caso, *in praesentia*, no segundo, *in absentia*.

Por meio das projeções de pessoa, tempo e espaço, engendra-se a estrutura referencial do texto. Além disso, esses mecanismos produzem diferentes efeitos de sentido, dentre os quais predominam a relação de *aproximação* e de *afastamento* entre enunciação e enunciado que, de acordo com a categoria instaurada, desdobra-se em outros efeitos, como, por exemplo, *subjetividade* e *objetividade*, no caso das projeções de pessoa, como podemos observar nas passagens seguintes:

a) A tortura quebrou o terror.

(...)

Entre 1964 e 1968 foram 308 denúncias de torturas apresentadas por presos políticos às cortes militares. Durante o ano de 1969 elas somaram 1027 e em 70, 1206.

(GASPARI, 2002, p. 160)

b) Espantei-me com o som do meu próprio grito e com as convulsões do próprio corpo. De repente eu estava encolhido feito um feto no canto da

sala. Só via botas. Meu olhar acompanhava os fios e parava no meio de uma descarga antes de chegar aos rostos dos meus torturadores.(POLARI, 1982, p. 78)

Ambos os trechos abordam a questão da tortura, no entanto, de modo bastante distinto. Em *a*, o emprego dos verbos na terceira pessoa do singular produz um efeito de sentido de objetividade, reforçado pela apresentação de dados numéricos e datas. O enunciador não participa dos acontecimentos enunciados, mas se distancia deles, limitando-se a informá-los. Apagam-se as marcas da enunciação, como se houvesse uma transposição dos fatos para o papel. Em *b*, o emprego de terminações verbais e o uso de pronomes da primeira pessoa do singular produzem um efeito de sentido de subjetividade e aproximação entre o enunciador e o enunciado. Não há, desse modo, distanciamento entre os fatos narrados e o sujeito que os narra.

É importante ressaltar que as marcas da enunciação no enunciado não se realizam apenas pelas debreagens, podendo se manifestar também por meio de “adjetivos e advérbios apreciativos”, “verbos e substantivos carregados de subjetividade” (FIORIN, 1996, p. 37), entre outros.

As projeções das categorias da enunciação implantam diferentes níveis enunciativos. No primeiro deles, tem-se o enunciador e o enunciatário, logicamente pressupostos, que remetem às imagens de autor e leitor construídas no e pelo discurso. Vale destacar que não se trata do ser ontológico, mas discursivo. No segundo nível enunciativo o enunciador instaura, por meio de uma debreagem, o narrador e o narratário, que correspondem ao destinador e destinatário instalados no enunciado. Apesar de a categoria do narrador ser explorada principalmente em discursos literários, pressupõe-se que todo texto possui um narrador, explícito ou implícito. Semioticamente, podemos entender que a análise de um único texto permite a apreensão da imagem do narrador, mas não do enunciador, pois as características de um só exemplar podem não corresponder às da totalidade. Por exemplo, é possível que um enunciador que se mostra cínico no todo de sua obra, apresente-se uma ou outra vez sem cinismo. Por isso, para apreender a imagem do enunciador, faz-se necessário apreender as recorrências de traços presentes em um conjunto de textos. Por fim, no terceiro nível da hierarquia enunciativa, o narrador pode realizar projeções no interior do enunciado, instalando o interlocutor e o interlocutário. Os níveis enunciativos constituem importante espaço para a construção dos efeitos de subjetividade e de objetividade, além de permitirem a instalação de diferentes vozes no enunciado.

Antes de passarmos às relações entre enunciador e enunciatário, é preciso tecer alguns comentários sobre a enunciação enquanto instância produtora do enunciado-discurso. O sujeito da enunciação, na produção de seu enunciado, é responsável pela axiologização dos conteúdos semânticos do discurso e pela orientação da visão de mundo, ou seja, pela ideologia adotada. Nesse sentido, como aponta Barros, a enunciação “assume [...] uma dupla tarefa de mediação, entre as estruturas narrativas e sêmio-narrativas e entre o discurso e o contexto sócio-histórico” (2001, p. 143). Observamos que o enunciador não goza de completa autonomia em seu fazer, pois os valores que atualiza lhe são determinados por um destinador sócio-histórico. Dessa forma, quando a narrativa apresenta desdobramentos polêmicos, com percursos de sujeito e anti-sujeito, destinadores e anti-destinadores, estes representam confrontos discursivos presentes na sociedade.

Seguindo essa perspectiva, embora a enunciação seja definida como “ato individual”, esta é essencialmente social, pois a produção de um enunciado insere-se em um determinado contexto, no qual se estabelecem relações de diversos tipos, dentre as quais mencionamos duas: a) relações com os enunciados produzidos “sincronicamente”, que podem ser de aliança, confronto, neutralidade, etc.; b) relações com enunciados anteriormente pronunciados, reafirmando-os, negando-os⁶, etc. Diante disso, adotamos nesta pesquisa uma perspectiva de análise interdiscursiva, pois o discurso se constitui e ganha sentido estabelecendo relações com outros discursos.

Os estudos enunciativos apresentaram algumas mudanças desde o seu surgimento, no fim dos anos 60 do século XX. Brandão (2001) afirma que as questões da enunciação passaram de uma concepção de sujeito homogêneo para heterogêneo e de enunciado transparente para opaco. Em outra perspectiva, o centro dos estudos passa do *eu* para o espaço de interação *eu-tu* ou *eu-outro*. Nesse sentido, muito contribuíram as reflexões de Bakhtin sobre dialogismo e polifonia⁷ e as pesquisas de Authier Revuz (1982) sobre a

⁶ Possenti (2001, p. 197) discorre sobre o caráter social da enunciação, tecendo os seguintes comentários: “ela não é um processo individual ou intencional (pelo menos, não só), mas um processo que é histórico e social” e “a enunciação é mais frequentemente do que se possa imaginar, a enunciação do já dito”.

⁷ De acordo com o princípio dialógico, concebido por Bakhtin como constitutivo da linguagem, o discurso é visto como um processo de comunicação interativa, assim, sua elaboração realiza-se tendo o outro em mira. A polifonia, também dialógica, pode ser entendida como a convivência de múltiplas vozes e consciências independentes no interior do discurso. Ela se opõe à monofonia, aparência de uma única voz. Sobre as diferenças entre esses conceitos, Barros (2003, p.6) afirma: “os textos são dialógicos porque resultam do embate de muitas vozes sociais; podem, no entanto, produzir efeitos de sentido de polifonia, quando essas vozes ou algumas delas deixam-se escutar, ou de monofonia, quando o diálogo é mascarado e uma voz, apenas, faz-se ouvir”. Notamos que as noções de dialogismo e polifonia permitem a presença das diferentes vozes sociais no interior do discurso.

questão da heterogeneidade no discurso. Com isso, o sujeito da enunciação é visto como uma espécie de maestro, procurando construir a unidade a partir da diversidade.

2.2.1.2 *Relações entre enunciador e enunciatário*

A produção de um enunciado pode também ser vista como uma relação entre um enunciador e um enunciatário, em que o primeiro, na categoria de destinador-manipulador, procura levar o segundo a crer no que está sendo dito e, caso a manipulação seja bem sucedida, a fazer o que se propõe. Ressaltamos que as operações da sintaxe discursiva não são estanques, pois as projeções da enunciação no enunciado também são parte da manipulação do enunciador em relação ao enunciatário.

Como se mencionamos no nível narrativo, ao fazer persuasivo do enunciador corresponde um fazer interpretativo do enunciatário. Para haver comunicação entre eles, o ato enunciativo estabelece um acordo fiduciário que apresenta dois aspectos, o caráter veridictório do texto e o modo de compreensão do enunciado (FIORIN, 1996, p. 35)

De acordo com a primeira perspectiva supramencionada, o enunciatário deverá, a partir da manifestação (parecer ou não parecer), interpretar a imanência do enunciado (ser ou não ser), julgando-o como verdadeiro ou falso, real ou fictício. É importante destacar que essa interpretação varia de acordo com a cultura, a sociedade, o gênero discursivo, etc. Para citar apenas um exemplo, sabe-se que não se tem as mesmas expectativas diante de um romance ou de uma notícia de jornal. Verificamos, dessa forma, que o importante é *parecer verdadeiro*, cabendo ao enunciador construir efeitos de sentido de verdade que levem o enunciatário a interpretá-lo como verdadeiro. Como já dissemos anteriormente, o ato interpretativo depende da persuasão do enunciador e de “um re-conhecimento”, ou seja, da comparação que o enunciatário realiza entre o enunciado recebido e o estoque de enunciados e valores que ele já conhece, procurando, assim, uma adequação.

O segundo aspecto do contrato fiduciário refere-se à relação entre enunciação e enunciado, instâncias que nem sempre dizem a mesma coisa. Assim, na frase “estou morto de fome”, há um efeito de sentido de intensificação no enunciado e de atenuação na enunciação, o que caracteriza uma figura de pensamento conhecida como hipérbole. O jogo de efeitos de sentido entre enunciação e enunciado apresenta diversas possibilidades, sendo que muitas delas se encontram descritas nos estudos sobre figuras retóricas.

Verificamos que o enunciador, em seu fazer persuasivo, utiliza-se de diversos recursos argumentativos para conquistar a adesão do enunciatário. Dessa forma,

encontramos na sintaxe discursiva um espaço de diálogo entre a semiótica e outras correntes de estudo do discurso que abordam as questões de argumentação e enunciação, como a retórica, a pragmática, a semântica de Ducrot, entre outras.

2.2.1.3 Algumas questões sobre o enunciatário

Como dissemos na introdução, um dos objetivos desta pesquisa consiste em apreender a imagem do(s) enunciatário(s) presente(s) nos discursos da ALN e da VPR. No entanto, até o presente momento, não existem muitos trabalhos que debatem especificamente esse aspecto teórico. Dessa forma, pretendemos, neste item, reunir alguns estudos esparsos que possam contribuir para refletirmos sobre esse tema.

No modelo analítico do percurso gerativo do sentido, a questão das modalidades representa um espaço fértil para a apreensão da imagem do enunciatário, pois, o enunciador em seu fazer persuasivo, partindo do simulacro deste, “doa-lhe valores modais do *querer*, do *saber*, do *poder* e do *dever*” (BARUFFALDI, 2006, p. 185), o que resulta em diferentes configurações de enunciatários. Assim, alguns discursos instauram, predominantemente, o sujeito do querer, como a publicidade ou o discurso político; outros, o sujeito em busca de competências (saber ou o poder), como um manual de instruções, etc.

Ao considerarmos não apenas uma única relação modal, mas uma combinatória de modalidades, avançamos um pouco mais na busca da imagem do enunciatário. Para realizar seu fazer interpretativo, é preciso que este queira e saiba (ou possa) fazê-lo, ou seja, enquanto sujeito interpretante, o enunciatário precisa ser dotado de competências modais, como saber a língua, dominar as implicações do contexto enunciativo, poder ler ou ouvir, acompanhar o raciocínio, entre outros. Um texto teórico da área de matemática pressupõe um leitor com uma série de conhecimentos e um tipo de raciocínio bastante diferente de um texto teórico da área de história, por exemplo. Poder-se-ia prosseguir nessa lista e pensar, por exemplo, em diferentes gêneros discursivos, etc., mas o que pretendemos é apenas mostrar que o enunciatário é dotado de competência modal, e que esta pode indicar um caminho para identificá-lo.

Maingueneau, em sua obra *Pragmática para o discurso literário*, dedica um capítulo⁸ ao “papel decisivo desempenhado pelo destinatário na produção e interpretação dos enunciados”. Nesse capítulo o autor menciona alguns tipos de leitor (enunciatário),

⁸ Trata-se do segundo capítulo, “A leitura como enunciação”.

dentre os quais destacamos o leitor *invocado*, explicitamente inscrito no enunciado, e o *instituído*, que fica implícito no texto. Sobre a apreensão das características deste último, o analista tece o seguinte comentário:

Pelo vocabulário empregado, pelas relações interdiscursivas (alusões em particular a outras obras), a inscrição neste ou naquele código de linguagem (francês, parisiense mundano, falar rural, francês padrão...), um texto vai supor caracterizações muito variadas de seu leitor (MAINGUENEAU, 1996, p. 35)

O domínio de determinado vocabulário, código de linguagem, etc., pressupõe saberes do enunciatário. Observamos que Maingueneau, apesar de não adotar a perspectiva teórica da semiótica discursiva (o autor discorre sobre recursos da pragmática⁹ a serem empregados na análise de discursos literários), também aponta competências do enunciatário como uma forma de caracterizá-lo.

O ato interpretativo depende também e, principalmente, das modalidades epistêmicas, das modalidades veridictórias¹⁰ e da confiança no enunciador, questões intimamente relacionadas à disposição para a análise da proposta do destinador-manipulador. Projetando no quadrado semiótico as diferentes posturas de um enunciatário diante de uma persuasão, Courtés (1998, p. 36-41) apresenta quatro categorias. A primeira categoria abrange o sujeito adepto, que crê imediatamente no que está sendo dito, por razões anteriores e/ou exteriores; no extremo contrário, encontra-se o “opponente”, que rejeita de prontidão a proposta, pois possui outro destinador. A terceira categoria engloba o sujeito desconfiado, não adepto, que tende a ser oponente. Por fim, há os não-opponentes ou simpatizantes, propensos à adesão. As categorias acima se encontram sistematizadas da seguinte maneira:

⁹ É importante destacar que, para a pragmática, essa competência do enunciatário corresponde a uma exigência para a compreensão do enunciado.

¹⁰ As modalidades veridictórias articulam as relações entre a imanência e a manifestação, o ser e o parecer. Esse “jogo da verdade” estabelece a condição do *ser do ser*: verdadeiro, falso, mentiroso ou secreto. As modalidades epistêmicas, que sobredeterminam as anteriores, correspondem ao julgamento final do destinatário (crer ser, crer não ser, não crer ser, não crer não ser) em relação aos enunciados que lhe são submetidos.

O enunciador, ao construir o enunciado, leva em consideração o tipo de enunciatário com o qual estabelecerá contato e o objetivo visado. Assim, ele pode pretender manter a adesão, conquistar a simpatia, neutralizar a oposição, entre outros.

Além das implicações do fazer interpretativo, as modalidades pressupostas pelo fazer pragmático do sujeito que o destinador manipulador pretende instaurar também podem conter traços do enunciatário, como, por exemplo, se ele é capaz de ler textos longos, de entender determinado vocabulário, etc.

Outras escolhas enunciativas podem revelar características do enunciatário. Prince (1973), em seu artigo “*Introduction à l’étude du narrataire*”, afirma que o narratário pode ser explicitamente instalado pelo narrador, ou se encontrar implícito¹¹, e aponta algumas formas de presença deste no texto¹², a saber:

- a) emprego do “nós inclusivo” (eu+tu ou eu + tu + ele) ou de pronomes indefinidos: o primeiro por incluir explicitamente o enunciatário e o segundo pela indefinição, que permite a inclusão deste;
- b) emprego de interrogações: as interrogações, mesmo quando parecem ser meras questões do enunciador para si próprio, dirigem-se também ao enunciatário;
- c) negações: à semelhança das interrogações, existem negações que não se referem ao enunciado, mas negam um conteúdo no qual supostamente o enunciatário se fia;
- d) comparações e analogias: normalmente esses recursos funcionam como uma espécie de “tradutores”, sendo o segundo termo supostamente mais adequado ao imaginário do enunciatário do que o primeiro;

¹¹ Notemos que a mesma divisão foi feita posteriormente por Maingueneau, em relação ao leitor.

¹² Apesar de o autor tratar de discursos literários, acreditamos que a indicação dessas formas de presença do narratário no texto possa contribuir para uma reflexão acerca do modo de apreensão das marcas dos enunciatários de diferentes gêneros discursivos.

e) justificativas: aqui se incluem as autocorreções e os comentários do enunciador acerca de seu fazer enunciativo (desculpa pelo uso de uma palavra não muito exata, pela digressão, pelo exemplo, etc), mecanismos que revelam a preocupação do enunciador com sua imagem e com a imagem do enunciatário.

Além dessas formas, as metáforas e as situações simbólicas também remetem ao enunciatário.

Os recursos anteriores são indícios que apontam para a possibilidade de presença do enunciatário no enunciado. No entanto, só a análise do texto poderá revelar se determinada escolha corresponde ou não a uma dessas marcas.

Os enunciatários podem ser tanto homogêneos quanto heterogêneos¹³ e, nesse sentido, acreditamos que, do ponto de vista da apreensão de sua imagem, não haja muita diferença no procedimento analítico de um ou outro tipo de discurso, e que a mudança incida sobretudo no grau de complexidade da análise.

2.2.3 *Semântica discursiva*

Na semântica discursiva, um programa ou percurso narrativo é revestido por um percurso temático, que poderá ser revestido ulteriormente por um percurso figurativo. Assim, os textos classificam-se como predominantemente temáticos ou figurativos, o que corresponde a diferenças não apenas no grau de figurativização, mas também nas estratégias discursivas e no efeito de sentido que produzem.

Os temas concretizam os investimentos abstratos nos valores do nível narrativo. Sua natureza é conceitual. Assim, os discursos temáticos classificam, explicam e organizam o mundo. Um percurso temático “é uma distribuição sintagmática de investimentos temáticos parciais” (GREIMAS; COURTÈS, s.d., p. 453) que permite a discursivização da narrativa de maneira coerente. O revestimento de um programa narrativo manifesta-se de diferentes formas, podendo a tematização enfatizar o estado inicial (manipulação), a transformação (ação), o estado final (sanção), etc.

As figuras correspondem aos elementos que remetem ao mundo natural. Dessa forma, os textos figurativos produzem um efeito de sentido de realidade. Ressaltemos, porém, que, assim como o efeito de verdade, o efeito de realidade resulta de um contrato entre o enunciador e enunciatário, como bem ilustra Barros (2001, p.118):

¹³ Vale ressaltar que o enunciatário não corresponde ao público empírico, mas a um efeito de sentido produzido no discurso, que pode ser de homogeneização ou de “heterogeneização”.

O enunciador utiliza as figuras do discurso para fazer-criar, ou seja, para fazer o enunciatário reconhecer “imagens do mundo” e, a partir daí, a verdade do discurso. O enunciatário por sua vez, crê-verdadeiro (ou falso ou mentiroso ou secreto), graças ao reconhecimento de figuras do mundo natural. O fazer-criar e o crer pressupõem [...] um contrato fiduciário de veridicção, que regulamenta o reconhecimento das figuras

As figuras também se ordenam sintagmaticamente para compor os percursos figurativos, podendo revestir um ou mais percursos temáticos. Arrisquemos um exemplo para não ficarmos na instância da pura abstração. Consideremos um programa narrativo que trate da conjunção de um sujeito com o valor *saber*. Este valor pode ser tematizado pelo *saber escolar* e figurativizado por um percurso que contenha as figuras: classe, carteira, lousa, mesa, livros, lápis, caneta, diploma, etc. Essa operação é resultado de uma escolha enunciativa feita a partir de um estoque de temas e figuras que varia de acordo com a cultura, o momento histórico, a condição social, etc. É importante destacar que desse estoque fazem parte também símbolos, estereótipos e outras manifestações discursivas do senso comum (temas e cenários consagrados, expressões fixas, etc.), que são normalmente associadas a narrativas de cognição, ação ou paixão. Dessa forma, assim como, em nossa sociedade, caneta e caderno geralmente fazem referência ao estudo, coração e flecha remetem ao amor.

Em relação às projeções actanciais, a semântica discursiva instaura os atores. No nível narrativo, como mencionamos anteriormente, encontram-se os actantes. O revestimento destes por um tema produz o papel temático, função privilegiada para a apreensão de questões ideológicas e de estereótipos no discurso. Isso porque o papel temático corresponde a uma espécie de programa de comportamento determinado, no qual diferentes singularidades podem ser reunidas em um “todo”, fazendo surgir “coletividades homogêneas”, como, por exemplo, “os comunistas”, “os militares”, “os católicos”, etc.

Da junção de pelo menos um papel actancial com um papel temático surge o ator. O ator pode ser individual ou coletivo, um homem ou uma nação; figurativo (antropomorfo ou zoomorfo) ou não figurativo, uma formiga ou um período histórico. Além disso, como mostra Greimas (1983, p. 49-66) em “*Les actants, les acteurs et les figures*”, um único ator pode revestir mais de um actante, e vice-versa. O primeiro caso pode ser ilustrado com a luta diária de Pedro, um só ator que se desdobra em dois actantes, sujeito, que o faz levantar cedo para trabalhar, e anti-sujeito, que o aconselha a continuar dormindo. Como

exemplo inverso (um actante, diferentes atores) pode-se citar a mãe e o pai de uma criança, ambos revestindo o papel de destinador-manipulador.

É importante destacar que, na produção do enunciado, o sujeito da enunciação representa um actante implícito; e o ator da enunciação, sua concretização temático-figurativa.

Outro elemento relevante para esta pesquisa no âmbito da semântica discursiva é a noção de isotopia, reiteração de traços manifestados por temas e figuras (ou só por temas) ao longo do texto, que garante sua coerência semântica. Muitos leitores fiam-se no caráter ilimitado da interpretação. No entanto, esta não é a perspectiva adotada neste trabalho. Acreditamos que um texto possa apresentar mais de uma leitura, mas nunca leituras infinitas.

A semântica discursiva é um espaço privilegiado para as manifestações ideológicas, pois o mesmo programa narrativo e o mesmo objeto-valor, quando preenchido por temas, isotopias e figuras, podem explicitar conteúdos diferentes. Por exemplo, durante o regime militar, diversos grupos lutavam contra a ditadura opressora, pela liberdade. No entanto, esses discursos apresentavam diferenças consideráveis. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) acreditava que o combate deveria ser travado por vias institucionais e lutava pelo direito ao voto direto. Já os adeptos da guerrilha eram contrários às disputas eleitorais e propunham a tomada do poder pela via armada. Entre esses dois extremos, havia grupos proferindo outros discursos.

Pelo exposto neste item, verificamos que as escolhas realizadas na semântica discursiva contribuem para a reconstituição do sujeito da enunciação e da ideologia.

Esses são os elementos do percurso gerativo do sentido que consideramos importantes para a depreensão das questões ideológicas, bem como das imagens do enunciador e do enunciatário presentes nos enunciados. Nos próximos itens, discorreremos brevemente sobre os conceitos aristotélicos de *éthos* e *páthos* e sua apropriação por algumas teorias do discurso, sempre tendo em vista apresentar os conteúdos teóricos que serão utilizados em nossa análise.

2.3. O *éthos* do enunciador

2.3.1 *Éthos aristotélico*

A democracia ateniense apresentava um ambiente bastante favorável para discussões e pronunciamento de discursos, pois muitas de suas decisões eram levadas a fóruns públicos, como assembleias, tribunais, etc. Nesse contexto, argumentar bem era uma qualidade que se esperava dos homens, como podemos observar nas palavras de Aristóteles:

seria absurdo que a incapacidade de defesa física fosse desonrosa, e o não fosse a incapacidade de defesa verbal, uma vez que esta é mais própria do homem do que o uso da força física. (I, 1355 a e b).¹⁴

Nos fóruns públicos não há interesse nem tempo de se provar a verdade, pois eles são do domínio da deliberação e só se delibera em caso de incertezas e de conflitos, não diante de verdades ou impossibilidades. Trata-se de opinar sobre o provável ou improvável, o possível ou impossível (Cf. REBOUL, 2000, p. 37-39). Assim, a retórica aristotélica surge como uma arte da persuasão a serviço da política e seu objetivo consiste em convencer, fazer crer, “discernir os meios de persuasão mais pertinentes a cada caso” (I, 1355b).

Devido ao caráter fundamental da persuasão, o Estagirita concebe *A Retórica* a partir de três eixos centrais, os três elementos constitutivos do ato enunciativo, tendo sido cada um deles explorado em um livro. O primeiro livro refere-se ao orador e discorre sobre seus argumentos e sua adaptação ao público; o segundo trata do auditório e de suas paixões; o livro III disserta sobre o discurso propriamente dito, abordando a disposição dos argumentos, sua ornamentação, a escolha das figuras de linguagem, etc. Essa estrutura tripartite engloba também as três provas oratórias, recursos considerados pelo autor como essenciais para a persuasão: a primeira prova, *logos*, lógica e objetiva, relaciona-se ao corpo da argumentação; as outras duas, *éthos* e *páthos*, de ordem moral e subjetiva, tratam, respectivamente, da autoridade do orador (de seu caráter) e das paixões de seus ouvintes (I, 1356a).

¹⁴ Esse “I” refere-se ao primeiro livro da *Retórica* de Aristóteles.

O *éthos* reside, portanto, no caráter moral do orador. Trata-se da imagem que este constrói¹⁵ no discurso para inspirar confiança no auditório e tornar sua persuasão mais eficaz, ideia expressa com bastante clareza no texto do filósofo grego:

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas. [...] porém, é necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador (I, 1356 a)

De acordo com Aristóteles (II, 1378a), três são as causas que tornam o orador persuasivo: *phrónesis*, *areté* e *eunóia*. A primeira (traduzida como prudência) significa ter ar ponderado, apresentar conselhos razoáveis; a segunda (virtude), significa apresentar-se como simples e sincero; a terceira (benevolência) significa ser solidário e amável com os ouvintes. Inspira mais confiança, ou seja, apresenta a melhor imagem de si, aquele que possui, pelo menos aparentemente, todas estas qualidades. Voltaremos a tratar dessas causas posteriormente.

Embora a *Retórica* discorra sobre outras questões acerca do *éthos* do orador, consideramos essas as mais relevantes para a presente pesquisa.

2.3.2 Apropriações e reinterpretações do *éthos*

Como foi possível observar pela exposição acima, a retórica aristotélica revela-se atual em muitos aspectos, sobretudo porque estuda questões de persuasão e de intersubjetividade, levando em consideração a necessidade de o orador se adaptar ao auditório, perspectiva que encontra hoje traços semelhantes em diferentes discursos, como o político, o publicitário, o didático, etc. Nesse sentido, a questão do *éthos* tem sido retomada e desenvolvida por diversas teorias do discurso, dentre as quais se destacam: a teoria da argumentação, a pragmática, a análise do discurso e a semiótica. A apropriação desse conceito por diferentes campos teóricos fez surgir, a partir da noção aristotélica inicial, duas dicotomias: *éthos* prévio ou pré-discursivo vs *éthos* discursivo; *éthos* dito vs mostrado.

De maneira resumida, o primeiro desdobramento divide a “imagem preexistente do enunciador” (*éthos* prévio) e a imagem que este constrói em seu discurso (*éthos*

¹⁵ Como dissemos no item sobre a enunciação, o sujeito enunciativo (e sua imagem) constrói-se no e pelo discurso, e, dessa forma, suas estratégias discursivas podem ser conscientes ou não.

discursivo). Esta última, adotada por Aristóteles (como já mencionamos anteriormente, encontra-se na obra do Estagirita a seguinte afirmação “é necessário que essa confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador”) e acolhida pela maioria das teorias discursivas, como a análise do discurso, a semiótica, entre outras, avalia que a imagem do enunciador se forma no ato enunciativo.

A noção de *éthos* prévio, empregada na Antiguidade por Isócrates e Quintiliano, encontra-se atualmente desenvolvida sobretudo pela sociologia dos campos, proposta teórica de Bourdieu (1982). Para seus adeptos, a imagem do orador deve-se mais à função e ao papel que este exerce do que ao discurso proferido, como bem explica Amossy (2005, p. 121): “a eficácia da palavra [para os adeptos do *éthos* prévio] não depende do que ela enuncia, mas daquele que a enuncia e do poder do qual ele está investido aos olhos do público”. O *éthos* prévio reside, dessa forma, na imagem do sujeito no mundo, exterior ao discurso.

Segundo Amossy, e nesse ponto concordamos com a autora, não se pode dissociar completamente as imagens externa e interna do enunciador, pois o *éthos* prévio do orador “faz parte da bagagem dóxica dos interlocutores e é necessariamente mobilizado pelo enunciado em situação” (AMOSSY, 2005, p. 136-137).

Na mesma direção, Maingueneau (2005) afirma que o enunciador, em seu fazer enunciativo, considera sua imagem pré-existente (*éthos* pré-discursivo) e, de acordo com o objetivo, constrói seu discurso para reforçá-la, transformá-la, neutralizá-la, etc.

Para a Semiótica, o *éthos* prévio corresponde à imagem do sujeito formada a partir de discursos anteriormente proferidos por ele e sobre ele. Dessa forma, este é construído no interdiscurso, instância também constitutiva do sentido do discurso a ser produzido.

Para tratar da segunda dicotomia mencionada, *éthos* dito *versus* mostrado, tomaremos como ponto de partida as seguintes definições de *éthos*:

Ethe são os atributos do orador [...] os traços de caráter que o tribuno deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão: são suas *aparências*. [...] O orador enuncia uma informação e, *ao mesmo tempo*, afirma: sou isso e não aquilo. (BARTHES, 1975, p. 203, grifos do autor)

Não se trata de afirmações auto-elogiosas que o orador pode fazer sobre sua própria pessoa no conteúdo de seu discurso [...] mas da

aparência que lhe confere a fluência, a entonação [...]”¹⁶ (DUCROT, 1984, p. 201, tradução nossa)

Observa-se que, tanto Barthes quanto Ducrot propõem que o *éthos* se constrói e se *mostra* segundo a forma de enunciar (pelo dizer), não pelos enunciados que o orador profere sobre si (o dito). Para ilustrar essa ideia, podemos pensar em uma entrevista de emprego. Nesta, a competência do candidato não se mede por afirmações do tipo “eu sou bom em computação, em programação visual, etc”, mas pelo modo como este aborda tais temas, pelo vocabulário empregado, etc.

O *éthos* dito normalmente é definido como aquele construído sobretudo por meio das afirmações auto-elogiosas – mas também de críticas, ironias, etc. – que o enunciador faz de si ou de seu modo de dizer. No entanto, este pode apresentar um caráter mais complexo, como indicam as palavras de Maingueneau (2005, p.80):

O *ethos* dito vai além da referência direta do enunciador a sua própria pessoa ou a sua própria maneira de enunciar [...]; existe de fato grande diversidade de meios para evocar indiretamente, para sugerir o *ethos* do enunciador. [...]

O *ethos* dito, além da figura do fiador e do antifidatário, pode também incidir sobre o conjunto de uma cena de fala, apresentada como um modelo ou um antimito da cena de discurso

Parece haver certo consenso entre as teorias do discurso de que o *éthos* “é mostrado, não dito”, e as análises buscam depreendê-lo, principalmente, no dizer.

2.3.2.1 O caráter tridimensional do *éthos*

Alguns autores associam as três características apresentadas por Aristóteles (II, 1378 a) como necessárias para que o orador inspire confiança (*phrónesis*, *areté*, *eunóia*) a cada uma das provas oratórias. Eggs (2005), estudando os três conceitos empregados pelo Estagirita, não apenas na referida passagem, mas ao longo de toda a obra do autor, realiza as seguintes associações: a) *phrónesis*: ter ar ponderado, apresentar argumentos e conselhos sábios e razoáveis – explorar o *logos*; b) *areté* - mostrar-se simples e sincero, argumentar de maneira honesta – explorar o *éthos*; c) *eunóia* - apresentar uma imagem agradável de si, ser solidário com os ouvintes – explorar o *páthos* (EGGS, 2005, p. 32).

¹⁶ « Il ne s’agit pas des affirmations flatteuses qu’il peut faire sur sa propre personne dans le contenu de son discours [...] mais de l’apparence que lui confèrent le débit, l’intonation [...] » (DUCROT, 1984, p. 201)

Dessa forma, o *éthos* desdobra-se em três dimensões, cabendo ao orador construir suas provas com ênfase no recurso (*éthos*, *páthos* ou *logos*) mais adequado para o auditório e a situação.

O argumento da tridimensionalidade do *éthos* encontra-se reforçado por pelo menos dois aspectos da retórica. Por um lado, pela questão da persuasão. Todo discurso volta-se para o convencimento de um auditório (*páthos*), que deverá sempre ser levado em consideração na construção da imagem do orador. Por outro lado, o *éthos*, tal como proposto por Aristóteles, manifesta-se pelo discurso, portanto, pelo *logos*.

2.3.2.2 *Éthos para Maingueneau*

Entre os autores que se debruçam sobre a questão do *éthos*, destacamos Maingueneau (1995, 2005, 2006 e 2008), que foi um dos pioneiros¹⁷ na retomada do conceito aristotélico. O analista de discurso francês preocupa-se em abordar esse conceito de uma perspectiva que contemple tanto discursos escritos, quanto orais. Como consequência, a noção de voz, específica da oralidade, é substituída pela de tom, presente também em textos escritos. O tom implica uma corporalidade, fazendo emergir “uma origem enunciativa, uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador” (MAINGUENEAU, 2005, p. 72) e se responsabiliza pelo enunciado. Ressaltemos, porém, que o fiador representa a imagem do enunciador construída pelo co-enunciador¹⁸ a partir de índices presentes no texto, não se tratando, portanto, do autor real.

“Instância subjetiva encarnada”, o fiador encontra-se investido de um caráter e de uma corporalidade. O primeiro corresponde a um conjunto de traços psicológicos; o segundo relaciona-se a uma “compleição corporal”, a uma forma de se vestir e de se movimentar no espaço social. A construção do caráter e da corporalidade realiza-se a partir de um esquema de representações e estereótipos existentes na sociedade (Cf. MAINGUENEAU, 1995 e 2005).

O *éthos* e seus desdobramentos relacionam-se, dessa forma, ao *habitus*, uma maneira de viver e agir que determina diferentes situações de enunciação, nas quais se

¹⁷ Vale ressaltar que Ducrot (1984) aponta a existência de um locutor que deve ser compreendido como responsável pelo enunciado, a quem se liga um *éthos*. Maingueneau (1984), embora não tenha ainda empregado o conceito de *éthos*, já aborda o enunciador como fiador.

¹⁸ O termo co-enunciador empregado por Dominique Maingueneau equivale, aproximadamente, ao conceito de enunciatário em semiótica. Por estarmos adotando esta perspectiva teórica, utilizaremos predominantemente enunciatário. No entanto, ao discorrer sobre os estudos de Maingueneau, preservaremos a palavra co-enunciador.

inscrevem diferentes fiadores. Maingueneau ressalta, e esse é um dos pontos-chaves de sua teoria, que não se pode considerar o *éthos* como um elemento independente da cena de enunciação:

ele [ethos] é parte constitutiva da cena de enunciação [...].O discurso pressupõe essa cena de enunciação para poder ser enunciado e, por seu turno, ele deve validá-la por sua própria enunciação: qualquer discurso, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente (MAINGUENEAU, 2005, p. 75)

Normalmente, espera-se uma coerência entre o *éthos* e a cena na qual o discurso é proferido¹⁹. Assim, não seria muito pertinente, por exemplo, um orador investir-se da imagem de religioso em um congresso de discussões científicas.

Procurando analisar a cena de enunciação, Maingueneau desdobra-a em três: a) cena englobante, mais abrangente, que garante o *status* pragmático ao discurso (literário, religioso, filosófico, etc); b) cena genérica, que se relaciona ao contrato com o gênero (editorial, sermão, guia turístico, etc); c) cenografia, construída pelo próprio texto. A partir daí, o autor propõe uma classificação dos gêneros discursivos a partir das diferentes relações que estabelecem entre a cena genérica e a cenografia. Essa divisão apresenta, em um extremo, os discursos que sofrem grande coerção da cena genérica, como uma lista telefônica, por exemplo; em outro, os mais independentes desta cena, como o texto literário (Cf. MAINGUENEAU, 2005, p. 75). Dessa forma, o *éthos* de um enunciador inscreve-se em uma determinada cenografia.

O autor chama de “incorporação” a maneira como o co-enunciador se relaciona com o discurso do enunciador e descreve as etapas do processo que permite que essa incorporação ocorra da seguinte maneira: a) a enunciação atribui um corpo ao enunciador; b) o co-enunciador assimila um conjunto de esquemas que representam um modo específico de habitar o mundo; c) constitui-se, a partir das duas primeiras incorporações, uma comunidade imaginária daqueles que são adeptos do mesmo discurso (Cf. Maingueneau, 1995 e 2005). Como podemos observar, é preciso que o co-enunciador se identifique não apenas com o enunciador, mas com a cena enunciativa, podendo imaginar-se naquela situação.

¹⁹ Vale ressaltar que o discurso poderá também optar por causar um estranhamento entre *éthos* e cena de enunciação, visando a obter determinado efeito de sentido.

Pelas informações supracitadas, observamos que Maingueneau não só amplia a noção de *éthos* para discursos escritos, como desenvolve reflexões sobre as relações que se estabelecem entre este conceito e as noções de adesão e cena de enunciação.

2.3.2.3 *Éthos e semiótica*²⁰

Semioticamente, como já dissemos, a reunião do enunciador e do enunciatário, ambos responsáveis pela produção do discurso, constitui o *sujeito da enunciação*. Este sujeito é concretizado por temas e por figuras, formando o *ator da enunciação*, que congrega o *éthos* e o *páthos*. Dessa forma, o *éthos* se constrói como a imagem do enunciador do ator da enunciação. Esta não se depreende a partir de um único enunciado, que remete à imagem do narrador, mas de um conjunto de textos. Torna-se, dessa forma, bastante relevante o recorte de uma totalidade. Para esclarecer essa questão, desenvolvida por Discini (2003), vamos retomar os exemplos analisados pela própria autora ao dissertar sobre a constituição de totalidades no âmbito da imprensa nacional. Segundo a semioticista, essa divisão depende do objetivo da pesquisa. Assim, se o trabalho pretende depreender o *éthos* de uma “imprensa dita séria”, toma-se *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* como uma única totalidade, que se opõe a outra totalidade, a “imprensa sensacionalista” (*Notícias Populares, Agora*, etc.); por outro lado, se a análise visa mostrar a diferença entre os *éthé* da *Folha* e do *Estado*, estes jornais passam a ser abordados como duas totalidades distintas.

Para depreender o *éthos*, busca-se, no interior da totalidade estabelecida, encontrar as recorrências existentes, como mostra Fiorin (2004, p. 125):

Onde se encontram, na materialidade discursiva da totalidade, as marcas do *éthos* do enunciador? Dentro dessa totalidade, procuram-se recorrências em qualquer elemento composicional do discurso ou texto: na escolha do assunto, na construção das personagens, nos gêneros escolhidos, no nível de linguagem usado, no ritmo, na figurativização, na escolha dos temas, nas isotopias, etc.

O *éthos* do enunciador define-se, portanto, pelas escolhas realizadas pelo sujeito da enunciação na construção de seu objeto, o enunciado. Desse modo, devemos buscar apreendê-lo a partir das recorrências encontradas em todos os níveis dos textos produzidos,

²⁰ Como dito no início deste capítulo, foram apresentados os elementos de semiótica que podem contribuir mais diretamente para a depreensão das imagens do enunciador e ou do enunciatário, *éthos* e *páthos*. Dessa forma, consideramos redundante discorrer longamente sobre a relação entre *éthos* e semiótica.

ou seja, fundamental, narrativo, discursivo, e em relação com outras totalidades (interdiscurso).

Ao longo deste item, observamos que o conceito de *éthos* tem sido explorado de diferentes maneiras por diversas correntes teóricas e consiste, por várias razões, em uma noção difícil de ser apreendida discursivamente. Primeiro, porque este não apresenta uma única dimensão, o que significa que não há uma única forma de o *éthos* se manifestar; segundo, este não é da ordem do dito, do enunciado, mas do mostrado, o que nos leva a refletir sobre os traços que podem conter ou sugerir suas marcas; terceiro, trata-se de um conceito que abrange todo o ato de enunciação. Esses motivos são suficientes para mostrar que se trata de uma noção um tanto fluida, ou, tomando emprestado o termo empregado por Maingueneau, “intuitiva”. Essas dificuldades representam desafios para novas pesquisas e justificam mais uma tese abrangendo o conceito de *éthos*. Como afirma Maingueneau (2008, p.12), com quem concordamos totalmente, “o importante, quando somos confrontados com essa noção é definir por qual disciplina ela é mobilizada, no interior de que rede conceitual e com que olhar”.

Vale ressaltar que nesta pesquisa estamos adotando o *éthos* sob a perspectiva da semiótica discursiva, no intuito de apreender a imagem do enunciador em duas totalidades, o discurso da ALN e o discurso da VPR.

2.4. O *páthos* do enunciatário

2.4.1 Páthos aristotélico

Do ponto de vista retórico, para persuadir o auditório, não basta apresentar bons argumentos, é necessário despertar sentimentos que o coloquem em disposição favorável em relação ao orador. Assim, o livro II da *Retórica* é dedicado ao auditório e às suas paixões. Aristóteles define paixões como “todos aqueles sentimentos que, causando mudança nas pessoas, fazem diferir seus julgamentos”, e explica: “para as pessoas que amam, as coisas não parecem ser as mesmas que para aquelas que odeiam, nem, para os dominados pela cólera, as mesmas que para os tranquilos” (Cf. II, 1). Castellani, em seu estudo sobre a retórica das paixões, apresenta uma definição do termo *páthos* que traz algumas informações complementares às palavras do Estagirita, contribuindo para uma maior compreensão das mesmas:

Como definir esse *páthos*? A palavra grega, para a qual o latim apresentará diversos termos equivalentes, entre os quais, evidentemente, *perturbatio*, *adfectus*, ou *motus animis*, designa o estado de alma, sua disposição, sobretudo quando agitada por alguma causa exterior; a qualidade de uma substância ou sua propriedade; mas também um acontecimento que se produz, uma mudança, uma alteração. (Castellani, 2000, p. 49, tradução nossa)²¹

Percebemos uma constante: nas duas definições anteriores, despertar sentimentos corresponde a agitar, alterar estados de alma. Mas Castellani (2000), ao afirmar que as paixões podem ser despertadas por um “acontecimento que ocorre”, introduz uma nova informação, desenvolvida por meio da comparação²² entre *éthos* e *páthos*. O primeiro seria uma emoção comedida, um estado contínuo, durável; o segundo, uma emoção forte, de movimentos vivos, um estado momentâneo, que comanda o outro. O *éthos* desenrola-se no tempo de modo constante e estável; o *páthos* surge momentaneamente, como uma irrupção emotiva (CASTELLANI, 2000: 51-52). Traçando um paralelo entre o comentário da autora e os conceitos propostos pela semiótica tensiva, diríamos que o *éthos* é extenso, e o *páthos*, intenso.

Voltemos à questão central do *páthos* para Aristóteles, a da comoção do auditório. Para alcançar esse objetivo, o filósofo grego aponta a necessidade de distinguir três pontos de vista a respeito de cada paixão - quem a sentiria, contra quem, em quais circunstâncias - e realiza a descrição desses sentimentos sempre em função da idade (juventude, maturidade, velhice) e da condição social dos homens que potencialmente podem experimentá-los. Como se pode perceber, a abordagem do tema não é psicológica e subjetiva, mas social e “objetiva”. Segundo Barthes (1975), a psicologia de Aristóteles representa a reprodução do senso comum, do imaginário popular. Assim, não se trata das paixões como elas são, mas de como o público crê que elas são e se manifestam e, a partir daí, de como utilizar esse conhecimento para despertar no auditório as paixões desejadas e alcançar os resultados pretendidos. O estudo das paixões revela-se objetivo na medida em que o autor, ao investigar cada uma das paixões a partir de um conjunto de questões fixas, busca uma coerência, uma lógica interna para elas.

²¹ « Comment définir ce *pathos*? Le mot grec, dont le latin donnera plusieurs équivalents, et notamment *perturbatio*, *adfectus*, ou *motus animi*, désigne l'état de l'âme, sa disposition, en particulier lorsqu'elle est agitée par quelque cause extérieure; la qualité d'une substance ou sa propriété; mais aussi un événement qui se produit, un changement, une altération » (CASTELLANI, 2000, p. 49).

²² Segundo afirmação da própria autora, a comparação estabelecida entre *éthos* e *páthos* toma como base a mesma comparação apresentada por Quintiliano no livro quatro de sua obra *Instituições Oratórias*.

A prova do *páthos* constrói-se a partir de um jogo de representações envolvendo a imagem que o orador possui de seu auditório e aquela que acredita que este possui dele. Partindo desses simulacros, o destinador, visando a persuadir os seus destinatários, desenvolve argumentos específicos de maneira peculiar. Assim, a transmissão e a captação das paixões relaciona-se diretamente à imagem do enunciador, sobretudo à sua corporalidade, como indica a seguinte passagem: “segue-se que necessariamente os que animam suas palavras com gestos, vozes, vestimentas e, em geral, com a capacidade teatral são mais dignos de compaixão” (*Retórica*, II, 1386a). A corporalidade parece ser uma instância privilegiada para o estudo do *páthos*, pois os sentimentos se expressam, em grande medida, pelo corpo. O impaciente movimenta-se sem parar; o amedrontado empalidece; o envergonhado enrubesce; etc.

Assim como o *éthos*, o *páthos* também possui uma natureza tridimensional (as emoções constroem-se no discurso, pela imagem do orador). Discorrendo sobre o tema, Castellani (2000, p. 178-179) enfatiza a intrínseca relação entre *éthos* e *páthos*. Para a pesquisadora, as virtudes morais impõem limites às paixões, funcionando como “rédeas”.

Muitos estudiosos da Retórica Antiga, como Eggs (2005) e Meyer (1999), ressaltam o caráter interdependente e complementar das três provas oratórias (*logos*, *éthos* e *páthos*) e defendem a necessidade de estudá-las de modo interligado, posição com a qual concordamos. Vale destacar, porém, que adotar essa perspectiva não significa negar a possibilidade de predominância de uma das provas no discurso.

2.4.2 Apropriações e reinterpretações do *páthos*

Juntamente com o resgate do conceito de *éthos*, as teorias do discurso têm-se debruçado, mais timidamente, é verdade, sobre a questão do *páthos*. Esse conceito foi retomado sobretudo a partir da década de 90 e seus estudos encontram-se ainda em fase de delimitação de fronteiras. Ressaltemos, de início, que não se trata de pesquisar sentimentos vivenciados empiricamente, mas de sua manifestação pela linguagem, como “paixões de papel”. Outro delineamento importante consiste na abordagem metodológica, pois, como se sabe, as teorias discursivas ocupam-se basicamente do discurso, podendo depreender os processos de produção ou de recepção apenas por pressuposição. Assim, “ao descrever e categorizar [...] lugares de inscrição da emoção ou da informação nos limitamos a supor que os dados apresentados representam o modo como a instância de produção se representa a instância de recepção (EMEDIATO, 2007, p. 294).

Nessa perspectiva, investiga-se a mobilização do público por meio do discurso do orador, pois, como dissemos anteriormente, este realiza suas escolhas enunciativas a partir da imagem do enunciatário, buscando prever suas reações passionais, o que faz com que seu discurso contenha muitos traços desse co-enunciador.

É preciso mencionar, ainda, algumas dificuldades acerca da apreensão do *páthos* no discurso. Embora alguns recursos sejam utilizados recorrentemente para exprimir emoções – intensificadores, exclamações, repetições, etc. – não existem determinações prévias de manifestação de sentimentos na linguagem. De modo semelhante, os estudos da semiótica não consideram a existência de um lugar específico da paixão no percurso gerativo do sentido, apenas indicam aqueles lugares em que podemos encontrar, com maior frequência, a sua manifestação, como as modalizações, o aspecto, os percursos temáticos, figurativos, etc. Tanto no primeiro quanto no segundo caso acima, o que temos são apenas possibilidades, que deverão ser confirmadas pelo analista. Observamos, desse modo, que, assim como o *éthos*, o *páthos* também envolve todo o ato enunciativo, e para apreendê-lo é preciso contar com certo grau de “intuição”.

Apesar das dificuldades, os estudos avançam e, aos poucos, encontram alguns consensos. Tanto a semiótica quanto a análise do discurso associam as emoções²³ a um sistema de crenças e representações. As paixões não são meras pulsões instintivas, alheias à realidade social, elas se manifestam em indivíduos de acordo com seus valores, suas expectativas, etc.; assim, dificilmente poderíamos imaginar a existência de sentimentos como dó, raiva ou inveja sem esses elementos. A segunda associação significa que as paixões representam o lugar do Outro, nossa “consciência social”, o ponto de encontro do indivíduo com o mundo. Elas são reversíveis, interativas, relacionam-se à percepção que temos do outro, à que queremos que o outro tenha de nós, às respostas que produzimos à imagem que cremos que o outro faz de nós, etc, sempre em função de nosso sistema de valores. Observamos, desse modo, que, da perspectiva do discurso, as paixões resultam de contratos enunciativos.

Semioticamente, o *páthos* se constrói como a imagem do enunciatário do ator da enunciação. Como já foi dito, o sujeito da enunciação, responsável pelo enunciado, desdobra-se em enunciador e enunciatário. Esse sujeito é um ator, isto é, possui pelo menos um papel actancial e um papel temático, aos quais se soma, com os estudos sobre o

²³ Trataremos nesta pesquisa do que Charaudeau (2000) chamou de *patemização*, termo derivado de *páthos* que engloba sentimento, paixão, emoção, etc., pois consideramos que o desdobramento desses conceitos é assunto de outras áreas de conhecimento, como a psicologia ou a filosofia.

páthos, um papel *patêmico*, que aborda as características passionais do sujeito da enunciação. Fiorin (2004 b, p.15) considera a apreensão da imagem desse ator da enunciação bastante relevante para a compreensão do conjunto das escolhas enunciativas:

Os atores da enunciação, imagens do enunciador e do enunciatário, constituem simulacros do autor e do leitor criados pelo texto. São esses simulacros que determinam todas as escolhas enunciativas, sejam elas conscientes ou inconscientes, que produzem os discursos. Para entender bem o conjunto de opções enunciativas produtoras de um discurso e para compreender sua eficácia é preciso apreender as imagens do enunciador e do enunciatário, com suas paixões e qualidades, criadas discursivamente

Ainda de acordo com o autor, a noção de *páthos* corresponde a um importante instrumento para desenvolver reflexões sobre o modo de apreender a imagem do enunciatário no discurso.

Como dissemos na introdução, esta pesquisa tem por objetivo apreender a imagem do(s) ator(es) da enunciação dos discursos da ALN e da VPR. Para atingirmos esse fim, optamos pelo uso do suporte teórico-metodológico anteriormente exposto, ou seja, tomaremos como base a semiótica greimasiana, por considerá-la uma teoria de alta capacidade heurística, mas faremos uso também de alguns conceitos de outras teorias. Acreditamos que o diálogo entre diferentes teorias, quando feito de maneira complementar, com a manutenção de uma linha teórica bem definida, pode ser uma ferramenta bastante enriquecedora para a análise.

3. O discurso da ALN

*O mundo não é uma folha
de papel, receptiva:
o mundo tem alma autônoma,
é de alma inquieta e explosiva.*
João Cabral de Melo Neto

3.1 Primeira fase

Iniciaremos o estudo do discurso da Ação Libertadora Nacional (ALN) a partir da análise de textos produzidos entre 1967 e 1969, período de preparação e lançamento da guerrilha, que estamos chamando neste trabalho de “primeira fase” da luta armada, forma de resistência à ditadura militar praticada em nosso país entre 1968 e 1973. Dividimos o material da primeira fase em dois blocos, de acordo com o público alvo, pois consideramos que, com essa divisão, será mais fácil alcançar nossos objetivos de estudar o ator da enunciação, junção das imagens do enunciador e do enunciatário, e o *páthos* do enunciatário, ou seja, o modo de comovê-lo, ambos produzidos no texto e depreensíveis dele. O primeiro bloco compõe-se de documentos internos da organização ou produzidos para militantes de outros grupos armados; o segundo é formado por materiais de propaganda, direcionados principalmente para o público externo¹. Vale ressaltar que se trata de um leitor ideal enunciado, ou melhor, anunciado, cujas características serão depreendidas na análise.

3.1.1 Documentos internos

Consideramos documentos internos o conjunto de textos produzidos pela ALN que apresentam as seguintes características:

- têm três funções principais: conquistar a adesão, entre os militantes de esquerda, para a luta armada; organizar a guerra revolucionária e formar seus membros;

¹ Vale ressaltar que essas divisões são meramente metodológicas, pois sabemos que na prática os públicos se misturam.

- os temas mais recorrentes são: conjuntura política; organização, luta e militantes armados;
- os textos possuem extensão variada, entre 01 e 26 páginas, sendo a maioria com mais de 05 páginas;
- os textos são construídos com linguagem predominantemente formal.

Observa-se, pelas características gerais, que os documentos internos da ALN não compõem um gênero, pois, apesar de apresentarem muitas semelhanças em suas funções e no conteúdo temático, estes não mantêm a mesma forma composicional.

A leitura do material revela a recorrência de três grandes eixos temáticos, em torno dos quais estruturamos nossa análise. No primeiro, menos desenvolvido, encontra-se uma avaliação da conjuntura nacional e das condições de surgimento da luta armada no Brasil; no segundo, aborda-se o perfil do guerrilheiro e sua formação, sobretudo prática, isto é, para a ação; no último eixo temático, discorre-se sobre a guerra revolucionária, suas características e seu modo de preparação. Antes de prosseguirmos, gostaríamos de fazer duas ressalvas. Primeiro, os temas não surgem explicitamente separados, mas diluídos ao longo dos textos. Segundo, nosso objetivo não é realizar um estudo exaustivo de cada um desses eixos temáticos, mas tecer uma análise que nos permita depreender as características relevantes para a constituição do *éthos* do enunciador e do *páthos* do enunciatário desse discurso.

A análise foi feita com base nos seguintes documentos:

Título	Responsável	Data	Nº de páginas	Referência
1. Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil	Carlos Marighella	1967	14 páginas	MARIGHELLA, 1979, p. 117-130
2. Alocuções sobre a Guerrilha Rural	Carlos Marighella	1969	4 páginas	CARONNE, 1984, p. 57-60
3. As perspectivas da revolução brasileira	Carlos Marighella	1969	5 páginas	AEL/BNM, anexo 5335
4. Características de nossa atual estrutura	Carlos Marighella	1969	2 páginas	AEL/BNM, anexo 5812
5. Mini-manual do guerrilheiro urbano	Carlos Marighella	1969	26 páginas	In: DHnet. Rede de Direitos Humanos e Cultura. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br >. Acessado em: 15 fev. 2007
6. O guerrilheiro, nº 1	Agrupamento Comunista	1968	4 páginas	Cedem-Cemap
7. O papel da ação revolucionária na organização	Carlos Marighella	1969	18 páginas	AARÃO; SÁ, 2006, p. 264-281
8. Operações e táticas guerrilheiras	Carlos Marighella	1969	10 páginas	AEL/BNM, anexo 75
9. Sobre a organização dos revolucionários	Carlos Marighella	1969	3 páginas	CARONNE, 1984, p. 61-63
10. Sobre problemas e princípios estratégicos	Carlos Marighella	1969	5 páginas	AEL/BNM, anexo 5812

Discurso guerrilheiro e interdiscurso

A análise de conjuntura da ALN prioriza dois alvos, a esquerda não armada e a ditadura. Esse fato não causa grandes surpresas, pois, como mencionamos no capítulo referente às condições de produção, a esquerda, surpreendida pelo golpe, entra em crise e apatia, não esboçando as reações esperadas. Além disso, o PCB havia adotado uma linha

política pacífica. Por outro lado, diante da ausência de oposição, os militares abusavam de atos e medidas arbitrárias e inconstitucionais.

Para analisar esse primeiro eixo temático, selecionamos algumas passagens do discurso da ALN onde se verificam críticas diretas aos discursos mencionados.

Crítica à ditadura

Observemos os fragmentos abaixo:

1. [...] a inflação não foi dominada, a moeda nacional desvalorizou-se até ao limite mais inexpressivo. Os preços, os aluguéis, os impostos são exorbitantes. Os salários agravaram-se. Os problemas de estrutura agravaram-se. O país está mergulhado numa crise crônica e a crise política é permanente. [...] As cadeias estão cheias de presos políticos. O Brasil tem campos de concentração. A ditadura militar transforma quartéis em sedes da Gestapo brasileira e em câmaras de tortura. Com a atividade dos grupos revolucionários armados, estes fatos acabaram por tornar-se conhecidos do povo (3, p. 1-2)²;

2. A ditadura militar brasileira, por sua vez, representa os interesses da oligarquia, violentamente opostos aos do proletariado e dos camponeses, bem como aos das camadas médias e da nação em geral.

Daí por que a ditadura militar brasileira não tem outra política a seguir senão a entrega do Brasil aos Estados Unidos. É um governo de traição nacional (6, p. 1);

3. Os militares brasileiros no poder fazem o jogo dos interesses norte-americanos. Eles respeitam a ideologia do imperialismo. Sua política é a do Pentágono. [...]

É ilusão crer que estes militares se revoltarão contra os EEUU, porque esta nação imperialista, seus governos e seus monopólios são a fonte de abastecimento do aparelho militar às ordens gorilas (8, p. 2);

4. Implacável e impiedosa a ditadura recorreu à violência brutal. Ela persegue, bate e atira nas ruas; o medo e a insegurança prevalecem. No cárcere, as torturas são indescritíveis. Assassina e fuzila prisioneiros e suspeitos.

Ao terrorismo que a ditadura emprega contra o povo nós contrapomos o terrorismo revolucionário (8, p. 7);

5. Prisões, espancamentos, assassinatos, a negação das liberdades e dos direitos dos brasileiros sob todas as formas é a constante da ditadura que há quatro anos se instaurou no Brasil. [...]

Agora, o governo ameaça o povo com novas medidas de aprofundamento da ditadura, enquanto outros setores especulam com possibilidade de manobras e golpes liberalizantes. Uns e outros o que pretendem, na realidade, é manter a velha e carcomida estrutura que infelicita os brasileiros.

Os acontecimentos das últimas semanas deixaram ainda mais claro que devemos responder à violência da reação com a violência do povo, que o lema é olho por olho, dente por dente (6, p. 1).

² O primeiro número entre parênteses corresponde ao documento em que a passagem citada se encontra. Essa numeração tem como base a lista de documentos apresentada no quadro da página 73. Nesse caso, trata-se da reprodução de um trecho de “As perspectivas da revolução brasileira”. É possível também consultar a lista de documentos analisados pela ALN e os respectivos números a eles atribuídos no final da tese.

A crítica à ditadura se realiza sob diferentes aspectos, sempre na tentativa de desmoralizar o adversário. Inicialmente, tem-se a acusação de má gestão, sobretudo da economia, o que podemos verificar explicitamente no início do primeiro exemplo. Tal crítica é construída com o uso de recursos que produzem um efeito de sentido de intensificação dos problemas apresentados, como é o caso do emprego dos vocábulos *exorbitantes*, *agravaram-se* e *crise crônica*. Acusa-se também a ditadura de defender a ideologia das classes dominantes e prejudicar a população desfavorecida, o que fica claro no segundo exemplo. Uma terceira crítica feita ao regime militar está relacionada ao fato de o governo manter uma relação de subserviência com os Estados Unidos, o que indicaria traição nacional. Como veremos posteriormente, um dos objetivos da esquerda armada é tornar o Brasil uma “nação independente” política e economicamente, portanto, de acordo com esses valores, um projeto político como o desenvolvido pelo regime militar, de estreitamento dos laços políticos com os norte-americanos, é considerado uma traição.

Outro ponto fundamental no discurso da ALN consiste na condenação da face violenta e repressora da ditadura, realizada por meio do emprego de uma série de substantivos, adjetivos e verbos que, reunidos, constroem a cena de uma guerra injusta e injustificada: *persegue*, *bate*, *atira*, *medo*, *insegurança*, *impiedosa*, *violência brutal*, *torturas indescritíveis*, *prisões*, *espancamentos*, *assassinatos*, *campos de concentração e câmaras de tortura*.

O enunciador mostra-se nitidamente insatisfeito e fortemente modalizado pelo *querer fazer*, *querer mudar* a situação. Ao fazer alusão ao *Pentágono* e à *Gestapo*, apenas pelo nome, sem maiores explicações sobre o que esses organismos significam, nem a que se referem, além de associar a ditadura brasileira a órgãos historicamente conhecidos por sua eficiência nos trabalhos de dominação, repressão e censura, esse enunciador se coloca como um sujeito conhecedor da política mundial, capaz de emitir julgamentos sobre a gestão nacional, o que implica também na existência de um enunciatário politizado, ou que queira se politizar, apto (ou disposto) a interpretar os enunciados. A presença desse enunciador é reforçada por meio do emprego dos verbos na terceira pessoa do singular, produzindo um efeito de sentido de distanciamento em relação ao enunciado, e do uso de expressões explicativas (“Daí por que a ditadura militar brasileira não tem outra política a seguir senão”; “porque esta nação imperialista, seus governos e seus monopólios são a fonte...”),

que imprimem no enunciado um “tom professoral”. Por outro lado, quando se trata de defender a luta contra a ditadura e buscar conquistar adeptos para essa luta, emprega-se, muitas vezes, o “nós” inclusivo, ou seja, aquele que inclui também o enunciatário, produzindo um efeito de sentido de proximidade, como mostram os exemplos 4 e 5.

Outro aspecto que reafirma a imagem do enunciador como alguém que detém o saber verifica-se nas passagens “É ilusão crer” ou “o que pretendem, na realidade”, nas quais a leitura dos fatos se apresenta como dividida em dois planos, o real e o ilusório, o que o enunciador não apenas sabe distinguir, mas também revela aos enunciatários.

A combinação de elementos como a imagem de um enunciador politizado e detentor do saber, a pressuposição de um enunciatário também politizado, o efeito de sentido de intensificação dos problemas do país, a busca em fazer crer que o enunciatário está sendo enganado e a isotopia de guerra produz efeitos de sentido passionais que contribuem para a conquista de adeptos às posições do discurso produzido e para a apresentação da luta armada como uma obrigação: “Os acontecimentos das últimas semanas *deixaram ainda mais claro que devemos responder à violência da reação com a violência do povo, que o lema é olho por olho, dente por dente*”; “Ao terrorismo que a ditadura emprega contra o povo nós contrapomos o terrorismo revolucionário”.

Diante do exposto, verificamos que o discurso da ALN se insere em uma lógica de guerra e a ditadura representa o inimigo a ser combatido. A análise permite ainda reunir alguns traços constitutivos da imagem do enunciador e de seu oponente. Com relação ao primeiro, tem-se um sujeito politizado, que detém o conhecimento e esclarece a verdade àqueles que não podem apreendê-la sozinho. Um sujeito inconformado com as ações da ditadura e com a realidade do país; fortemente modalizado pelo querer fazer, querer reagir a essa situação, que se mostra competente (sabe e pode) para isso. Tal imagem se constitui em oposição a uma anti-imagem, atribuída ao anti-enunciador, um sujeito política e economicamente incompetente, traidor nacional, defensor de uma ideologia que favorece as classes dominantes e o imperialismo. Além disso, um sujeito cruel, que age com uma violência injusta contra o povo. Para que o discurso seja eficiente, é preciso que o enunciatário valorize o conhecimento, se importe com os indivíduos pertencentes às camadas menos favorecidas, como camponeses e operários e esteja disposto a se politizar.

Crítica à esquerda não armada

6. Entre as várias maneiras de crescimento das organizações revolucionárias há duas que se destacam. Uma delas é levada à prática através do proselitismo. [...]

Esta maneira, já tradicional no Brasil, era própria das organizações que buscavam soluções políticas, acordos e entendimentos com personalidade e grupos burgueses, visando enfrentar o inimigo dentro do quadro do regime vigente e sem pretensão de o modificar na prática.

Na maior parte das vezes, o militante recrutado através do proselitismo abandona as fileiras em que ingressou, ao sentir que foi enganado com palavras (7, p. 269);

7. Nossa estratégia é partir diretamente para a ação, para a luta armada. O conceito teórico que nos guia é que a ação faz a vanguarda. Seria imperdoável que perdêssemos tempo organizando uma nova cúpula, lançando os chamados documentos programáticos e táticos, inaugurando novas conferências, de onde surgiria outro Comitê Central com os vícios e deformações já conhecidos (6, p. 3);

8. Os dirigentes de nossa Organização não podem provir de eleições. Os dirigentes surgem da ação e da confiança que despertam pela sua participação pessoal nas ações. (9, p. 2);

9. Os que dizem que só falamos em guerrilha e que, por isso somos exclusivistas, dificilmente podem esconder detrás de tal conceito uma concepção oportunista sobre a emancipação do povo brasileiro. Na verdade, aceitam a tese apenas para constar, e somente como um meio para efetuar negociações e acordos políticos em torno de eleições e outras saídas conciliatórias de caráter burguês (7, p. 273);

10. O fato de estudantes e povo em geral terem oposto a justa violência das massas à violência da reação comprova também que cresce, entre milhões de brasileiros, a compreensão de que não se pode esperar que a ditadura se “democratize”, e que não se pode esperar que esta situação se modifique através de eleições ou de ação dos homens do m.d.b. ou da “frente ampla” (6, p. 1).

O discurso da ALN de crítica à esquerda não armada desenvolve-se a partir da oposição semântica fundamental /ruptura/ vs /conciliação/, com euforização do primeiro. Embora o discurso não explicita, a oposição que se apresenta contrapõe /luta/ a /liberalismo/, ou seja, a luta de classes marxista ao contrato social. Trata-se de um discurso que defende romper com a maneira de fazer política até então valorizada como positiva por grande parte dos grupos políticos de esquerda, marcada por práticas como “acordos e entendimentos”, “negociações”, “eleições”, “saídas conciliatórias”, etc., e fundar novas prática e ética políticas. Assim, esse discurso apresenta críticas ao PCB, principal representante da esquerda comunista, por sua opção política conciliatória e pacifista e ao MDB, único partido oposicionista legal, por legitimar o sistema, etc. O discurso da ALN defendia a substituição dos partidos por organizações revolucionárias, estruturadas a partir de uma concepção estratégica e de princípios de funcionamento rígidos, que priorizavam as ações revolucionárias, valorizavam a violência e criticavam as discussões teóricas até então características da esquerda.

A partir das dicotomias teoria *vs* prática, falar *vs* fazer, e utilizando-se das conotações negativas que “só falar” pode adquirir em política, o discurso guerrilheiro proclama o princípio da ação que, em seu funcionamento semântico, opõe-se a enganação, como ocorre no sexto exemplo (“enganado com palavras”). Esse princípio da ação remete a um dos versos mais cantados pelos jovens “rebeldes” no período do regime militar, “quem sabe *faz* a hora, não espera acontecer”, revelando, desse modo, uma inquietação que se manifestava de diferentes formas.

O discurso da ALN pretende fazer crer que a única forma de oposição autêntica e possível é a luta armada. As críticas desferidas às outras oposições são principalmente do âmbito da ética ou da prática política, como mostram as passagens seguintes: “prática através do *proselitismo*”, “enfrentar o inimigo dentro do quadro do regime vigente e *sem pretensão de modificar na prática*”, “*oportunista*”, “de caráter *burguês*”, “com os *vícios e deformações já conhecidos*”. O discurso guerrilheiro reivindica-se como uma nova forma de fazer política, uma vanguarda reunida em uma organização de novo tipo, que se opunha ao velho modelo, adjetivado como *tradicional, convencional, ultrapassado*.

Esse discurso, ao desqualificar o adversário, polemiza com ele, estabelecendo o que Maingueneau (2005) chama de relação de interincompreensão³. Essa relação aparece de maneira explícita no exemplo (9), onde estão presentes os discursos da esquerda não armada e da guerrilha. O primeiro, a partir de um conjunto de restrições semânticas e de sua gramática discursiva, lê o discurso guerrilheiro como “exclusivista”; este, por sua vez, traduz o discurso dos grupos não armados como “oportunista”.

O modo de dizer desse discurso, assim como na crítica à ditadura, contribui para a construção da imagem de um enunciador politizado e, nesse tema, mostra também um domínio da linguagem de esquerda, pois além de siglas e expressões relativas a grupos políticos atuantes no país naquele momento (m.d.b, frente ampla), encontram-se jargões empregados por organizações e partidos políticos de esquerda (documentos programáticos e táticos, Comitê Central, massas, vanguarda, reação, burguês, etc.), todos sem

³ De acordo com Maingueneau (2005, p. 103-123), em uma relação polêmica, um discurso lê o Outro a partir de seu próprio sistema de regras, um “entende os enunciados do Outro na sua própria língua, embora no interior do mesmo idioma” (idem, p. 104). Nesse sentido, para preservar sua identidade, um discurso-agente traduz um discurso-paciente nas categorias negativas de seu registro, o que faz com que ele não estabeleça uma relação com o discurso do Outro, mas com o simulacro que constrói daquele discurso. Essa operação é denominada pelo autor de relação de interincompreensão.

acompanhamento explicativo, o que pressupõe um enunciatário que aceite participar da comunidade de co-enunciadores que adotam essa linguagem. O enunciador coloca-se como alguém que sabe o que diz e desmascara seus rivais, como podemos observar nos exemplos abaixo:

- a) o militante recrutado através do proselitismo *abandona* as fileiras em que ingressou (ex.6)⁴;
- b) vícios e deformações *já conhecidos* (ex.7);
- c) *Na verdade*, aceitam a tese apenas para constar (ex.9);
- d) O *fato* [...] *comprova* também que cresce, entre milhões de brasileiros, a *compreensão* de que não se pode esperar que a ditadura se “democratize” [...] (ex.10)

No primeiro fragmento, o presente histórico utilizado naquele contexto adquire um caráter universalizante, produzindo um efeito de sentido de verdade geral. Em (b), a expressão *já conhecidos* atribui ao dito o estatuto de algo público. E, assim, esse enunciado, por não se constituir enquanto responsabilidade exclusiva do enunciador, evita que este tenha que prová-lo, além de investir o enunciado de autoridade. Mecanismo semelhante ocorre em d), quando, ao afirmar *o fato (...) comprova*, o enunciador apóia-se também em uma instância exterior, desta vez a realidade empírica, para fortalecer o efeito de verdade de seu enunciado. Ainda com relação ao último excerto, as aspas que recaem sobre *democratize* e *frente ampla* marcam o pertencimento desses termos à fala do outro, o discurso da esquerda não armada, que afirmava a necessidade de lutar pela democratização por meio de uma frente ampla, e reforça a descrença do discurso guerrilheiro nessa forma de luta. No terceiro fragmento, a introdução de um período com a expressão *na verdade* enfatiza a ideia de desvelamento e desmascaramento anteriormente apontada, ou seja, a divisão da realidade entre o que é verdadeiro e o que é falso, ilusório, enganoso.

Observamos uma mudança nos principais temas de cada crítica. No entanto, no modo de dizer, o discurso continua semelhante. Assim, o enunciador reforça sua imagem de sujeito politizado e detentor do saber; sendo reforçada também a imagem do enunciatário como um sujeito politizado. Esse enunciador, ao defender a ruptura com os modelos políticos antigos e a via armada como única maneira de fazer a resistência, apresenta traços

⁴ Nos exemplos apresentados, grifaremos as passagens que ilustram as questões que serão discutidas. Assim, considerem-se todos os grifos “nossos”. Quando os destaques forem oriundos do texto original, esses serão apontados.

de um sujeito polêmico (ruptura), inquieto (busca o novo), circunscrito (exclusividade da luta armada) e realista (luta armada como único caminho viável).

Podemos afirmar que, ao estabelecer relações com outros discursos, delineiam-se no discurso guerrilheiro alguns traços de sua identidade. Inicialmente surgem dois grandes grupos: de um lado, a ditadura; de outro, todos aqueles que se opõem ao regime militar. Nesse primeiro momento, é preciso afirmar-se como inimigo do governo. No entanto, a oposição tem várias faces, e a luta armada sente necessidade de definir, no interior desse grande grupo, sua própria peculiaridade, necessidade que se torna vital no caso de um discurso fundado na ruptura e na exclusividade. Parte da identidade desse discurso forma-se, portanto, por meio da diferença em relação à ditadura e às demais oposições. Vale ressaltar que nem sempre ocorre primeiro a negação do discurso da ditadura e, apenas em seguida, a negação do discurso da esquerda não armada. Essas relações interdiscursivas podem acontecer tanto sucessiva quanto simultaneamente.

A análise anterior revela diversas características do discurso interno da ALN. Temos, assim, a oposição semântica fundamental continuidade *vs* ruptura, com euforização do segundo termo. Trata-se de um discurso fundado na ruptura. Narrativamente, há um sujeito (guerrilheiro) que deseja conquistar o objeto-modal *poder* (poder governar), que representa o meio de se atingir o objeto valor descritivo “liberdade”. Para isso, ele precisa vencer o anti-sujeito (ditadura), que se encontra em conjunção com o poder.

O guerrilheiro é um sujeito atualizado pelo desejo de revolta e de vingança. Consultando os dicionários Houaiss e Petit Robert, encontramos as seguintes acepções:

Revolta

Manifestação coletiva, organizada ou não, de insubmissão contra qualquer autoridade;

Action collective, généralement accompagné de violences, par laquelle un groupe refuse l'autorité politique existante, la règle sociale établie.⁵

⁵ Ação coletiva, geralmente acompanhada de violência, pela qual um grupo recusa a autoridade política existente, a regra social estabelecida.

Vingança

Ato lesivo, praticado em nome próprio ou alheio, por alguém que foi real ou presumidamente ofendido ou lesado, em represália contra aquele que é ou seria o causador desse dano;

Dédommagement moral de l'offensé par punition de l'offenseur⁶.

Enquanto a revolta tem um caráter coletivo e volta-se contra uma autoridade, a vingança é pessoal e direcionada a um agressor.

Semioticamente, ambas se caracterizam como uma configuração passional constituída por uma sequência de estados que podem ser resumidos pelo esquema: frustração – descontentamento - agressividade (Cf. GREIMAS, 1983, p. 225-246). A diferença é que o actante causador da frustração, no primeiro caso, é o destinador; no segundo caso, o anti-sujeito. Tanto na definição do dicionário quanto da semiótica o destinador representa uma autoridade e o agressor pode revestir o anti-sujeito, embora isso não seja uma regra. A decepção e a frustração surgem como quebra de uma expectativa, de uma espera.

Dessa forma, tem-se inicialmente um sujeito que deseja a conjunção do Brasil e dos brasileiros com determinados valores, como: a prosperidade, a autonomia e a liberdade. No entanto, a subida dos militares ao poder fortalece a política imperialista americana e instaura em nosso país um regime de empobrecimento, dependência e forte opressão. Quebram-se, assim, as expectativas desse sujeito, que se decepçiona e se ofende. Decepçionado, o sujeito se revolta, pois pretende livrar-se da axiologia imposta pela ditadura nos campos político, econômico e ideológico. Por outro lado, ofendido com a repressão, a tortura e os assassinatos, ele desenvolve um desejo de vingança, nesse caso, “em nome alheio”.

A decepção e a ofensa são desencadeadas pela perda da esperança, ou seja, quando o sujeito sabe que não poderá entrar em conjunção com os valores desejados. Assim, se justifica a presença de um enunciador que se coloca como um detentor do saber.

A crítica aos demais grupos que também se opõem à ditadura revela duas outras características fundamentais desse discurso: a revolta e o exclusivismo. Assim, temos

⁶ Desagravo moral do ofendido por punição do ofensor.

inicialmente um sujeito manipulado pela oposição à ditadura⁷, confiante de que seu destinador (como sujeito do fazer) irá colocá-lo em conjunção com os valores almejados, ou seja, o poder e, conseqüentemente, a autonomia e a liberdade. No entanto, a ação esperada não se realiza. Decepcionado, o sujeito perde a confiança em seu destinador, contra quem se revolta, e passa a adotar um novo destinador, ou seja, outro método de luta, de acordo com o qual a única maneira de alcançar o objeto-valor desejado é a luta armada, a guerra revolucionária, o que torna o sujeito que a realiza um ser diferenciado, especial.

Ressalte-se que a esquerda não armada oscila, no discurso da ALN, entre destinador-manipulador e anti-sujeito. O primeiro papel é revestido sobretudo no momento anterior à opção pela guerra revolucionária, quando os comunistas representavam a grande referência axiológica para os futuros guerrilheiros; no entanto, seria difícil imaginar que, em poucos meses, apenas com a mudança da forma de luta, toda uma axiologia de anos desaparecesse do discurso dos revolucionários armados; o segundo papel actancial surge a partir da ruptura, pois, os dois grupos, armados e não armados, pretendiam derrotar a ditadura. Dessa forma, ao desfazerem suas alianças, tornam-se rivais. Apesar disso, o discurso guerrilheiro não manifesta desejo de vingança contra a esquerda não-armada.

Em um percurso narrativo canônico, após a manipulação, ocorre a aquisição de competências e, em seguida, a *performance* do sujeito. De forma semelhante, no discurso da ALN, após a crítica à ditadura e aos demais grupos de esquerda, que funciona como uma espécie de manipulação para atualizar o sujeito, isto é, convencê-lo a *querer* e/ou *dever fazer*, encontram-se documentos voltados para a preparação do guerrilheiro e da revolução, meios para o povo chegar ao poder.

Ratificando a lógica de uma guerra, segundo a qual se faz necessário definir muito bem quem é o inimigo e quem é o aliado, esse discurso enfatiza a presença do sujeito e do anti-sujeito, cada um com seus adjuvantes, o que se realiza principalmente por meio do desenvolvimento do *ator* guerrilheiro.

Enfatiza-se, ainda, uma sequência hierarquizada de programas e competências necessários para a realização do programa de base, que se desenvolve por meio do percurso temático da guerra revolucionária. Permeando ator e percurso temático, temos um contrato

⁷ Apesar de os exemplos selecionados não exporem essa questão de forma clara, é possível identificar ao longo dos textos o PCB como o principal “ex-destinador”.

enunciativo que busca fazer o sujeito *crer poder e saber fazer*, ou seja, transmitir-lhe confiança.

Analisaremos a seguir a construção e o funcionamento do *ator guerrilheiro*, assim como da configuração temática *guerra revolucionária*. Pretendemos, assim, delinear, por meio destes, como se constituem as imagens do enunciador e do enunciatário do discurso da ALN.

O guerrilheiro

Antes de iniciar o estudo da constituição do ator guerrilheiro, faz-se necessário definir o significado do conceito de ator para a teoria greimasiana. O *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS; COURTÈS, s.d) apresenta as seguintes definições:

Ator: lugar de convergência de investimento de dois componentes, sintáxico e semântico. Para ser chamado de ator um lexema deve ser portador de pelo menos um papel actancial e no mínimo um papel temático. (p. 34)

Papel actancial: estes [papéis actanciais] se definem ao mesmo tempo em função da posição do actante no interior do percurso narrativo, e do investimento modal particular que ele assume. Desse modo, o actante-sujeito, por exemplo, será sucessivamente dotado de modalidades tais como as do *querer-fazer*, do *saber-fazer* ou do *poder-fazer*: nesse caso, o sujeito assume os papéis actanciais de sujeito do querer, sujeito do saber, sujeito do poder-fazer, os quais assinalam outras tantas etapas na aquisição da sua competência modal (preliminar à sua *performance*.) (p. 11-12).

Papel temático: entende-se por papel temático a representação, sob forma actancial, de um tema ou de um percurso temático. [...] A conjunção de papéis actanciais com papéis temáticos define o ator. (p. 453-454)

A partir das informações acima, é possível concluir que o ator representa um espaço privilegiado de manifestação de estruturas narrativas e discursivas, contemplando, assim, uma ampla dimensão do percurso gerativo do sentido.

A narrativa desse discurso instala um sujeito guerrilheiro que, insatisfeito, rompe com a situação de espera passiva e torna-se um ser engajado, ou seja, assume para si o

dever fazer a revolução. Notamos que o guerrilheiro exerce diferentes papéis actanciais no nível narrativo, sendo o principal deles o de sujeito do fazer que, como visto no *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS; COURTÈS, s.d), desdobra-se em sujeito do querer, do dever, do poder, do saber fazer, etc.). Além disso, este também cumpre as funções de destinador-julgador, ao sancionar negativamente os atos da ditadura e de destinador-manipulador, quando busca adeptos para sua luta, etc.

Com relação aos papéis temáticos, o mais importante é o que se refere à junção de temas relativos à formação do sujeito guerrilheiro, o que chamaremos de papel temático do guerrilheiro. Vale ressaltar que, em consequência da nossa opção por realizar uma análise do discurso que privilegia as questões ideológicas, nosso estudo do ator dará mais ênfase ao papel temático do que aos papéis actanciais.

Para a realização da análise do ator guerrilheiro, foram selecionados, a título ilustrativo, alguns trechos do *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, obra de Carlos Marighella na qual se apresentam o caráter, as habilidades e as atividades cotidianas dos guerrilheiros que atuavam nos grandes centros urbanos. Datado de 1969, esse manual circulou na esquerda armada de diversos países. Antes de prosseguirmos, vale destacar que a guerrilha urbana representa a primeira fase do processo⁸ revolucionário, sendo, portanto, uma espécie de escola de formação do guerrilheiro. Essa ideia de formação é reforçada pela escolha do gênero manual, que pressupõe um enunciador que transmite um saber e/ou poder e um enunciatário que busque essas competências.

11. O guerrilheiro urbano é um homem que luta contra uma ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais. Um revolucionário político e um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, um amigo de sua gente e da liberdade. A área na qual o guerrilheiro urbano atua são as grandes cidades brasileiras. Também há muitos bandidos conhecidos como delinquentes que atuam nas grandes cidades. Muitas vezes assaltos pelos delinquentes são interpretados como ações de guerrilheiros.

O guerrilheiro urbano, no entanto, difere radicalmente dos delinquentes. O delinquente se beneficia pessoalmente por suas ações, e ataca indiscriminadamente sem distinção entre explorados e exploradores, por isso há tantos homens e mulheres cotidianos entre suas vítimas. O guerrilheiro urbano segue uma meta política e somente ataca o governo, os grandes capitalistas, os imperialistas norte-americanos [...].

O guerrilheiro urbano é caracterizado por sua valentia e sua natureza decisiva. Tem que ser bom taticamente e ser um líder hábil. O guerrilheiro urbano tem que ser uma pessoa preparada para compensar o fato de que não tem suficientes armas, munições e equipe.

⁸ Como será visto no item referente à guerra revolucionária, inicialmente tem-se a guerrilha urbana, em seguida, organiza-se a guerrilha rural e, finalmente, constitui-se o exército revolucionário, que desencadeia a guerra de libertação.

Os militares de carreira ou a polícia governamental têm armas e transportes modernos e podem viajar com liberdade, utilizando a força de seu poder. O guerrilheiro não tem tais recursos a sua disposição e leva uma vida clandestina. Algumas vezes é uma pessoa sentenciada ou está sob liberdade condicional, e é obrigado a usar documentos falsos.

No entanto, o guerrilheiro urbano tem certa vantagem sobre o exército convencional ou sobre a polícia. Esta é, enquanto a polícia e os militares atuam a favor do inimigo, a quem as pessoas odeiam, o guerrilheiro urbano defende uma causa justa, que é a causa do povo.

As armas do guerrilheiro urbano são inferiores às do seu inimigo, mas vendo do ponto de vista moral, o guerrilheiro urbano tem uma vantagem que não se pode negar. Esta superioridade moral é o que sustem o guerrilheiro urbano. Graças a ela, o guerrilheiro urbano pode levar ao fim seu trabalho principal, que é atacar e sobreviver (5, p.2);

12. Tem que estar no comando da situação e demonstrar uma confiança tão grande que todos de nosso lado sejam inspirados e nunca pensem em hesitar, enquanto que os do outro bando estão atordoados e incapazes de responder.

[...]

Para compensar por sua debilidade geral e falta de armas comparado com o inimigo, o guerrilheiro urbano utiliza a surpresa. O inimigo não tem nenhuma forma de lutar contra a surpresa e se torna confuso ou é destruído (5, p. 8);

13. O guerrilheiro urbano encarcerado vê a prisão como um terreno que deve dominar e entender para libertar-se por meio de uma operação da guerrilha. Não há prisão, nem uma ilha, ou uma penitenciária na cidade, ou uma fazenda, que não seja impregnável pela astúcia, perseverança e pelo potencial de fogo dos revolucionários (5, p. 17);

14. Desde agora, os homens e mulheres escolhidos para a guerra de guerrilha urbana são trabalhadores; camponeses a quem a cidade atraiu por seu potencial de trabalho e quem regressarão à área rural completamente doutrinados e tecnicamente preparados; estudantes, intelectuais e sacerdotes (5, p. 25).

A primeira frase do exemplo 11 resume, de alguma forma, a relação interdiscursiva anteriormente abordada. Assim, temos, de um lado, a oposição à ditadura; do outro, os métodos não convencionais, expressão que se refere ao mesmo tempo a uma forma de oposição diferente daquela que vinha sendo praticada pela esquerda não armada e a uma forma de luta que, apesar de ser armada e se assumir como guerra, caracteriza-se como uma guerra *revolucionária*, com um exército *revolucionário*, não um *exército convencional*. A noção de ruptura surge, mais uma vez, como elemento central nesse discurso, pois o *revolucionário* caracteriza-se por romper com os códigos e valores já existentes e construir o novo. Ainda sobre o primeiro parágrafo, outras características já mencionadas se encontram aí reafirmadas, como a apresentação do programa narrativo principal: a conquista da “libertação do país”. No segundo parágrafo, projetam-se os inimigos, “o governo, os grandes capitalistas, os imperialistas norte-americanos”, tema fundamental para esse discurso.

Outro ponto relevante é o aparecimento de uma nova relação interdiscursiva, desta vez com o discurso do senso-comum sobre os “delinquentes”. Na narrativa da ação, novos anti-sujeitos são instalados. Além dos delinquentes, surgem ainda com frequência nesse discurso críticas aos contra-revolucionários de direita, que também atrapalhavam as ações guerrilheiras. Para os “cidadãos comuns”, que viviam sob um regime de censura, tornava-se bastante complicado diferenciar uma ação terrorista de esquerda, de uma ação terrorista de direita ou de um simples assalto, o que dificultava a conquista de simpatizantes e colaboradores para as organizações armadas.

As qualidades apontadas como necessárias para a formação do guerrilheiro são de duas ordens: do ser e do fazer, sendo apresentadas sob a forma de dever, como pode ser observado na presença do próprio verbo “dever” ou da expressão deôntica “tem que”. Esse modo de construção atribui ao enunciador a autoridade daquele que pode *fazer-dever-fazer* ou *fazer-dever-ser*, e coloca o enunciatário na posição de quem reconhece essa autoridade. Institui-se, assim, por meio desse modo de dizer, um enunciatário disposto a cumprir as ordens dadas. Esse discurso pressupõe, portanto, um enunciatário virtualizado pelo *querer* ou *dever* ser guerrilheiro, o que implica conhecer minimamente as críticas da esquerda armada em relação à ditadura e estar de acordo com elas. Além disso, trata-se de um sujeito com capacidade de leitura fluente, tendo em vista a adequação à norma culta, a presença de períodos marcados pela subordinação, a extensão dos parágrafos, etc.

Assim, atribuem-se ao guerrilheiro ideal qualidades de diversas ordens, que vão do mais abstrato ao mais concreto, das atribuições ao *ser* às atribuições ao *fazer*. Entre as qualidades mais abstratas, encontramos, com relação à opção pela luta armada: revolucionário, rebelde, radical, valente, audacioso, corajoso, ousado, combativo, patriota, consciente, decidido, confiante, tranquilo, seguro, firme, paciente, persistente, perseverante. Os sujeitos que optam pela luta armada são considerados indivíduos que decidem conscientemente (consciente, decidido, firme) por uma ruptura (revolucionário, rebelde, radical), e tem confiança nela (confiante, tranquilo, seguro), mesmo sabendo que a luta é longa (paciente, persistente, perseverante). Por isso, agem de forma exemplar (valente, audacioso, corajoso, ousado, combativo)⁹.

⁹ O adjetivo “patriota” relaciona-se sobretudo à disputa com o discurso da ditadura, que instaurava os militares como patriotas, e os guerrilheiros como “terroristas”, maus brasileiros, que atrapalhavam o desenvolvimento da nação.

Ainda a respeito de qualidades abstratas, quando em ação, espera-se do guerrilheiro, de um lado que seja: *atento, calmo, cauteloso, decidido, confiante, seguro, firme*; de outro: *sangue-frio, violento, terrorista, agressivo, ágil*. Na relação com o povo e com os demais companheiros de luta armada, é muito importante que o guerrilheiro seja: *honesto, leal, justo*. Vale ressaltar que os contextos nos quais apresentamos as qualidades anteriormente apontadas são aqueles em que estas surgem com maior frequência. No entanto, algumas características, como foi possível observar, aplicam-se a mais de uma situação, como *seguro e firme*, que podem tanto se associar à clareza ideológica quanto ao comportamento em uma ação revolucionária.

As competências mais concretas apontadas como necessárias para a atuação na guerra revolucionária são da ordem do saber e do poder *fazer*. Dentre elas, as mais constantes no discurso são: saber atirar; saber dirigir, pilotar avião e manejar barco; entender de mecânica, rádio, telefone, eletricidade e de técnicas eletrônicas; ter conhecimento em primeiros-socorros; ter conhecimentos topográficos e do terreno onde atua; saber copiar letras e falsificar documentos; saber produzir armas e munições, etc. Temos, por conseguinte, a instituição de um enunciatório que possa se imaginar capaz de adquirir essas competências, o que significa um sujeito que confia em si e na sua capacidade de aprendizado tanto intelectual quanto físico.

Como foi possível observar pela extensa lista de habilidades e virtudes, o ator guerrilheiro caracteriza-se pelo *excesso*. Sua figura aproxima-se de um herói. A atribuição de tantas competências positivas ao guerrilheiro funciona como uma estratégia para conquistar a adesão do enunciatório.

As qualidades anteriormente apontadas encontram-se sobremodalizadas por outras três. Do ponto de vista espaço-temporal, a *mobilidade*; quanto ao modo de praticar as ações, a *discrição*; com relação ao ser, a *ética*. De acordo com o discurso da ALN, o guerrilheiro urbano precisava poder se mover com facilidade, por isso deveria utilizar armas leves; era imprescindível também que agisse no nível do segredo, isto é, fosse discreto, devido ao caráter clandestino de suas atividades e, acima de tudo, devia seguir os princípios da ética revolucionária, elemento fundamental para diferenciar uma ação guerrilheira de um banditismo qualquer.

Ao longo dos textos, observamos, constantemente, o emprego de recursos linguísticos que produzem um efeito de sentido de extensão ou de intensidade máximos, o que pode ocorrer por meio de adjetivos como em “patriota *ardente*” ou “inimigo *implacável* do governo”, mas também de outras formas:

- a) [...] difere *radicalmente* dos delinquentes [...]. O delinquente [...] ataca *indiscriminadamente sem distinção* [...] O guerrilheiro [...] *somente* ataca (parágrafo 2, exemplo 11);
- b) Tem que [...] demonstrar uma confiança *tão grande* que *todos* de nosso lado sejam inspirados e *nunca* pensem em hesitar (parágrafo 1, exemplo 12)
- c) *Não há* prisão, nem uma ilha, ou uma penitenciária na cidade, ou uma fazenda, que seja impregnável pela astúcia, perseverança e pelo potencial de fogo dos revolucionários (exemplo 13);
- d) O guerrilheiro urbano *nunca* vai a nenhum lugar sem prestar atenção e sem precaução revolucionária, *sempre* alerta por se acontece algo. Olhos e ouvidos abertos, sentidos alertas... (5, p. 11).

A análise mostra que, quando o assunto é tempo, encontram-se os extremos de uma frequência (sempre, nunca, jamais, etc.); quando é quantidade, abrange-se a totalidade ou o nulo (todos, nenhum, nada, não há, etc.); ao se falar de modo, tem-se também maneiras extremas (radicalmente, indiscriminadamente, etc.). O guerrilheiro é um sujeito que optou por uma militância extrema, o que exige uma conduta rígida, que busca, em todos os sentidos, aproximar-se do grau máximo. Esse caráter excessivo se manifesta também pela linguagem.

A expressão *patriota ardente* revela ainda uma paixão benevolente pela pátria, que se opõe à *traição nacional*, acusação feita ao inimigo. A confiança é um valor muito importante para o discurso guerrilheiro, o que justifica também atribuir ao adversário a condição de traidor, intensificada por ser associada não a uma pessoa ou um grupo, mas à toda a nação.

Ao lado da figura do guerrilheiro bem sucedido, constrói-se a imagem de um guerrilheiro fracassado, o sujeito que, embora virtualizado pelo *querer* e/ou *dever* fazer a guerrilha, não tem qualidades suficientes e, ao realizar mal a ação, põe tudo a perder, contribuindo para o sucesso do inimigo: “É impossível levar ao fim qualquer ação, sem estar bem planejada, se o guerrilheiro urbano resulta ser *indeciso, incerto* ou *irresoluto*” (p.11). As características mais mencionadas a respeito desse *não guerrilheiro* são: indeciso, hesitante, esquecido, vacilante, imprudente, temeroso. A constituição dessa categoria

funciona como uma provocação implícita para aqueles que pretendem ser guerrilheiros, que, dessa forma, se sentem no dever de provar que não são indecisos, imprudentes, etc.

No exemplo 14, a passagem “os homens e mulheres *escolhidos* para a guerra de guerrilha urbana” revela outra característica importante desse discurso, pois ele atribui ao guerrilheiro um *status* diferenciado, que nem todos podem alcançar. Para ser guerrilheiro não basta estar modalizado pelo querer, é preciso estar em conjunção com outros valores modais, como *saber* e *poder fazer* a guerra revolucionária, valores esses considerados extrapositivos. Institui-se, assim, um enunciatório que deseja se destacar, ser um membro da vanguarda; o que também funciona como uma forma de comover, intensificando a tentação.

Atribui-se ao enunciatório o estatuto de um revolucionário em formação, um sujeito privilegiado que propagará esse aprendizado para as “pessoas comuns”. Dessa forma, ao longo dos textos, diversas passagens explicitam estratégias que devem ser empregadas por esses divulgadores para conquistar a simpatia e adesão da população:

15. A luta ideológica *deve ser levada ao conhecimento do povo* com enorme audácia, confiança e amplitude, tendo em vista assegurar o apoio político e revolucionário das massas (1, p. 122);

16. A rebelião do guerrilheiro urbano e sua persistência na intervenção de questões práticas *é a melhor forma de assegurar o apoio popular* na causa que defendemos. Repetimos e insistimos em repetir: *é a melhor forma de assegurar o apoio popular* (5, p.24).

De acordo com o discurso da ALN, conquista-se o apoio da população pela maneira como o guerrilheiro age e se comporta, pelo seu exemplo e pela sua atitude. A adesão é, portanto, obtida mediante a demonstração, pela ação, de que a comunidade dos revolucionários é aliada do *povo*. Nesse sentido, ao longo do discurso, o guerrilheiro é apresentado sempre como “um amigo de sua gente”, que “defende uma causa justa, que é a causa do povo”, e “conta com o apoio e a simpatia da população”; já os militares são vistos como “inimigos do povo”, “seres odiados”. A reiteração da ideia de que o revolucionário é amigo do povo e a ditadura inimiga reforça o valor da causa para os combatentes, além de auxiliar na construção de um ânimo anti-ditadura e pró-guerrilha.

Além desses valores e anti-valores, a construção da imagem do guerrilheiro ideal realiza-se também pela projeção dos grupos sociais que, normalmente, dão origem aos revolucionários: camponeses, operários, estudantes, intelectuais, sacerdotes, camadas

médias, mulheres e jovens. Observa-se pela lista anterior que os potenciais aliados eram originários de camadas consideradas menos favorecidas socialmente, seja pelas condições econômicas, pela idade ou pelo gênero (camponeses, operários, mulheres e jovens). Além desses, previa-se ainda a aliança com as camadas médias, sobretudo os setores mais “esclarecidos” (intelectuais, estudantes, sacerdotes).

Mais do que os aliados, esse discurso enfatiza os inimigos, presença constante tanto nos textos sobre a constituição do ser, quanto nos de preparação do fazer guerrilheiro. A presença do inimigo, oposto complementar, contribui para a definição do sentido do discurso da ALN, pois, ao apontar para a direção contrária, reforça a sua própria direção, o que justifica a existência, ao longo dos textos, de uma extensa lista de expressões que revestem a função de anti-sujeito: *governo, ditadura, grandes capitalistas, imperialistas norte-americanos, latifundiários, imperialistas, burguesia, oligarquia, banqueiros, empresários, classe dominante, polícia militar, exército, marinha, aeronáutica, DOPS, espiões, torturadores*, etc. Observamos, dessa forma, que não se luta apenas contra a ditadura, mas também contra o sistema capitalista, liderado pelo imperialismo norte-americano e endossado pela burguesia nacional. Vale ressaltar ainda que, do regime militar, destacam-se como adversários as pessoas ou entidades envolvidas diretamente na repressão.

Nesse discurso, enfatizam-se os males que o inimigo causa à população (empobrecimento, censura, assassinatos, torturas e outros tipos de repressão, etc), tal como mencionamos no item sobre a crítica do discurso guerrilheiro à ditadura. Atribuem-se aos inimigos valores e qualidades considerados negativos, como *arrogante, medroso, cruel, sanguinário, injusto, traidor, perigoso, explorador, impiedoso*, etc. Algumas qualidades, como *violência e terrorismo*, são compartilhadas entre inimigos e guerrilheiros, sendo revestidas de valor negativo ou positivo de acordo com a direção na qual se emprega. Contra o povo, essas qualidades tornam-se negativas; contra a ditadura, positivas, revelando mais uma vez a importância da ética revolucionária na constituição da imagem dos guerrilheiros.

Como o inimigo representa também o anti-destinador, o destinador investe contra ele com bastante intensidade, o que resulta em uma espécie de isotopia da “malevolência”, ou seja, uma série de vocábulos indicando o mal que se deseja causar a ele, e que

sintetizamos aqui pelos verbos no infinitivo: inquietar, reter, aniquilar, desesperar, angustiar, desmoralizar, desgastar, debilitar, confundir, castigar, aterrorizar, matar, cansar, danificar, preocupar, etc. Trata-se de um exemplo de incorporação da lógica da guerra e de confiança na ética revolucionária, que garante que atitudes malevolentes não sejam consideradas práticas negativas.

A comparação dos guerrilheiros aos adversários realiza-se em diferentes perspectivas. Em algumas passagens, enfatiza-se a superioridade do inimigo, que, de acordo com esse discurso, deve-se principalmente aos bens materiais (as munições), como afirma esta passagem: “Para compensar por sua debilidade geral e falta de armas comparado com o inimigo, o guerrilheiro urbano utiliza a surpresa”, do exemplo 12, ou ao poder que possuem sobre a burocracia do Estado. No entanto, admitir a superioridade do inimigo não significa desistir da luta; pelo contrário, produz um efeito de sentido de consciência da realidade, além de tornar a ação guerrilheira mais heróica. Há também muitos excertos em que o inimigo é projetado em posição de inferioridade, principalmente no que diz respeito às qualidades do ser; nesses casos, ele é visto como menos audacioso, menos inteligente, menos ágil, menos dedicado e sobretudo moralmente inferior, como podemos observar nesta passagem, do exemplo 11: “As armas do guerrilheiro urbano são inferiores às do seu inimigo, mas vendo do ponto de vista moral, o guerrilheiro urbano tem uma vantagem que não se pode negar. Esta superioridade moral é o que sustem o guerrilheiro urbano”.

A ênfase na temática da moralidade é fundamental para a constituição da imagem do guerrilheiro ideal. Há na sociedade Ocidental uma moral burguesa apoiada no cristianismo, que define o comportamento do homem em sociedade. O indivíduo cuja conduta é associada aos valores considerados socialmente negativos pode ser marginalizado ou punido. O guerrilheiro mata, rouba, usa documentos falsos, age com violência, pratica atos terroristas, etc., o que lhe rende muita difamação. Como exemplo, podemos mencionar o fato de todo comunista, adepto ou não da luta armada, ter sido taxado pelos capitalistas de ateu e “comedor de criancinha” no período da Guerra Fria.

No entanto, o discurso da ALN apresenta uma imagem extremamente positiva dos guerrilheiros, que em nada corresponde à de um marginal. Para isso, esse discurso apóia-se basicamente, no que ele denomina ética revolucionária, buscando fazer-crer que seu

movimento é de reação às ações bárbaras iniciadas pela ditadura e que defende uma causa justa, que visa a transformar o sistema de regras vigente, injusto e favorável apenas às classes dominantes. Além disso, o discurso reforça a necessidade de o guerrilheiro cumprir rigidamente os princípios da organização revolucionária:

17. Hoje, ser “violento” ou “terrorista” é uma qualidade que enobrece qualquer pessoa honrada, porque é um ato digno de um revolucionário engajado na luta armada contra a vergonhosa ditadura militar e suas atrocidades (5, p.1);

18. Pequenas organizações ou grupos com vida própria e militantes revolucionários solitários ou franco-atiradores também integram nossa organização [...] *sob a condição de aceitarem, defenderem e cumprirem sem reservas todos nossos princípios estratégicos, táticos e orgânicos* (4, p. 1).

O discurso da luta armada constrói um sistema de valores bastante rígido, o que revela a preocupação em assegurar que o guerrilheiro, modalizado pela ética revolucionária, não seja confundido, ou ele mesmo não se confunda, com bandidos.

O estudo da construção da imagem do guerrilheiro mostrou a relevância e a complexidade da questão do sujeito nesse discurso, que aborda, entre outros, os seguintes papéis temáticos: guerrilheiro ideal, guerrilheiro mal sucedido, homens da repressão, militantes da esquerda não-armada, delinquentes e terroristas de direita.

Até aqui, analisamos principalmente, as características do guerrilheiro, sujeito do enunciado, projetado no *Mini-manual do Guerrilheiro Urbano*. Para encerrar este tópico, faz-se necessário tecer alguns comentários a respeito do sujeito da enunciação. Como mostram os exemplos de 11 a 14, predomina no *Manual* o uso da terceira pessoa do singular, que distancia o enunciador do enunciado e produz um efeito de sentido de objetividade; outra característica que revela esse efeito de sentido consiste na abundância de definições e explicações ao longo da obra, o que é característico do gênero manual de instruções. Paralelamente, o amplo emprego do verbo *dever* no presente do indicativo, do verbo *ser* com valor omnitemporal e o uso de frases curtas e diretas produz um efeito de sentido de objetividade enquanto qualidade daquilo que é direto, o que, por sua vez, também contribui para reforçar a objetividade contrária à subjetividade.

No entanto, com a leitura da introdução do *Manual*, surge a possibilidade de um outro prisma de análise:

19. [...] Eu desejo que todos que leram este manual e decidiram que não podem permanecer inativos, sigam as instruções e juntem-se à luta agora. Eu solicito isto porque, baixo qualquer circunstância, a obrigação de todo o revolucionário é fazer a revolução.

[...]

Finalmente, a razão porque este manual leva minha assinatura é que as idéias expressadas ou sistematizadas aqui refletem as experiências pessoais de um grupo de pessoas engajadas na luta armada no Brasil, entre as quais eu tenho a honra de estar incluído [...].

Carlos Marighella, 1969.

A introdução do *Mini-manual do guerrilheiro urbano* é feita por meio de debreagens enunciativas de tempo, espaço e pessoa, ou seja, há uma projeção da enunciação no enunciado, o que é bastante comum em notas introdutórias de obras desenvolvidas com debreagem enunciativa, como revelam os pronomes *eu*, *minha*, os advérbios *hoje*, *aqui*, *agora*, e as desinências verbais de primeira pessoa do singular *desejo*, *solicito*, assim como a assinatura do autor no final do texto (Carlos Marighella). O enunciador apresenta-se como um guerrilheiro e afirma relatar na obra as experiências de um grupo do qual faz parte, o que modifica o caráter do enunciado do *Manual*, por se tratar da transmissão de um conhecimento empiricamente testado. Essa junção dos ensinamentos com a prática confere maior autoridade ao enunciador e, conseqüentemente, ao enunciado.

O primeiro parágrafo da introdução acima revela algumas estratégias da busca de adesão para a luta armada. Inicialmente, o destinador exprime seu desejo, que é convencer o destinatário a tomar a decisão de romper com a espera passiva e aderir à ação armada. O uso do verbo *decidir* atribui ao processo de adesão, resultado da interpretação da manipulação, um efeito de sentido de atitude consciente. Observa-se que o desejo do enunciador expande-se para *todos que decidirem* não poder não fazer, e a adesão à luta deve ser imediata, *agora*. O emprego deste advérbio produz um efeito de sentido de urgência. Em seguida, o desejo transforma-se em solicitação e, por fim, em obrigação. Ou seja, a decisão virtualiza o sujeito, tornando-o revolucionário, e, a partir de então, este não tem mais escolhas, pois “a obrigação de todo revolucionário é fazer a revolução”. Vale ressaltar que essa frase é extremamente semelhante a uma palavra de ordem bastante frequente nos documentos da ALN: “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”. O pronome indefinido *todo* expande o sujeito da ação para cada um dos revolucionários, funcionando como uma provocação àqueles que desejam ser revolucionários, como se

disse “se você é *realmente* revolucionário, faça a revolução”. Reforça-se, assim, a imagem de um enunciário que quer ser revolucionário. De modo semelhante, o uso do presente gnômico (é) estende infinitamente o momento de acontecimento desse enunciado. O efeito de extensão do sujeito e do tempo fortalece o caráter deôntico da revolução. Vale

A análise de algumas passagens da nota introdutória do *Mini-manual do guerrilheiro urbano* permite depreender que, a partir da enunciação enunciada nessa introdução, a imagem do enunciator associa-se à do *actante* do enunciado e, portanto, a formação da imagem positiva do sujeito guerrilheiro corresponde a uma espécie de *éthos* dito. Além disso, podemos observar que o fato de o *Manual* ter sido assinado admite a constituição da credibilidade do enunciator não apenas pela enunciação, mas também pelo *éthos* prévio, tendo em vista que Marighella era um líder muito respeitado e admirado. Dessa forma, o processo de adesão relaciona-se à identificação do enunciário com o sujeito do enunciado, que remete ao *éthos* do enunciator, e à imagem construída em torno do indivíduo Carlos Marighella, maior líder da luta armada brasileira.

O papel temático do guerrilheiro, além de reforçar a imagem do enunciator como sujeito do saber, o constitui como uma autoridade, um guerrilheiro habilidoso, experiente, seguidor da ética revolucionária, que *sabe* e *pode* fazer a guerrilha. Paralelamente, institui-se um enunciário insatisfeito, inconformado, que *quer ser* e *crê poder ser* um guerrilheiro. Esse sujeito insatisfeito reconhece a autoridade do enunciator, dispondo-se a cumprir ordens para adquirir as competências intelectuais e físicas necessárias. Trata-se de um sujeito confiante, que possui o desejo de ser diferenciado, pertencer à vanguarda do processo revolucionário e a crença em poder mudar a sociedade.

Guerra revolucionária

O principal objetivo dos guerrilheiros é a conquista do poder (poder-governar) que, nesse discurso, representa a possibilidade de alcançar a liberdade e o socialismo. Trata-se, portanto, de uma grande mudança, que exige a ruptura com o modelo capitalista autoritário existente no regime militar. Poderíamos dizer desse modo, que S1 (revolucionários) pretende colocar S2 (povo) em conjunção com o objeto-valor (poder/liberdade). Para isso, é necessário que o anti-sujeito (ditadura) esteja em disjunção com o poder-governar, o que enfatiza o caráter polêmico da narrativa. A ação que realiza a transformação da não-

conjunção para a conjunção com o *poder* e a liberdade é tematizada por meio do percurso da guerra revolucionária.

Como já foi dito, o discurso guerrilheiro reveste, no nível discursivo, sobretudo três aspectos desse programa narrativo: o estado inicial que desencadeia a guerra, desenvolvido como análise de conjuntura e relações interdiscursivas; a guerra revolucionária (suas características) e os sujeitos que dela participam, isto é, guerrilheiros e inimigos (a formação, as competências necessárias, as ações, etc.). Outros temas¹⁰, como, por exemplo, as medidas a serem tomadas após a revolução, encontram-se também presentes, mas em menor escala.

Acreditamos ter, de certa forma, analisado as principais relações interdiscursivas e a construção do sujeito guerrilheiro nos itens anteriores. Neste item, estudaremos o percurso temático da guerra revolucionária, tendo como ponto de partida o fragmento abaixo:

20. A perspectiva no Brasil é de uma luta prolongada, para cujo desfecho não há pressa nem há prazos.

Iniciamos a guerra revolucionária, com a guerrilha urbana marchando lenta mas sistematicamente, atacando os interesses dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, levando a insegurança e a incerteza às classes dominantes, desgastando e desmoralizando as forças militares dos gorilas.

Da área urbana passaremos à luta armada direta contra os latifundiários, através da guerrilha rural. Da aliança armada de operários e camponeses com estudantes, através da guerrilha móvel no campo, cruzando o interior do Brasil em todas as direções chegaremos ao exército revolucionário de libertação nacional e ao confronto com o exército convencional da ditadura militar.

A conquista do poder e a instauração do governo popular revolucionário são os nossos grandes objetivos, segundo o entendemos na Ação Libertadora Nacional (7, p. 280-281).

Com relação à *guerra revolucionária*, o discurso da ALN explora sobretudo a forma como essa pode se manifestar na prática. Assim, não há muitas discussões sobre o caráter da revolução, suas filiações teóricas, sua inserção na conjuntura internacional; mas são bastante discutidas as fases da guerra revolucionária brasileira, seus problemas operacionais e, principalmente, suas ações táticas e estratégicas. Trata-se de um percurso temático que se caracteriza pela programação, isto é, seus temas são apresentados de maneira encadeada, numa relação narrativa, de pressuposição e subordinação. De modo geral, há três grandes

¹⁰Entre estes, destaca-se o tema da organização revolucionária que, de acordo com o discurso, deveria ser militarizada, constituída de pequenos grupos estanques, de funcionamento simples. O comando deveria sempre ser reduzido e simplificado, e os líderes também deveriam participar da ação. Seus membros não poderiam saber muito sobre os demais membros e o funcionamento da organização, devido ao caráter clandestino da mesma, que exigia bastante vigilância, sigilo e confiança.

temas, que representam as três fases da guerra revolucionária: guerrilha urbana, guerrilha rural e formação do exército de libertação nacional. Cada uma das fases compõe-se de três etapas - preparação, lançamento e sobrevivência que, para serem cumpridas, necessitam da realização de uma série de ações revolucionárias que, por sua vez, exigem planejamento e preparação.

Esse “modo programado” remete ao pensamento estratégico de guerras e guerrilhas, surgindo sob diferentes aspectos. Assim, o discurso revela uma constante preocupação com a organização da luta, presente já na primeira frase do fragmento em estudo: “marchando lenta mas *sistematicamente*”¹¹. A luta é frequentemente caracterizada como um processo de longa duração, sobretudo nos textos que a consideram em curso (aspecto durativo), o que se observa por meio de expressões como *luta lenta*, *luta longa*, *luta lenta e prolongada*, etc, fortalecendo, assim, a ideia da necessidade da paciência e do planejamento. No entanto, alguns textos abordam a luta como um processo prestes a ser iniciado (aspecto incoativo), defendendo, assim, que esta comece *imediatamente*, como mostram o princípio da ação e a seguinte frase, da introdução do *Mini-manual*: “(...) sigam as instruções e *juntem-se à luta agora*”. Há no discurso uma correlação, de um lado, entre incoatividade e aceleração; de outro, entre duratividade e desaceleração.

As finalidades e os objetivos das ações, assim como o modo de executá-las, encontram-se constantemente apontados: “passaremos à luta armada direta contra os latifundiários, *através da guerrilha rural*. Da aliança armada de operários e camponeses com estudantes, *através da guerrilha móvel no campo (...)*”; “A conquista do poder e a instauração do governo popular revolucionário são os *nossos grandes objetivos (...)*”; “para causar problemas”; “para matar a fome”; “*a fim de que o guerrilheiro rural encontre carne para comer*”, etc.

Os fatores acima mencionados produzem no enunciado um efeito de sentido de objetividade. Além disso, o enunciador se coloca como um sujeito racional e detentor do saber, como revela a passagem “a perspectiva no Brasil é (...)”, em que a combinação do léxico *perspectiva*, geralmente associado a prospectivas baseadas em conhecimentos do passado e da atualidade, com o verbo *ser* no presente produz um efeito de sentido de

¹¹ De acordo com o dicionário Houaiss, uma das acepções de sistemático é “que se processa segundo um método ou ordenação; ordenado, metódico, organizado”.

verdade, de segurança, o que também é uma constante no discurso guerrilheiro, como mostra o trecho a seguir:

21. *Somos noventa milhões de brasileiros, massacrados pela ditadura militar e pelo imperialismo norte-americano. Com tamanho potencial humano e uma área geográfica continental, temos reservas suficientes e condições para derrotar o inimigo*, usando recursos brasileiros e seguindo uma estratégia inteiramente adequada à realidade concreta do país (3, p. 4).

Semanticamente, o uso do adjetivo *suficientes* e do substantivo *condições* produz no enunciado um efeito de sentido de verdade, conferindo autoridade ao enunciador. Além disso, o emprego dos adjetivos *tamanho* e *continental* intensifica o valor das expressões *potencial humano* e *área geográfica*, produzindo um efeito de sentido de ânimo, o que transmite otimismo e contribui para a mobilização do enunciatário.

Esse discurso desenvolve o percurso temático da guerra revolucionária por meio de um modo de dizer programado, empregando sempre recursos linguísticos que indicam explicação ou finalidade. No entanto, observa-se em diversas passagens que, apesar de os recursos de linguagem empregados construírem um efeito de sentido de objetividade e programação, as etapas e ações da guerra revolucionária muitas vezes são abordadas de forma bem abreviada, como podemos observar no exemplo a seguir, em que todo o processo de luta contra os latifundiários e a explicação da maneira como este se concretiza são resumidos pela expressão *guerrilha rural*: “passaremos à luta armada direta contra os latifundiários, *através da guerrilha rural*”.

Voltando ao exemplo 21, o trecho “estratégia inteiramente adequada à realidade concreta do país” aborda uma questão relevante para esse discurso. Admite-se a influência, ou melhor, a inspiração em outras revoluções, dentre as quais se destacam Cuba, Vietnam e, em menor grau, China e União Soviética. No entanto, afirma-se a necessidade do desenvolvimento de uma revolução genuinamente brasileira. O excerto anterior corresponde a uma resposta aos discursos que afirmavam que a luta armada brasileira não passava de uma cópia de modelos estrangeiros.

O desenvolvimento do tema acerca da guerra revolucionária deixa transparecer qualidades apontadas como fundamentais para o discurso da ALN, como a objetividade e a *concentração*:

22. [...] para nós *o fundamental* é primeiro a ação e a estratégia [...] *O mais importante* para nós são os quadros [...]

A estratégia em nossa organização está colocada *em primeiro plano*. O comando pertence ao *centro estratégico* (9, p. 1);

23. A rejeição do proselitismo e a *concentração de nosso esforço fundamental na ação revolucionária* [...] tiveram um efeito decisivo para o nosso crescimento (7, p. 270-271);

24. Em nossa maneira de pensar, a revolução no Brasil é a guerra revolucionária, em cujo *centro* se encontra a luta de guerrilhas (1, p. 118).

Verificamos, sobretudo pelas passagens grifadas, uma visão de mundo que não é dispersiva ou contemplativa, mas que busca prioridades, o essencial para a atuação. Essa *concentração* é reforçada por uma combinação de fatores: a) exclusividade da luta armada como forma de resistência; b) valorização da ruptura e desvalorização de medidas conciliatórias; c) formação de grupos armados com pequeno número de pessoas; c) escassez de citações existentes nesse discurso - ao longo dos dez documentos analisados, foram encontradas apenas duas, sendo uma de um texto de Lênin, outra de Guevara, dois ativistas.

Embora o discurso da ALN seja predominantemente temático, ocorre um aumento no grau de concretização da linguagem, sobretudo quando o tema se refere às “ações revolucionárias”:

25. As batidas são ataques rápidos em estabelecimentos localizados na vizinhança ou até no *centro da cidade*, tal como *unidades militares pequenas, delegacias, hospitais*, para causar problemas, tomar armas, castigar e aterrorizar o inimigo, tomar represálias, ou resgatar *prisioneiros feridos, ou aqueles hospitalizados* baixo vigilância da polícia (5, p.14);

26. (...) A guerrilha rural brasileira deverá surgir em meios à rebelião social no campo, tal como a guerrilha urbana surgiu em meio à rebelião social na área das *idades*. Os revolucionários no *campo* devem desde agora expropriar os latifundiários, assim como expropriamos os *bancos* e os *carros* e *trens pagadores* nas *idades*.

As *plantações dos fazendeiros* devem ser queimadas, o *gado* dos grandes pecuaristas, dos *frigoríficos* e das *invernadas* devem ser expropriados e abatidos para matar a fome dos camponeses. A parte restante deve ser dispersada pelas *matas* brasileiras a fim de que o guerrilheiro rural encontre *carne* para comer (2, p. 58-59)

Na cidade ou no campo, apresentam-se aos guerrilheiros propostas de ações concretas, como, por exemplo, invadir uma delegacia, e não simplesmente abstrações como “fazer a revolução”. A figurativização produz um efeito de sentido de aproximação do enunciado com a realidade, e, conseqüentemente, do enunciadador com o enunciatário, além

de atribuir àquele o *status* de conhecedor do mundo real. Essa construção encontra-se em total consonância com um discurso que se afirma anti-teoricista e defensor do princípio da ação.

Assim como nas questões relativas à conduta do guerrilheiro, a guerrilha também é apresentada como um *dever* a ser rigorosamente planejado e executado:

27- h) além da extrema mobilidade, rapidez e decisão nas ações de combate, *a norma de conduta da guerrilha* é o permanente deslocamento, favorecido pela extensão continental do país e a diversidade das condições do terreno;

i) *a guerrilha deve exercer severa vigilância e exigir rigoroso cumprimento das normas de segurança.*

Quanto às Relações entre a Guerrilha e o Povo

Os princípios da sobrevivência aqui são os seguintes:

a) *a guerrilha deve ter uma conduta honesta e leal, não fazer injustiças e dizer a verdade. Estimar, respeitar, ajudar o povo e jamais violentar seus interesses* (1, p. 125).

O excerto anterior reforça a condição diferenciada da guerrilha e de seus membros em relação ao povo, o rigor de conduta que lhes é exigido, além da extrema preocupação com as questões éticas.

No vigésimo sétimo exemplo surge a questão da *mobilidade*, bastante relevante para o discurso da ALN, que se encontra frequentemente associada à necessidade de desenvolvimento de uma revolução genuinamente brasileira. A guerra móvel, com possibilidade de deslocamento, representa uma maneira de tentar compensar a inferioridade em relação às forças inimigas, fixadas na costa urbana. Por outro lado, ela se opõe ao *foquismo*¹², método que propõe a criação de um foco guerrilheiro no campo, em torno do qual se desenvolve o exército popular revolucionário.

Prosseguindo com a análise do exemplo anterior, notamos que sua forma de apresentação (plano de expressão), fragmentada em itens e subitens, prática comum nos textos da ALN, contribui também para a construção do efeito de sentido de objetividade.

Os exemplos 26 e 27 reforçam o engendramento de três características fortemente presentes nesse discurso: a) a afirmação de valores considerados positivos (lealdade, honestidade, justiça, respeito); b) a construção da imagem positiva dos guerrilheiros e c) a busca de adesão de públicos específicos. Dessa forma, as passagens “para matar a fome dos

¹² Maiores informações sobre o foquismo podem ser encontradas, entre outros, em SALES (2007) e DEBRAY (s.d).

camponeses” e “estimar, respeitar e ajudar o povo”, ao mesmo tempo em que colocam os guerrilheiros como solidários, projetam explicitamente *camponeses* e *povo* como alvos de adesão.

Outra característica desse discurso relacionada ao percurso temático da guerra revolucionária é a presença, sobretudo nos textos de 1969, do relato e da avaliação positiva das atividades realizadas até então, o que pode ser observado no segundo parágrafo do exemplo 20 e no início do exemplo 26. A menção a ações bem sucedidas fortalece a imagem do guerrilheiro como um sujeito poderoso (conjunto com o *poder-fazer*), levando a crer que sua atuação está na direção correta; além disso, ressalta a valorização da ética revolucionária e da experiência empírica (em consonância com o princípio da ação), o que não se confunde com a valorização da tradição, pois, como já foi dito, estamos diante de um discurso de ruptura.

Como observamos ao longo da análise, o percurso temático da guerra revolucionária revela a imagem de um enunciador racional, centrado, planejado, seguro, que conhece a realidade e sabe o que quer. Sobre o enunciatário instituído, tem-se um sujeito disposto a cumprir ordens, que se imagina capaz de pertencer a uma comunidade na qual as normas são extremamente rigorosas.

Com relação às paixões manejadas nesse discurso, temos as paixões malevolentes em relação ao inimigo, principalmente o *ódio*, que provoca *revolta*. Por outro lado, no que diz respeito às paixões benevolentes, estimula-se a *admiração* à figura do guerrilheiro ideal e a confiança na guerra revolucionária. Por fim, ressaltamos que a forma segura, otimista e enérgica como a luta é apresentada, com ênfase nas ações práticas e bem sucedidas, no poder inusitado, ousado e *violento* do revolucionário, confere ao discurso um efeito de sentido de intensidade que provoca, nas pessoas pré-dispostas a lutar, um desejo intenso de fazê-lo.

3.1.2 Documentos externos: agitação e propaganda

Como mencionamos algumas vezes ao longo deste trabalho, os guerrilheiros brasileiros praticamente não ultrapassaram o estágio da guerrilha urbana, realizando, entre outras, ações como assaltos, justicamento, sabotagem, propaganda e sequestros. Os atos revolucionários eram quase sempre acompanhados de discursos relâmpagos ou de

distribuição de mensagens, que visavam a divulgar a guerrilha, a conquistar a adesão da população e a mostrar força.

Entre todas as atividades supracitadas, as de maior impacto foram os sequestros de diplomatas, que proporcionaram visibilidade internacional à luta armada brasileira, além de libertar vários presos políticos. O primeiro e mais surpreendente deles aconteceu em setembro de 1969, quando dois grupos armados (Ação Libertadora Nacional – ALN e Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8) detiveram o embaixador americano no Brasil. Em troca, foram feitas duas exigências: a libertação de quinze presos políticos e a leitura de um manifesto nos principais meios de comunicação do país.

Sequestrar o embaixador dos Estados Unidos, maior potência aliada do regime militar, e conseguir publicar um texto significavam romper a barreira de dois eixos centrais de sustentação da ditadura, a repressão e a censura. Esta determinava as formas de expressão às quais a população poderia ter acesso, construindo, assim, um recorte da realidade, ou seja, um recorte ideológico.

A publicação do manifesto representava uma oportunidade para os guerrilheiros exprimirem pública e solenemente suas ideias. Devido à sua importância, o texto do manifesto será utilizado como apoio para a análise do discurso de agitação e propaganda da ALN.

Entendemos por “documentos de propaganda” da primeira fase da luta armada o material dirigido genericamente “ao povo”, “aos brasileiros”, etc., ou especificamente a alguma categoria não pertencente à luta armada, como bancários, mulheres de militares e donos de armazéns. Trata-se de textos classificados pelos autores ou pelos arquivos aos quais tivemos acesso como panfletos, comunicados, cartas, circulares, manifestos, notas, entre outros, que apresentam as seguintes características gerais:

- têm como principais funções organizar a luta armada e conquistar a simpatia da
- sociedade;
- apresentam como conteúdo temático: a) conjuntura política; b) guerra revolucionária;
- os textos são curtos, raramente ultrapassando três páginas;

- o estilo é predominantemente formal, com o uso de expressões populares.

Tecendo uma comparação entre as características gerais dos documentos internos e externos, notamos que aqueles, voltados para membros da esquerda, pretendem conquistar a adesão de militantes para a implementação da luta armada. Nesse sentido, desenvolvem temas enfatizando a formação do guerrilheiro e da guerrilha. Os documentos externos, diferentemente, são direcionados principalmente para a população não militante, no intuito de conquistar sua simpatia. A diferença de público-alvo e de função dos documentos acarreta distintas estratégias discursivas, as quais apontaremos ao longo da análise.

Devido às dificuldades de se encontrar esses documentos, ao fato de alguns deles estarem em mau estado de conservação, muitas vezes com passagens ilegíveis, e à possibilidade de existir mais de um texto com o mesmo título, como, por exemplo, “ao povo brasileiro”, mencionamos abaixo as fontes consultadas para esta análise. Vale ressaltar ainda que, como muitas ações eram realizadas em conjunto com outras organizações, alguns desses textos encontram-se assinados também por outros grupos armados:

	Título	Data	Organização responsável	Nº de páginas	Fonte
11	Ao povo	s.d	ALN	1 página	AEL/BNM, anexo 4109
12	Ao povo brasileiro	s.d	ALN	1 página	AEL/BNM, anexo 68
13	Ao povo trabalhador	s.d	ALN	1 página	AEL/BNM, anexo 6447
14	Carta circular ao bancário brasileiro	1969	ALN	1 página	AEL/BNM, anexo 6448
15	Carta circular às mulheres das famílias dos militares	s.d	ALN	1 página	AEL/BNM, anexo 437
16	Companheiro	s.d	ALN, FMR	2 páginas	AEL/BNM, anexo 5343
17	Comunicado	1969	ALN	1 página	AEL/BNM, anexo 69
18	Manifesto da ALN e do MR-8	1969	ALN, MR-8	3 páginas	http://www.historia.uff.br/nec/textos . Acesso em 12 de jun.de 2008
19	Nota da ALN e do MR-8	1969	ALN	2 páginas	AEL/BNM, anexo 6430

AO POVO BRASILEIRO

A ditadura militar imposta em 1964 ao nosso paísprime o povo de tódas as formas. Tenta, por meio da fôrd e de leis fascistas, sufocar a vontade do povo e calar os patriotas honestos. A ditadura censura a imprensa, mente e distorce a verdade dos fatos procurando iludir o povo. Mantém os trabalhadores sob um salário de fome. Passou a usar da violência injusta ao prender, torturar e matar revolucionários e líderes populares. Tudo isso em o objetivo de defender os interesses de indústrias estrangeiras.

Contra esta ditadura de generais e latões brasileiros, os revolucionários iniciaram a guerra revolucionária, a luta guerrilheira. A violência justa do povo armado.

A luta armada guerrilheira é o único caminho do povo brasileiro para a sua Libertação Nacional. Operários, camponeses, estudantes, padres, intelectuais e militares pagotas, homens e mulheres que não se calaram, lutam pela libertação de nosso povo.

A guerrilha ataca todos aqueles que oprimem ou que colaboram com a opressão da ditadura. Expropria os grandes capitalistas, ataca a polícia levando suas armas, justiça agentes e espíões da polícia, sequestra personalidades para trazer per revolucionários presos. A guerrilha tira do inimigo tudo o que é útil para a luta do nosso povo. (vire)

Continuaremos lutando até atingir nossos objetivos, que são os objetivos do povo brasileiro:

• derrubar a ditadura militar e anular todos os seus atos a partir de 1964;

• instaurar um governo revolucionário do povo;

• expulsar os norte-americanos, confiscar seus bens e propriedades e de todos aqueles que com eles colaborem;

• transformar e melhorar as condições de vida dos operários, dos camponeses e da classe média; • retirar o país da órbita do imperialismo e firmar uma política externa independente.

AÇÃO
LIBERTADORA
NACIONAL

aln

28- Manifesto da ALN e do MR-8

Grupos revolucionários detiveram hoje o Sr. Charles Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos, levando-o para algum lugar do país, onde o mantêm preso.

Este ato não é um episódio isolado. Ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a cabo: assaltos a bancos, nos quais se arrecadam fundos para a revolução, tomando de volta o que os banqueiros tomam do povo e de seus empregados; ocupação de quartéis e delegacias, onde se conseguem armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura; invasões de presídios, quando se libertam revolucionários, para devolvê-los à luta do povo; explosões de prédios que simbolizam a opressão; e o justicamento de carrascos e torturadores.

Na verdade, o rapto do embaixador é apenas mais um ato da guerra revolucionária, que avança a cada dia e que ainda este ano iniciará sua etapa de guerrilha rural. Com o rapto do embaixador, queremos mostrar que é possível vencer a ditadura e a exploração, se nos armarmos e nos organizarmos. Apareceremos onde o inimigo menos nos espera e desapareceremos em seguida, desgastando a ditadura, levando o terror e o medo para os exploradores, a esperança e a certeza de vitória para o meio dos explorados.

O sr. Burke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo, que, aliado aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros e aos grandes banqueiros nacionais, mantém o regime de opressão e exploração.

Os interesses desses consórcios, de se enriquecerem cada vez mais, criaram e mantêm o arrocho salarial, a estrutura agrária injusta e a repressão institucionalizada. Portanto, o rapto do embaixador é uma advertência clara de que o povo brasileiro não lhes dará descanso e a todo momento fará desabar sobre eles o peso de sua luta.

Saibam todos que esta é uma luta sem tréguas, uma luta longa e dura, que não termina com a troca de um ou outro general no poder, mas que só acaba com o fim do regime dos grandes exploradores e com a constituição de um governo que liberte os trabalhadores de todo o país da situação em que se encontram.

Estamos na Semana da Independência. O povo e a ditadura comemoram de maneiras diferentes. A ditadura promove festas, paradas e desfiles, solta fogos de artifício e prega cartazes. Com isso ela não quer comemorar coisa nenhuma; quer jogar areia nos olhos dos explorados, instalando uma falsa alegria com o objetivo de esconder a vida de miséria, exploração e repressão que vivemos. Pode-se tapar o sol com a peneira? Pode-se esconder do povo a sua miséria, quando ele a sente na carne?

Na Semana da Independência, há duas comemorações: a da elite e a do povo, a dos que promovem paradas e a dos que raptam o embaixador, símbolo da exploração.

A vida e a morte do sr. Embaixador estão nas mãos da ditadura. Se ela atender a duas exigências, o sr. Elbrick será libertado. Caso contrário, seremos obrigados a cumprir a justiça revolucionária. Nossas duas exigências são:

a) A libertação de 15 prisioneiros políticos. São 15 revolucionários entre milhares que sofrem torturas nas prisões-quartéis de todo o país, que são espancados, seviciados, e que amargam as humilhações impostas pelos militares. Não estamos exigindo o impossível. Não estamos exigindo a restituição da vida de inúmeros combatentes assassinados nas prisões.

Esses não serão libertados, é lógico. Serão vingados, um dia. Exigimos apenas a libertação desses 15 homens, líderes da luta contra a ditadura.

Cada um deles vale cem embaixadores, do ponto de vista do povo. Mas um embaixador dos Estados Unidos também vale muito, do ponto de vista da ditadura e da exploração.

b) A publicação e leitura desta mensagem, na íntegra, nos principais jornais, rádios e televisões de todo o país.

Os 15 prisioneiros políticos devem ser conduzidos em avião especial até um país determinado - Argélia, Chile ou México -, onde lhes seja concedido asilo político.

Contra eles não devem ser tentadas quaisquer represálias, sob pena de retaliação.

A ditadura tem 48 horas para responder publicamente se aceita ou rejeita nossa proposta. Se a resposta for positiva, divulgaremos a lista dos 15 líderes revolucionários e esperamos 24 horas por seu transporte para um país seguro. Se a resposta for negativa, ou se não houver resposta nesse prazo, o sr. Burke Elbrick será justicado. Os 15 companheiros devem ser libertados, estejam ou não condenados: esta é uma "situação excepcional". Nas "situações excepcionais", os juristas da ditadura

sempre arranjam uma fórmula para resolver as coisas, como se viu recentemente, na subida da Junta militar.

As conversações só serão iniciadas a partir de declarações públicas e oficiais da ditadura de que atenderá às exigências.

O método será sempre público por parte das autoridades e sempre imprevisível por nossa parte. Queremos lembrar que os prazos são improrrogáveis e que não vacilaremos em cumprir nossas promessas.

Finalmente, queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente.

Ação Libertadora Nacional (ALN)

Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Fonte: cedida por Daniel Aarão Reis Filho

A leitura dos “documentos externos” permite observar que esses se dirigem a diferentes enunciatórios. Algumas vezes, inscreve-se explicitamente um narratário, no intuito de inculcar-lhe um dever-fazer específico, como, por exemplo, os donos de estabelecimento no qual se encontram expostos cartazes com as fotos de “terroristas procurados”, que devem retirá-los; as esposas ou mães de militares, que devem “chamá-los à razão” ou, no caso do manifesto, os militares no poder, que devem cumprir as exigências dos guerrilheiros relativas à negociação do sequestro. Por outro, e na maior parte das vezes, há nesses documentos uma apresentação da luta armada, para a “população em geral”.

O manifesto, assim como os demais textos dos documentos externos, estrutura-se a partir da oposição semântica fundamental /opressão/ vs /liberdade/, com euforização do segundo termo. Vale ressaltar aqui uma importante diferença entre os documentos internos e externos. Como mencionamos anteriormente, os documentos especialmente voltados para os militantes armados são construídos com base na oposição /continuidades/ vs /ruptura/ em relação à política que a esquerda vinha colocando em prática até aquele momento. O foco desses documentos recai sobre a forma de implementar resistência à opressão. Os documentos externos, por sua vez, abordam a oposição *opressão vs. liberdade* da perspectiva das dificuldades cotidianas, ou seja, buscando explicitar as desigualdades e injustiças sociais.

Do ponto de vista narrativo, temos, no manifesto, principalmente a manipulação, da qual destacamos dois contratos diferentes. No primeiro, o destinador pretende tornar o destinatário (ditadura) um sujeito do *dever fazer* - dever realizar a *performance* desejada (libertar 15 presos políticos e permitir a leitura do manifesto) e dever parar de realizar repressões violentas, como assassinatos e torturas. No segundo contrato, mais comum ao

longo dos documentos externos analisados, o destinador pretende levar o destinatário (população) a *querer fazer* ou a *não querer não fazer* a guerra revolucionária, ou seja, o destinador busca conquistar adeptos ou, simplesmente, simpatizantes para a luta armada, sendo esta última condição expressa por uma frase bastante presente nos textos estudados “quem não desejar fazer nada a favor dos revolucionários, não faça nada contra”.

O manifesto apresenta três programas narrativos principais. No mais amplo, que subordina os demais, o sujeito (guerrilheiros) quer libertar o país e seu povo da opressão em que vive. No segundo, o sujeito (guerrilheiros), que compõe a dêixis da liberdade, procura retirar do anti-sujeito (ditadura), que preenche a dêixis da opressão, a conjunção com o poder (gestão do país). Trata-se da guerra revolucionária, um meio de se atingir a libertação nacional. Esses dois primeiros programas narrativos correspondem também aos PNs predominantes nos documentos externos. No terceiro, o sujeito (guerrilheiros) almeja libertar outros guerrilheiros por meio de um ato revolucionário que, por sua vez, é parte da guerra revolucionária. Verificamos, pelos principais programas narrativos, que o guerrilheiro surge nos documentos externos como “libertador do povo e da nação”. Essa função do guerrilheiro não é muito explicitada nem enfatizada nos documentos internos, embora apareça de forma implícita.

No início do texto, citam-se alguns atos revolucionários e seus objetivos que, como já dissemos, funcionam como programas modais encadeados para alcançar a *performance* (conquistar o poder/a liberdade). A menção a esses atos já realizados valoriza a ação e afirma o *poder-fazer* do sujeito. Na segunda parte do manifesto, encontra-se todo o plano do funcionamento e desfecho do sequestro, ou seja, mais uma série de programas modais que apresentam um objetivo bastante claro. Esse modo de dizer, com a constante presença de explicações e justificativas, sobretudo em relação às ações revolucionárias, perpassa todo esse discurso, como mostram as passagens abaixo:

29. *Para levar avante nossa luta patriótica*, não tínhamos outra alternativa senão tomar algumas armas a força e conseguir recursos financeiros, *expropriando-os dos bancos* (14);

30. Somos revolucionários que lutam à mão armada *pela libertação de nossa pátria* (11).

O enunciador, ao explicar e justificar as ações revolucionárias, ao mesmo tempo em que constrói a imagem de um sujeito objetivo, que sabe o que quer, defende-se de acusações que poderiam surgir contra as atitudes mencionadas.

O guerrilheiro é apresentado como um sujeito que tem extrema mobilidade e, por isso, grande capacidade de surpreender o adversário, qualidades que compõem as estratégias para manipular o enunciatário:

[...]. *Apareceremos onde o inimigo menos nos espera e desapareceremos em seguida*, desgastando a ditadura, levando o terror e o medo para os exploradores (parágrafo 3 do exemplo 28);

O método será sempre público por parte das autoridades e sempre *imprevisível* por nossa parte (parágrafo 17 do exemplo 28).

O fortalecimento do sujeito realiza-se também por meio da desvalorização do anti-sujeito, o que explicita o caráter polêmico do discurso. Essa desvalorização do inimigo ocorre de duas maneiras complementares. Primeiro, tecendo-lhe críticas e atribuindo-lhe anti-valores (opressão, exploração, injustiça, repressão, humilhação, etc). As críticas enfatizam sobretudo o empobrecimento da população (miséria do povo) provocado pelo governo e a repressão violenta. De modo semelhante, o discurso dos documentos internos também procura desqualificar o inimigo para fortalecer o guerrilheiro. No entanto, os adjetivos empregados na desqualificação da ditadura (cruel, medrosa, arrogante, etc) revelam nos documentos internos a presença de uma crítica mais passional e, muitas vezes, de caráter mais subjetivo, ou seja, associada não apenas ao modo de governar ou de reprimir a população, mas também a características pessoais dos repressores.

Outra maneira de desvalorizar o inimigo é mostrá-lo como não confiável. Assim, o enunciador atribui à ditadura o parecer, mas não ser (mentira) e afirma que a realidade do brasileiro é árdua (miséria, repressão) mas não parece (segredo) porque a ditadura a esconde (mantém o segredo):

Com isso ela *não quer comemorar coisa nenhuma*; quer jogar areia nos olhos dos explorados, instalando uma *falsa alegria com o objetivo de esconder* a vida de miséria, exploração e repressão que vivemos (parágrafo 7 do exemplo 28);

[...] esta é uma “*situação excepcional*”. Nas “*situações excepcionais*”, os juristas da ditadura sempre *arranjam uma fórmula de resolver as coisas*, como se viu recentemente, na subida da Junta militar (parágrafo 15 do exemplo 28).

Esse modo de criticar a ditadura confere ao enunciador ao mesmo tempo o estatuto de sujeito do saber, que conhece a realidade escondida, e confiável, pois quer mostrá-la a todos que não conseguem enxergá-la, inclusive aos enunciatários. Mais uma vez encontra-se no discurso da ALN a valorização da confiança.

Ainda sobre o fragmento anterior, o emprego da expressão *situação excepcional* representa uma espécie de “vingança semântica”, pois uma das formas utilizadas pela ditadura para justificar seus atos era afirmar que eram medidas passageiras, denominando-as “estado de exceção”, “situação excepcional”, etc. Assim, ao fazer uso de uma dessas expressões em um momento que causa muitas dificuldades ao adversário, os guerrilheiros, ao mesmo tempo, denunciam as irregularidades do inimigo e afirmam que estas serão utilizadas a favor dos revolucionários, o que mostra força. Coloca-se em prática, desse modo, um dos princípios da guerra revolucionária, apropriar-se das armas do adversário e utilizá-las contra ele.

As críticas e denúncias aos inimigos normalmente surgem nesse discurso acompanhadas da defesa de acusações feitas pela ditadura, além da afirmação do caráter legítimo e justo da causa dos guerrilheiros, apresentada frequentemente como a causa dos menos favorecidos, isto é, do povo:

31. [...] queremos informar à população de São Paulo que *nada temos a ver com os incêndios ocorridos nas estações de televisão*. (...) *é preciso que se saiba* que os responsáveis por esses incêndios devem ser procurados entre os que procuram deles valer-se para açular o povo contra os que estão lutando pela libertação do Brasil. Entre os que deixam um provocador como Binotos atirar bombas a esmo e libertam-no, “por engano” logo depois do Ato 5 (17);

32- As pessoas que nos cartazes aparecem como “vis criminosos” são na realidade pessoas de todas as camadas populares, que sentiram que é hora de dizer um BASTA! às injustiças a que está submetido o povo brasileiro. Um BASTA! contra a miséria, contra a opressão e contra a ditadura militar (16, p. 1, grifo no original);

33. A causa que defendemos é a causa do povo. Por essa causa é preciso que os brasileiros façam alguma coisa. Nós estamos fazendo porque estamos revoltados. E *nossa revolta é justa* (14);

34. Começamos a lutar em 1968, na guerra de guerrilhas, para derrubar este governo. Este *governo que apóia os patrões e que permite a exploração e a miséria dos trabalhadores* (13).

Alguns elementos dos excertos anteriores revelam a existência de uma polêmica discursiva entre a guerrilha e a ditadura. Inicialmente, a estrutura argumentativa que, em

forma de ataque e contra-ataque, encadeia as críticas recebidas e a produção de novas acusações, reforçando, mais uma vez, a afirmação do sujeito guerrilheiro pela crítica ao anti-sujeito. Em seguida, a utilização do recurso das aspas, que traz para o interior do discurso guerrilheiro o discurso da ditadura, marcando-o com distanciamento e exterioridade.

Notamos, ainda nos exemplos anteriores, a presença da repetição de palavras ou de estruturas frasais (*entre*, no ex. 31; *contra* e *basta*, no ex. 32; *causa*, no ex. 33 e *este governo*, no ex. 34), produzindo um efeito de sentido de intensificação do conteúdo apresentado, o que, somado à presença de frases curtas, resulta em um modo de dizer que se aproxima da oralidade, marcado por uma fala ascendente, com aumento do tom de voz. O enunciador mostra, dessa forma, um caráter decidido e um corpo firme e ereto, o que também pode funcionar como um modo de comover o auditório.

Como podemos observar, o discurso guerrilheiro reproduz o discurso da ditadura para poder negá-lo, o que ocorre pelo recurso das aspas, pela defesa contra as acusações recebidas e pela afirmação do caráter justo de sua luta. Esses recursos, além de reforçarem a imagem positiva da guerrilha, revelam a preocupação do enunciador em se afirmar diante de um enunciatário que está sujeito a crer na persuasão do adversário.

As passagens *queremos informar à população* e *é preciso que se saiba*, juntamente com a ampla presença do verbo *esclarecer* ao longo dos textos reforçam a imagem do enunciador como um sujeito que revela a verdade, *faz saber*, e que coloca o enunciatário como o sujeito que *não sabe* e *deve saber*.

Essa combinação de desvalorização do anti-sujeito e de demonstração de poder por parte do sujeito é característica do programa de vingança. Assim, este, sentindo-se ofendido e insatisfeito com a ação daquele, passa a *querer* e busca *poder fazer* mal ao inimigo, o que pode ser observado na seguinte afirmação de Barros (2001, p. 67):

(...) entende-se vingança como o programa de liquidação da falta causada, na perspectiva do sujeito, pelo anti-sujeito. O sujeito e o anti-sujeito, como é sabido, confrontam-se na narrativa, pois estão em busca dos mesmos valores. Na vingança, o sujeito “ofendido” assume o papel de destinador-julgador e sanciona negativamente o anti-sujeito que não cumpriu o esperado ou que exerceu um fazer contrário e prejudicial aos seus projetos.

De modo mais concreto, podemos dizer que os guerrilheiros, descontentes com as atitudes da ditadura, sobretudo em relação à repressão, passam a nutrir um desejo de vingança contra os militares, como mostra a seguinte passagem: “Não estamos exigindo a restituição da vida de inúmeros combatentes assassinados nas prisões. Esses não serão libertados, é lógico. *Serão vingados*, um dia”. Esse desejo de vingança, normalmente voltado contra indivíduos, ao se dirigir a todo o regime militar, funciona como uma força motriz no desejo de fazer a revolução. Assim, a guerra revolucionária deixa de ser uma questão apenas social e se torna também algo pessoal, o que contribui para aumentar o compromisso de seus participantes e o poder de comoção dos simpatizantes, que se solidarizariam mais com a causa pessoal dos “agredidos” do que com a causa política.

As características anteriormente apontadas (um enunciador polêmico, que critica seu inimigo, que mostra firmeza e poder e que apresenta sua causa como justa) encontram-se resumidas na palavra de ordem mais empregada nos documentos da ALN: olho por olho, dente por dente!

Outro aspecto relevante na constituição do sentido dos documentos externos refere-se às projeções actanciais. Podemos dizer, de modo geral, que há nesses documentos o predomínio da debreagem enunciativa. No entanto, com relação ao manifesto, verificamos no primeiro, segundo, quinto e sexto parágrafos do texto a ausência de marcas da enunciação no enunciado, e que configuram a presença de uma debreagem enunciva. Esses parágrafos apresentam como temática a guerra revolucionária e a crítica à ditadura. Observamos, portanto, que embora trate “de si”, de seus atos e dos atos do inimigo, não há projeção do “eu” no enunciado, o que produz um efeito de sentido de distanciamento e objetividade.

Em diversas passagens encontram-se embreagens actanciais, que são neutralizações das categorias de pessoa. Por exemplo, na frase “*Grupos revolucionários* detiveram hoje o Sr. Charles Burke Elbrick [...]” o sujeito “grupos revolucionários”, na terceira pessoa do plural, está sendo empregado no lugar de “nós”. Há, portanto, a neutralização da primeira pessoa do plural. As embreagens presentes na primeira parte do manifesto resultam principalmente na substituição do “nós” por “ele” ou “eles”:

Portanto, o rapto do embaixador é uma advertência clara de que *o povo brasileiro* não lhes dará descanso [...] (parágrafo 5 do exemplo 28);

Na Semana da Independência há duas comemorações: a da elite e a do *povo*, a dos que promovem paradas e a dos que raptam o embaixador, símbolo da exploração (parágrafo 8 do exemplo 28).

Nos exemplos anteriores, ocorre o emprego de “o povo” e “os explorados” no lugar de “nós”. Sobre esse tipo de embreagem, Fiorin (1996, p.86) afirma: “Quando se faz essa embreagem é como se o enunciador se esvaziasse de toda e qualquer subjetividade e se apresentasse apenas como um papel social”.

Cria-se, assim, um “papel social” que engloba os termos *povo*, *trabalhadores*, *explorados*, *revolucionários*, etc., empregados no lugar de “nós”.

Por outro lado, há momentos em que ocorre simplesmente a debreagem enunciativa, de terceira pessoa:

[...] só acaba (a luta) com o fim do regime dos grandes exploradores e com a constituição de um governo que *liberte os trabalhadores* de todo o país dessa situação em que *se encontram*. (parágrafo 6 do exemplo 28);

Na verdade, o rapto do embaixador é apenas mais um ato da guerra revolucionária, *que avança* a cada dia e que ainda este ano *iniciará* a etapa de guerrilha rural. (parágrafo 3 do exemplo 28).

Juntamente com a alternância entre debreagens e embreagens ocorre o uso do pronome de primeira pessoa do plural “nós” com diferentes sentidos:

Com o rapto do embaixador, *queremos* mostrar que é possível vencer a ditadura e a exploração, *se nos armarmos e nos organizarmos* (...) levando o terror e o medo para o exploradores, a esperança e a certeza para o meio dos explorados (parágrafo 3 do exemplo 28).

No fragmento supramencionado, o primeiro verbo (*queremos*) apresenta um “nós exclusivo” (eu + ele), que se restringe aos guerrilheiros. Em *armarmos* e *organizarmos* ocorre a inclusão (eu+tu) do enunciatário. Dessa forma, a expressão *os explorados* não marca uma identificação direta com o enunciador.

A segunda parte do manifesto, ao contrário, apresenta sempre o “nós exclusivo”, referente apenas àqueles que fazem a luta armada:

[...] Caso contrário, *seremos* obrigados a cumprir a justiça revolucionária (parágrafo 9 do exemplo 28);

[...] Se a resposta for positiva, *divulgaremos* a lista dos 15 líderes revolucionários e *esperaremos* 24 horas por seu transporte para um país seguro (parágrafo 15 do exemplo 28).

Observamos, portanto, a construção de um “papel social” que ao mesmo tempo identifica e confunde todos os termos mencionados anteriormente, pois, em alguns momentos, o enunciador coloca-se como o próprio povo, o oprimido (quando se utiliza das embreagens mencionadas e do “nós” inclusivo), em outros, distancia-se dele, colocando-se no lugar do libertador (debreagem enunciativa e “nós” exclusivo).

Ainda com relação à segunda parte, verifica-se que, apesar de se tratar de uma negociação com a ditadura, esta não é instalada como “tu”, havendo, nesse sentido, a embreagem de substituição da segunda pela terceira pessoa do singular:

A vida e a morte do sr. Embaixador estão nas mãos *da ditadura*. *Se ela* atender a duas exigências, o sr. Elbrick será libertado (parágrafo 9 do exemplo 28);

A ditadura tem 48 horas para responder publicamente se aceita ou rejeita nossa proposta (parágrafo 14 do exemplo 28).

Nesse caso, recorrendo mais uma vez a Fiorin (1996, p. 88), verificamos que há uma mistura de desprezo e de rebaixamento do enunciatário, com o qual o enunciador não quer compactuar, tratando-o então como “não pessoa”. Privilegiam-se, assim, os enunciatários que não se identificam com o regime militar, o que fica evidente nas associações feitas ao termo ditadura ao longo do manifesto: carrascos, torturadores, inimigo, exploradores, grandes patrões, grandes fazendeiros, grandes banqueiros, grandes exploradores, elite e autoridades.

O uso de palavras “guarda-chuva” como *ditadura* e *povo* foi muito comum nos discursos do período do regime militar, podendo ser sintetizado pelo célebre slogan “abaixo a ditadura, o povo no poder”. Sabemos que elas demarcam campos discursivos, indicando o terreno de atuação do enunciador.

Algumas características apontam para o pertencimento desse manifesto ao campo dos discursos políticos de esquerda, dentre as quais citamos, a euforização da liberdade e a disforização da opressão; o desenvolvimento temático, sobre o qual discorreremos

posteriormente, e o emprego deste vocabulário¹³: atos revolucionários, grupos revolucionários, revolução, povo, empregados, luta do povo, burguês, opressão, exploração, imperialismo, patrões, regime de opressão e exploração, luta, exploradores, explorados, repressão, miséria, elite, líderes da luta, líderes revolucionários, companheiros. Esses recursos contribuem para a construção da imagem de um enunciador pertencente ao campo político de esquerda e de um enunciatário que adere a esse discurso e seus jargões.

O manifesto possui um percurso temático principal, o da “guerra revolucionária”, enfatizando o programa da guerra e atrofiando um pouco o tema do pós-revolução. No entanto, nos demais textos, surgem frequentemente os objetivos a serem alcançados após a revolução, sendo estes os mais recorrentes:

35- Nossos objetivos são os seguintes:

- Derrubar a ditadura e cancelar todos os seus atos desde 1964;
- Instaurar um governo revolucionário do povo;
- Expulsar os imperialistas, confiscar todos os seus bens e propriedades e de todos os que com eles colaborem;
- Transformar e melhorar as condições de vida dos operários e dos camponeses, da classe média, acabar com o latifúndio;
- Retirar o país da órbita do imperialismo, reatar relações diplomáticas com Cuba e demais países do campo socialista (11).

O exemplo acima remete ao caráter beligerante do discurso guerrilheiro, que deseja destruir completamente o inimigo e seu campo axiológico, o que se manifesta pelo emprego dos verbos *derrubar*, *expulsar*, *confiscar*, *acabar*, *retirar*, reforçado três vezes pelo uso do pronome *todos*, e *transformá-lo* em um outro modelo, o socialista.

Embora esse discurso seja predominantemente temático, as críticas à ditadura, sobretudo com relação à “situação dos prisioneiros nas prisões”, apresentam maior revestimento figurativo:

36- [...] O quartel da PE da rua Barão de Mesquita, na Guanabara, é a sede da Gestapo brasileira. Ali os oficiais *despem as moças* que são presas, acusadas de crimes políticos e assaltos a bancos, *abusam delas e as mergulham nuas em bacias d'água, para receberem choques elétricos* (15);

37. Fala-se muito em salvar uma vida humana mas a verdade é que ela tem um valor muito relativo para os homens da ditadura que, em 1964, *arrastaram semi-nu pelas ruas de Recife* o honrado revolucionário *Gregório de Bezerra* e *assassinaram Édson Luís no Calabouço* (19).

¹³ Vale ressaltar que não é o vocabulário em si que revela o posicionamento de um discurso, mas seu tratamento semântico e a relação que estabelece com os valores ideológicos em questão.

A menção a locais, nomes e datas, e a descrição de maneiras de torturar os revolucionários produz um efeito de sentido de verdade e realidade, além de aumentar o poder de comoção do público, que poderia se indignar, sentir compaixão dos torturados, raiva dos torturadores, etc.

O cenário é o de uma guerra na qual atos guerrilheiros são apresentados como reação às ações da ditadura, o que se constrói por meio da isotopia da guerra: detiveram, preso, armas e munições, explosões, justicamento, carrascos, torturadores, rapto, guerra revolucionária, inimigo, terror, medo, luta, torturas, prisões, prisões-quartéis, espancados, seviciados, assassinados, combatentes, prisioneiros, condenados, etc. Como pano de fundo, há uma situação de miséria e exploração provocada também pela ditadura (arrocho salarial, estrutura agrária injusta, etc). Esse quadro “apocalíptico”, também presente nos documentos internos, funciona como um meio de comover o auditório, produzindo um sentimento de mal estar, de necessidade de reação.

Observamos que a sequência de programas narrativos relativos à guerra revolucionária e aos atos revolucionários encontra-se revestida por percursos temáticos que levam o mesmo nome (guerra revolucionária e atos revolucionários). Reforçando ainda mais essa maneira de conceber e planejar as ações revolucionárias, temos o modo de dizer:

a) [...] assaltos a bancos, nos quais se arrecadam fundos para a revolução (...); ocupações de quartéis e delegacias, onde se conseguem armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura (parágrafo 2 do exemplo 28);

b) A ditadura tem 48 horas para responder [...] Se a resposta for positiva, divulgaremos a lista [...]. Se a resposta for negativa, ou se não houver resposta nesse prazo, o sr. Burke Elbrick será justicado (parágrafo 16 do exemplo 28).

No exemplo *a*, as orações em *itálico* são explicativas e finais, ou seja, explicam a finalidade da ação apontada, o que ocorre constantemente no discurso guerrilheiro. Esse modo de dizer confere ao enunciador a imagem daquele que sabe o que, como e por que quer, mostrando planejamento em seu raciocínio, efeito de sentido presente também em *b*, onde a dupla condicional revela um sujeito racional, que reflete sobre diferentes alternativas, para as quais apresenta soluções.

No entanto, o estilo desse texto não é apenas da ordem da extensidade. O sequestro do embaixador americano foi visto por muitos cidadãos brasileiros como um acontecimento. De modo análogo, o manifesto apresenta a perspectiva do acontecimento, uma parada brusca e inesperada na continuidade cotidiana (parada da continuação) que produz efeito de surpresa e intensidade. (Cf., 2006 a, p. 161-162). Uma das formas de manifestação dessa intensidade é a projeção de um espaço de tempo reduzido, marcado pelo emprego de advérbios como *hoje* e *agora*. O presente é curto, intenso, a guerra revolucionária *já* começou.

De modo geral, os documentos externos da ALN apresentam a luta armada tanto da perspectiva da extensidade, quanto da intensidade. Por um lado, procura-se mostrar que, para os guerrilheiros, a ação revolucionária é algo consequente, programado, justificado, que se insere, de modo estratégico, em uma luta mais ampla. Por outro lado, para os adversários ou os demais sujeitos, trata-se de um acontecimento, uma ação surpreendente, da ordem da intensidade. O discurso refere-se à guerrilha urbana como uma sucessão de ações programadas, mas que são capazes de surpreender.

O manifesto apresenta variação de registros linguísticos. Além da norma culta, predominante, empregam-se jargões da esquerda, como já mencionamos e expressões populares: coisa nenhuma; tapar o sol com a peneira; jogar areia nos olhos; sentir na carne; por as barbas de molho; olho por olho, dente por dente, entre outras. Essa diversidade linguística contribui para reforçar os efeitos de sentido de aproximação, fusão ou distanciamento dos guerrilheiros em relação ao *povo*.

Além disso, observamos o emprego de expressões adjetivas que engrandecem o substantivo, seja em termos qualitativos ou quantitativos: *inúmeros* atos *revolucionários*, *apenas mais um* ato da guerra revolucionária, *grandes* patrões, *grandes* fazendeiros, *grandes* banqueiros, *grandes* exploradores, *milhares* que sofrem tortura, *inúmeros* combatentes assassinados. Essas construções superdimensionam tanto os revolucionários quanto seus inimigos, o que também produz um efeito de sentido de intensidade no texto. Por fim, note-se, mais uma vez, o emprego da repetição (*grandes*) produzindo efeito de sentido de intensificação dos substantivos, como já apontamos anteriormente.

O tom de voz, apesar de predominantemente elevado, varia de acordo com o contrato. Na busca de adeptos para a guerra revolucionária, há ênfase no efeito de sentido

de objetividade e de verdade, construído, sobretudo, por meio das orações explicativas e da apresentação da ditadura como mentirosa. Ao discorrer sobre os atos revolucionários, o enunciador constrói a imagem de sujeito do *poder-fazer*, um guerreiro; por outro lado, ao justificar suas ações, revelar seus objetivos e sancionar a ditadura, mostra-se como sujeito do *saber*. Dessa forma, ele procura convencer que o seu *querer* é possível e justo, o que é feito com a voz alta e firme.

Na segunda parte, a negociação entre guerrilheiros e ditadura representa uma troca de valores: /liberdade/ do embaixador *vs* /liberdade/ de quinze presos políticos. Além desse, pelo menos dois outros valores encontram-se presentes nesse jogo de trocas: a *vida* e o *respeito*¹⁴. A ditadura, revestida de anti-valores, é acusada de ser responsável por *opressão, morte e desrespeito*.

O enunciador coloca-se em posição de superioridade, como destinador de uma advertência, palavra definida no dicionário *Houaiss* da seguinte maneira: chamada ou punição dada por autoridade ou pessoa investida de autoridade àquele que comete alguma falta”.

Assim, esse enunciador, investido de autoridade (que lhe é conferida, entre outros, por manter prisioneiro o embaixador dos Estados Unidos), mostra-se forte e passa a agredir o seu adversário, denunciando-o, reforçando seus anti-valores e, principalmente, impondo-lhe condições e restrições. As frases são mais curtas, o tom é seco e mais elevado:

Os 15 prisioneiros políticos *devem* ser conduzidos em avião especial até um país determinado (parágrafo 14 do exemplo 28);

Não estamos exigindo o impossível. Não estamos exigindo a restituição da vida [...] (parágrafos 10 e 11 do exemplo 28);

[...] Queremos lembrar que nossos prazos *são improrrogáveis* e que *não vacilaremos* em cumprir nossas promessas (parágrafo 17 do exemplo 28);

[...] queremos *advertir* aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: *não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa*. Estamos dando *o último aviso* (...) Agora é olho por olho, dente por dente (parágrafo 18 do exemplo 28).

Notamos que toda a rigidez de comportamento cobrada do guerrilheiro nos documentos internos encontra-se aqui presente (prazos improrrogáveis, não vacilaremos,

¹⁴ Optamos por resumir os maus tratos sofridos nas prisões (espancamento, tortura, humilhação, etc) com o termo desrespeito.

etc), voltando-se contra o inimigo em forma de paixões de malevolência (serão vingados, prática odiosa, etc) e de exigências (estamos exigindo, advertimos, etc.).

Em ambas as partes do texto, há a denúncia. Porém, tanto na temática quanto no modo de dizer, estas se manifestam diferentemente. Na primeira metade, que se assemelha à maioria dos documentos externos, a ênfase recai principalmente sobre a exploração e a miséria; o enunciador porta-se como o revelador da verdade para os indivíduos impossibilitados de reconhecê-la. O enunciador coloca-se como um sujeito que *quer fazer*, *crê poder fazer*, mas sabe que o caminho é difícil e penoso. Por isso, o tom firme e decidido, mas sem muita agressividade.

Na segunda parte, a denúncia recai principalmente sobre a repressão. Por meio de um tom elevado e agressivo, os guerrilheiros procuram mostrar força, inferiorizar e amedrontar o inimigo, transmitindo, nas entrelinhas, a seguinte mensagem: estamos na luta e somos fortes. Assim, não se enuncia “a ditadura está assassinando e torturando gente em suas prisões”, mas “vingaremos os assassinatos e as torturas!”.

Ao longo de todos os textos, ressalta-se a guerra revolucionária como já desencadeada e em plena ascensão.

A análise dos documentos externos revela um enunciador que constrói ao mesmo tempo a imagem de sujeito do poder e do saber. Indignado e ofendido com as atitudes da ditadura, esse indivíduo polêmico, apaixonado e fortemente modalizado pelo *querer* e pelo *poder fazer*, está decidido a vencer o inimigo, por quem alimenta paixões malevolentes, utilizando-se das mesmas armas que ele, ou seja, pela ação. Por outro lado, coloca-se como um sujeito do conhecimento, que relaciona os fatos e tem condições de analisar a realidade, denunciando suas aparências e revelando sua essência; um sujeito racional, que sabe o que quer e planeja minuciosamente suas ações. Seu tom de voz é alto, firme, decidido e, às vezes, agressivo.

Já o enunciatório aparece como um feixe heterogêneo, de difícil apreensão. Além da ditadura, formam-se esboços de outras duas imagens. Por um lado, um indivíduo politizado, capaz de compreender um discurso de esquerda, que não se identifica com a ditadura. Por outro, um ser desavisado, que não sabe exatamente o que está acontecendo entre militares e guerrilheiros e também não se identifica totalmente com a ditadura, embora esteja sujeito a crer em seu discurso. Neste segundo grupo incluem-se os sujeitos

explicitamente inscritos em alguns panfletos, como já mencionamos no início da análise (donos de armazém, mulheres e mães de militares).

3.1.3 Síntese

Para realizar uma comparação das principais semelhanças e diferenças existentes entre os documentos internos e externos da primeira fase da ALN, tomaremos como ponto de partida as características gerais do material analisado. Os primeiros consistem em textos de maior extensão (se comparados com os outros) e visam à formação da guerrilha e do guerrilheiro; dessa forma, delineia-se um enunciatório bastante homogêneo, apesar de o enunciado apontar uma diversidade de categorias como produtoras de potenciais revolucionários armados (camponeses, estudantes, operários, sacerdotes, intelectuais, mulheres, etc.). Os documentos externos, em geral curtos, manifestam-se principalmente por meio de manifesto, carta, comunicado e panfleto. Esses textos não buscam apenas conquistar a adesão da “sociedade em geral”, mas também alcançar objetivos específicos, como no caso do manifesto analisado, em que se pretendia negociar com os militares no poder a troca de quinze presos políticos pelo embaixador americano, ou nos exemplos seguintes:

38 Prezada senhora ou senhorita,

Ao dirigir-lhe a presente carta, nós o fazemos na convicção de que nosso gesto surtirá algum efeito sobre seu sentimento de mãe, esposa, filha, irmã ou noiva de militar.

[...]

É preciso que a mulher brasileira, que tem laços de parentesco com os militares, procure adverti-los, chamando-os à razão, e fazendo com que parem de cometer estes crimes (15);

39. Companheiro,

Esta carta foi o meio por nós encontrado, para chegar até você e esclarecer uma série de fatos em relação aos cartazes que a polícia (assim cremos) pregou em seu estabelecimento.

[...]

Agora que já esclarecemos o caráter de nossa luta, gostaríamos de lhe fazer um pedido:

Retire os cartazes afixados em seu estabelecimento (16, p. 1-2, grifo no original).

Observamos, dessa forma, que os objetivos dos documentos externos são mais diversos, o que resulta em um enunciatório mais heterogêneo.

Quanto às relações interdiscursivas, notamos que tanto os documentos internos quanto os externos estabelecem diálogo com os discursos da ditadura, mas este não se desenvolve da mesma maneira. No primeiro grupo, a crítica à ditadura enfatiza a violência, a má gestão e a traição, sendo empregados argumentos bastante políticos, que conferem ao enunciador e ao enunciatário a imagem de sujeitos politizados, como mencionamos ao longo da análise. Essa imagem do ator da enunciação encontra-se reforçada nas críticas à esquerda não-armada. No segundo grupo, o diálogo com a ditadura critica, de forma resumida, a repressão violenta e o empobrecimento da população, além de apresentar defesas de acusações recebidas por meio de esclarecimentos, nos quais muitas vezes reproduz-se o discurso da ditadura entre aspas, ou seja, marcado como duvidoso e externo. Além disso, o discurso dos documentos externos não dialoga com o discurso da esquerda não-armada, fato que, entre outras funções, evita expor as cisões dos grupos de oposição à ditadura às pessoas que não sabiam desse fracionamento. Essas características apontam para um enunciatário menos informado sobre o movimento de esquerda e mais preocupado com a sobrevivência cotidiana, como impostos, aluguel, salário, etc.

O perfil dos enunciatários justifica também a oposição fundamental dos dois grupos de documentos. No primeiro, continuidade *vs* descontinuidade é apresentada quase como sinônimo de passividade *vs* atividade, ou seja, o eixo é a questão da ruptura. Nos documentos externos, a estrutura fundamental apresenta a oposição opressão *vs* liberdade, que representa um desmembramento da primeira oposição. Assim, o entendimento de que a ditadura é responsável por uma realidade opressora torna-se insatisfação e leva o sujeito a decidir romper com a passividade, a continuidade. De modo geral, o destinatário dos documentos internos é o sujeito insatisfeito e inconformado, que decide agir, enquanto nos documentos externos é preciso levar o enunciatário à insatisfação e à crença de que esta ação é válida.

No nível narrativo, as transformações principais são as mesmas (passagem dos guerrilheiros da disjunção para a conjunção com o poder/ passagem do povo da disjunção para a conjunção com a liberdade), com a ressalva de que nos documentos internos explora-se mais a primeira perspectiva, ou seja, a da ação dos guerrilheiros para conquistar o poder, enquanto nos documentos externos a ênfase recai sobre a segunda perspectiva, a da libertação do povo por meio da ação guerrilheira. Assim, como vimos, o primeiro grupo

ênfatisa a aquisição de competências do sujeito guerrilheiro, além de explorar bastante os papéis actanciais (sujeito, anti-sujeito, não-sujeito, não-anti-sujeito, etc.). O enunciador coloca-se como uma autoridade, um guerrilheiro experiente, sujeito que *sabe* e *pode* fazer a guerra revolucionária; já o enunciatário é colocado como um sujeito que *quer ser* e *crê poder ser* um guerrilheiro. Dessa forma, está disposto a seguir os comandos do enunciador para adquirir as competências necessárias. No segundo grupo, as aquisições do sujeito guerrilheiro não são exploradas, pois ele já está atualizado, e os papéis actanciais não apresentam grande complexidade, resumindo-se praticamente ao sujeito e anti-sujeito. Ainda sobre as questões narrativas, vale ressaltar a constituição de sujeitos insatisfeitos, confiantes, revoltados e vingativos, tanto nos documentos internos quanto nos externos.

As projeções de tempo e espaço são semelhantes, com predomínio de debreagens enunciativas, o tempo é o agora e o espaço o aqui, o Brasil daquela época. No entanto, as projeções actanciais apresentam maiores diferenças. Nos documentos internos, há alternância entre debreagem enunciativa e enunciativa, com predomínio daquela. Ocorre ainda um nítido distanciamento entre o enunciador e o “povo”. Os textos de propaganda, ao contrário, desenvolvem-se em sua maioria com o uso do “nós”, construindo o simulacro de um enunciador coletivo. Além disso, há uma maior complexidade nas projeções actanciais, produzindo diferentes efeitos de sentido, como aproximação, distanciamento ou fusão do enunciador com o “povo”.

Tematicamente, os documentos internos apresentam maior variação e detalhamento. Assim, em relação ao papel temático do guerrilheiro, aborda-se toda a sua preparação, com atenção para as qualidades e competências a serem adquiridas e os defeitos a serem evitados. Há uma insistência na necessidade de seguir uma conduta rígida, exemplar, totalmente submetida à ética revolucionária. Quanto ao inimigo, discorre-se a respeito de suas fragilidades, com ênfase para a moral, e de suas forças. Sobre a guerra revolucionária, exploram-se suas fases, a preparação e o desenvolvimento das mesmas, etc. Nos documentos externos, praticamente não existe o tema da formação do guerrilheiro, e os outros dois encontram-se bem resumidos. A questão da ética surge sobretudo pela denúncia do inimigo e pela afirmação da luta armada como justa, não havendo menção explícita aos princípios éticos dos guerrilheiros. A análise revela uma grande diferença de

desenvolvimento na questão do pós-revolução, bastante explorada nos textos de propaganda, e atrofiadas nos documentos internos.

Os temas constitutivos do primeiro grupo, que não aparecem no segundo são: a) a crítica à esquerda não armada e, conseqüentemente, o princípio da ação, vinculado à visão do caminho armado como o único possível; b) a menção a outras revoluções e lideranças socialistas. Esse desenvolvimento temático contribui para a construção da imagem de um enunciador focado, concentrado nos seus objetivos. O enunciatário surge como um sujeito interessado em conhecer os detalhes da guerrilha e do modo de vida de um guerrilheiro, alguém com pretensões de se engajar na luta, disposto a abandonar as regras vigentes na sociedade e se submeter ao código rígido da ética revolucionária.

No segundo grupo, não se encontram críticas à esquerda não armada, menção a outras revoluções nem o princípio da ação; entretanto, de modo muito sutil, percebe-se a defesa do caminho armado como possibilidade única de luta. Além disso, surgem nos documentos externos temas relativos à defesa contra acusações e aos “esclarecimentos”, que inserem o discurso guerrilheiro em uma posição mais defensiva do que aquela adotada nos documentos internos. A ausência de temas relacionados às correntes e atividades políticas de esquerda e o lugar de defesa adotado algumas vezes pelo enunciador contribuem para a construção da imagem de um enunciatário que não participa da oposição ao governo militar e está sujeito a acreditar em seu discurso.

O modo de dizer é bastante semelhante, produzindo um efeito de sentido de objetividade e verdade em ambos os grupos. O enunciador coloca-se como o sujeito do saber e do poder. No entanto, no primeiro grupo, a cena é de uma guerra e a ênfase recai sobre a preparação para a ação, ou melhor, para a reação. O enunciador, modalizado pelo dever (dever-fazer a revolução), apresenta-se como um estrategista, de forma racional, com um tom de voz mais moderado. Nos textos de propaganda, o enunciador é instalado como um guerreiro em campo, investindo-se da imagem de um sujeito do poder, que tem força e agressividade, com o tom de voz mais elevado. A elevação do tom de voz nos documentos externos parece bastante adequada tanto aos gêneros empregados, panfletos e manifestos, quanto ao perfil dos enunciatários, menos atentos à situação política dos que aqueles dos documentos internos.

Com relação às estratégias de comoção empregadas, algumas se mantêm as mesmas, como a valorização da ação, as imagens de um enunciador que detém o conhecimento, desmascara o adversário e revela a verdade; da ditadura como um inimigo violento, traidor e enganador; a cena de uma guerra e a apresentação da luta armada como uma vingança aos revolucionários agredidos pela ditadura. Essas estratégias são reforçadas pelo emprego de duas palavras de ordem principais, que surgem tanto nos documentos internos quanto externos: “o dever de todo o revolucionário é fazer a revolução” e “olho por olho, dente por dente”. Dessa maneira, o enunciador busca incitar o enunciatário a agir. No entanto, nos documentos internos, incita-se à revolta, estimulando o ódio ao adversário, mas também enfatizando as qualidades e vantagens da guerrilha como luta diferente, positiva, e a imagem heróica do guerrilheiro. Já nos documentos externos, observamos que há um aumento no grau de figurativização, em relação aos danos causados pela ditadura. Nesse caso, a estratégia de conquista do enunciatário passa, de um lado, pela crítica à ditadura; de outro, pela imagem do enunciador como sujeito do poder, homologada por sua corporalidade. Assim, com o tom de voz alto e agressivo, o corpo firme e ereto, esse sujeito age como se fosse possível irradiar o entorno com seu jeito decidido, sua revolta e seu desejo de vingança.

3.2 O discurso da segunda fase

Em nossa busca por materiais produzidos pela ALN a partir de 1970, encontramos nos arquivos periódicos, entre os quais destacam-se: *O Guerrilheiro* e *Venceremos*; documentos produzidos por um ou vários militantes, para serem discutidos no interior da Organização; e alguns poucos panfletos. Após uma leitura prévia dos textos, verificamos que esses exibem semelhanças, mas também muitas diferenças internas, o que nos levou a optar pela realização de uma análise que contemple todos os tipos de documentos encontrados. Como no estudo dos documentos da primeira fase, optamos por dividir o material da segunda fase em documentos internos e externos, de acordo com o público-alvo ao qual predominantemente se dirigem. No entanto, esse material, além de mais diversificado do que o anterior, deixa menos claro o seu público-alvo, tornando a divisão supracitada mais complexa e menos óbvia do que aquela feita com o material da primeira fase. Dessa forma, após a apreensão das características dos diferentes grupos de textos, chegamos à seguinte classificação: a) documentos internos: o periódico *O Guerrilheiro* e os documentos produzidos para o debate na Organização; b) documentos externos: o periódico *Venceremos* e os panfletos de propaganda armada veiculados à população.

3.2.1 Documentos internos

3.2.1.1 Documentos políticos da ALN (1970 -1973)

Estamos chamando de documentos políticos da ALN um conjunto de textos, de extensão variada, que não demonstra preocupação em facilitar a leitura. Esses textos, repletos de conceitos e referências compartilhados por membros da comunidade de esquerda marxista, têm em comum a busca pela compreensão da experiência vivida na primeira fase da luta armada brasileira - muitos deles possuem o termo *balanço* ou *autocrítica* como parte do título - e a tentativa de encontrar um caminho para prosseguir lutando. Trata-se de documentos que apresentam as seguintes características gerais:

- principais funções: fazer um balanço da situação da guerra revolucionária e encontrar formas de dar continuidade à luta contra a ditadura;

- os temas mais desenvolvidos são: luta armada brasileira; Organização, luta e militantes de grupos armados e de um partido leninista de novo tipo;
- os textos possuem extensão variada, entre 03 e 40 páginas;
- o estilo é predominantemente formal, com jargões da esquerda e conceitos marxistas.

No interior desses textos, ouvem-se duas vozes principais, que deixam transparecer uma polêmica na qual atuam, de um lado, os adeptos da manutenção dos princípios de luta e dos modelos de organização e de militância propostos por Marighella; de outro, os membros da Tendência Leninista, grupo que sustentava a necessidade de mudanças. A circulação desses documentos, com vertentes tão opostas, implica uma prática discursiva democrática, mas também uma crise política, uma falta de linha e de unidade. Nos próximos itens, faremos uma análise desses dois discursos.

Para a realização desse estudo, tomamos como base os seguintes documentos.

Título	Responsável	Data	Número de páginas	Referência
20. Balanço dos três anos	ALN	Janeiro/1971	03 páginas	Cedem/Asmob-IAP
21. Considerações acerca do balanço	Joaquim Silva e Eduardo Lopes	julho/1973	39 páginas	Cedem/Asmob-IAP
22. Réplica do Coletivo TL – ALN a F de Andrade	Tendência Leninista	Abril/1972	22 páginas	Cedem/Asmob-IAP
23. Uma autocrítica necessária	Tendência Leninista	s.d	14 páginas	Cedem/Asmob-IAP
24. sem título	João da Silva	Nov/1971	20 páginas	Cedem/Asmob-IAP
25. sem título	Yuri Xavier Pereira	Junho/1971	20 áginasp	Cedem/Asmob-IAP

O discurso da continuidade

Estamos chamando de “discurso da continuidade” aquele cujo destinador acredita na possibilidade de prosseguir a luta armada baseada nos ensinamentos de Carlos Marighella, mesmo depois de todas as derrotas sofridas a partir do final de 1969. Observemos o parágrafo a seguir:

40. O dado novo mais importante do momento presente é nossa incapacidade de responder, no mesmo nível, à atuação inimiga. Os golpes que recebemos nos impediram de passar à outra fase da luta e nos obrigaram a diminuir o ritmo e a intensidade das ações revolucionárias. Mas, apesar destas mudanças ocorridas na situação, para nós continuam válidas as premissas expressadas por Marighella. Portanto, como perspectiva estratégica estamos na fase de planejamento e preparação da guerrilha, e a atuação da Organização deve ser condicionada por tal objetivo. (25, p. 14)

O discurso da *continuidade* funda-se na máxima “corrigir os erros e avançar na luta”. Assim, os documentos contêm basicamente a avaliação da experiência da luta armada, motivada pela busca da compreensão das causas das derrotas sofridas a partir do final de 1969, e algumas propostas para continuar a *guerra revolucionária*. Muito poucas são as passagens nas quais podemos ler a respeito da conjuntura, seja nacional ou internacional.

Narrativamente, esse discurso estrutura-se a partir de dois programas principais. Inicialmente, a *sanção* da experiência vivida; em seguida, o planejamento de uma nova *ação*. Observamos que o segundo programa narrativo encontra-se presente também no discurso da primeira fase, com a diferença de que o *novo*, naquele discurso, define-se em relação à prática do PCB e, no discurso da segunda fase, em relação às ações da luta armada realizadas entre 1968 e 1969.

O balanço das atividades dos guerrilheiros apresenta uma avaliação positiva do lançamento da luta armada e das suas primeiras ações (1968 e 1969). A partir do final de 1969, as derrotas foram intensificadas, o que, de acordo com esse discurso, deve-se a falhas pessoais e, sobretudo, institucionais:

41. Por medo do burocratismo confundiu-se muitas vezes liberdade de ação e autonomia com indisciplina e não definição de estruturas e tarefas (25, p.5-6)

42. [...] se entendeu ser a “Organização como consequência da ação” como um processo espontaneísta em que bastava o detonante (a ação) para realizar o restante (a Organização) (25, p.8)

Há no balanço um questionamento da maneira como alguns princípios da ALN foram colocados em prática, principalmente os da *ação* e da *autonomia*¹. De acordo com os documentos internos, a má compreensão desses princípios levou à supervalorização da ação, à mitificação do guerrilheiro, ao espontaneísmo e à pressa, tendo, portanto, provocado sérias consequências. Nesse sentido, o discurso reafirma os valores supracitados, mas ressalta a importância de preparar melhor, *com mais calma*, as ações, a Organização e os militantes.

O discurso afirma, assim, a necessidade de intensificação e aprimoramento dos princípios táticos e estratégicos adotados no momento de fundação da Organização e aponta caminhos concretos para a continuação da luta, os quais, no fundo, correspondem à retomada dos trilhos indicados por Marighella. Entre esses “caminhos concretos” indicados como atividades necessárias a serem desenvolvidas pela luta armada, surge com mais frequência: o levantamento de área para a instalação da guerrilha rural, o treinamento dos combatentes, a obtenção de recursos, etc. Trata-se, portanto, de fazer o mesmo, mas *fazer melhor*. Consideramos importante destacar, entretanto, que os documentos posteriores a 1971 não têm muitas propostas concretas nesse sentido.

No processo de discursivização, observamos o emprego do sujeito indeterminado (exemplos 41 e 42) ou do *nós inclusivo* (exemplo 40). Essa debreagem actancial reforça o caráter de crítica coletiva, que não procura culpados específicos. As projeções actanciais revestem principalmente sujeitos e anti-sujeitos, semantizados basicamente por *revolucionários* e *imperialismo/ditadura*.

Na temporalização, a debreagem é enunciativa, com eixo referencial no presente, e projeções de verbos no futuro, geralmente ao discorrer sobre o início de novos programas de ação. O fato de não transformar os combatentes que cometeram falhas em grandes vilões e apresentar programas a serem iniciados (incoatividade) mostra um enunciador que não está impregnado de rancor e descrença, além de mostrar que o enunciador mantém as esperanças. É interessante notar que, embora o discurso interno da primeira fase tenha construído a imagem negativa de um guerrilheiro que viesse a cometer falhas, esse discurso

¹ O princípio da autonomia não surge nos discursos da primeira fase com essa nomenclatura, nem é muito explorado naqueles textos. Trata-se da liberdade que os grupos táticos armados da ALN teriam para realizar ações revolucionárias, desde que estas estivessem em consonância com a estratégia da Organização.

da segunda fase não se refere negativamente aos militantes armados que erraram em suas ações.

Com relação ao modo de dizer, o enunciador dos documentos busca sua autoridade sobretudo na experiência prática vivida e nos ensinamentos de Marighella, reforçando os valores difundidos pelo líder e a visão positiva do período de desencadeamento da luta armada.

Trata-se de um discurso predominantemente temático, que tem como tema central a continuidade da luta armada. Para desenvolvê-lo, explora dois percursos temáticos principais: o balanço da experiência da luta armada, e as medidas necessárias para a continuidade da luta. A seguir, apresentamos um resumo dos assuntos mais constantes em cada um desses percursos:

1. Percurso temático do balanço da experiência da luta armada

a) Balanço positivo

- ruptura com práticas negativas que provocaram um impasse: burocratismo, convencionalismo, reformismo, estagnação;
- luta armada: principal forma de luta contra a ditadura;
- criação de um novo tipo de Organização, metodologia e pensamento políticos;
- introdução da Guerra Revolucionária na pauta da esquerda brasileira;
- demonstração concreta da possibilidade de derrota da ditadura;
- militarização da ditadura contra forças populares: aumento da insatisfação com o regime.

b) Balanço negativo da experiência armada, ou busca das causas das derrotas sofridas

- falta de planejamento;
- inexperiência da guerra;
- falta de balanço das ações;
- ritmo desigual entre o desenvolvimento da infra-estrutura e o das ações;
- má formação dos quadros: falta de consciência política, ideológica e orgânica dos quadros ingressantes; falta de conhecimento da teoria revolucionária;

- excessiva concentração das informações na mão do alto escalão: muita diferença de qualidade e de visão de luta de um escalão para outro;
- falta de compreensão dos princípios da Organização: má interpretação do significado de autonomia;
- desvio militarista: subordinação da essência política ao aspecto militar;
- mitificação do guerrilheiro;
- negligência com o trabalho de massas;
- negligência com o trabalho político;
- avidez de ação: dificuldade de interiorizar o princípio da guerra prolongada.

2. Medidas necessárias para a continuidade da luta

- implementação de melhorias na estrutura da Organização: planejamento, setor médico, infra-estrutura, setor de informação, documentação, etc;
- preparação da guerrilha rural: organização de núcleos guerrilheiros, reconhecimento e seleção de áreas, preparação da comunicação, do setor médico, do setor de abastecimento, etc;
- desenvolvimento da formação dos quadros: técnica e teórica (textos de Marighella e fundamentos da teoria marxista-leninista);
- constituição de uma unidade de organizações revolucionárias: Frente Revolucionária Brasileira;
- militantes exilados: necessidade de definição de suas funções.

Podemos observar pela lista de assuntos discutidos nos documentos que o balanço positivo sobre a experiência inicial da luta armada permanece igual ao que já observamos nos documentos da primeira fase. A respeito do balanço negativo, verificamos a busca de uma reflexão sobre os problemas enfrentados por toda a Organização. No entanto, a abordagem é bastante restrita às questões internas da luta armada; buscam-se os motivos dos fracassos da Guerra Revolucionária apenas na prática do grupo, em seus erros e acertos, deixando de lado o inimigo e a conjuntura. Como novidades, podemos mencionar os temas relativos aos trabalhos políticos e de massas, que não são muito explorados nos documentos

internos da primeira fase, mas, na segunda fase, são avaliados como assuntos negligenciados.

Quanto ao percurso temático das medidas necessárias à continuidade da luta, duas mudanças são observadas, em relação ao discurso da primeira fase. Primeiro, a incorporação da teoria marxista-leninista na formação dos quadros; segundo, a temática dos exilados. Acreditamos que o contexto de fortalecimento de um grupo de exilados, ex-combatentes da ALN, adeptos do marxismo-leninismo, tenha contribuído para a introdução desses temas na pauta dos documentos da Organização.

O enunciador mostra-se firme e confiante, encarando os problemas como tropeços superáveis. De acordo com a visão apresentada, houve erros, mas os princípios continuam válidos, portanto, não há grandes crises. Esse enunciador, para manter o ânimo, procura construir no discurso um cenário que traga de volta a experiência do lançamento da luta armada, as ações bem sucedidas e a autoridade de Marighella. O enunciatário, por sua vez, é instaurado como um sujeito em busca de respostas e de um caminho para a continuação de sua luta. Os aspectos passionais mais mobilizados nesse discurso são a confiança e a esperança.

O discurso da Tendência Leninista

De acordo com os documentos, a Tendência Leninista (TL) era um grupo de militantes da ALN, em sua maioria exilados no Chile, que defendia a necessidade de redefinição dos princípios e métodos de luta da Organização. Essa tendência (destinador) pretendia convencer os demais membros da entidade, e principalmente aqueles da direção (destinatário) a entrar em um processo de autocrítica e a convocar um congresso (ação). Nesse sentido, os documentos produzidos funcionam como elementos de persuasão.

O discurso da TL compõe-se de duas questões principais, que são as mesmas do discurso da continuidade, a saber: a) o balanço das ações armadas passadas (sanção), a autocrítica; b) a criação de um novo modelo para a revolução brasileira (construção de um objeto-valor). Os próximos itens são dedicados à análise desses dois percursos temáticos.

a) Autocrítica

Diferente dos documentos anteriores, em que o balanço tinha como objetivo encontrar os motivos dos erros cometidos no intuito de poder corrigi-los e prosseguir com o mesmo formato de luta, ou, no máximo, fazer pequenos ajustes, nestes, a crítica coloca em xeque muitos princípios adotados pela ALN, como mostra o segundo parágrafo da passagem a seguir:

43. Ora, a verdade é que nem a repressão brutal, nem o surto desenvolvimentista podem ser responsabilizados pelo nosso desligamento das massas [...]

Por isso é que devemos buscar as causas de nossos fracassos em nossos erros, fundamentalmente em uma concepção errônea de como levar à frente nossa revolução e de uma organização completamente inadequada às tarefas que se propôs a desenvolver (23, p.2)²

Para a Tendência Leninista, a principal causa das derrotas sofridas pela luta armada corresponde ao isolamento das massas, e isso não se liga a fatores externos, como a conjuntura nacional, mas ao funcionamento interno da ALN, em particular, e da luta armada brasileira, em geral. Dessa forma, a sanção é feita de uma perspectiva bastante focada nos grupos armados, avaliando negativamente o modelo de militante, luta e Organização que fora implementado.

No caso da crítica aos militantes, o discurso aponta como negativo a presença, de elementos da *pequena burguesia radical*³ na vanguarda do movimento. Com relação à luta, afirma-se que o fato de o processo revolucionário ter sido liderado por pequenos burgueses implicou uma visão “milagrosa” de revolução, na qual poucos homens bem treinados e armados seriam capazes de mobilizar as massas, o que teria acarretado, no fundo, uma visão de guerra de curto prazo, não prolongada, além de resultar em uma série de desvios “militaristas”, como a supervalorização da ação e do guerrilheiro, a negligência do trabalho político e do trabalho de massas, etc. Por fim, acusa-se a Organização de pretender que o instrumento da luta fosse uma “coluna móvel estratégica”, favorecendo uma entidade essencialmente pequeno-burguesa. Observa-se, ainda, que a autocrítica se constrói com base na oposição entre a ideologia e, conseqüentemente, o comportamento, o tipo de

² O discurso da Tendência Leninista será analisado a partir do documento “Uma autocrítica necessária”, o número 23 do quadro de documentos apresentado na página 123.

³ Observa-se que o termo radical, considerado positivo nos documentos da primeira fase, surge aqui como um qualificativo negativo.

entidade, de implementação da luta, etc. da classe operária/proletariado e da pequena-burguesia radical.

Essa oposição encontra-se reforçada pelas projeções actanciais, que instauram, pelo uso da terceira pessoa do singular, *pequena burguesia radical* ou *defensores de uma linha militarista* como *não pessoa*, produzindo um efeito de sentido de objetividade e de distanciamento. Além da terceira pessoa do singular, a voz passiva também é bastante empregada nessa autocrítica:

44. Nessas condições, foi desenvolvido o culto ao guerrilheiro urbano – no restrito e limitado sentido daqueles elementos que eram capazes de participar de uma ação expropriatória. (23, p.5)

Por meio desses recursos, o enunciador distancia-se dos fracassos por ele analisados, estratégia distinta do discurso da continuidade, em que o enunciador, na maioria das vezes, inclui-se no grupo dos combatentes que erraram. Ressaltemos que, embora em menor abrangência, há também na autocrítica da Tendência Leninista a debreagem actancial enunciativa por meio do uso do *nós inclusivo*, que varia o campo de inclusão entre *nós*, militantes da ALN, e *nós*, membros da luta armada brasileira.

Como havíamos mencionado, essa sanção é bastante focada na experiência da luta armada brasileira; dessa forma, nas projeções espaciais, predomina o *aqui*, revestido por Brasil. Com relação ao tempo, há uma alternância entre os momentos de referência presente e passado. De uma forma ou de outra, os textos citam o período de tempo entre 1968 e 1971. A projeção do momento de referência no passado, como ocorre no exemplo 44, não surge nos textos do discurso de continuidade. Trata-se de mais um recurso que contribui para a construção do efeito de sentido de objetividade e de distanciamento entre a enunciação e o enunciado.

O enunciador, fortemente modalizado pelo *dever-fazer* e pelo *crer-saber*, mostra-se como quem sabe o que diz. Alguns recursos contribuem para a construção e o fortalecimento dessa imagem, bem como para a produção de um efeito de sentido de verdade do enunciado. Entre esses recursos, ressalta-se o uso de *pré-construídos* na formação de alguns argumentos, o que implica na aceitação de determinadas premissas,

supostamente explicitadas em momento anterior. Vejamos o parágrafo introdutório do documento:

45. Uma observação ainda que superficial da atual situação política do movimento revolucionário brasileiro evidencia de um modo gritante um desligamento das massas dos diversos grupos armados que atuam no país (23, p.1)

Ao invés de afirmar “os grupos armados estão desligados das massas”, o que o responsabilizaria pela afirmação e poderia demandar uma explicação para ela, o enunciador apresenta o fato como algo já dado e evidente; processo semelhante ocorre no exemplo 43, quando diz que os fracassos da luta armada devem-se a uma “concepção errônea de como levar à frente nossa revolução”, no lugar de dizer “concebemos a luta de modo errado”. Outro recurso que contribui para a construção desse efeito de sentido de verdade do enunciado e para a imagem do enunciador como um sujeito que sabe o que diz corresponde ao uso de expressões como *é evidente, é claro, é óbvio, a verdade é, o correto é, somente assim*, etc:

46. [...] a autocrítica que apresentamos não deve ser confundida com uma visão pessimista da revolução. Pelo contrário, *somente* ela permitirá a elaboração de uma linha política *correta* e a estruturação de uma organização leninista capaz de pô-la em prática de modo conseqüente. (23, p.5)

Além do efeito de sentido de verdade, reforçado pelo uso do adjetivo *correta*, o fragmento acima revela uma supervalorização do valor modal *saber-fazer* a autocrítica, visto como único e imprescindível para a continuidade da ação (luta), o que corresponde a um valor de exclusividade, de absoluto. Esse recurso contribui para o fortalecimento da imagem do enunciador como sujeito do saber.

Trata-se de um discurso predominantemente temático e bastante abstrato. Os temas reúnem-se em um único percurso, a autocrítica do processo revolucionário, com as causas e consequências dos erros cometidos. Apresentamos a seguir, de modo sistematizado, os assuntos, no interior desse percurso temático, que surgem com mais frequência:

- concepção errada de luta: aplicação incorreta do marxismo-leninismo; adoção da teoria debraysta⁴;
- concepção errada de Organização: negação do partido leninista;
- oportunismo de esquerda: processo dirigido por uma vanguarda iluminista pequeno-burguesa;
- visão milagrosa de revolução: luta sem trabalho de base, sem participação das massas; tentativa de solução em curto prazo;
- má seleção e formação dos quadros: ênfase na ação, não em critérios políticos e ideológicos;
- culto ao guerrilheiro, o membro do GTA: exaltação mítica;
- negligência do trabalho político e de massas: indefinição com relação à política de vanguarda para as massas camponesas, a juventude, os operários, as mulheres, etc.
- política de alianças excessivamente restrita: apenas Cuba e outras organizações armadas brasileiras;
- consequências principais dos erros: distanciamento das massas; fortalecimento do trabalho político contra-revolucionário da ditadura; fortalecimento dos argumentos pacifistas burgueses.

Os desenvolvimentos temáticos, tais como a análise da teoria revolucionária do francês Régis Debray, as avaliações das alianças da luta armada, da concepção de Organização, entre outros, somados à maneira como os temas são explorados, com frequente distanciamento entre enunciação e enunciado, reforçam a projeção da imagem do enunciador como um sujeito objetivo, capaz de se distanciar dos fatos para emitir seu julgamento, e, sobretudo, um sujeito que sabe o que diz.

⁴ Referência à teoria da revolução apresentada pelo francês Régis Débray em sua obra *Revolução na Revolução* (s.d).

Verificam-se muitas semelhanças entre esse balanço e aquele dos documentos anteriores (produzidos pelos militantes favoráveis à continuidade dos princípios marighellistas de luta armada), como, por exemplo, a menção aos seguintes problemas: afastamento das massas, supervalorização das ações armadas, negligência do trabalho político, busca apressada por soluções, entre outros. No entanto, as *sanções* são produzidas a partir de axiologias diferentes e, portanto, atribuem aos erros raízes distintas. Assim, para os adeptos da continuidade, os problemas originam-se nas falhas de aplicação dos princípios e métodos de luta e Organização propostos por Marighella. Nesse sentido, o discurso da continuidade explora mais em sua autocrítica as falhas de âmbito prático (talvez militar), relativas à implementação da luta. Para a Tendência Leninista, os erros devem-se à concepção desses princípios, ou seja, à elaboração de uma linha política equivocada, que resultou em um modelo de instituição e forma de militância inadequados. A autocrítica da Tendência Leninista enfatiza os erros políticos.

É interessante ressaltar que, apesar de o discurso da Tendência Leninista apresentar divergências com relação à forma de luta concebida por Marighella, em nenhuma passagem do documento encontra-se uma crítica explícita ao líder da ALN. Pelo contrário, há uma tentativa de apropriação de sua autoridade, quando se afirma a necessidade de retomar a teoria revolucionária a partir de um texto produzido por ele em 1967, como mostra o fragmento a seguir:

47. O que desejamos sim é o restabelecimento em um nível mais elevado da linha política elaborada por CARLOS MARIGHELLA e os comunistas de São Paulo ao iniciar a luta armada em nosso país. (23, p.14, grifos no original)

O enunciador mostra-se um sujeito que trata os problemas com distanciamento, e sabe solucioná-los. Um sujeito confiante, disposto a tomar um caminho diferente na luta, porque acredita que tal modo de proceder é a melhor atitude a ser tomada. O enunciatório corresponde a um militante da Organização que está sendo disputado para o projeto de funcionamento da ALN e de continuação da luta contra a ditadura. A paixão mobilizada, apesar de não muito desenvolvida, certamente funda-se na confiança.

b) Novo modelo para a revolução brasileira

A análise a seguir terá como apoio as duas passagens abaixo:

48. Partindo do fato de que os inimigos principais de nosso povo são o imperialismo norte-americano, a burguesia monopolista a ele associada e os grandes proprietários de terra e que somente podem manter a sua dominação e exploração através de uma ditadura militar fascista, preconizamos para a revolução uma estratégia nacional-libertadora e democrática em que as forças básicas – a classe operária, os assalariados agrícolas e camponeses, os estudantes e intelectuais, os militares democratas, especialmente soldados, marinheiros, cabos e sargentos – reúnam à base de um programa amplo todas as classes e camadas sociais interessadas na derrubada da ditadura militar fascista, a fim de expulsar o imperialismo norte-americano, eliminando como classe a burguesia monopolista associada e os latifundiários. (23, p. 6)

49. Nas condições brasileiras a experiência dos últimos três anos mostra que não há possibilidade de levar adiante a expressão mais elevada da luta de classes – a luta armada – sem um partido. Esse é o ponto mais fraco do nosso movimento de luta armada. (23, p.10)

A ênfase do discurso da Tendência Leninista recai sobre a composição de um organismo político de frente (*virtualização e atualização do sujeito*) que seja capaz de tomar o poder (realizar a *performance*). Assim, por um lado, apresenta-se a necessidade de aglutinar todos os sujeitos que se encontram insatisfeitos com o regime militar, isto é, já *virtualizados*, modalizados pelo *não-querer* o governo e seus valores. De forma complementar, busca-se a adesão daqueles indivíduos que não apóiam os militares, mas também não se manifestaram contrários a eles, os *não-adeptos*.

Além de discorrer diretamente sobre os sujeitos a serem incorporados na luta, o discurso também aborda a necessidade do desenvolvimento de instrumentos que favoreçam a composição da frente antiditadura, notadamente a organização revolucionária e o programa unitário da revolução. Este último é bastante importante, pois mobiliza pessoas tanto para a sua construção, quanto para a sua implementação.

Os valores a serem defendidos e os anti-valores, a serem rechaçados, são apontados também como importantes fatores de aglutinação. Com relação aos primeiros, destacam-se a ideologia do proletariado, os princípios marxistas-leninistas, a soberania nacional, a democracia e a participação política. Os anti-valores mais apontados são a ideologia burguesa, o imperialismo, a censura e a repressão. É interessante destacar que os anti-valores permanecem praticamente os mesmos do discurso da primeira fase. No entanto, os valores apresentam algumas mudanças, dentre as quais destacam-se duas: a) o discurso da Tendência Leninista enfatiza explicitamente os valores do marxismo-leninismo, o que não

ocorre no discurso da primeira fase; b) alguns valores pertencentes à “isotopia da democratização” (democracia, participação política, etc), praticamente inexistentes no discurso da primeira fase, são enfatizados pelo discurso da Tendência Leninista.

Observando o revestimento actancial desse sujeito em potencial, ou seja, o indivíduo passível de aderir à oposição à ditadura, nota-se que este se origina em um campo bastante amplo: classe operária, assalariados agrícolas, camponeses, militares democratas (soldados, cabos, marinheiros, sargentos), burguesia não monopolista, burguesia progressista, organizações de luta armada, organizações políticas, organizações de massa, organizações religiosas, sindicatos, etc. Com relação aos aliados internacionais, tem-se: organizações revolucionárias da América Latina, países socialistas, movimento operário, organizações progressistas e revolucionárias do mundo capitalista, partidos comunistas, etc. Vale ressaltar que, apesar de todos esses possíveis atores, o discurso insiste no fato de apenas a classe operária poder atuar como dirigente do processo revolucionário. O anti-sujeito, se comparado ao sujeito, é menos explorado e menos revestido, surgindo apenas como: imperialismo norte-americano, burguesia monopolista, latifundiários, classes dominantes, ditadura, forças armadas a serviço da ditadura. Mais uma vez, assim como em relação aos valores, o *anti*, aquilo que é visto como negativo, permanece praticamente o mesmo da primeira fase, enquanto o positivo apresenta algumas alterações. Nesse caso, incorporam-se novos grupos de aliados, como sindicatos, organizações progressistas, etc., ou seja, grupos que tinham potencial para fazer resistência política contra a repressão, mas não necessariamente pela via armada.

O conjunto de valores e de atores supracitados mostra uma busca pela conciliação de diferentes sujeitos e diferentes formas de luta em torno de alguns denominadores comuns, apresentados de forma bastante genérica. O discurso da continuidade, diferentemente, não discorre muito sobre os sujeitos que poderiam lutar contra a ditadura, mencionando para essa função basicamente os combatentes armados.

Ainda sobre actantes e valores, o discurso afirma que anti-valores como *sectarismo* e *exclusivismo* permeiam muitas Organizações armadas que, nesse sentido, são vistas como anti-sujeito, pois atrapalham a formação da grande frente, organismo que necessita da reunião e do comum acordo de todos.

Verifica-se com bastante constância nos documentos a afirmação da necessidade de construção de um partido leninista de novo tipo, de modo que ele seja um instrumento capaz de reunir os militantes e conduzir o processo revolucionário. Apesar disso, não há muitas explicações nem muitos exemplos em torno de seu formato ou de suas regras, apenas se ressalta a importância de que ele seja uma instituição forte, que siga a ideologia proletária e os princípios marxistas-leninistas. Com relação aos membros desse partido, espera-se que tenham “alto espírito de internacionalismo proletário”, que sejam disciplinados; sobre suas aptidões, valorizam-se menos as habilidades físicas, como atirar ou dirigir, e mais a capacidade intelectual como: elaborar uma “teoria da insurreição e da guerra popular específica à realidade brasileira”.

Como se pode observar pela composição da pretendida aliança, o discurso defende que sejam conciliadas várias formas de luta, desde que estejam reunidas em torno dos mesmos objetivos (derrubar a ditadura, programa mínimo da revolução, etc.). Trata-se de uma posição completamente diferente do discurso da primeira fase, que defendia a exclusividade da luta armada e a ruptura com outras práticas políticas de esquerda. A conciliação é um valor fundamental para esse discurso, que chega a propor a omissão de posicionamento na questão sino-soviética e a aproximação com os dois países. Outro exemplo interessante dessa busca conciliatória refere-se à estrutura da Organização:

50. O que buscamos é a introdução de normas e métodos leninistas dentro da ALN, afim de que, numa correta tática revolucionária, seja forjado o partido leninista, o partido de novo tipo. (23, p.10)

Mesmo com todas as diferenças apresentadas, afirma-se a possibilidade de junção da ALN com o partido leninista de novo tipo.

Por outro lado, é interessante notar que essa conciliação possui um caráter exclusivista, no sentido de que se apresenta como melhor e único caminho possível para a revolução brasileira.

Com relação às projeções das categorias de pessoa, predomina a alternância entre o *nós exclusivo*, correspondente apenas aos membros da Tendência Leninista, e a terceira pessoa do singular. O *nós exclusivo* encontra-se normalmente acompanhado da modalidade do *crer*, marcando fortemente o caráter opinativo dos enunciados, frequentemente

introduzidos por expressões como *cremos, em nosso entender, somos da opinião que*, etc. Já a terceira pessoa associa-se geralmente à produção do efeito de sentido de verdade e constatação, como mostra a primeira parte do exemplo 49 (Nas condições brasileiras a experiência dos últimos três anos mostra que não há possibilidade de levar adiante a expressão mais elevada da luta de classes – a luta armada – sem um partido), enunciada como ponto de partida para a construção da proposta do enunciador⁵. Por fim, há ainda o uso do *nós inclusivo*, normalmente associado à temática dos erros ou à modalidade do *dever*. Esse uso engloba não apenas os membros da ALN, mas todos os revolucionários marxistas-leninistas. É importante enfatizarmos a diferença em relação ao discurso da continuidade, que não emprega o *nós exclusivo*, ou seja, não apresenta seus argumentos no interior da Organização como sendo o ponto de vista de um grupo à parte.

Quanto à temporalização, verificamos a instauração do momento de referência no presente, havendo algumas projeções no passado e, principalmente, no futuro. Contudo, quase não há revestimento semântico das categorias de tempo. Em termos de espaço, toma-se como eixo referencial o *aqui*, semantizado por *Brasil*. Há também menção a outros países, sempre de maneira muito genérica, como *países socialistas, América Latina, etc.* Apesar das debruçagens enunciativas de tempo e espaço, o *agora* revela-se uma temporalidade ampla e durativa, não um momento pontual e, de modo semelhante, o *aqui* expande-se para toda a América Latina. Notamos, dessa forma, que as projeções de tempo e espaço reforçam o caráter generalizante do discurso, manifestado também pela abrangência do revestimento actancial e pela função aglutinadora atribuída a certos valores.

Em seu modo de dizer, esse enunciador, instalado como sujeito do saber no balanço, ao apresentar suas propostas para a revolução, mostra-se menos assertivo, investindo menos no efeito de sentido de verdade e mais em seu próprio *crer*. Assim, aposta na *confiança* e na *esperança* como forma de convencimento.

⁵ Vale ressaltar que, apesar de estarmos analisando separadamente as duas questões, balanço da luta armada e proposta para a revolução brasileira, estas se encontram interligadas, sendo que a segunda muitas vezes se apóia na autoridade conferida pela primeira, ou desenvolve seu fazer persuasivo a partir de recursos semelhantes ao desta. Entre esses recursos destaca-se a afirmação de enunciados que implicam na aceitação de premissas normalmente tidas como óbvias, cuja responsabilidade se atribui a um fator exterior à enunciação, o que pode ser observado nos exemplos 48 (partindo do fato que) e 49 (a experiência mostra que).

À semelhança do balanço, tem-se um discurso predominantemente temático, com baixo grau de concretização. Apresentamos a seguir os assuntos mais abordados pela Tendência Leninista em suas reflexões sobre a construção da revolução brasileira⁶

- crítica e autocrítica: necessidade de a ALN fazer uma autocrítica profunda da sua política, da sua estrutura e dos seus métodos; necessidade de realização de um congresso da Organização para a redefinição dos elementos anteriormente mencionados;
- formação de um partido leninista de novo tipo;
- militante do novo partido: imbuído de valores e práticas condizentes com a ideologia do proletariado;
- classe operária: vanguarda do processo revolucionário;
- expansão da luta: reunião de todas as forças contra o imperialismo e a ditadura;
- política de aliança no exterior: anti-imperialistas, comunistas e socialistas de todo o mundo;
- expansão das formas de luta: greve, luta salarial, luta eleitoral, etc.;
- formação de uma comissão consultiva: discussão de um programa unitário para a revolução; estabelecimento de uma política de frente antiditadura;
- governo revolucionário: nacional-libertador, democrático popular; funcionamento pluripartidário de organizações políticas favoráveis ao programa unitário; transição para o socialismo.

Diversos elementos, como a questão do congresso, do novo partido, do governo revolucionário, mostram que as reflexões apresentadas pela Tendência Leninista, acerca da

⁶ A leitura dos documentos revela que a busca da construção do programa da revolução realiza-se, em grande parte, com a apresentação de medidas a serem implementadas após a tomada do poder. Como esse assunto não surge nos demais documentos e esta pesquisa se baseia nas constâncias, optamos por não explorar muito esses temas.

revolução, visam a algo novo, que deveria ser construído. Acrescentado à forte modalização do *crer* e do *dever*, tem-se como resultado um discurso esperançoso, do *crer* *dever* e *poder* mudar.

Resposta da direção à Tendência Leninista

Em novembro de 1971, a direção⁷ da ALN divulga um texto em resposta ao documento da Tendência Leninista anteriormente analisado. Sua leitura explicita a existência de uma disputa por *poder* implementar a linha política da Organização. Trata-se, semioticamente, de mais uma polêmica narrativa que, nesse caso, instala-se entre a direção da ALN e a Tendência Leninista.

O ato de responder ao adversário representa, ao mesmo tempo, uma sanção e uma manipulação. Sanção do conteúdo do material e da atitude dos militantes que o produziram; manipulação, no sentido de busca de adesão dos membros da ALN, tendo em vista a existência de uma disputa de projeto institucional.

O discurso-resposta funda-se na oposição semântica /realismo/ vs. /irrealismo/, com euforização do primeiro.

Em seu fazer discursivo, o destinador-julgador investe na desqualificação do (*anti*) *destinador* (militantes da TL) e de seu *objeto-valor* (documento por eles produzido). Para desqualificá-los, atribui-lhes uma série de *anti-valores*, sendo os principais⁸ *insegurança*; *vacilação*; *críticismo*⁹; *negativismo*; *desinformação*; *teoricismo* e *dogmatismo*. O engendramento das qualidades negativas com seu desenvolvimento temático resulta em uma narrativa que pode ser resumida da seguinte maneira: as pessoas inseguras, “vacilonas”, críticas e negativistas têm grande propensão a desistir de lutar em momentos difíceis, partindo para viver no exterior, como é o caso dos militantes da TL, que moram, em sua maioria, no Chile. O fato de viverem em outro país faz com que se tornem *desinformadas* em relação à realidade brasileira e, desse modo, passem a aderir ao

⁷ O documento é assinado por João da Silva, mas pelo seu conteúdo, depreende-se que este fala em nome da direção da Organização.

⁸ Com menor frequência, alguns exilados são acusados também de *oportunismo* e *carreirismo*, ou seja, de procurar usar o “status” de ex-guerrilheiro para conseguir vantagens pessoais.

⁹ É importante ressaltar que, naquele momento, ambos os grupos eram críticos. No entanto, a Tendência Leninista estava sendo acusada de fazer uma “crítica pela crítica”, uma atitude destrutiva e inconsequentemente.

teoricismo e ao *dogmatismo*. De acordo com o discurso, essas pessoas devem ser combatidas com *firmeza política*, valor apresentado como fundamental para um revolucionário.

Reforçando o princípio da ação, um dos mais importantes da ALN, o destinador afirma que a atitude revolucionária depende da combinação entre teoria e prática, de modo que a primeira sem a segunda não tem validade para um militante. Com relação ao conteúdo do documento da TL, o destinador-julgador acusa-o de ser *irreal*, *direitista* e de falsear a realidade.

O revestimento temático dos actantes reforça a crítica ao teoricismo e ao criticismo, pois os anti-sujeitos (adeptos da linha política da Tendência Leninista) são chamados de *profissionais da autocrítica*, *iluminados senhores* ou, simplesmente, *senhores*. Os sujeitos (adeptos da linha política da direção da ALN), por sua vez, são revestidos como *pequeno-burgueses radicais*, em uma alusão irônica ao modo como a Tendência Leninista nomeou os membros da luta armada brasileira que optaram por prosseguir na guerrilha.

Nas projeções actanciais, projeta-se um interlocutor explícito (narratário), o que resulta na oposição entre *nós* e *vocês* (senhores).

51. Sentimos muito, *senhores*, mas por mais tolerantes que queiramos ser, temos que nos ater a alguns princípios. Os *senhores* não travaram nenhuma luta interna, pelo menos no sentido marxista. (24, p. 4)

52. Não, *senhores*, não adianta tentar fazer ressurgir como farsa, aquilo que nem chegou a concretizar-se como tragédia (24, p.12)

Além do diálogo direto com membros da tendência leninista, há também a projeção destes simplesmente como *não-pessoa*:

53. De novo, *estes senhores* permanecem no abstrato e aí, seguramente, não será por falta de informação. (24, p. 7)

54. Onde está a luta teórica tão apregoada por *estes senhores* que fogem ao debate onde ele se torna fundamental? (24, p. 12)

O termo *senhor* normalmente é empregado em nossa língua como símbolo de respeito. Nesse caso, como já mencionamos ao discorrer sobre os valores, o sujeito revestido por esse tratamento pessoal é completamente desqualificado pelo enunciador, o

que configura ironia, pois há qualificação do sujeito no enunciado e desqualificação na enunciação. Vale ressaltar ainda que, além de *senhores*, encontra-se também ironicamente o substantivo *heróis* como revestimento dos (anti)sujeitos.

Com relação ao espaço, há uma oposição entre o *aqui*, semantizado por Brasil, e o *lá*, Chile e Europa, marcados, respectivamente, como o lugar do real e do irreal. Essa oposição de base também se projeta, de alguma forma, nas categorias de tempo:

55. Os companheiros sabem que temos uma linha, princípios, uma disciplina, uma direção. Definidos não em 67, mas em 68, 69, 70, 71; em quatro anos de luta armada (24, p. 20)

O fragmento anterior se refere ao fato de a Tendência Leninista ter afirmado (exemplo 47) que seria necessário resgatar as diretrizes traçadas por Marighella em 1967 para desenvolver a teoria da revolução brasileira. De acordo com a direção da ALN, trata-se de uma proposta irreal, pois se funda em uma ideia passada, congelada, ignorando toda a experiência vivida posteriormente.

Em seu modo de dizer, o enunciador, bastante irônico, coloca-se como alguém que conhece a teoria e a prática, o que o configura como um verdadeiro revolucionário. Para se mostrar um conhecedor teórico, apoiando-se em citações de trechos produzidos por Marighella, Lênin e Marx, acusa o inimigo de realizar análises superficiais e cometer erros conceituais. Já na tentativa de fortalecer a acusação de direitista feita ao adversário, cita passagens de documentos do PCB, nos quais se verificam semelhanças entre as propostas desse partido e as propostas da Tendência Leninista. Vale ressaltar que o discurso da direção, mesmo afirmando manter os princípios do discurso da primeira fase, passa a adotar como perfil ideal para um revolucionário a integração entre a teoria e a prática, qualidade que não é mencionada por Marighella, pelo menos não explicitamente, pois ele defende o antiteoricismo.

Porém, a principal imagem que esse enunciador projeta é a de sujeito que conhece a realidade, e sabe que ela é difícil e complexa:

56. A revolução no Brasil, já deixou há muito os calões universitários e, já não é simples instrumento de preencher o ócio dos exilados. E entre a luta de classe real, a luta armada real, com sua cota diária de sacrifícios, e as imaginárias representações dos autores do documento, há mais coisas que realmente a lógica formal não pode perceber. (24, p. 12)

A passagem anterior revela a desqualificação do adversário e de suas propostas, às quais se atribuem as (anti)qualidades de imaginárias e não reais. Além disso, tal passagem coloca o enunciador não apenas como aquele que conhece a realidade, mas como um sofredor, que vive as dificuldades cotidianas da luta armada, considerada a luta real. Nesse sentido, a oposição entre o real e o irreal torna-se também aquela entre disciplinados e indisciplinados, sofredores e boas vidas.

O discurso-resposta, assim como os anteriores, desenvolve-se de modo predominantemente temático, com figurativização esparsa. Como o debate entre a direção e a Tendência Leninista corresponde a uma polêmica vivida no interior da ALN, optamos por projetar em um quadro seus principais argumentos e contra-argumentos, buscando confrontar, na medida do possível, os diferentes modos como foram desenvolvidos pelos dois grupos. Apesar de correremos o risco de tratar o assunto de uma forma muito esquemática, acreditamos que esta facilita a compreensão da disputa em questão.

Crítica da Tendência Leninista	Resposta ou contra-crítica da direção da ALN
A luta armada encontra-se distante das massas	Isso não é um fenômeno exclusivo da luta armada
A luta armada encontra-se totalmente desligada das massas	Os quatro anos de existência da Organização revelam que há alguma ligação com as massas, pois seria impossível sobreviver apenas de tecnicismo
A luta armada foi totalmente destruída pela repressão	A luta armada ainda sobrevive no Brasil
	Os grupos não-armados também foram atingidos pela repressão e se encontram distantes das massas
	A TL faz uma leitura equivocada do passado da ALN
A estrutura da organização é inadequada para as tarefas às quais se propôs	Procurou-se adotar um modelo de organização revolucionária que fosse diferente das velhas estruturas. Além disso, para a ALN, o mais importante é a ação e a estratégia política, não a estrutura da Organização
A ALN é debraysta	A ALN desenvolveu sua própria teoria (princípios, estratégias, organização)
A ALN se restringiu a ações financeiras e de armamento	Isso aconteceu apenas em um momento, tendo sido uma questão de sobrevivência
É necessário formar uma grande frente de combate à ditadura, que seja composta não apenas por grupos armados.	Muitas organizações políticas, religiosas, etc., se recusam a fazer aliança com a luta armada e até colaboram com a ditadura.

Verificamos, nesse quadro, a oposição entre uma visão negativa da trajetória da ALN, considerada como uma experiência passada, algo que *já foi*; e uma avaliação que procura resgatar o lado positivo, justificar os erros cometidos no percurso, apontar melhoras. Enfim, defender a Organização, pois considera-se que essa *ainda é* válida, continua presente.

A respeito do quadro de acusações e respostas, vale ressaltar também a preocupação do discurso da continuidade em responder ao problema do isolamento das massas.

Os discursos em disputa no interior da ALN apontam para diferentes imagens de enunciador e enunciatário. Os adeptos da continuidade projetam-se como realistas e comprometidos com o dever. Nesse sentido, sabem que o caminho da luta é árduo, mas não vêem outra solução, a não ser prosseguir, com firmeza. Dessa forma, tais militantes extraem a energia necessária para continuar na luta. Entretidos com a própria vida, a própria dor, estão lutando para sobreviver e carregam o peso da continuidade de uma luta decadente. Entretanto, estão firmes, não duvidam da validade de continuar lutando. De maneira distinta, os adeptos do discurso da Tendência Leninista não acreditam mais naquela forma de luta, buscam construir algo novo, buscam novas alianças, novas formas de Organização e de luta. Eles têm a leveza de um começo, em que ainda não existem erros. Como todo começo, estão cheios de ânimo, de energia, acreditam poder fazer algo melhor do que aquilo que foi feito antes.

3.2.1.2 O GUERRILHEIRO

Entre 1968 e 1973, a Ação Libertadora Nacional¹⁰ fez circular *O Guerrilheiro*, jornal clandestino produzido por um grupo da ALN que defendia a continuidade da luta armada. O periódico era voltado para os membros da Organização, mas buscava também atingir o círculo de militantes mais próximos. Apesar de ser um periódico, *O Guerrilheiro* não teve muita regularidade. Sabe-se da existência de dez exemplares, sendo o primeiro de abril de 1968 e o décimo abril de 1973. Um exemplo dessa não periodicidade é o fato de o segundo número ter surgido em novembro de 1970, isto é, trinta e um meses após o primeiro.

Os jornais¹¹ possuem extensão variada, entre cinco e vinte páginas, dispostas sempre por meio de uma diagramação que se revela, algumas vezes mais, outras menos trabalhada. Na primeira página, encontra-se invariavelmente o nome do periódico, o nome ou a sigla da Organização¹², o número e a data da edição. A maioria contém ainda um logotipo que representa a “mira de um fuzil”.

A estrutura interna d’*O Guerrilheiro* varia de um número para o outro, não seguindo um padrão. Os dois primeiros são mais diversificados, com maior quantidade de textos e mais variedade de gênero, apresentando, assim, carta ao militante, manifesto, reprodução de panfletos, reportagens, etc. Já os demais contêm apenas o que poderíamos chamar de “textos políticos”, em uma espécie de compilação de documentos. Sejam documentos ou reportagens, em sua grande maioria, os textos não estão assinados nem por autores nem por instituições.

Com relação às características gerais dos artigos presentes no jornal, estas podem ser resumidas da seguinte maneira:

- as principais funções são: estimular a ação revolucionária; formar os combatentes; conferir unidade política ao grupo; conquistar e organizar novos adeptos;

¹⁰ No primeiro número ainda não havia surgido a ALN. Os editores assinam como Agrupamento Comunista de São Paulo.

¹¹ Infelizmente não encontramos em arquivos todos os 10 números. As informações apresentadas referem-se ao 1, 2, 5, 6, 8, 9 e 10. Acreditamos ser significativa a amostragem sobre a qual estamos trabalhando.

¹² Com exceção do primeiro, pois, como já mencionamos, em 1968 ainda não existia o nome Ação Libertadora Nacional.

- os temas mais desenvolvidos são: percurso da luta armada brasileira; conjuntura política e econômica; organização, luta e militantes armados;
- os textos apresentam extensão variada, entre uma e oito páginas, sendo a maioria entre duas e três páginas;
- o estilo é predominantemente formal, com jargões da esquerda e conceitos marxistas.

As informações gerais acima expostas permitem-nos depreender algumas características do leitor do jornal. Inicialmente, a existência de reportagens com seis ou oito páginas pressupõe um certo fôlego de leitura, o que se acentua pela presença de parágrafos longos e pelo fato de os textos raramente contarem com subdivisões internas. O vocabulário, com jargões da esquerda e conceitos marxistas, somado às inúmeras citações, principalmente de Marx e Lênin, aponta para uma comunidade de leitores capazes de compreender esses pensadores, ou que estão, pelo menos, habituados ao contato com essas referências.

Ao longo dos diferentes números do jornal, três assuntos aparecem com mais frequência: i) busca de compreensão das derrotas sofridas pelos guerrilheiros a partir do final de 1969; ii) análise da conjuntura; iii) perspectivas da guerra revolucionária brasileira. Comparado aos documentos internos de continuidade, o único assunto que surge como novidade é a conjuntura. Entretanto, como veremos ao longo da análise, apesar de as questões repetirem-se, a forma como elas são desenvolvidas revela-se um pouco distinta.

A análise a seguir, dividida em três partes, procura depreender os elementos de cada um dos pontos anteriormente citados que nos parecem relevantes para a maior compreensão do funcionamento desse discurso, sobretudo no que se refere aos seus valores, e às imagens do enunciador e enunciatário. Para realizá-la, tomamos como base os seguintes documentos:

Documento	Data	Número de páginas	Referência
26. O Guerrilheiro, nº 2	Novembro/ 1970	11 páginas	Cedem/Asmob-IAP
27. O Guerrilheiro, nº 5	Maio-junho/1972	13 páginas	Cedem/Cemap
28. O Guerrilheiro, nº 6	Agosto/72	14 páginas	Cedem/Cemap
29. O Guerrilheiro, nº 8	Outubro-novembro/1972	19 páginas	Cedem/Asmob-IAP
30. O Guerrilheiro, nº 9	Janeiro/ 1973	07 páginas	AEL/BNM, anexo 7040
31. O Guerrilheiro, nº10	Abril/ 1973	05 páginas	AEL/BNM, anexo 6470

Balanço crítico e autocrítica

Como foi visto na análise referente ao que chamamos de primeira fase da luta armada, a guerra revolucionária brasileira pode ser descrita semioticamente como um programa narrativo polêmico¹³, a disputa de militantes armados e governo militar pelo poder. Esse programa principal encontrava-se subdividido nos documentos da ALN em uma sequência que previa três fases para a revolução: a guerrilha urbana, a guerrilha rural e a formação do Exército de Libertação Nacional.

Todavia, na prática, os acontecimentos não fluíram como previsto nos papéis. Após a realização de inúmeras ações urbanas entre 1968 e 1969, os guerrilheiros pretendiam desencadear, ainda em 1969, a guerrilha rural, o que não ocorreu, pois a ditadura lhes impôs uma série de derrotas e perdas, dentre as quais se destaca a morte do grande líder

¹³ O programa narrativo torna-se polêmico quando sujeito e anti-sujeito buscam a conjunção com o mesmo objeto-valor, que, por sua vez, não pode ser compartilhado. No caso, os militantes armados representam o sujeito, os militares, o anti-sujeito. O valor em questão é o *poder*-gerir a nação.

5

6

7

8

Figuras 5-8. Capas do periódico da ALN *O Guerrilheiro*, n. 2, n. 5, n. 8 e n. 10, respectivamente. (Fontes: Cedem/Asmob-IAP, Cedem/Cemap, Cedem/Asmob-IAP e AEL/BNM anexo 6470.)

Carlos Marighella, em novembro de 1969, e de Joaquim Câmara Ferreira, em outubro de 1970.

As derrotas sofridas são interpretadas por alguns militantes da ALN como um sinal de inviabilidade da luta armada, mas, para o presente jornal, estas representavam apenas um tropeço, não colocando em xeque a validade, o modelo e os princípios da guerra revolucionária tal como previstos por Marighella. Dessa forma, uma das questões centrais das páginas d'*O Guerrilheiro* corresponde à tentativa de compreender os motivos que acarretaram aquela situação.

Narrativamente, esse esforço corresponde a uma *sanção*, mas também à construção de um *objeto-valor* fundado no *saber*, saber analisar os fatos recém-passados. Trata-se, portanto, de uma atividade que não é considerada um fim em si, mas parte do processo que apontará o caminho para a continuação da luta, postura que revela esperança por parte do destinador.

O estudo dos balanços existentes nos periódicos permite depreender a oscilação de algumas características discursivas e a manutenção de outras, o que procuraremos mostrar nesta análise.

Um elemento constante e inquestionável refere-se à avaliação positiva tanto do processo que resultou na opção pela luta armada, quanto do desencadeamento das primeiras ações revolucionárias, realizadas entre 1968 e 1969. Mantém-se o ponto de vista presente nos documentos da primeira fase, que, a respeito da decisão pela guerrilha, afirma a importância da ruptura com o “círculo vicioso de discussões”; e, sobre o significado das primeiras ações armadas, diz que elas representaram um “salto de qualidade” na luta brasileira e mostraram a viabilidade da guerra revolucionária, tornando-a realidade.

Se a interpretação das primeiras ações armadas como “bem sucedidas” parece unânime, quando o assunto são as derrotas, surgem discordâncias. Mesmo n'*O Guerrilheiro*, que representa a voz de um grupo no interior da ALN, o grupo dos membros favoráveis à continuidade da luta armada, é possível encontrarmos leituras diversas, a começar pela discussão em torno do significado de avaliar os erros e da maneira como esta avaliação deveria ser realizada:

57. O essencial, para nós, é saber se o caminho traçado por Marighella estava ou não certo e tomar as medidas adequadas para levar à frente a revolução brasileira. (26, p.3);

58. Nós, revolucionários da ALN, devemos reconhecer que cometemos muitos erros durante estes anos, e que os mesmos nos causaram sérios prejuízos no passado e que ainda nos causam sérios transtornos.

Nada fazemos, ou melhor, fazemos pouco em nosso trabalho se apenas nos limitarmos a constatar os erros, caindo em uma atitude de perplexidade. O importante é conhecer suas causas e encontrar para as mesmas, soluções adequadas e o mais rapidamente possível, a fim de que nosso trabalho revolucionário não seja por demais prejudicado.

O fundamental é aprofundar a análise para descobrir que concepção objetivamente motiva os erros, descobrir sua raiz de classe, e que tipo de desvio temos em nossa prática. Importa, portanto, ser o mais científico possível, para não cairmos no subjetivismo, que leva simplesmente a rotular os companheiros e a Organização em seu conjunto, disso e daquilo. (27, p. 2-3)

O primeiro excerto, de 1970, tem como referência o modelo de Marighella, o que se faz presente até mesmo na forma, com um estilo breve, que evita discussões alongadas, produzindo um efeito de sentido de pressa, de avidez pela ação. Nesse caso, o *valor modal saber*, decorrente da análise das derrotas, serve simplesmente para *saber* se a continuidade daquela luta iniciada é válida ou não, a relação que se estabelece com esse valor é prática. Já no segundo fragmento, de 1972, *saber analisar* ganha um estatuto mais complexo, mais “valioso”, pois tem como referência o domínio do marxismo. Há, desse modo, uma alteração do quadro de valores que rege o destinador, passando dos princípios da “ação faz a vanguarda”, para a busca da construção de estratégias de luta a partir de um método científico.

Dessa forma, por um lado, há no discurso da ALN a manifestação da preocupação com uma avaliação “científica”, com “método crítico”, efeitos de sentido de objetividade, etc. No entanto, por outro lado, o fato de os temas acerca da busca da compreensão dos erros discorrerem principalmente sobre as falhas da Organização e dos guerrilheiros, produz um efeito de sentido de subjetividade¹⁴. Assim, embora haja menção a outras causas, como o aumento da violência da ditadura, os combatentes são sempre apontados como principais responsáveis pelas derrotas:

59. As derrotas nos atingiram por falta de experiências, devido a ação do inimigo contra nós, mas o determinante aqui foi o nosso despreparo, o afastamento das nossas posições políticas. (27, p. 4)

¹⁴ Desenvolveremos mais a questão do efeito de sentido de subjetividade no item sobre as pessoas do discurso.

60. Realmente, devemos reconhecer que, em certa medida, fomos surpreendidos pela violência das torturas infligidas, principalmente a partir de 1969. Nossa falta de preparo nesse aspecto se devia a uma visão... (28, p. 12)

Essa postura de auto-responsabilização pelos erros ganha ainda mais força com o uso da expressão “devemos reconhecer” introduzindo a exposição de problemas, bastante frequente nos textos. Além do *mea culpa*, há também, e principalmente, uma tendência a se encontrar culpados entre os próprios guerrilheiros, formando, assim, uma categoria de *não-guerrilheiros*, os maiores responsáveis pelo fracasso. No correr das linhas, encontram-se muito mais características negativas atribuídas a esse sujeito (ou não-sujeito) do que ao próprio inimigo (anti-sujeito).

61. A debilidade do movimento armado está precisamente em ter atraído para suas fileiras grande número de elementos provenientes da pequena burguesia e que, pela rapidez dos acontecimentos não puderam ser educados segundo a concepção marxista e não puderam compreender a nova situação da luta revolucionária. (28, p. 9-10)

Mais uma vez tendo como referência a teoria marxista, aponta-se como um dos grandes responsáveis pelas derrotas, o *não-sujeito*, o *pequeno-burguês*. Atribui-se a ele qualidades negativas como “não ter consciência de classe” e “*ser fraco e aventureiro*”. A trajetória construída no discurso para esse não-sujeito é a seguinte: inicialmente, ele adere à luta armada por impulso emocional e aventureirismo, sem o conhecimento profundo da luta política da organização, adesão essa que só ocorre em momento de ascensão do movimento. Em um segundo instante, quando o movimento entra em refluxo, esse ser, incapaz de suportar derrotas e superar erros, cai no derrotismo e no desespero (*fraco*). Por ser fraco e não ter consciência de classe, abre mão da causa e da Organização.

Observamos que o discurso d’*O Guerrilheiro*, embora em sentido contrário, opera na mesma lógica do indivíduo que classificado por esse mesmo discurso como pequeno-burguês. Ou seja, em momentos difíceis, para salvar a causa e a Organização, o discurso do jornal abre mão das pessoas, buscando culpá-las. Vale ressaltar, porém, que a partir do número 8 (novembro/72), podemos verificar¹⁵ que o combatente perde um pouco seu papel de principal responsável pelas derrotas e pelos problemas enfrentados pela luta armada, passando a dividir as responsabilidades com o “milagre econômico”, apontado como

¹⁵ Essa mudança ocorre juntamente com os resultados do “milagre econômico”.

importante trunfo do governo para isolar e neutralizar a oposição e, principalmente, a guerrilha.

Estudar a temática da avaliação, a “crítica e autocrítica” separadamente foi uma escolha metodológica que fizemos, pois trata-se de uma questão muito frequente. Além disso, consideramo-la relevante para a apreensão da imagem e das paixões do enunciador e do enunciatário. Porém, nos diferentes números do jornal, apesar da recorrência do tema, raramente existe um texto inteiro dedicado à avaliação. Um dos artigos do quinto número traz como título “Corrigir os erros e avançar na luta”, traduzindo bastante o espírito dessa avaliação que, em geral, vem acompanhada de propostas de luta. Nesse sentido, trata-se do mesmo lema do discurso da continuidade.

Dessa forma, o eixo temporal¹⁶ dos textos encontra-se no presente, a partir do qual se projeta um passado bastante recente. Os tempos verbais, como podemos observar ao longo dos exemplos citados, alternam entre o presente e o pretérito perfeito. Como marcas temporais, encontramos os anos 1964, 1968, 1969, 1970, 1971, além do advérbio *hoje*. Notamos que a avaliação se restringe a um período curto de tempo, não remetendo, por exemplo, a outros momentos históricos. Os fatos passados são contados, em sua maioria, em relação de continuidade com o momento de enunciação, seja porque os erros são vistos como permanentes, seja porque, mesmo quando considerados superados, suas consequências continuam presentes.

Em consonância com o curto período de tempo explorado, as referências espaciais também são reduzidas. Raras são as marcas de semantização do espaço encontradas ao longo dos textos, sendo as seguintes as predominantes: Brasil, cidade e campo.

As debreagens de tempo e espaço contribuem para mostrar que a autocrítica presente n’*O Guerrilheiro*, à semelhança da autocrítica feita pelo discurso de continuidade, apresenta uma abordagem bastante focalizada nas atividades da luta armada brasileira.

Na actorialização, há um predomínio da debreagem enunciativa, com o emprego do *nós inclusivo*, que engloba *eu* e *tu*. Além do efeito de sentido de aproximação produzido

¹⁶ Normalmente quando se discorre sobre debreagem, inicia-se pela categoria de pessoa, pois, como já dito neste trabalho, o discurso surge da pessoa e instaura uma pessoa em um tempo e um espaço. No entanto, nesse caso, abordaremos primeiro as categorias de tempo e espaço, para finalmente, falarmos de pessoa, escolha que se deve a dois motivos principais. Primeiro, esta apresenta mais recursos a serem explorados do que os demais; segundo, acredita-se que as debreagens de pessoa encontram-se, nesse caso, estreitamente ligadas à relação entre enunciador e enunciatário, próximo item a ser desenvolvido.

por essa projeção, o enunciador coloca-se em posição de igualdade em relação ao enunciatário. Para se referir ao inimigo ou ao não sujeito, faz-se uso da terceira pessoa, o que produz um efeito de sentido de distanciamento em relação ao enunciador. O não-guerrilheiro normalmente é tratado por *certas pessoas*, *elemento*, ou simplesmente por meio do pronome de terceira pessoa *ele*. Encontra-se também o recurso da terceira pessoa utilizado para nomear a ALN ou a Organização, termo muito empregado ao longo dos textos. Esse procedimento fortalece o estatuto da entidade, atribuindo-lhe um caráter de outro, *terceiro*, não de reunião do *nós*¹⁷. Trata-se de uma diferença relevante em relação ao discurso da primeira fase, pois, naquele discurso, a ALN é abordada como o conjunto dos guerrilheiros, como *nossa organização*, e jamais com distanciamento, como se fosse uma entidade externa.

Voltando à questão do subjetivismo anteriormente apontada, semioticamente, a combinação predominante de debreagens enunciativas de pessoa, tempo e espaço, como é o caso desse discurso, produz um efeito de sentido de subjetividade. O eixo projetado é do *eu*, *aqui*, *agora*. Há um sujeito tentando analisar seus próprios erros, sem distanciamento de tempo nem de espaço, assim como acontece no discurso de continuidade. Já o discurso da Tendência Leninista produz sua autocrítica de forma diferente, explorando mais os recursos que constroem um efeito de sentido de objetividade e distanciamento.

Trata-se de um discurso predominantemente temático, que, ao discorrer sobre a causa das derrotas sofridas, aborda sobretudo os seguintes assuntos:

- in experiência dos quadros: despreparo político e militar dos combatentes. Falta de compreensão do significado da opção pela luta armada;
- não compreensão do alcance da repressão atingida pela ditadura com o advento do AI-5: subestimo do inimigo;
- subestimo na preparação das ações revolucionárias;

¹⁷ O fortalecimento discursivo da Organização coincide com o momento da queda das grandes lideranças e da responsabilização dos militantes pelos erros cometidos.

- falta de conhecimento e compreensão da linha política da Organização: não souberam distinguir o que era avanço tático (guerrilha urbana) e estratégico, tendo insistido na tática em momento errado, e caindo na “ação pela ação”;
- não lançamento da guerrilha rural;
- falta de estrutura no campo;
- falta de inserção nas massas;
- aumento da repressão militar;
- efeitos do “milagre econômico”: grande diminuição da simpatia das camadas médias.

Observamos que, dos nove temas apresentados como causa das derrotas, apenas dois correspondem a fatores externos, isto é, que não seja uma falha da ALN ou de seus combatentes. Além disso, encontramos grande quantidade dos termos *falta* e *não*, relacionados ao combatente ou à Organização. O sujeito, na busca por compreender por que estava sendo vencido, ateu-se a uma autocrítica, ou procurou encontrar culpados entre os seus próximos.

Gostaríamos ainda de mencionar o tratamento de outro tema que chama a atenção não pela constância com que surge, mas por revelar diferenças em relação aos documentos da primeira fase. Observemos as passagens a seguir:

62. Naquela ocasião, os “radicais” atacavam Marighella e Toledo, a quem chamavam de conciliadores, acusando-os de fazerem o jogo do CC do PCB (28, p. 9)

O exemplo anterior contém a afirmação da existência de heterogeneidade interna já na época de Marighella, o que praticamente não transparecia nos textos anteriores a 1970. A mudança da conjuntura e da situação da Organização faz com que as diferentes vozes apareçam na segunda fase, não apenas emergindo no modo de construção do discurso, mas também como tema. A leitura aponta os “pseudo-radicais” do passado como os *não-guerrilheiros* do presente, os pequeno-burgueses. Colocá-los como críticos de Marighella e

Toledo, figuras cujo respeito é praticamente inquestionável entre os membros da ALN, funciona também como uma estratégia para enfraquecê-los.

Pelo conjunto de projeções de tempo, espaço, pessoa, assim como pelos desenvolvimentos temáticos, podemos concluir que o balanço realizado é bastante focado. Com relação ao sujeito da enunciação, é possível depreender a imagem de um enunciador abalado pelas derrotas, que se sente culpado, autocondena-se, e busca dividir a responsabilidade dos erros com o enunciatário, aproximando-se deste. Além disso, o enunciador procura aliviar sua culpa, buscando outros condenados. Ele é um sujeito insatisfeito e insistente, que, apesar dos problemas, deseja continuar lutando. O enunciatário, próximo do enunciador, é instalado como um militante que também é responsável pelas derrotas sofridas, que se encontra em dúvida a respeito da continuidade da luta. Trata-se, portanto, de um militante vulnerável a ser conquistado por um dos projetos em disputa no interior da ALN.

Análise de conjuntura

Além da busca de explicações para as derrotas sofridas a partir de 1969, outra temática constante nas páginas d'*O Guerrilheiro* consiste na análise de conjuntura, composta basicamente das avaliações do discurso e das atitudes do governo militar e de alguns grupos de esquerda. As críticas enfatizam os fatores que contribuíam para aumentar as dificuldades enfrentadas pelas Organizações armadas em sua tentativa de dar continuidade à guerra revolucionária. Os dois próximos itens serão dedicados ao estudo de cada uma das temáticas supracitadas.

Crítica à esquerda

O discurso de crítica à esquerda faz transparecer uma polêmica no interior da ALN entre os membros favoráveis à continuidade da luta armada e aqueles que achavam que esta deveria ser interrompida. Os textos aproximam os guerrilheiros que, depois de um tempo de combate, ou desistiram da luta e se desligaram dos grupos armados, ou permaneceram na Organização, defendendo a interrupção da guerrilha, e a parcela da esquerda que nunca aderiu à luta armada, formando uma única categoria de oponentes, os *anti-guerrilheiros*.

Nesse sentido, a esquerda não-armada, reforçada por ex (e “candidatos a ex”) guerrilheiros, torna-se mais um obstáculo para a guerra revolucionária. O discurso é construído da perspectiva do *sujeito*, adepto da continuidade da luta armada, que se coloca como um ser isolado, que deve lutar contra todos:

63. A série de derrotas táticas sofridas pelo movimento revolucionário brasileiro provocou a formação de uma estranha e variada frente única de opiniões que junta desde grupamentos fascistas e Filinto Miller, até antigos defensores da luta armada que “resolveram parar para pensar”, passando pelos reformistas e pelegos sindicais.

Por diferentes motivos e diversas razões essa gente entra em acordo quando se trata de transformar as ações armadas em bode expiatório de tudo o que ocorre no país. Um bode que justifica os atos de uns, explica a inércia de outros e escamoteia os erros de todos. (30, p. 4)

64. Na crítica a estes grupos revolucionários unem-se todos os demais: revisionistas, reformistas, e até os “revolucionários” e liberais burgueses, o que não é de admirar destes últimos. (29, p. 12)

65. Apesar das diferenças de manifestações, todas as variantes liquidacionistas tem sua afinidade nos seguintes traços: liquidação da forma de luta; liquidação das organizações que fazem ações armadas [...]

[...] Nossa obrigação é o combate cerrado a tais posições, venham de onde vierem e qualquer que seja sua roupagem. (28, p.11)

A análise dos excertos anteriores permite-nos inferir a existência de um debate aparentemente intenso a respeito da validade da luta armada e de sua continuação. Entretanto, nas páginas d’*O Guerrilheiro*, a discussão é apresentada a partir de um único ponto de vista, favorável à manutenção da guerrilha.

No periódico estudado, encontramos um discurso construído fundamentalmente como defesa, ou seja, os argumentos são apresentados como respostas a críticas recebidas, ainda que, em muitas passagens, predomine a atribuição de críticas. Enviadas ou recebidas, as acusações pertencem a três isotopias distintas. A primeira, bem menos desenvolvida, reveste valores e desenvolve temas que buscam a desqualificação pessoal:

66 Não pode ter autoridade política e moral para nos acusar de não fazer trabalho de massas, de lutar de forma isolada, etc., quem durante decênios, levou à prática uma política de acordos sindicais de cúpula; fez os mais vergonhosos e abjetos cambalachos eleitorais nas costas das massas [...] (29, p.14)

Apesar de afirmar que os *nunca armados* e os *ex-armados* constituem um só conjunto inimigo, a desqualificação a eles ocorre separadamente, sendo muito mais voltada para os segundos. Assim, os temas das acusações dirigidas aos membros do primeiro grupo

desenvolvem-se em torno dos *anti-valores oportunismo e conciliação*, os mesmos atribuídos ao PCB no discurso da primeira fase. Já os ex-armados são mais desqualificados, pois eles revestem aqueles indivíduos cuja conduta foi apontada como um dos fatores responsáveis pelas derrotas sofridas. Nesse sentido, a crítica aos *ex-armados* é um aprofundamento daquela atribuída aos *não-guerrilheiros*, com ênfase para o caráter *pequeno-burguês* de um sujeito com *limitações de classe*. Além dessas, duas outras qualidades negativas são apontadas como relevantes: a *vaidade* e o *desejo de mando*. Em outras palavras, de acordo com o discurso da ALN, um dos motivos dos problemas enfrentados pela guerra revolucionária correspondia ao fato de esta ter incorporado nas fileiras de seu embrionário exército pequeno-burgueses vaidosos, que queriam liderar a revolução, mas não tinham condição nem firmeza ideológica para isso. Curiosamente, os guerrilheiros que se autodenominam verdadeiros revolucionários recebem a mesma acusação que atribuem, ou seja, são chamados de pequeno-burgueses, mais especificamente, *pequeno-burgueses apressados*.

A segunda isotopia na qual se desenvolve a crítica ao adversário, o militante que defende a interrupção da luta armada, refere-se ao *fazer*, ou seja, ao modo de agir. Três são os temas principais que remetem à prática política desse *anti-sujeito*: a) atitude no interior da Organização: considera-se que ele age no interior da ALN com “indisciplina e estímulo ao grupismo”, o que pode levar à destruição do grupo; b) tendência à discurseria formal: apegado às questões teóricas, incentiva a discussão pela discussão, sem fundir a teoria com a prática organizada; c) construção da crítica ao adversário: faz a crítica de modo leviano, com pronunciamento de calúnias e acusações grosseiras.

Podemos observar que, tanto a acusação de “indisciplina” quanto a acusação de “discurseria formal” remetem a valores do discurso da primeira fase, reforçando-os, pois os documentos internos da primeira fase, como mencionamos anteriormente, enfatizam a necessidade de o guerrilheiro ter disciplina e valorizar mais a ação do que a discussão, mais a prática do que a teoria.

Além de criticar a postura moral e a prática política dos “pequeno-burgueses”, uma terceira via de crítica atribuída a eles relaciona-se às ideias que proferiam, sobretudo no que se refere à continuidade da guerrilha. Nesse sentido, surge n’*O Guerrilheiro* parte do debate

envolvendo a polêmica “continuação vs parada” da luta armada, presente no interior da esquerda armada naquele momento. Decidimos apresentá-lo, de modo resumido, tal como se manifesta nas páginas do jornal, esforço que resultou no quadro a seguir. Ressaltamos, porém, que, nesse caso, tanto os argumentos favoráveis quanto os contrários ao prosseguimento do combate armado foram construídos e divulgados por um único grupo, o dos adeptos à continuidade da luta.

Argumentos dos grupos de esquerda críticos à luta armada	Argumentos da ALN pró-continuação da luta armada
Em um momento de refluxo dos movimentos de massa, as ações revolucionárias provocam a ditadura, gerando uma reação que acaba por aniquilar as organizações armadas	A esquerda vem sofrendo derrotas desde antes do início das ações guerrilheiras.
A luta armada fornece à repressão pretextos para massacrar as áreas liberais e aumentar a opressão sobre a população.	A resistência pacífica possibilitou a vitória dos golpistas, que ampliou a repressão contra a população. - A violência da ditadura é anterior à violência revolucionária. - O regime militar assenta-se em base repressora e violenta por razões político-econômicas que independem da luta armada. Dessa forma, o regime não vai deixar de ser violento com o fim dos grupos armados.
As ações armadas provocam o aumento da repressão, inviabilizando o trabalho junto às massas.	- No Governo Goulart, os “conciliadores” abandonaram o trabalho junto às massas para desenvolver uma política de alianças com a burguesia. - Entre 64 e 68, foram incapazes de capitalizar ou organizar sequer a vanguarda das massas. - A ditadura, para funcionar, precisa isolar a esquerda das massas. Os críticos à luta armada não entenderam isso e partiram para a crítica aos revolucionários armados.
Movimento isolado das massas.	- Trata-se de um problema comum a toda a esquerda brasileira. - Aqueles que acusam o movimento armado de isolamento não apresentam propostas concretas para sair dessa situação.
	As críticas adversárias são construídas enroupadas de teoria, com um palavreado teórico e marxista mas, no fundo, são teses sem qualidade, que se limitam a reproduzir as obras clássicas e os modismos do exterior, sem contextualizá-los e sem um conhecimento adequado da nossa realidade.

Podemos observar no quadro anterior que os dois argumentos mais rebatidos pelo discurso da ALN foram o afastamento das massas ou a dificuldade em agregá-las e o fato de a luta armada fornecer justificativas para o aumento da repressão. O segundo argumento, quando incorporado pelas camadas simpatizantes do discurso do movimento armado, contribuía para afastar a guerra revolucionária da população. Nota-se que a preocupação central, explicitada ou não, passava pela questão do isolamento.

Ao afirmar a constituição de uma “frente única de opiniões” que transformaram “as ações armadas em bode expiatório” (exemplo 63) e desenvolver o discurso com base em defesas e ataques, o enunciador mostra que se sente acuado, isolado. Por outro lado, ao discorrer sobre os ex-aliados que se tornam adversários, referindo-se a eles como “*essa gente*” (exemplo 63), ou, ao replicar as críticas recebidas por grupos de esquerda que nunca optaram pela luta armada, acusando-os de fazer “os mais *vergonhosos e abjetos cambalachos*” (exemplo 66), o enunciador mostra *decepção* e, sobretudo, *raiva*. No entanto, ele não se apresenta como um coitado, um sofredor, mas como um valente, que acredita que está certo, e, por isso, continua firme na luta, contra todos. Assim, procura justificar suas posições e encontrar problemas no posicionamento alheio. O enunciatário corresponde ao militante armado, cuja adesão o enunciador procura ganhar para o seu projeto de continuidade na luta. Nesse sentido, as críticas atribuídas aos *nunca armados* e *ex-armados* funcionam como uma sedução, ou provocação indiretas pois os sujeitos que entraram e permanecem na guerrilha são apresentados como *valentes* e *corretos*, os outros, como *covardes* e *equivocados*.

Crítica à ditadura ou análise da realidade brasileira?

A crítica à ditadura surge como um exercício que resulta na sistematização do funcionamento do regime. Trata-se de uma atividade de grande importância, cujos resultados contribuiriam para a concepção de uma estratégia acertada para a guerra revolucionária. Em outros termos, mais semióticos, diríamos que a *leitura da realidade brasileira* corresponde à construção de um objeto-valor modal fundado no *saber*, uma das *competências* necessárias para a realização da *performance*, a *guerra revolucionária*. A valorização do saber avaliar como uma modalidade importante para a construção de um

projeto de continuidade da luta encontra-se presente em quase todos os documentos internos da segunda fase.

A análise apresenta como base o método marxista, examinando as questões a partir do princípio da luta de classes, com enfoque prioritário para o aspecto econômico. As classes antagônicas manifestam-se nos textos estudados por meio dos seguintes nomes: *classe dominante, representantes do capitalismo, imperialistas, burguesia, ditadura, grandes empresários, empresário industrial*, para a classe dominante; por sua vez, para a classe dominada, temos os seguintes nomes: *trabalhadores, operários, camponeses, povo, povo brasileiro, massa, classe operária*. Obviamente, a perspectiva adotada é a segunda. É interessante observar que a lista de inimigos e aliados anteriormente citada é praticamente a mesma lista do discurso da primeira fase. Em ambos os casos há uma perspectiva de classes presente na configuração dos sujeitos em confronto na luta armada. A diferença é que, no discurso d’*O Guerrilheiro*, a questão da luta de classes é mencionada explicitamente, o que não ocorre no discurso da primeira fase.

O Brasil é abordado como parte da estratégia global do imperialismo norte-americano, representando um aliado fundamental para que os Estados Unidos exerçam o domínio de toda a América Latina. Nesse contexto, os militares, juntamente com a classe dominante, teriam colocado nosso país a serviço dos Estados Unidos em troca de privilégios. Ao longo dos textos, encontramos como principais valores negativos (anti-valores) atribuídos ao regime militar a *exploração*, a *repressão* e a *corrupção*, o que traz alguns indícios de como a troca supramencionada foi apresentada no discurso da ALN. Verificamos, mais uma vez, a ratificação dos anti-valores empregados no discurso da primeira fase.

Quanto à discursivização, o enunciador, buscando um efeito de sentido de objetividade, emprega a terceira pessoa do singular na maior parte dos enunciados, como se apenas relatasse os fatos, sem deles participar, fortalecendo, assim, sua imagem de analista. Os textos são construídos com os tempos verbais predominantemente no presente, em uma perspectiva durativa, de permanência dos elementos apresentados. A semantização de categorias temporais traz os anos *1960, 1964, 1970, 1972, 1973*, além dos advérbios *hoje* e *atualmente*. Com relação ao espaço, menciona-se predominantemente o Brasil, mas também Peru, Guatemala, Vietnã, Espanha, América Latina e exterior.

As debruagens de tempo e, sobretudo, de espaço contribuem para mostrar que a leitura realizada não se restringe apenas à ditadura militar brasileira. Assim, além da abordagem de uma perspectiva da “estratégia global do imperialismo norte-americano”, como mencionamos anteriormente, há ainda, em algumas passagens, exemplos de outras experiências de ditadura consideradas semelhantes à nossa.

A construção do enunciado é feita por meio de efeitos de sentido de objetividade, impessoalidade e “não-restrição”, ou seja, com categorias analíticas que poderiam remeter à realidade de qualquer país, não apenas à brasileira. A busca por uma análise com essas características, que pareça “científica”, é reforçada pelo modo de dizer desse enunciador. Para melhor apreendê-lo, observemos os exemplos abaixo:

67. Do ponto de vista político, a pressão das massas trabalhadoras, através de suas organizações de classe, seria o único fator interno ao sistema capaz de tornar o capitalismo brasileiro mais equânime na distribuição de renda. Essa hipótese, entretanto, é totalmente irreal. A política econômica da ditadura, baseada na superexploração do trabalhador, está sustentada em instrumentos políticos adequados e numa vasta e poderosa máquina repressiva. Assim, qualquer movimento reivindicatório que utilize somente instrumentos legais (lei de greve, ações judiciais, indenização, etc) está bloqueado desde a origem (29, p. 9);

68. O papel da classe média também está definido: ela deve consumir, para ampliar o mercado dos bens de consumo duráveis sofisticados que constituem o grosso da produção industrial. Para isso, a expansão do crédito ao consumo é o mecanismo principal de que se vale o sistema. É feito principalmente através das financeiras [...] (29, p. 7);

69. O extermínio sistemático dos revolucionários poupa o governo das incômodas estatísticas de processos, inquéritos, presos políticos e pessoas procuradas. Preocupada com a veiculação destes números no exterior e seus reflexos na imagem do país a ditadura acionou um plano que visa eliminar toda oposição até fins deste ano. [...] Com isto se liquida física e juridicamente com a figura do preso político, numa “solução final” orientada e testada pelo imperialismo no Vietnã – a chamada “Operação Fênix” – e mais recentemente na Guatemala, só para citar dois casos mais divulgados (31, p. 2)

Inicialmente, notamos a presença de um vocabulário que, no contexto desse discurso, aponta para uma análise de filiação marxista, como é o caso das expressões *organizações de classe e superexploração do trabalhador* (exemplo número 67), ou ainda, em outras passagens: *burguesia, proletariado, classe operária, classe dominante, exploração da mais-valia, exército de reserva, oferta de mão-de-obra, luta de classes*, etc. Esses termos são empregados sem maiores explicações, o que atribui ao enunciador a imagem de conhecedor desses conceitos e pressupõe um enunciatário que, se não os domina, pelo menos os aceita. De modo semelhante, ao longo dos textos, encontramos

siglas que não vêm acompanhadas da descrição de seu significado (PIB, FMI, PIS, MOBRAL, etc); nomes de membros do governo militar sem a especificação de suas funções (Golbery, Roberto Campos, Andreazza, Bulhões, Delfim, etc.); menção a fatos da história política mundial, sem explicá-los (modelo nasserista, guarda pretoriana, etc.). Enunciador e enunciatário inscrevem-se, desse modo, como sujeitos politizados e informados.

Diferente do vocabulário, que não mostra muitas preocupações didáticas, emprega-se na construção dos argumentos diversas estruturas com função explicativa ou ilustrativa, as quais surgem normalmente entre vírgulas¹⁸ - depois da conjunção *que*¹⁹; introduzidas por dois pontos²⁰; entre parênteses²¹, etc. Esses recursos atribuem ao enunciador uma imagem de um sujeito que tem bastante conhecimento, sabe o que diz e como dizê-lo, pois é claro em suas exposições.

Destaca-se ainda no modo de dizer a grande quantidade de enunciados construídos de “maneira lógica”, isto é, um encadeamento de argumentos que estabelecem entre si relações de causa, consequência, finalidade²², etc. Essa maneira “lógica” de apresentar os argumentos produz um efeito de sentido de verdade, além de dificultar a refutação do dito, já que, para isso, seria preciso quebrar toda uma rede de raciocínio. Outro recurso que produz no enunciado um efeito de sentido de verdade refere-se ao emprego de dados numéricos e estatísticos, como o quadro de distribuição de renda no Brasil entre 1960 e 1970, as taxas de crescimento da indústria brasileira nesse mesmo período, etc.

Esse modo de dizer contribui para a construção da imagem de um enunciador que se coloca como alguém que *sabe* e *pode* desmascarar a ditadura militar, o que se observa, entre outros, pelo uso frequente de expressões como *na verdade, é ilusão pensar*, etc.

Consideramos que as características depreendidas na análise do modo de dizer revelam a imagem de um enunciador preocupado em se projetar como um sujeito que *sabe*

¹⁸ Como a passagem - baseada na superexploração do trabalhador - do exemplo 67;

¹⁹ Como em - que constituem o grosso da produção industrial - do exemplo 68.

²⁰ Como - “o papel da classe média também está definido: (...)”, no exemplo 68.

²¹ Como : (lei de greve, ações judiciais, indenização, etc), no exemplo 67.

²² A esse respeito, podemos observar, no exemplo 68, a seguinte relação de finalidade: expande-se o crédito *para que* a classe média possa consumir mais. O exemplo de número 69, por sua vez, traz uma relação de finalidade e uma de causalidade: A ditadura lança um plano *para* eliminar a oposição *porque* as estatísticas de presos políticos estavam prejudicando sua imagem no exterior.

o que diz, que investe no *fazer-crer*, buscando atribuir ao enunciado um efeito de sentido de seriedade e verdade.

Tematicamente, tem-se dois percursos principais, que se entrecruzam. O primeiro refere-se ao modelo econômico do governo militar. Já o segundo refere-se a mecanismos de controle da sociedade. Como exemplo de entrecruzamento, podemos mencionar a repressão aos trabalhadores, considerada uma questão ao mesmo tempo política e econômica, pois garante a manutenção do regime de exploração. Busca-se, por meio dos temas, revelar o lado repressor, opressor e corrupto do governo; as consequências negativas do modelo de desenvolvimento adotado pelo regime; as estratégias empregadas para combater os guerrilheiros e conquistar adeptos na sociedade, sobretudo na classe média.

De modo sistematizado, podemos apresentar os temas do seguinte modo:

Modelo econômico:

- Brasil: a serviço do imperialismo norte-americano;
- burguesia brasileira: aliança com o imperialismo, contradição com a classe operária;
- desenvolvimento econômico: baseado na super exploração da mais valia, acarreta concentração de renda;
- produção industrial: voltada para camadas altas e médias;
- milagre econômico: benefício para poucos;
- trabalhadores: super explorados; garantia apenas das necessidades mínimas para continuar vendendo a força de trabalho; controlados sob forte repressão;
- teoria do “bolo”²³: justificativa para a concentração de renda;
- incentivo à exportação: principalmente nos setores industriais tradicionais (têxtil, calçados, etc);
- expansão do crédito: ajuda a aumentar o consumo da classe média;

²³ Referência à expressão usada pelo então ministro da fazenda, Delfim Netto para justificar a opção por aquela política econômica: “é preciso fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo”.

- crescimento de capital e tecnologia estrangeiros no país;
- corrupção no governo militar;
- classe média: estimulada ao consumo e à aspiração de ascensão social;
- base de sustentação do modelo econômico: violência e institucionalização do estado de exceção;
- aumento da dívida externa: enfraquecimento do modelo econômico.

Controle social

- estratégia da ditadura contra os revolucionários: repressão e isolamento;
- propaganda do governo: anti-revolucionária, dirigida à classe média;
- revezamento do ditador: aparência constitucional; dificuldade de alinhamento dos descontentes; estímulo às rivalidades internas dos militares;
- “solução final”: projeto de eliminação da figura do preso político.

O levantamento dos temas mostra que a análise da ditadura é realizada na perspectiva do “marxismo”, no sentido de haver um esforço por entender o funcionamento do regime, a partir do modelo econômico e dos papéis das classes. Essa temática, associada a um modo de dizer com efeito de sentido de objetividade, verdade e seriedade, contribui para o fortalecimento da aparência “científica” da análise da realidade brasileira. Trata-se de uma novidade em relação ao discurso da primeira fase que, embora faça críticas ao regime militar, não as apresenta como uma “análise da realidade brasileira”.

Guerra Revolucionária

À semelhança dos documentos internos da primeira fase, o discurso d’*O Guerrilheiro* sobre a Guerra Revolucionária insere-se em um projeto de transformação ampla, a conquista do poder por meio das armas, o que representa a libertação do povo. Afirma-se, nesse segundo momento, a manutenção dos mesmos princípios e métodos

traçados pelo líder Marighella, entre os quais destacam-se a valorização da ação armada e a concepção da guerra revolucionária em três fases – guerrilha urbana, guerrilha rural e formação do Exército de Libertação Nacional. Os verbos associados à palavra *luta* reforçam o caráter de continuidade da mesma: intensificar, ampliar, aprimorar, etc. Paralelo à reafirmação dos princípios fundadores da ALN, surge a inserção da guerra revolucionária em um contexto de luta de classes, o que pode ser observado, entre outros elementos, pela lista de inimigos (camadas reacionárias, imperialismo, burguesia, latifundiários, ditadura) e, principalmente, de aliados (proletariado, camadas exploradas, classe operária, massa, povo, camponeses, trabalhadores). Essa perspectiva a respeito da guerra revolucionária não é apresentada como nova nem como contraditória em relação à perspectiva do discurso da primeira fase e, dessa forma, não há maiores desenvolvimentos em torno da questão.

Embora esteja inserido no projeto de transformação supramencionado, o discurso da segunda fase, diferentemente do discurso da primeira fase, não enfatiza a forma de conquistar o poder, mas a maneira de se continuar lutando:

70. Na luta atual vencer é saber dar continuidade e conseqüência à luta, é criar constantes condições para uma maior ampliação da mesma (27, p. 9)

O discurso que busca garantir a continuidade da luta funda-se nas modalidades do *dever-fazer* (dever-lutar) e do *não-poder-não-fazer* (não-poder-não-lutar). Desse modo, encontram-se nos textos diversas expressões de caráter deôntico e restritivo, como *devemos*, *não podemos*, *é exigido de nós*, *é necessário*, etc. Essa configuração modal é reforçada por duas formas principais de persuasão, ambas de caráter moral. A primeira manifesta-se pela heroicização de pessoas que morreram lutando, tanto brasileiros como estrangeiros; a segunda se dá pela criação de categorias como *traidores*, *liquidacionistas*, etc., às quais se atribuem diversos valores negativos, tornando-os seres repugnáveis e estimulando a não identificação (*não-querer ser*) com eles. Os exemplos abaixo permitem-nos visualizar essas duas formas de manipulação:

71. Seus nomes se inscrevem entre os que dedicaram toda a vida à causa dos injustiçados e dos humilhados da América Latina. Ficarão gravados entre os que deixaram marcas com seu sangue as páginas da luta anti-imperialista. No cenário da história brasileira aparecerão como gigantes da luta contra a ditadura que oprime o povo brasileiro. A causa pela qual morreram é imbatível.

O caminho, no entanto, é doloroso. As torturas, os assassinatos e prisões são preços que o povo brasileiro, através de seus melhores filhos, paga nesta luta de libertação nacional – Marighella e Toledo o sabiam. (26, p.7)

72. E nunca será demais dizer que estes traidores, mesmo vivos, estão mortos. Perderam o que de melhor tem o Homem e receberam o que este tem de mais ignóbil. Seus nomes não ficarão. E se forem lembrados, o serão como símbolo e produto de tudo aquilo que queremos destruir (26, p. 8)

Há, ao mesmo tempo, a supervalorização da luta e dos que a implementam e uma desvalorização daqueles que dela desistiram ou que nela “fracassaram”. Nesse sentido, considera-se a guerra revolucionária uma atividade de grande relevância histórica, o que funciona como um reforço na manipulação de seus membros, pois suas ações e atitudes “entrarão para a história”. Cabe ao militante escolher se quer entrar para a história como herói ou como traidor. Outra característica da luta bastante destacada pelo discurso é a sua dificuldade, o caminho árduo, fator que exige sacrifícios dos combatentes, qualificados como *verdadeiros revolucionários, os melhores filhos, etc.* As dificuldades e a importância de poder suportar longos períodos difíceis encontram-se tão presentes nos textos que, grande parte dos valores apresentados como fundamentais para um verdadeiro revolucionário, remete, de algum modo, a isso: *paciência, perseverança, dedicação, seriedade, responsabilidade, compromisso, firmeza, disciplina, confiança, clareza política e vigilância de classe*. Entre os valores anteriormente mencionados, três deles encontram-se no discurso da primeira fase: confiança, paciência e perseverança. No entanto, esses valores, embora sejam apontados como importantes, não surgem como centrais, pois a ênfase do discurso da primeira fase recai na capacidade de ação do combatente. No discurso da segunda fase, poder resistir a problemas advindos da escolha pela luta armada torna-se um valor fundamental.

O último valor (vigilância de classes) reforça o caráter de luta de classes anteriormente mencionado. Como vimos nos itens referentes à crítica à esquerda ou ao balanço da luta armada, a maior parte dos problemas é atribuída à falta de consciência de classe, à atitude pequeno-burguesa. Neste item não é diferente. Afirma-se constantemente a necessidade de agir em coerência com a ideologia proletária e “combater métodos, costumes e vícios inerentes à sociedade burguesa”.

Além do *dever-fazer* e do *não-poder-não-fazer*, outra modalidade bastante relevante na construção desse discurso é o *saber* que, aplicada ao *fazer*, e sobretudo ao *como fazer*,

torna-se uma competência valiosa e *desejável*, o que pode ser observado no exemplo 70: “saber dar continuidade e consequência à luta”.

Diferentemente dos documentos de 1968-1969, que apresentavam todo um percurso de ações, com diversos programas narrativos interligados, com fases, subfases, etc., traçados em um estilo programador, com causas, consequências, finalidades, etc., no discurso d’*O Guerrilheiro*, a busca da continuação e da ampliação da luta praticamente não contém etapas nem desdobramentos, o que se encontra reforçado pelo formato dos textos, com ausência de subdivisões internas²⁴.

Em *O Guerrilheiro*, encontramos apenas o levantamento de questões consideradas importantes para a manutenção e o aprofundamento da luta armada, dentre as quais surgem mais constantemente o aprimoramento do combatente e o fortalecimento da Organização:

73. A unidade política e orgânica, o combate às posições liquidacionistas, a prática disciplinada e rígida, o combate ao sectarismo político [...], o fechamento e afunilamento da Organização, o aprimoramento político, técnico e militar de todos nós e a firme determinação dos combatentes são essenciais para o avanço do processo revolucionário e o crescimento da Ação Libertadora Nacional. (28, p. 4)

74. Que nenhum revolucionário se iluda. O combate será longo e difícil. É preciso desmascará-los [os liquidacionistas] para que a luta revolucionária avance. Mas para isso precisamos nos preparar ideologicamente; aumentar nosso nível de conhecimento político e militar; fortalecer a Organização, ampliando o estudo e aprofundamento de nossa linha política, desenvolvendo as formas de vida orgânica e de solidariedade interna; aumentar nossos vínculos com as massas exploradas, como condição para expansão da luta armada (28, p.11)

A preocupação com a Organização, que se manifesta no desenvolvimento temático, no uso do “o” maiúsculo, no frequente emprego da sigla “ALN”, entre outros, aponta para uma valorização do caráter institucional do grupo armado, o que, como vimos anteriormente, também ocorre no discurso de continuidade. Quanto à importância dada ao aprimoramento dos combatentes, ela reforça a ideia de que o motivo das derrotas não se encontra na *causa*, mas *nas pessoas*. Voltaremos aos exemplos 73 e 74 no próximo item.

Como podemos ver pelos trechos citados no estudo das configurações narrativas, a questão da guerra revolucionária é discursivizada com predomínio de depreações enunciativas. Assim, para as categorias de pessoa, projeta-se com maior frequência o *nós inclusivo*, o que provoca um efeito de sentido de aproximação entre enunciador e

²⁴ A não divisão no formato de diagramar não necessariamente significa a não divisão do conteúdo, mas, nesse caso, há um reforço entre expressão (forma de apresentação) e conteúdo.

enunciatório. Além disso, em algumas passagens, observamos o uso da terceira pessoa do singular, produzindo efeito de sentido de distanciamento. Ainda sobre a actorialização, vale ressaltar o revestimento semântico atribuído ao actante sujeito, aquele que realiza a ação revolucionária: guerrilheiro, combatente, direção da guerrilha, revolucionário, vanguarda revolucionária, dirigente revolucionário, combatente revolucionário, revolucionários marxistas, militante, quadro e companheiro. Pela lista anterior, podemos observar a insistência na apresentação da qualidade de um sujeito *revolucionário* e, mais especificamente, de um *verdadeiro revolucionário*, em oposição aos não-verdadeiros, aqueles que, embora tivessem um posicionamento de esquerda, optaram por interromper a luta armada ou nunca aderiram a ela. Outra questão que podemos depreender a partir dos nomes atribuídos ao revolucionário é a diminuição do uso da palavra *guerrilheiro* (em relação aos documentos da primeira fase) e o aumento de expressões que são associadas às lideranças de instituições de esquerda: direção, vanguarda, dirigente, quadro, etc. Mais uma vez, nota-se o reforço da institucionalização da ALN. Destaca-se, por fim, o fato de os membros da luta armada se apresentarem como marxistas, o que também não ocorre no discurso da primeira fase.

Com relação às projeções de tempo, predomina o emprego do presente que, em algumas passagens, produz efeito de sentido prospectivo, isto é, aponta para o futuro. As projeções de espaço, assim como nos demais itens, encontram-se aqui pouco exploradas, sendo revestidas com mais frequência por *América Latina*, *Bolívia*, *Brasil*, *campo*, *cidade*. Os dois primeiros locais são empregados para discorrer sobre o exemplo da luta travada por *Che Guevara*.

O modo de dizer desse enunciador reforça a valorização do *saber-fazer*. Voltemos ao excerto nº 73. Vale ressaltar, inicialmente, o caráter abstrato desse enunciado. Dessa forma, não há explicações ou exemplos que mostrem o que significa, na prática, *ser disciplinado e rígido*, ou, em que consiste o *aprimoramento técnico* mencionado. Assim como no discurso da primeira fase, as referências ao que deve ser feito surgem de forma bastante genérica. No entanto, naqueles textos, a guerra revolucionária é apresentada de forma ordenada, encadeada em etapas. De modo semelhante, a apresentação das ações revolucionárias é acompanhada de explicações, do significado de seus objetivos, suas finalidades, suas consequências, etc. Diferentemente, no discurso da segunda fase,

espiral de preços e salários. Sobre isso é interessante observar que no Brasil, antes do golpe de 64, as condições dos trabalhadores somente melhoraram quando eles empreenderam lutas reivindicatórias, o que vai contra os planos da ditadura, que necessita manter o nível dos salários o mais próximo possível da sobrevivência física, a fim de manter a taxa de lucro das empresas capitalistas no nível mais alto possível.

A repressão violenta que se abate sobre os trabalhadores, como seria de se esperar, dificulta bastante o nosso trabalho político, ainda mais que vem acompanhada de uma série de derrotas que nos foram inflingidas no plano tático, e que diminuíram nossos vínculos com a massa.

Ao mesmo tempo, setores da esquerda que acreditavam que a luta armada no Brasil seria uma sucessão de vitórias que nos arrastariam inevitavelmente, e em pouco tempo, à vitória final, ao se defrontarem com as primeiras dificuldades que nos foram apresentadas, assumiram posições capitulacionistas e liquidacionistas, o que nos prejudicou bastante. Isto representou uma perda numérica de combatentes, além da influência negativa que suas posições exerceram sobre alguns setores situados no campo periférico da Revolução.

Nossa atuação foi marcada por alguns erros que não conseguimos determinar a tempo, o que nos trouxe prejuízo.

Com o assassinato de nosso líder Carlos Marighella e com o fato de não termos lançado a guerra no campo, perdemos a iniciativa da luta e não desencadeamos a ofensiva estratégica. "Para livrar-se da ditadura e do imperialismo e de suas forças armadas de repressão, as forças populares e revolucionárias têm que sair da defensiva e passar à luta de guerrilhas, enfrentando o inimigo. Nesse caso, o principal método de condução da luta armada é a ofensiva estratégica" (Carlos Marighella - "Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil").

Ao não desencadearmos a guerrilha rural, entramos em defensiva. A falta de compreensão do que significava retomar a ofensiva, e de que caminhos utilizar para tal, é que se constituiu um grave erro e provocou alguns desvios de prática da Organização nos anos 70 e 71.

Confundimos ofensiva estratégica com ação armada nas cidades. Consideramos erroneamente que o aumento de nível e de volume das ações armadas urbanas nos levaria à ofensiva. Realmente, quando aumentamos o nível e o

principalmente n’*O Guerrilheiro*, tem-se a menção ao que se considera importante fazer, mas não há muita ênfase na marcação das etapas, na ordenação das ações, nem em suas explicações, causas e consequências. Como exemplo podemos observar o fragmento 73, em que se encontra uma mistura de questões, de diferentes âmbitos, dentre as quais poderíamos separar a estrutura da Organização, as competências relativas ao *ser* e ao *fazer* dos combatentes.

Essas características não estão presentes apenas no exemplo analisado, e sim ao longo de todos os textos. Observemos a passagem a seguir:

75. É verdade que devido a golpes sofridos pela Organização, nosso contato com a massa é restrito e insuficiente, tornando difícil nosso desenvolvimento. Mas o caminho certo não é voltar atrás, e sim, intensificar o trabalho político e desenvolver e diversificar as formas de atuação.

Porém, é fundamental que tenhamos bem definidos os objetivos a que nos propomos com esse trabalho, o que esperamos e não podemos esperar dele, como realizá-lo de forma a que não possamos cair em desvios legalistas e reformistas (27, p. 6)

Verificamos a apresentação de propostas de maneira genérica (não se especifica como diversificar a luta, o que são desvios legalistas e reformistas, etc.), e a presença de uma expressão que aponta para algo relevante (é fundamental)²⁵. Aqui surge ainda outro elemento bastante frequente nas páginas d’*O Guerrilheiro*, mas ausente no exemplo 73, a manifestação explícita da valorização do *saber como*, *o quê* ou *por que* fazer que, no trecho anterior, surge por meio da expressão²⁶ “que tenhamos bem definidos os objetivos”. Esse saber (o que, como e por que) fazer é uma modalidade valorizada e essencial no discurso da ALN, tanto na primeira, quanto na segunda fase. A principal diferença é que, naquela, predomina o saber “mostrado”, ou seja, o enunciador mostra que sabe, e nesta, a modalidade surge também como “dita”, pois o enunciador afirma constantemente que esse saber é algo desejável.

Trata-se de um discurso predominantemente temático, cujo percurso central discorre sobre a continuação e a ampliação da luta armada. No interior desse percurso, surgem com mais constância assuntos relacionados ao aprimoramento do revolucionário, ao

²⁵ Sobre estas, as mais empregadas nos textos são: é importante, é muito importante, é essencial, é fundamental.

²⁶ Ao longo dos textos, outras expressões com a mesma função podem ser encontradas, sendo as mais frequentes: devemos ter claro, precisamos compreender, etc.

fortalecimento da Organização e ao encaminhamento da luta. Ressaltamos nos três conjuntos temáticos²⁷ supramencionados os seguintes assuntos:

Continuação e ampliação da luta

- diversificação das formas de atuação: incorporação de atividades legal e desarmada como complementação da guerrilha;
- luta armada: forma de luta principal;
- ampliação do trabalho de base;
- ampliação da influência política sobre as massas;
- organização e mobilização das massas: em um primeiro momento, procura-se atingir os setores conscientes das massas, a vanguarda; posteriormente, a grande massa;
- necessidade de mobilização de pessoas de esquerda que querem lutar e não sabem como.

Há pelo menos duas novidades em relação ao discurso da primeira fase. A primeira delas refere-se à passagem da luta armada de forma de luta *única* para *principal*. Nesse sentido, o discurso propõe a incorporação de novas formas de luta, no entanto, esse formato de resistência não é apresentado como algo novo, mas apenas como uma ampliação do mesmo. Como segunda novidade, a preocupação com o modo de conquistar as massas torna-se um tema mais explorado.

Fortalecimento da Organização

Os seguintes pontos são mencionados como necessários para fortalecer a ALN:

- maior verticalidade na Organização;
- unidade política;

²⁷ Notamos, entre os três subgrupos temáticos uma relação de contiguidade, pois um melhor combatente faz uma melhor Organização, e uma melhor Organização faz uma luta de mais qualidade.

- combate ao liquidacionismo e ao sectarismo;
- prática disciplinada e rígida;
- desenvolvimento de formas de vida orgânica e de solidariedade.

Como dissemos anteriormente, na segunda fase, ocorre uma maior valorização da Organização enquanto instituição, entidade a ser desenvolvida, preservada e respeitada.

Aprimoramento do combatente

São apontados como fundamentais para melhorar a qualidade do militante da ALN:

- educação política: saber por que e por quem se luta, ter confiança e certeza na luta;
- conhecimento teórico: fundamentos do marxismo-leninismo, do ponto de vista revolucionário, não da teoria burguesa;
- aprimoramento político, técnico e militar;
- estudo e discussão dos documentos da Organização;
- conhecimento dos aspectos políticos, econômicos, sociais e militares da realidade em que atuamos. Do ponto de vista revolucionário, não pequeno-burguês.

A respeito da formação do revolucionário, o discurso da segunda fase reforça a importância do conhecimento teórico e da capacidade de analisar a conjuntura, o que não é muito explorado no discurso da primeira fase, mais voltado para a preparação prática do guerrilheiro.

O tópico sobre a Guerra Revolucionária permite a apreensão de um enunciador que quer continuar na luta e busca meios para isso. Dessa forma, ele recorre à ciência marxista, apega-se à Organização e à necessidade de fortalecê-la. Para conquistar adeptos, centra-se em duas formas principais de manipulação. No primeiro caso, esse enunciador enfatiza o compromisso do *verdadeiro revolucionário* com a causa, com a necessidade de ter seriedade e disciplina. E, dessa forma, apregoa não abandonar a luta que já havia levado

tantos companheiros à morte, pois isso seria abandoná-los também. Além disso, ele, por um lado, apresenta os desertores como ignóbeis e traidores e, por outro lado, supervaloriza os revolucionários, “os melhores filhos”. Ressalta, ainda, o *poder-superar* as dificuldades como um grande valor, apresentando o caráter histórico da luta, sua grandiosidade e o exemplo heróico de combatentes como *Che* Guevara e Marighella, que, apesar de mortos, tornaram-se heróis. Para que o discurso seja eficiente, é preciso que o enunciatório seja um combatente e queira ou se sinta no dever de continuar lutando, atraído pelos modelos heróicos daqueles que morreram na guerra, por uma causa nobre; ou seja, acuado pelo dever revolucionário.

O estudo d’*O Guerrilheiro* revela a presença de dois estilos principais ao longo de suas páginas. Quando o tema se relaciona à Guerra Revolucionária, seja para fazer um balanço crítico das ações implementadas no passado e da situação presente, seja para traçar as perspectivas futuras, o discurso é predominantemente focado, procurando o motivo dos próprios erros entre os militantes ou a Organização. Para conquistar adeptos ao projeto de prosseguir na luta, o enunciador recorre: a) à supervalorização da luta e dos militantes que nela permanecem, apontados como corajosos e corretos; b) ao exemplo heróico dos combatentes mortos, e, sobretudo, ao dever revolucionário de honrar os companheiros que morreram na Guerra Revolucionária; c) à desvalorização daqueles que desistem de lutar, taxados de ignóbeis e traidores. Além disso, há no discurso o estabelecimento de uma correlação entre as oposições /continuação/ vs. /parada/ da luta, e /verdadeiro revolucionário/ vs. /pequeno-burguês/. As paixões mais presentes são a decepção, o sofrimento e a raiva, sempre em relação àqueles que traíram a causa. O enunciador constrói a imagem de um verdadeiro revolucionário que, apesar dos problemas, continua lutando, e acredita que deve prosseguir com essa forma de luta, mantendo os princípios defendidos por essa formação ideológica, ou seja, ele deve manter a imagem de um sujeito valente.

O segundo estilo, menos desenvolvido, surge nas avaliações que o discurso apresenta sobre as atitudes e a política da ditadura. Nesse caso, fundado na oposição /opressão/ vs /liberdade/, o discurso é construído de modo mais objetivo, explorando o método marxista e apagando as marcas de subjetividade.

No contexto de busca de saídas para a luta armada, o enunciador ora se apega à paixão, às questões morais, fazendo autocrítica e desferindo acusações aos próximos; ora se apega à “ciência”, procurando seguir os ensinamentos teórico-metodológicos do marxismo-leninismo.

3.2.2 Documentos externos

Na pesquisa que realizamos, com o intuito de coletar material produzido e veiculado pela ALN na segunda fase da luta armada, encontramos poucos panfletos, manifestos, cartas ou comunicados dirigidos ao público externo à Organização. No entanto, estudando o periódico *Venceremos*, observamos que ele possui muitas características de um documento voltado principalmente para pessoas que não pertencem à comunidade da luta armada. Por isso, e por esse jornal nos parecer relevante no conjunto do discurso da ALN, sobretudo pelas diferenças que ele apresenta em relação ao periódico *O Guerrilheiro*, optamos por analisá-lo.

Ainda em relação aos documentos externos, somam-se aos poucos panfletos “avulsos” que encontramos, alguns textos publicados em *Venceremos* que, segundo o jornal, correspondem a panfletos distribuídos pelos combatentes armados na ocasião de uma ação revolucionária. Esses dois grupos de “documentos externos” revelam um discurso bastante semelhante ao do jornal²⁸. No entanto, a presença de certas diferenças, a abundância e relevância desse tipo de material no conjunto de documentos da primeira fase e a perspectiva comparativa que estamos adotando nesta pesquisa justificam um estudo, ainda que breve, desses textos.

Assim, o estudo dos documentos externos da segunda fase da ALN divide-se em duas partes. A primeira será dedicada à análise de *Venceremos*. Na segunda, analisaremos os panfletos que encontramos nos arquivos, separadamente, e aqueles presentes no interior de *Venceremos*.

²⁸ A comparação aqui está sendo feita sobretudo com o desenvolvimento do percurso temático Guerra Revolucionária em *Venceremos*, pois os panfletos discorrem basicamente sobre as ações da repressão e dos guerrilheiros.

3.2.2.1 *Venceremos*

Tendo certamente²⁹ circulado entre 1971 e 1972, com um intervalo de um a três meses entre um número e outro, esse jornal voltava-se não apenas às pessoas da luta armada, mas também às “massas”. De extensão variável entre seis e quatorze páginas, apresenta textos de gêneros discursivos variados – notícias, poesias, panfletos, etc - além de outras formas de expressão, como fotos, desenhos e charges. Apesar das diferentes extensões, *Venceremos* mantém a diagramação em um estilo padronizado e repete frequentemente algumas seções, como *Ações Revolucionárias*, *Editorial*, *Internacional*, *Opinião Livre* e *Poesia*. Nesse sentido, em todas as primeiras páginas encontramos, no alto, o nome do periódico acompanhado pelo slogan da ALN, a alça da mira; logo abaixo, temos o número, a data e o local (Brasil); na terceira linha, a frase “esse jornal NÃO é censurado pela ditadura”; finalmente, na coluna da margem esquerda, um pequeno resumo das matérias.

Os textos são curtos e se constituem de frases predominantemente curtas. Dessa forma, cada jornal contém várias notas e reportagens, o que resulta em grande quantidade de informações. A linguagem, apesar de respeitar a norma culta, apresenta muitas figuras e expressões populares. As siglas que surgem estão sempre acompanhadas pela descrição de seu significado. Não há no periódico discussões teóricas e, a única obra citada é o *Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano*, de Carlos Marighella. De maneira geral, as características dos textos de *Venceremos* podem ser apresentadas do seguinte modo:

- as principais funções são: provocar insatisfação em relação ao regime militar; difundir a guerra revolucionária; conquistar simpatizantes e adeptos para a luta armada;
- os assuntos mais frequentes são: conjuntura política e econômica nacional; guerra revolucionária brasileira; outras formas de resistência ao regime militar no Brasil; movimentos de resistência, armada ou não, em todo o mundo;
- os textos são curtos, com extensão variada entre dez linhas e uma página;

²⁹ Encontramos seis números do jornal, entre 1971 e 1972. Apesar de nossos esforços, não conseguimos saber se existiram outros exemplares.

- o estilo é predominantemente informal, com uso da norma culta e de expressões populares.

A produção do jornal corresponde a um instrumento de manipulação na busca de conquistar simpatizantes e adeptos para a luta armada, além de servir como estímulo para que os militantes armados continuem em ação.

A maior parte dos textos presentes em *Venceremos* discorre sobre algum aspecto da conjuntura ou da Guerra Revolucionária. Por isso, resolvemos concentrar nossa análise nesses temas. Como o primeiro é bastante explorado, optamos por dividi-lo, visando a tornar o seu estudo mais claro e proveitoso. Assim, inicialmente, separamos as questões nacionais das internacionais; em seguida, dividimos a conjuntura nacional em dois grandes grupos temáticos, a ditadura e a resistência não-armada. Incansavelmente repetimos que as divisões são opções metodológicas para facilitar a pesquisa, e que, no fundo, as questões temáticas não se separam.

Feitas as considerações iniciais, gostaríamos de ressaltar que a análise a ser apresentada é composta de três partes: i) conjuntura nacional; ii) conjuntura internacional e iii) guerra revolucionária. Análise realizada com base no seguinte material:

Documento	Data	Nº de páginas	Referência
32. Venceremos n.1	Abril/71	10 páginas	Cedem/Cemap
33. Venceremos n.2	Maiio/71	14 páginas	Cedem/Cemap
34. Venceremos n.3	Junho-julho/71	08 páginas	Cedem/Cemap
35. Venceremos n.4	Agosto/71	8 páginas	Cedem/Cemap
36. Venceremos n.5	Set-out-nov/71	12 páginas	AEL/BNM, anexo 5475
37. Venceremos n.6	Fevereiro/72	06 páginas	Cedem/Cemap

10

11

12

13

Figura 10-13. Capas do periódico da ALN Venceremos, n. 1, n. 3, n. 4 e n. 6, respectivamente. (Fonte: Cedem/Cemap)

★ venceremos

NÚMERO 1 · ABRIL 1971 · BRASIL

ESTE JORNAL NÃO É CENSURADO PELA DITADURA

CEMAP - BIBLIOTECA
CLASS. Exemplar em
Duplicata

OU FICAR
A PÁTRIA
LIVRE
OU
MORRER
PELO BRASIL

SE DEZ
VIDAS
TIVESSE
DEZ
VIDAS
DARIA

● INTERNACIONAL: O fracasso do imperialismo americano no Laos Pg. 2

● O ANIVERSÁRIO DA DITADURA: Como eles (os gorilas) comemoraram e como nós comemoramos. Pg. 3

● U.E.E.: firme e organizada, continua na vanguarda do Movimento Estudantil paulista. Pg. 3

● PENA DE MORTE: "Não é com maus tratos que se consegue modificar um homem", disse Paulo da Silva, jovem revolucionário condenado à prisão perpétua pelos gorilas baianos. Pg. 4

● AÇÕES REVOLUCIONÁRIAS realizadas em fevereiro e março pelos guerrilheiros urbanos. Pg. 5

● PANFLETAGEM: Integra do panfleto distribuído a 31 de março em Diadema. Pg. 6

● A PONTE RIO-NITERÓI: Os escândalos da construção dessa ponte, em que todos se locupletam, inclusive o coronel Andreazza, o corrupto ministro dos Transportes. Pg. 7

● ECONOMIA: O roubo no INPS e a privatização da VASP. Pg. 9

ESTE É O HOMEM QUE
PAGA OS CARRASCOS
DA OBAN:

foto: cortesia
da Associação

Chama-se Pery Igel. É proprietário das lojas ULTRA LAR, da companhia de gás engarrafado ULTRAGÁS e é o testa-de-ferro da empresa imperialista Phillips Petroleum (americana) na fábrica de adubos ULTRAFERTIL.

Ele chefia um grupo de empresários paulistas (Sebastião Camargo, da construtora Camargo & Correa; indústria de alimentos SUPERGEL, etc.) que resolveu financiar e ajudar o terrorismo policial. Os caminhões da ULTRAGÁS servem frequentemente como carros "fritados" nas operações policiais.

A OBAN - criada pelo ex-"governador" Abreu Sodré - é uma das organizações da

repressão onde mais se torturam presos políticos e onde muitos já foram assassinados.

Atualmente tem outro nome: chama-se C.O.D.I., mas continua funcionando na delegacia da Rua Tutóia, em São Paulo.

ESTE É O SÍMBOLO DE VENCEREMOS: A ALÇA DA MIRA. Da mira dos canhões que derrubam os helicópteros dos agressores norte-americanos no Vietnã e no Laos e dos fusis que já estão em ação no Brasil.

Quem será o próximo focalizado pela mira telescópica de VENCEREMOS? Canalias e dedos-duros do Brasil: andem na linha, senão...

PREÇO: Cr\$ 1,00

DESENVOLVIMENTO P/ QUEM?

O ministro Delfim Neto e os meios patronais estão eufóricos: afirmam que a economia do país vai maravilhosamente, que o PNB aumentou 9%, etc., etc. Mas será tão boa assim a política dos governos pós-64? Quais as suas consequências para o povo brasileiro?

De imediato, podemos distinguir duas: 1ª) uma queda do salário médio real (arrêcho), que tem sido uma constante a partir do golpe de 64; 2ª) uma marginalização crescente de enormes parcelas da população. Nas grandes metrópoles aumento do nº de desempregados - gente que vegeta à margem de qualquer participação na vida econômica. No interior, o desemprego estrutural, devido à transformação dos campos em pastagens - o que também provoca o êxodo rural.

Assim, aprofundam-se as diferenças de renda. Uma pequena parte da classe média urbana pode se beneficiar com isso, mas a grande maioria do povo brasileiro vive cada vez mais esmagada pelo sistema.

No próximo nº voltaremos ao assunto.

Conjuntura Nacional

Crítica à ditadura

O texto abaixo serve como exemplo para uma maior compreensão do funcionamento do discurso de *Venceremos* sobre o regime militar brasileiro. Vale ressaltar, porém, que, apesar de nos remetermos a ele frequentemente, nossa análise tem como objeto todas as matérias do jornal que remetem à ditadura.

76. A verdade, só a verdade

1. Os meios de comunicações (jornais, televisões, rádios, cartazes, etc...) são hoje muito importantes na formação da opinião pública de um país. Por eles pode-se esclarecer ou ocultar e enganar por muito tempo, largas parcelas da população.

2. Foi isso que os militares perceberam quando tomaram o poder com o golpe de 1º de abril de 1964. É por isso que eles passaram a controlar todos os jornais, revistas, TVs, rádios, etc. do país. Os militares golpistas defendiam os interesses dos banqueiros, dos grandes fazendeiros e dos grandes capitalistas associados ao imperialismo norte-americano.

3. A grande maioria do povo, os operários, os jornalistas, os padres, os estudantes, os professores, os funcionários públicos, os de profissão liberal, etc. não apoiaram o golpe e só sofreram com ele.

4. Essa divisão entre a minoria e a maioria é visível. Enquanto os primeiros tomaram o poder, repartem os cargos e fazem leis que os beneficiam, os outros, a grande maioria que citamos, é explorada, reprimida e oprimida.

5. Veja no jornal a profissão dos que estão no governo, depois veja a dos que vão para a cadeia diariamente e que o governo chama de “terroristas”. Todos homens do povo, saídos do povo, cansados de serem explorados e de verem seu país explorado pelos trustes estrangeiros.

6. Para se manter, a minoria dos grandes capitalistas e testas de ferro do imperialismo norte-americano, equipam e aumentam monstruosamente sua polícia e seu exército. Mas só isso não basta. É preciso manter o povo na ignorância dos principais problemas do país e de como poderiam ser resolvidos. Além de esconder e mentir sobre esses problemas, é preciso fazer muita propaganda dos “esforços” do “nacionalismo”, da “boa vontade dos generais” e outras balelas.

7. É aí que entra o controle direto sobre os jornais. É aí que começa essa propaganda intensa desses traidores, que com frasezinhas pintadas de verde-amarelo e manchetes de jornal pretendem esconder a verdadeira verdade: a submissão total ao imperialismo norte-americano; a falta de vagas nas escolas; o arrocho salarial; o ensino pago, a alta do custo de vida; a lei da greve; os pelegos sindicais; o fim do “habeas corpus”, o fim do voto direto para prefeitos, governadores e presidente, as prisões, as torturas, os assassinatos de operários, estudantes e revolucionários brasileiros.

8. Dos jornais jorra propaganda da ditadura e, por outro lado, mentiras de toda forma são criadas para enganar o povo sobre os verdadeiros objetivos dos revolucionários. (33, p.5)³⁰

O discurso de *Venceremos*, assim como os documentos externos da primeira fase, desenvolve-se a partir da oposição semântica fundamental /opressão/ vs. /liberdade/. Narrativamente, predomina o programa narrativo da Guerra Revolucionária, programa esse que já mencionamos diversas vezes ao longo desta pesquisa.

³⁰ Texto reproduzido do jornal de número 2, mencionado na tabela da página 173 como documento de número 33.

A polêmica, nesse caso, concentra-se sobretudo entre *revolucionários* e *ditadura*, considerados representantes de dois grupos antagônicos bastante amplos, revestidos frequentemente pelos pares: pobres *vs.* ricos; maioria *vs.* minoria; povo *vs.* elite; explorados *vs.* exploradores, etc; como mostram os parágrafos 3 e 4 do texto acima. Assim, o discurso coloca em confronto a luta do *sujeito* (povo, pobre, explorado, oprimido, revolucionário, etc) pela tomada do *poder*, que significa a conquista de sua *liberdade*; e a luta do *anti-sujeito* (elite, rica, exploradora, opressora, ditadura, etc.) para se manter no *poder* e acentuar o sistema de *opressão*, que o favorece. A perspectiva adotada é a primeira. Vale ressaltar que, no discurso da primeira fase, há também a construção de uma grande categoria que engloba revolucionários, povo, pobre, etc, na luta contra a ditadura.

Nesse contexto, criticar a ditadura representa, ao mesmo tempo, a tentativa de enfraquecer o inimigo e conquistar simpatizantes e adeptos para lutar contra ele na guerra supracitada. Essa crítica realiza-se sobretudo por meio da sanção às ações do governo, que funciona como uma manipulação na busca de adesão. Assim, o destinador procura *fazer-crer* que aquilo que está sendo dito é verdade.

Essa manipulação, fundada na sanção, apóia-se nas modalidades veridictórias, ou seja, no apontamento das diferenças entre o *ser* e o *parecer*, tanto da ditadura quanto dos revolucionários. Nesse sentido, o destinador procura mostrar que a essência da ditadura, ou melhor, dos indivíduos pertencentes ao governo, e de seus aliados, é má, embora não pareça; e que, inversamente, os revolucionários parecem maus, embora sejam bons. Esse esforço, aparentemente simples, representa uma disputa que envolve questões políticas, morais, estéticas, etc., como podemos observar no exemplo abaixo:

77. Vá ao Ibirapuera conhecer melhor o seu exército. (...)

Você verá que os assassinos não têm cara de assassinos. São simpáticos, brancos, jovens; sabem ser agradáveis e cultos.

Você verá que o mesmo oficial capaz de torturar crianças para obter confissões dos pais saberá acariciar a cabeça de seu filho, dar-lhe brinquedos. Que o mesmo oficial capaz de violar menores e freiras como madre Maurina, pode ser educado com sua filha e tratá-la com um respeito digno do melhor cavalheiro. Você não verá homens barbudos, sujos e brutos. (35, p.1)

A desqualificação do governo desenvolve-se de maneira bastante personalizada, explorando a conduta daqueles que, de alguma forma, contribuem para o funcionamento do regime militar. No fundo, por meio da crítica à ditadura, denuncia-se toda uma axiologia

social na qual existe a associação entre uma aparência (modo de se vestir e de se comportar da elite capitalista) e uma essência (pessoas boas).

Sempre com o objetivo de desmascarar e desvalorizar o inimigo, atribui-se a ele uma série de valores negativos. O primeiro, complementar à questão da *veridicção* anteriormente abordada, corresponde ao que chamaríamos de “dissimulação”, que se manifesta nas linhas de *Venceremos*, sobretudo pelo emprego dos verbos *mentir*, *enganar*, *esconder* e pelo nome *demagogia*³¹. Essa acusação encontra-se bastante presente no desenvolvimento dos temas relativos à censura e à propaganda da ditadura, quando se procura mostrar as “estratégias usadas pelo governo para enganar o povo”. O segundo conjunto de críticas refere-se à essência político-econômica do regime militar, associada a valores como: *exploração*, *repressão*, *opressão*, *corrupção*, *injustiça* e *traição*, que trazem como consequência para o povo, valores, entre outros, *miséria* e *infelicidade*. Por fim, sobre a maneira como o adversário age, temos os anti-valores *incompetência*, *descaso*, *brutalidade* e *covardia*. Trata-se, portanto, de uma sanção política e, sobretudo, moral, na qual se reforça a figura dos inimigos como “homens maus”. Observamos que os valores atribuídos aos inimigos praticamente não se alteram nos documentos externos da primeira para a segunda fase. Há também uma grande semelhança entre as críticas feitas à ditadura no discurso dos documentos internos da primeira fase e nas páginas de *Venceremos*, sobretudo no que se refere à desqualificação moral.

O processo de discursivização reforça a tentativa de enfraquecer e de desmascarar a ditadura para ganhar adeptos. O enunciador apresenta-se como um sujeito que *sabe* a verdade e atribui ao enunciatário um *dever-saber*, lançado-lhe muitas vezes uma provocação: “que isso abra o olho de todos aqueles que ainda se recusam a enxergar a realidade brasileira” (35, p. 4). A debreagem actancial alterna a projeção de segunda e de terceira pessoas do singular, com o predomínio desta. Há ainda o emprego da pergunta retórica, muito presente nas páginas de *Venceremos*:

78. Mas será tão boa assim a política dos governos pós-64? Quais as suas conseqüências para o povo brasileiro? (32, p. 1);

79. Está havendo desenvolvimento? Se está, quem é que ganha com ele? (35, p. 1)

³¹ Essa acusação de dissimulação encontra-se bastante explícita nos parágrafos 6, 7 e 8 do exemplo 76.

O uso dos recursos anteriormente mencionados mostra um efeito de sentido de aproximação entre enunciador e enunciatário, no qual o primeiro busca mover o segundo, incitando-o à reflexão.

Ainda com relação às categorias de pessoa, temos, no enunciado, um alto revestimento semântico dos actantes *sujeito* e *anti-sujeito*, compondo os dois grandes blocos (probres *vs.* ricos; opressores *vs.* libertadores, etc) citados no início desta análise. O preenchimento actancial realiza-se sobretudo pela menção ao grupo social e pela qualificação (ou desqualificação) dos seres em questão. O levantamento da forma como são preenchidos os actantes ao longo dos textos resulta no seguinte quadro:

Revolucionários	Ditadura
Povo, massa, maioria, trabalhadores, operários, pequenos agricultores, camponeses, pequenos lavradores, jornalistas, padres, estudantes, professores, intelectuais, funcionários públicos, presos políticos, guerrilheiros, militantes, combatentes, explorados, oprimidos, pobres, flagelados.	Classes-dominantes, capitalistas, milionários, ricos, latifundiários, patrões, banqueiros, grandes fazendeiros, empresários, industriais, governantes, figurões, testas-de-ferro, tecnocratas, militares, gorilas, canalhas, parasitas, terroristas, fascistas, carrascos, assassinos, torturadores.

O quadro anterior permite a apreensão dos grupos mencionados pelo discurso da ALN como aliados e potenciais aliados - operários, estudantes, camponeses, religiosos, profissionais liberais e funcionários públicos. Por outro lado, a desqualificação atribuída ao anti-sujeito (canalhas, parasitas, assassinos, carrascos, torturadores, etc.) mostra que este desperta no enunciador paixões malevolentes, como o *ódio*. Com essa combinação, o discurso, ao mesmo tempo em que aponta concretamente o inimigo, procura criar uma ampla comunidade identificada ao movimento revolucionário. Vale ressaltar que, no discurso externo da primeira fase, a menção aos aliados e inimigos desenvolve-se de forma bastante semelhante, isto é, baseada em dois critérios principais: a) de acordo com a função ou a condição social (divisão de classes): burguesia, grandes empresários, exploradores,

operário, explorado, camponês etc; b) de acordo com a conduta moral: canalhas, parasitas, etc.

A discursivização de *Venceremos* realiza-se com bastante concretização das categorias de pessoa, tempo e espaço, conferindo ao enunciado um efeito de sentido de verdade e realidade. A respeito da temporalização, predomina o momento de referência presente, com o emprego dos tempos verbais, presente, pretérito e futuro. O enunciador apresenta os problemas em uma perspectiva de continuidade e agravamento dos mesmos, prevendo uma intensificação futura, o que se manifesta pela constante presença de expressões como *crescimento, aumento, ainda mais, cada vez mais*, etc., associadas a questões negativas, como *pobreza, miséria, crise, repressão*, entre outros.

A espacialização contém bastante revestimento de municípios, bairros e Estados do Brasil, como: São Carlos (SP); Ribeirão Preto (SP); Guarulhos (SP); São Paulo (SP); Vila Prudente, Tucuruvi, Pinheiros, Butantã, Mooca (todos bairros da cidade de São Paulo); Cupira (PE), Caruaru (PE), Recife (PE), Arapiraca (AL), Mossoró (RN), Porto Alegre (RS), Guanabara (RJ), etc.

O maior grau de concretização das categorias de tempo, espaço e pessoa, além de produzir um efeito de sentido de realidade, funciona também como um efeito passional. Observemos as passagens a seguir:

80. No dia 20 de março passado, o camponês conhecido por Amaro Preto, residente no sítio Imbiricu, deste município, foi flagrado comendo palma de gado, porque não tinha em casa um punhado de farinha nem de rapadura.

Os açudes e barreiros, na sua maioria, estão secos. Alguns ainda conservam um pouco de água, onde o gado magro e faminto, como os camponeses, vão matar a cede. A vegetação é esturrecida, com exceção do avelós, que é por sua natureza o último a morrer (32, p. 5)

81. Desta maneira levava a guerra diretamente aos patrões, aqueles que esbanjam o dinheiro saído do suor dos operários entre whisky, champagne e farta comida, gastando até CR\$ 1000,00 numa só noite, enquanto muitos operários não tem o que comer no seu próprio dia, 1º de maio. (33, p.4)

82. Enquanto as sofridas mulheres dos trabalhadores brasileiros estão privadas de assistência médica, ou têm que se submeter aos péssimos serviços do INPS, as mulheres dos ditadores e generais fascistas se dão ao luxo de fazer operações plásticas que custam muitos milhões de cruzeiros.

O caso agora foi c/ a IOLANDA COSTA E SILVA, viúva do ex-ditador Costa e Silva. (35, p.8)

Os exemplos 80, 81 e 82 ressaltam a desigualdade social, apresentando-a de forma explícita e concreta. Assim, mostram um enunciador indignado e revoltado, fortemente modalizado pelo dever-fazer: dever denunciar e combater a ditadura, estimulando a

indignação do enunciário. Em seu enunciado, constrói a imagem de um Brasil faminto, desempregado, torturado: um cenário de miséria e repressão. Apontando datas, locais e pessoas precisos e específicos, o enunciador, além de aumentar o efeito de sentido de verdade do enunciado, projeta-se como um sujeito que conhece a realidade do país.

Outra característica que gostaríamos de ressaltar com relação ao modo de dizer desse enunciador corresponde a uma série de recursos que conferem ao enunciado um efeito de sentido de verdade. Inicialmente, a abundância do uso de expressões como *é claro, na verdade, isso demonstra, etc.* Em seguida, a presença de tabelas e dados estatísticos, acompanhando temas em geral relativos às questões econômicas, como o aumento dos preços de alimentos, baixa de salário, concentração de renda, concentração fundiária, etc. Vale destacar que o discurso dos documentos externos da primeira fase também emprega estratégias discursivas que resultam em efeito de sentido de verdade e de realidade, principalmente o revestimento das categorias de pessoa, tempo e espaço. No entanto, os dois recursos acima mencionados praticamente não surgem nos documentos externos da primeira fase. Acreditamos que isso se deva ao fato de, na segunda fase, o discurso da ALN ter incorporado uma perspectiva mais “científica”.

Duas outras características do modo de dizer desse enunciador nos parecem relevantes na constituição do sentido desse discurso. A primeira refere-se à tradução do discurso do adversário com base nas configurações discursivas do discurso guerrilheiro. Assim, encontra-se frequentemente a reprodução, sempre entre aspas, de um trecho ou de uma palavra advindos do discurso da ditadura, seguida de um comentário sobre o seu “verdadeiro” significado. Aqui se revela uma importante disputa semântica, pois os revolucionários passam a indagar e incentivar o questionamento de diversas expressões utilizadas pela ditadura³². Além disso, eles reivindicam para si qualidades que os adversários se autoatribuem, como *patriotas, nacionalistas*, etc., e retornam ao inimigo as desqualificações que lhes são atribuídas, como *assassinos, terroristas, violentos*, entre outros. O enunciador procura, dessa forma, desmascarar não apenas as atitudes do governo, mas também o seu discurso. Este recurso vem acompanhado constantemente de ironia,

³² Entre os questionamentos mais frequentes, temos: a) segurança nacional - segurança de quem? segurança nacional = defesa dos interesses dos grandes capitalistas; b) revolução de março: não é revolução, é golpe; c) plano de impacto: que impacto? d) desenvolvimento: está realmente havendo desenvolvimento? Se está, favorece quem?

como podemos observar pelos trechos grifados da passagem abaixo, onde o enunciado elogia o ministro, mas a enunciação o critica:

83. O autor de tão *belas e comoventes palavras, cheias de boas intenções*, é o ministro Delfim Neto, um dos colaboradores da ditadura terrorista. (32, p. 9)

Esse enunciador apresenta-se como um homem que sabe diferenciar o real do ilusório, o que reforça sua indignação.

Com relação à tematização, encontramos no discurso um único percurso temático, a crítica à ditadura, que pode ser dividido em três “subpercursos” principais: censura, repressão e gestão. O levantamento dos assuntos abordados ao longo dos diversos números do jornal resulta no seguinte esquema:

Propaganda do Governo e Censura

- denúncia sobre a propaganda do governo na imprensa: enganadora;
- AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas): propaganda fascista;
- quadro de censores em jornais paulistas: reforçado por estrangeiros;
- denúncia de censura: diversos casos - queda do governo do Paraná; discursos dos deputados da assembleia legislativa de São Paulo, etc.
- decreto Secreto: publica-se o assunto, mas não o conteúdo do decreto.

Repressão

- exílio de cientistas: insatisfeitos com o regime;
- repressão aos flagelados nordestinos: violência da ditadura;
- repressão no meio sindical: cassação de vários líderes;
- denúncia de assassinato de Engenheiros, deputados, professores, etc.;
- afastamento de advogados que procuravam investigar o esquadrão da morte;
- fechamento do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos.

Gestão política e econômica

- consequências da política do governo: a) arrocho salarial; b) marginalização crescente de enorme parcela da população; c) aprofundamento das diferenças de renda;
- política econômica: permite a entrada de capital estrangeiro e beneficia poucos brasileiros;
- política agrícola: latifúndios improdutivos; intervenção do governo nas cooperativas de pequenos produtores; passagem de grandes propriedades a empresas estrangeiras; aumento do desemprego, êxodo rural;
- pequenos agricultores: falta de incentivo, desemprego;
- política de crédito agrícola do governo: favorecimento de médios e grandes agricultores;
- plano de assistência ao trabalhador rural (PATRU): atinge apenas os trabalhadores rurais registrados, uma minoria;
- Proterra - Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste: indeniza latifundiários pelas terras desapropriadas, mas não faz redistribuição da terra;
- Transamazônica: superfaturamento e corrupção;
- Projeto Rondon: não resolve os problemas. Apenas turismo para estudantes, com a intenção de ganhar adeptos da classe média;
- Exploração de minérios do Brasil: entregue aos estrangeiros;
- INPS: desfalque de 600 milhões;
- ponte Rio-Niterói: problemas na construção (atraso, morte de operários, etc), superfaturamento;
- desvalorização do cruzeiro: alta do custo de vida;
- sistema de transporte em São Paulo e no Rio de Janeiro: aumento das tarifas de ônibus, más condições de transporte para as pessoas;

- bancários: arrocho salarial, más condições de trabalho, ameaça de despedida em massa;
- apresentação do nível de renda da população: Brasil, país de explorados;
- aumento da dívida externa;
- mecanização implantada pela SUDENE: 50 mil desempregados na região salineira do litoral do Rio Grande do Norte;
- segurança nacional: defesa dos interesses dos grandes capitalistas;
- insatisfação popular com relação ao sistema eleitoral;
- presídios: más condições;
- mortes no NE: vítimas da fome;
- falta de atendimento médico: RN, RJ, SP, etc.

A lista anterior revela uma grande exploração das críticas relativas à gestão dos militares. A diversidade de temas, a menção, com alto grau de concretização, a diferentes projetos e obras do governo e a acontecimentos ocorridos em várias regiões do Brasil, contribuem para a construção da imagem de um enunciador aberto, que não se volta apenas para a guerra revolucionária, mas está atento à realidade de todo o país, um sujeito que sabe e pode avaliar a administração política e econômica dos governantes.

Ainda sobre a tematização, vale mencionar um conjunto de matérias publicadas nos jornais nas quais se enfatizam acusações de caráter moral relativas à conduta dos governantes e de seus aliados. Dentre estas, predomina a *corrupção*; no entanto, encontramos também: *adultério*, *abuso sexual*, *uso de drogas*, *violência*, etc. É interessante observar que essa crítica, que não pertence, digamos, à isotopia política ou militar, mas ao comportamento pessoal cotidiano, praticamente não aparece no discurso da primeira fase. Acreditamos que tais desqualificações podem ser consideradas parte da disputa semântica anteriormente mencionada, uma vez que, na “imprensa burguesa” e no discurso oficial da

ditadura, é muito comum a atribuição desse tipo de acusação (sobre os hábitos pessoais) aos guerrilheiros, sobretudo a partir do final de 1969.

Outras formas de resistência

No interior do mesmo programa narrativo polêmico, o destinador, sempre em busca de enfraquecer o adversário e se fortalecer na guerra revolucionária, amplia as dimensões desta disputa para os dois grandes blocos antagônicos anteriormente mencionados (pobre vs. ricos, maioria vs. minoria, etc.), em uma clara alusão à luta de classes. Nesse sentido, procura associar a luta armada a diferentes atos de resistência.

Mantendo o mesmo modo de dizer empregado para discorrer sobre a ditadura, com alto grau de figurativização, o discurso de *Venceremos* traz exemplos da luta dos aliados e potenciais aliados, com destaque para os *camponeses, operários, estudantes e padres* de diferentes Estados do Brasil, surgindo com maior frequência São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Paraná. Observamos, dessa forma, que a lista de aliados nesse periódico mantém-se a mesma dos documentos internos da primeira fase.

Ressaltamos também a publicação, nas páginas de *Venceremos*, de ações e históricos de outras organizações armadas. Assim, há jornal reportagens sobre estudantes presos, revoltas de camponeses contra latifundiários, greves operárias, etc. O relato das experiências desses movimentos é feito da perspectiva da luta armada, na tentativa de aproximar, e, até mesmo, confundir, os valores e princípios da Guerra Revolucionária aos de outras formas de resistência:

84. Na indústria Conspectra a greve durou dois dias, com os operários lutando pelo recebimento dos atrasados, exigindo reajuste salarial e a derrubada do arrocho.
GREVE TAMBÉM É GUERRILHA OPERÁRIA! (34, p. 5, grifo no original)

85. Este é um exemplo concreto de que o povo sabe usar suas forças de jeito inteligente para enfrentar as forças armadas dos exploradores. Com intuição, com o seu sexto sentido, os camponeses se organizaram na GUERRA DE GUERRILHAS contra os donos da terra e contra os militares comprados. A terra é de quem planta e produz e os direitos dos lavradores só podem ser defendidos através da Luta Armada. (34, p. 1, grifo no original)

Além de exemplos de movimentos que ocorrem em concomitância com a guerra revolucionária brasileira, o discurso associa também aos valores da guerrilha personagens conhecidos historicamente por sua luta, como Tiradentes ou Jesus Cristo:

ESPAÇO JOVEM

PROCURADO

É TEMPO DE PAIXÃO

Nome

JESUS

TAMBÉM CONHECIDO COMO:

"O CRISTO"**"O Filho de Davi"****"O Filho do Carpinteiro"****"O Nazareno"****"O Galileu"**

NOTÓRIO LÍDER DE UM MOVIMENTO DE "LIBERTAÇÃO"

Procurado Pelas Seguintes Acusações

- Agita e subverte as massas, ensinando desde a Galiléia até a Judéia (Lc. 23,5)
- Seduz o povo (Jo. 7,12)
- Faz pagar impostos a César e ao Rei (Lc. 23,2)
- Desacato às autoridades da nação (Lc. 11,37)
- Desacato ao rei Herodes (Lc. 19,32)
- Interferiu indebitamente nos negócios do templo (Lc. 19,45)
- Praticou ilegal de medicina (Jo. 8,14)
- Se diz Filho de Deus, blasfêmia (Mt. 26,65)
- Associado a radicais (Lc. 8,15), gente do povo, prostitutas (Lc. 7,27)
- Voto para manter dividido na família a ser causa de controvérsia (Mt. 10,40)

Aparência:

Tipo característico de anabatista. Pelo quinquado pelo sol. Alto, cabelos longos. Uma barba, lúbia e SAN ONTAS. Não tem morada certa. Andar peculiarmente entre as pedras, passando e sempre cercado pela multidão. Tem poucos amigos reais. Frequentemente se encontra na desertos.

Advertência:

Essa pessoa é extremamente perigosa. Sua missão geral, inutilmente inofensiva, é particularmente para a juventude. Deve-se evitar, não só a sua. Ele anda na presença e promete facilidade, livres. Preca contra a "lei e tradição" dos fariseus. Preca a igualdade e a dignidade.

CUIDADO!
ÊLE ESTÁ EM NOSSO MEIO

Depositar em
MARCAS
e
SELVIO

Figura 15. Cartaz presente em *Venceremos* n. 6, p. 6. (Fonte: Cedem/Cemap)

86. (...) a ditadura usou a demagogia de homenagear o libertador Tiradentes, dando conferências e feriados para distrair o povo, dando a impressão que aprova a luta daquele patriota. Mas isso é mentira e todos sabem que se Tiradentes fosse vivo, a ditadura o condenaria por subversão ou terrorismo e seria assim seu inimigo. (33, p. 9)

Ressaltemos que, nos documentos internos da segunda fase, os homens considerados exemplares são aqueles que morreram no combate armado, como Marighella, Toledo e *Che* Guevara. Nos documentos externos, diferentemente, os homens exemplares correspondem a figuras míticas populares que, muitas vezes, não possuem uma afinidade tão clara com os princípios da luta armada.

Para encerrar este item, gostaríamos de apresentar os principais assuntos das reportagens sobre outras formas de resistência à ditadura militar, diferentes da luta armada:

- 31º congresso da UNE: sucesso, eleição de uma diretoria clandestina;
- cassação de quatro presidentes de entidades estudantis de Porto Alegre (RS): denunciaram a morte de um universitário torturado por agentes da repressão;
- manifestação de alunos da PUC-SP: conquista de redução do aumento das mensalidades;
- desaparecimento de motorista de ônibus após organizar manifestações da categoria;
- justicamento de latifundiário por camponeses: punição aos lavradores;
- disputa entre jagunços e posseiros, com mortes: casos no Paraná e no Pará;
- invasão da Arquidiocese de Recife e Olinda: prisão e condenação de padres;
- apelo à refutação da tese do papa de não participação do clero na vida política de suas comunidades;
- crescimento do número de padres católicos favoráveis à luta armada;
- greves no Estado de São Paulo: indústrias Goiana, Tamo, Marbraz, Tecnofim, Conspedra;
- greves na Guanabara;

- assembleia dos gráficos (GB): recusa a aceitar o empréstimo proposto pelo governo;
- greve dos bombeiros: conquista das reivindicações;
- compositores brasileiros (entre eles Chico Buarque) enquadrados na Lei de Segurança Nacional: retiraram suas músicas do Festival Internacional da Canção em protesto contra a censura;
- 58% de votos nulos ou brancos na capital paulista e na grande São Paulo: insatisfação com o governo.

A respeito dos temas anteriores e da forma como eles se desenvolvem, gostaríamos de tecer três comentários. Primeiro, ao discorrer sobre a repressão da ditadura a outros movimentos, o discurso fortalece sua crítica ao governo, pois ele não apresenta dados referentes apenas à luta armada. Segundo, com a construção de reportagens que valorizam positivamente o que estamos chamando de outras formas de resistência, o enunciador não apenas as difunde, mas principalmente afirma em sua enunciação que a insatisfação com o modelo da ditadura é muito maior do que parece, mas a censura a esconde. Terceiro, a associação desses movimentos à guerrilha produz um efeito de sentido de ampliação da adesão à luta armada. A junção desses dois últimos recursos resulta em um efeito de sentido de otimismo em relação à causa defendida, vista como em crescente ascensão.

Verificamos que a questão da ampliação da luta armada encontra-se bastante presente no discurso da segunda fase da ALN, tanto nos documentos internos quanto nos documentos externos. A principal diferença é que, nos primeiros, existe a proposta de se ampliar a luta armada por meio da agregação de outras formas de luta; nos documentos externos, há um fazer-crer que essa expansão já está em prática.

Conjuntura Internacional

Primeiramente, vale destacar que, nos documentos da primeira fase, raramente encontramos menção a outra realidade que não a brasileira. Entre os documentos internos da segunda fase, observamos n’*O Guerrilheiro* apenas algumas referências a revoluções ou

a ditaduras de outros países. Nesse sentido, *Venceremos*, ao abordar diversas experiências de movimentos políticos internacionais, adota uma perspectiva única na totalidade discursiva da ALN.

O discurso de *Venceremos* mantém a oposição semântica fundamental /opressão/ vs /liberdade/ no desenvolvimento de todos os seus percursos temáticos. No caso da conjuntura internacional, esta se manifesta por meio de uma polêmica que coloca em confronto o imperialismo e o antiimperialismo, sistemas que englobam, respectivamente, a ditadura e a guerrilha.

A luta de oprimidos contra opressores encontra-se revestida de valores, digamos, universais, que poderiam estar associados a diferentes tipos de movimentos sociais e, por isso, são capazes de agregar adeptos mais facilmente:

a) liberdade, igualdade, união, solidariedade, sinceridade – associados aos oprimidos;

b) opressão, racismo, exploração, individualismo, corrupção, hipocrisia - associados aos opressores.

Verificamos que, no discurso externo da primeira fase, o valor positivo enfatizado é a liberdade. Naquele discurso, a condição de sofrimento do povo é retratada a partir da denúncia de sua situação de opressão e repressão, causada pela ditadura. Assim, não encontramos muito explicitamente nos documentos da primeira fase os demais valores citados em “a”. Na segunda fase, introduz-se uma perspectiva mais de luta de classes, com uma abordagem que explicita as desigualdades sociais, contrapondo o luxo à miséria. Ainda sobre a diferença de valores entre os discursos da primeira e da segunda fase, acreditamos que as derrotas sofridas pela luta armada tenham influenciado para uma maior valorização, no discurso da segunda fase, da *união* e da *solidariedade*, assim como para a desvalorização do *individualismo*. Por fim, a presença do *racismo* entre os anti-valores da segunda fase mostra a ampliação do foco da luta armada para questões não apenas do âmbito da guerra revolucionária.

A leitura das matérias internacionais permite-nos observar que o discurso procura mostrar formas de manifestação da luta entre opressores e oprimidos em diversos continentes, sempre associando o lado negativo do imperialismo à ditadura militar brasileira e o lado positivo do antiimperialismo à luta armada.

Na colocação em discurso, tem-se predominantemente o tempo presente. Com relação ao espaço e às pessoas, há uma grande diversidade, que pode ser observada pelo revestimento de *sujeitos/adjuvantes* e *antisujeitos/antiadjuvantes*:

Antiimperialismo	Imperialismo
Sacerdote uruguaio; deputados negros americanos; Panteras Negras; Salvador Allende; Fidel Castro; Guevara; Mao-Tse-Tung; Cuba; República Popular da China; deputados comunistas italianos; CADAL (centro para a Ação e documentação da América Latina); Anistia Internacional; Associação Internacional dos Juristas Democráticos; Federação Internacional dos Direitos Humanos; Pax Romana; Ação Revolucionária Armada (ARA - Portugal); Tupamaros (Uruguai); Assembléia Popular (Bolívia); Ejercito de Libération National (Bolívia); Centro Antiimperialista Câmara Ferreira (Massa- Itália); Centro de Estudos Carlos Marighella (Savona - Itália); Federação Mundial da Juventude Democrática; Movimento de Libéracion Nacional 29/11 (Panamá).	Exércitos Latinoamericanos; Classes dominantes locais; oligarquias aliadas ao imperialismo latinoamericano; imprensa burguesa; Chefe da Polícia; Presidente Nixon (EUA); CIA; OEA; ONU; imperialistas ianques; filmes de Holiwood; Revista Seleções Reader; Revista Digest; colonialistas portugueses na África.

Observamos pelo quadro, que os inimigos, menos numerosos e mais abstratos, são apontados sobretudo como o imperialismo americano e seus representantes, notadamente na América Latina (Exércitos e ditaduras) e na África (forças colonizadoras européias). Já os aliados, presentes em maior quantidade e mais concretizados, são revestidos por modelos de regimes não-imperialistas (Cuba e China); movimentos armados de diferentes lugares do mundo, com ênfase para a América Latina; movimentos não armados norte-americanos e europeus. Sobre estes, é interessante ressaltar as diversas associações italianas apoiadoras e estudiosas da luta armada brasileira em geral, e da ALN em especial. A semantização actancial contribui para a construção da imagem de um enunciador bem informado, que conhece movimentos de resistência e de reação em todo o mundo.

Quanto ao modo de dizer, o enunciador mantém o mesmo estilo em todo o jornal, com alto grau de concretização e efeito de sentido de objetividade. Um recurso bastante empregado ao enunciar a conjuntura internacional refere-se à projeção, no enunciado, de vozes pertencentes a outros discursos, com os quais se estabelecem relações de aliança:

87. Harris denuncia

O senador Fred Harris, candidato à presidência dos EUA, pediu que a “ajuda” ao Brasil seja suspensa até que uma agência internacional investigue as denúncias de torturas contra presos políticos.

“Podemos simplesmente, sendo neutros em relação à ditadura militar do Brasil, expressar claramente que o povo norte-americano não apoiará um governo que tortura dissidentes e promove unicamente os interesses criados, declarou o senador”. (36, p. 10)

88. “Os EUA são uma nação demasiadamente conformista e individualista. Estou de acordo com a ideologia política do povo chinês e considero Mão-Tsé-Tung o maior líder moral e intelectual do mundo”, falou o integrante da equipe de ping-pong dos EUA, John Tannehil. (33, p. 11)

A reprodução das falas produz um efeito de sentido de verdade no enunciado e, no caso, como se trata de opiniões de personalidades, estas funcionam também como um argumento de autoridade.

O jornal relata fatos ocorridos no exterior, abordando diversos assuntos, que podem ser agregados em dois grandes percursos temáticos. O primeiro aborda assuntos relacionados diretamente à realidade brasileira; o segundo trata de questões internacionais não ligadas ao Brasil. A sistematização desses dois eixos temáticos resulta no esquema seguinte:

Ações no exterior, relacionadas ao Brasil

- Washington: investigação secreta da natureza das relações entre Brasil e Estados Unidos pela subcomissão de Relações Interamericanas do Congresso americano;
- Nova Iorque: exibição do filme *Brasil - Um relatório sobre torturas*;
- Senador americano, Harris, candidato a presidente: pedido de suspensão das ajudas oferecidas ao Brasil até o término das investigações a respeito das denúncias de tortura contra presos políticos em nosso país;
- Centro de Ação e Documentação da América Latina (CADAL-Milão): pedido de investigação internacional sobre a situação dos presos políticos no Brasil;
- Deputados comunistas italianos: pedido para o governo brasileiro interceder no caso de um preso político condenado à morte na Bahia;
- Partido Comunista Italiano: manifestação de apoio à luta armada brasileira;
- Massa (Itália): criação do Centro Antiimperialista Câmara Ferreira;
- Savona (Itália): criação do Centro de Estudos Carlos Marighella;
- Revista Juventud Del Mundo, da Federação Mundial da Juventude Democrática: publicação de dossiê sobre torturas no Brasil;
- Parlamentares comunistas italianos: denúncia da venda de aviões antiguerrilha ao regime militar brasileiro;
- Gênova (Itália): realização da Semana de Solidariedade com o Brasil em Luta;
- Fronteira com o Uruguai: instalação de tropas brasileiras visando auxiliar no combate à Frente Ampla daquele país;
- Golpe na Bolívia: financiamento e participação da ditadura brasileira e da CIA.

Ações no exterior, sem relação direta com o Brasil

- Movimentos guerrilheiros na América Latina (Uruguai, Argentina, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Panamá e México): existência, algumas ações, participantes;

- Estados Unidos: apresentação de pauta de reivindicações de treze deputados negros ao presidente Nixon;
- Califórnia: condenação à morte de professora integrante da organização Panteras Negras; tentativa de intervenção de intelectuais soviéticos;
- Chile: expropriação de mil latifúndios pelo presidente Allende;
- Laos: perda de cerca de dez mil sul-vietnamitas, entre mortos, feridos e desaparecidos;
- Havana: declarações de Fidel contra a OEA e os Estados Unidos;
- China: campeonato mundial de ping-pong deixa americanos e canadenses bem impressionados com o governo Mao-Tsé-Tung;
- Lisboa (Portugal): Ações da ARA (Ação Revolucionária Armada, de Lisboa);
- Guiné Bissau, Moçambique e Angola: enfretamento entre guerrilhas e Exércitos Colonialistas Portugueses.

Assim como a lista de aliados revela-se bem maior do que a de inimigos, são relatadas mais ações dos primeiros do que dos segundos.

A diversidade de assuntos, além de mostrar a solidariedade de muitos movimentos estrangeiros à luta armada brasileira, conferindo a ela mais força e legitimidade, revela também a existência de uma luta internacional entre opressores e oprimidos, inserindo a guerra revolucionária brasileira em uma outra dimensão. Dessa forma, essa diversidade reforça e concretiza os dois blocos antagônicos, com seus valores e anti-valores. Em um contexto no qual a guerrilha sofria muitas derrotas localmente, esse redimensionamento fortalece o projeto defendido.

Guerra Revolucionária

Como afirmamos anteriormente, o discurso de *Venceremos* situa-se sempre no programa narrativo da guerra revolucionária, enfocado de maneiras diferentes. Assim, na crítica à ditadura, o foco recai sobre o adversário imediato, *anti-destinador e anti-sujeito*; a

abordagem de outras formas de resistência enfatiza os potenciais aliados locais, os *adjuvantes*; a menção à conjuntura internacional amplia as dimensões da luta. Finalmente, o último assunto que consideramos relevante no jornal analisado refere-se ao discurso sobre as ações praticadas na guerra revolucionária em seu sentido estrito, ou seja, a disputa entre os militantes da ALN e a ditadura militar brasileira.

Encontramos nas reportagens uma série de relatos de ações realizadas por guerrilheiros, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. O discurso enfatiza a competência do sujeito, sobretudo o seu *poder*. No entanto, esta normalmente “não é dita, mas mostrada”:

89. Dia 19 de junho um PELOTÃO DO EXÉRCITO jogava futebol no Parque da Aclimação, em SP. Súbito, dois guerrilheiros, num rápido golpe, imobilizaram um praça que dava guarda ao lado do campo. O praça entregou a metralhadora e os demais – que presenciaram a ação – não esboçaram nenhuma reação. (34, p. 2, grifo no original)

90. No bairro de Pinheiros, em São Paulo, foi assaltado a 14 de janeiro o Colégio Fernão Dias Paes. Ali se realizavam os vestibulares do CESCEM. Foram expropriados 23 mil cruzeiros e um aparelho de intercomunicação.

A ação – como havia sido previamente estabelecido – só foi percebida na sala onde se encontrava o dinheiro. Os vestibulandos não tiveram suas provas prejudicadas e só souberam da realização da mesma quando, ao saírem viram nas paredes do colégio a sigla da ALN e alça da mira. (37, p. 2, grifos no original)

Pela forma como a ação é apresentada no exemplo 89, depreende-se que as pessoas que a realizaram eram, pelo menos, *ágeis*, *rápidas* e *ousadas*; já no exemplo 90, destaca-se o *planejamento*. Pelo mesmo procedimento, podemos encontrar, ao longo das reportagens, os seguintes valores, associados ao *poder-fazer* dos guerrilheiros: decisão, planejamento, coragem, astúcia, ousadia, rapidez e surpresa (capacidade de surpreender o outro), todas qualidades do *fazer*.

Além das habilidades físicas, o discurso enfatiza as qualidades morais dos guerrilheiros. Nesse sentido, a oposição entre opressores e oprimidos é apresentada como a contraposição de dois códigos de valores distintos, que se manifestam ao longo dos textos por expressões como *justiça dos oprimidos vs. justiça dos opressores*; *justiça dos pobres vs. justiça dos ricos*; *violência libertadora vs. violência opressora*, entre outras:

91. É bom lembrar que o canalha Boilesen poderia ter sido seqüestrado pelos guerrilheiros e depois torturado até a morte. Mas a tortura não é um método revolucionário de eliminação dos exploradores e fascistas. Esses métodos são dignos apenas das ditaduras gorilas, como a brasileira.

Os guerrilheiros e revolucionários de fato executam pelo método digno, mesmo que o inimigo seja um canalha como Boilensen, que assistia pessoalmente as sessões de tortura na OBAN. (33, p. 3)

O destinador, ao afirmar positivamente a realização de atos considerados negativos pelos “burgueses” (como matar, por exemplo), confirma a filiação a um código de valores próprio: a *ética revolucionária*. Vale ressaltar que as qualidades registradas como importantes para um combatente nas páginas de *Venceremos* são praticamente as mesmas enfatizadas nos documentos internos da primeira fase.

A descrição das ações revolucionárias normalmente contém explicações acerca de seus objetivos e da maneira como serão utilizados os resultados (dinheiro, armas, etc.), assim como ocorre no discurso externo da primeira fase. Outra característica desse discurso, que contribui para a construção de uma imagem positiva do combatente, consiste na descrição de reações favoráveis do “público” (trabalhadores, moradores, estudantes, etc.) presente na ocasião das ações armadas, enfatizando-se sempre o clima de “cordialidade e de fraternidade” em que estas se desenrolavam. Desse modo, o sujeito é apresentado como aquele que agride apenas o inimigo, nunca o aliado; que faz justiça em nome dos oprimidos; que “tira dos ricos para dar aos pobres”, sendo, portanto, supervalorizado.

O *anti-sujeito* surge revestido de três maneiras principais: ditadura, padrões e inimigo. O relato de suas ações não enfatiza o poder de quem as realiza, como acontece em relação ao fazer dos guerrilheiros, mas os valores, ou melhor, os *anti-valores* nos quais estão fundados. Dessa forma, a descrição de uma ação da ditadura vem sempre acompanhada de uma sanção negativa de caráter moral: *covarde, cruel, selvagem, assassina, mentirosa, etc.* Assim como nos valores atribuídos ao combatente, os anti-valores que recaem sobre os inimigos também são os mesmos daqueles empregados no discurso dos documentos internos da primeira fase:

92. No dia 23 de setembro as forças repressivas assassinaram selvagemente três combatentes revolucionários: os companheiros [...]

A repressão montou uma emboscada na Rua João Moura, no Sumaré. Como sempre, mentirosos, inventaram uma estória fantástica para ser publicada na imprensa burguesa. (36, p. 4)

Gostaríamos de apontar o fato de, discursivamente, haver algumas estratégias semelhantes empregadas pela guerrilha e pela repressão. Além da “disputa semântica”, já mencionada, observamos constantemente nas páginas de *Venceremos* uma seção chamada *dedo-duro*, na qual se apresenta, com o máximo de concretização, a figura de um inimigo, com nome, local de trabalho, características físicas, etc. Trata-se de uma estratégia

semelhante³³ à dos cartazes com fotos de guerrilheiros, com o título *procura-se*, que a ditadura pregava em todos os cantos do Brasil.

Algumas características desse discurso permitem-nos depreender a construção da imagem do guerrilheiro como um sujeito do poder. Primeiro, muitos textos sobre as ações da ditadura contra os revolucionários terminam com uma ameaça, surgindo com maior frequência as seguintes formulações: “os guerrilheiros não perdoarão...”; “a guerrilha não vai mais admitir...”; “é bom parar com isso, senão...”. Segundo, quando os revolucionários saem vitoriosos em um confronto direto com a polícia, a matéria apresenta como título, em letras garrafais : “guerrilha desarma repressão”! Por outro lado, quando diversos combatentes são assassinados pelo inimigo, surge um texto intitulado “A luta continua”. As vitórias do sujeito são superdimensionadas; as derrotas, atrofiadas.

Por fim, vale mencionar que os relatos de morte dos combatentes são acompanhados, em geral, da exploração do caráter revolucionário e heróico dos guerrilheiros. Assim, os mortos são homenageados, promete-se vingança e se enfatizam os valores da luta. De acordo com o discurso, cada militante que morre representa mais um motivo para continuar a luta.

Até aqui detivemo-nos no estudo de alguns aspectos do enunciado construído em torno das ações da guerra revolucionária em *Venceremos*. Consideramos importante tecer também algumas reflexões sobre a enunciação.

O enunciador adota a perspectiva dos guerrilheiros, como podemos observar, entre outros, pela maneira como qualifica a *repressão* e a *guerrilha*. No entanto, o enunciado é construído predominantemente com a terceira pessoa do singular, produzindo um efeito de sentido de objetividade e de distanciamento. O relato das ações da guerra revolucionária apresenta nomes de modelos de armas (INA, 38, dum dum, etc.) e de órgãos do aparato repressivo (Pelotão do Exército, Rádio Patrulha, DOPS, CODI, etc.) como se se tratasse de uma informação banal, que não necessitasse de explicações, conferindo ao enunciador a imagem de um sujeito que conhece a realidade da guerra em questão.

³³ Sabemos que, na prática, não havia igualdade nessa guerra, nem mesmo na disputa discursiva, tendo em vista que o alcance das palavras dos guerrilheiros era ínfimo se comparado a todo o aparato de censura da ditadura. No entanto, consideramos importante ressaltar as semelhanças existentes na estratégia das duas práticas discursivas.

As categorias de tempo, espaço e pessoa encontram-se bastante concretizadas, o que, somado à objetividade mencionada no parágrafo anterior, aumenta o efeito de sentido de verdade do que está sendo dito. Verificamos em *Venceremos* constantemente a afirmação de que as notícias ali veiculadas não poderiam ser lidas na “imprensa burguesa”, pois “apenas um jornal revolucionário diz a verdade”. Ou seja, o enunciador coloca-se como um sujeito que *sabe* uma verdade oculta, de difícil acesso e a divulga, construindo a imagem de um *sujeito corajoso*, que enfrenta a repressão para quebrar a censura, e *generoso*, que compartilha o seu saber com os outros. Trata-se, portanto, de um ser modalizado pelo *dever*, dever resistir.

Além disso, ao negar, categoricamente, em seu enunciado os valores da *justiça dos opressores*, afirmando a *justiça dos oprimidos*, mesmo quando esta corresponde à defesa de questões polêmicas, o enunciador se mostra um sujeito *firme, polêmico, decidido e corajoso*, como se observa nos exemplos 89 e 90 (“No bairro de Pinheiros, em São Paulo, foi assaltado a 14 de janeiro o Colégio Fernão Dias Paes [...]. Os vestibulandos não tiveram suas provas prejudicadas e só souberam da realização da mesma quando, ao saírem viram nas paredes do colégio a sigla da ALN e alça da mira”; “É bom lembrar que o canalha Boilesen *poderia ter sido seqüestrado pelos guerrilheiros e depois torturado até a morte. Mas a tortura não é um método revolucionário de eliminação [...]. Os guerrilheiros e revolucionários de fato executam pelo método digno*”). Vale ressaltar que, nos documentos da primeira fase, tanto internos quanto externos, o enunciador projeta uma imagem bastante semelhante a esta.

Uma última observação com relação ao modo de dizer desse enunciador refere-se à presença constante de citações de trechos do *Manual do Guerrilheiro Urbano*, de Carlos Marighella. Por meio destas, procura mostrar que as ações que estavam sendo realizadas pelos guerrilheiros em 1971 e 1972 condiziam com os ensinamentos deixados na obra do grande líder da Organização, morto em 1969. Trata-se de uma maneira de reforçar, além do poder do guerrilheiro, a força da ALN e de seus princípios.

O tema da guerra revolucionária, da luta dos combatentes armados para tomar o poder, manifesta-se em *Venceremos*, principalmente, pelo relato de ações dos revolucionários e dos inimigos, com grande predominância dos primeiros. Consideramos as reportagens sobre a prática da guerra revolucionária bastante relevantes para a maior

compreensão da construção da imagem desse sujeito guerrilheiro, que se diferencia e se define por sua ação. Por isso, apresentaremos a seguir, além dos principais percursos temáticos e seu desenvolvimento, certos dados concretos que constam das matérias analisadas.

- Ações na indústria e no comércio: Mangels (Empresa metalúrgica norte-americana); Aços Villares S/A; Garagem Pina (Vila Isabel, na Guanabara); Joalherias no bairro do Sumaré (SP); Ocupação da Frota Bandeirantes; restaurante; Ericson; Empresa RUF (Rio de Janeiro); Fábrica Pollone/SA (Santo André - SP); Formação Comércio e Indústria (bairro do Jacarezinho, na Guanabara); Agência da Light (Ipiranga - SP); Companhia Central dos Produtores de Leite (GB); Empresa Supergel; Indústria de plásticos Vulcan (Socorro - SP); Empresa de ônibus (Recife - PE); Empresa SPAL, fabricante da coca-cola (São Paulo - SP); Liceu Eduardo Prado (São Paulo - SP); Aliança Francesa (São Paulo - SP);
- Ações em órgãos da repressão: Rádio-Patrolha da PM de São Paulo; RP Vila Gerte (São Caetano do Sul - SP); RP Estrada da Parada (São Paulo -SP); Intendência da Marinha (GB);
- Ações em estabelecimentos de ensino: PUC - SP; Escolas técnicas do Curso Continental (Santo André e São Bernardo - SP); Pentágono (Santo André - SP); Colégio Estadual da Avenida Jabaquara (São Paulo - SP); Colégio Fernão Dias, (bairro de Pinheiros, em São Paulo - SP);
- Ações em bancos: Agência Tijuca do Banco Itaú-América (GB); Itaú, Avenida Lins de Vasconcelos; Agência BNMG, no interior da FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo -SP); Agência do Bradesco (bairro de Copacabana - GB);
- Ações em repartições públicas e cartórios: cartório no Méier (GB); Posto de identificação em Santo André (SP); Coletoria Estadual de Bodocó (PE); Posto de Identificação Profissional de Ramos (GB); Detran de Campinas (GB);
- Ação no Teatro do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil, São Paulo;

- Ação no Hospital Dr. Eiras (GB);
- Ação em casas de cinco norte-americanos: empresários e diplomatas;
- Resultados das ações supracitadas: dinheiro, armas, automóveis, placas de automóveis; mimeógrafos; máquinas de escrever; carteiras profissionais; passaportes; copiadoras; certidões de registro civil, de casamentos, carimbos; cédulas de identidade em branco; blocos e fichas datiloscópicas; títulos de eleitores; rádios, gravadores e projetores de dispositivos; lançamentos de bombas; pichações; realização de discursos; distribuição de *Venceremos*;
- Distribuição de alimentos da Swift na Vila Palmares, favela de Santo André (SP);
- Justicamento de Boilesen: vingança da morte de Devanir;
- Denúncia de assassinato e tortura de guerrilheiros de diferentes Organizações;
- Denúncia de dedos-duros.

A sistematização dos principais assuntos das reportagens, juntamente com a concretização do espaço, mostram que as ações relatadas ocorriam sobretudo nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, concentrando-se nas capitais, como dito no início da análise. O sujeito que age é, portanto, um guerrilheiro urbano, na maioria das vezes membro da ALN³⁴. Observamos ainda, que, embora apresentadas como importantes e bem sucedidas, estas ações não são de grande impacto político (como foi, em 1969, o sequestro do embaixador americano, por exemplo), nem trazem grandes resultados em termos de dinheiro ou munição. O apontamento dos locais de panfletagem revela estudantes e operários como principal público-alvo. Com alto grau de revestimento semântico e a presença de muitas figuras, as reportagens anteriormente sistematizadas indicam local, horário, número de guerrilheiros participantes e outros detalhes da operação realizada. Essa maneira de apresentar o discurso aumenta o efeito de sentido de verdade, reforça a imagem de poder dos guerrilheiros, além de funcionar um pouco como material de instrução para

³⁴ Em alguns momentos, encontra-se menção a militantes de outras organizações armadas, sobretudo POC, VPR e MRT, para mostrar solidariedade entre os grupos armados.

peças já modalizadas pelo *querer* ou pelo *dever fazer* uma ação revolucionária. Ainda com relação a essa concretização, vale ressaltar a construção de uma imagem um pouco mais figurativizada do guerrilheiro, se comparado aos itens anteriores:

93. Um bolo de mulheres conversava animadamente com a guerrilheira, que usava *boina* e portava uma *sub-metralhadora*; (33, p.8);

94. De repente, surge o comando guerrilheiro. Os quatro usam a *boina preta* dos guerrilheiros. (35, p. 2)

A imagem apresentada corresponde a um estereótipo de combatente, consolidado com a figura de *Che* Guevara, grande ídolo guerrilheiro. É interessante também observar o destaque dado à participação feminina na guerra revolucionária.

Ao longo dos textos de *Venceremos*, o enunciador atribui-se o estatuto de indivíduo bem informado, atento, que conhece e é capaz de avaliar a realidade de seu país, o governo dos militares e o funcionamento da luta entre opressores e oprimidos em todo o mundo. Em seu enunciado, constrói, com alto grau de concretização e diversos recursos que resultam em efeito de sentido de verdade: a) um lado, um cenário de desigualdade social, ressaltando a miséria e a repressão vividos pelos brasileiros; com isso, busca provocar indignação, revolta e raiva; b) a existência de movimentos de resistência em todo o mundo, procurando associá-los à guerra revolucionária brasileira. Finalmente, projeta-se como um combatente em ação, corajoso e polêmico, que defende a ética revolucionária, desmascara e ameaça a ditadura; enaltece as conquistas dos guerrilheiros e seus valores; desqualifica moralmente os homens do governo. A junção desses recursos leva a crer que a guerra, apesar das derrotas sofridas, continua e, mais do que isso, encontra-se em expansão, o que revela esperança e otimismo.

Se a imagem do enunciador é projetada com um efeito de sentido de homogeneização, a do enunciatário mostra-se mais heterogênea. Os textos de *Venceremos* que escancaram a miséria e a desigualdade social discorrem sobre problemas na gestão dos projetos políticos da ditadura e instauram como enunciatários sujeitos não modalizados pelo querer ou dever *fazer* (resistir), provocando-lhes, ao afirmar que dizem a verdade “para aqueles que não querem enxergar”. Os textos de ação e de exemplos de luta antiimperialista em diversos países voltam-se para os sujeitos modalizados pelo *querer*

resistir, muitos dos quais desenvolvem alguma forma de resistência, que a ALN, por meio do discurso desse periódico, procura agregar à luta armada.

3.2.2.2 Panfletos

Encerramos o estudo do discurso da ALN com a análise dos panfletos produzidos e veiculados por essa Organização na segunda fase da luta armada. Para realizá-la, tomamos como base os seguintes textos:

Título	Data	Número de páginas	Referência
38. 1º de maio: dia de luto e de guerra	1971	1 página	<i>Venceremos</i> n. 2, p. 4
39. Ao senhor e sua família	1971	2 páginas	AEL/BNM, anexo 5467
40. Boletim proibido	1971	1 página	<i>Venceremos</i> , n.2, p. 2
41. Companheiros estudantes	1971	1 página	<i>Venceremos</i> n. 3, p.3
42. Comunicado” –	1971	2 páginas	AEL/BNM, anexo 5501

O discurso dos panfletos, à semelhança do discurso de *Venceremos* e dos documentos externos da primeira fase, funda-se na oposição semântica /opressão/ vs /liberdade/, modalizada por /continuidade/ vs /ruptura/, ou seja, há uma afirmação da necessidade urgente de romper com a opressão, que é vista como um estado contínuo. Essa perspectiva de urgência não se encontra tão presente nas reportagens do jornal.

De modo semelhante, a estrutura narrativa também é a mesma encontrada nos documentos externos da primeira fase e na abordagem de *Venceremos* sobre a guerra revolucionária: i) programa da guerra revolucionária, focado nas ações do sujeito (revestidos sobretudo de *guerrilheiros*, *revolucionários*, *operários*, *estudantes* e *povo*) e do

anti-sujeito (*governo, grandes empresários, patrões e policiais*); ii) busca de adesão por meio da crítica ao inimigo, atribuindo-lhe anti-valores (*opressão, exploração, miséria, submissão*); iii) afirmação do guerrilheiro como sujeito do poder e do saber, que está em guerra, sabe a verdade e desmascara o adversário; iv) atribuição de valores positivos ao sujeito e à sua causa (*igualdade, liberdade, dignidade, justiça*), etc.

Os panfletos analisados exploram bastante o tema da repressão, e, sobretudo, a questão da tortura e do assassinato de revolucionários. No modo de dizer, mantém-se o “estilo concreto” presente em *Venceremos*, com alto grau de revestimento semântico das categorias de pessoa, tempo e espaço, além do grande emprego de figuras:

95. Os policiais da Operação Bandeirantes são verdadeiros animais, seres doentios dado as verdadeiras barbáries que praticam.

[...]

O “pau de arara”, no qual a pessoa é amarrada nua e de cabeça para baixo, recebendo pancadas, chutes, choques elétricos, até desmaio ou mesmo morte.

A “palmatória”, que é uma roda de madeira com a qual se bate nas mãos e nos pés do indivíduo.

Jogar água continuamente nas narinas, provocando afogamento, podendo chegar à morte.

Enfim, são inúmeros e muitos os métodos usados por esses animais (39, p. 1)

96. No dia 1º de maio de 1970, Olavo Hansen, operário da Indústria Agro-Pecuária de Santo André (IAP), em Santo André, participava de uma manifestação pacífica. Foi preso, torturado e assassinado pela polícia da ditadura. (38)

Esse modo de denunciar o inimigo produz um efeito de sentido de verdade, tendo em vista os dados e detalhes apresentados pelo enunciador. Além disso, a descrição detalhada de situações de tortura tem forte apelo passional, estimulando o sentimento de *ódio* em relação ao adversário e justificando as ações da luta armada.

A exemplo do último fragmento acima, o discurso da ALN sempre afirma ter sido a ditadura a iniciadora da guerra e, nesse contexto, reforça a luta armada como única forma possível de uma reação bem sucedida:

97. Companheiros: só através da guerrilha, isto é, do uso das armas, da astúcia e da violência juntas, conseguiremos falar a verdade e só assim chegaremos à libertação do povo brasileiro. (41)

Vale ressaltar que a defesa explícita e enfática da luta armada como uma forma exclusiva de luta não é tão comum nos demais textos da segunda fase.

Os panfletos normalmente iniciam-se com a denúncia de mortes e torturas provocadas pela ditadura e terminam afirmando a importância da implementação da violência e da justiça revolucionárias. Nesse sentido, repete-se a oposição, presente em

Venceremos, entre a *violência que oprime* e a *violência que liberta*. Apesar de serem muito mais numerosos os relatos de prejuízos causados à guerrilha do que ao governo, esses dados não são apresentados no discurso da ALN de modo a colocar o sujeito em uma posição de fragilidade, e sim como argumento para justificar e reforçar sua revolta e sua causa, a escolha pela luta armada.

O enunciador apresenta-se como um combatente apaixonado, que *sabe* o que quer, que *crê dever e poder-fazer*, que identifica seus inimigos e (re) age contra eles:

98. Henning Albert Boilensen foi justificado. Não pode mais fiscalizar PESOALMENTE as torturas e assassinatos na OBAN, nem oferecer banquetes aos altos oficiais das forças armadas brasileiras, que comandam o terror e a opressão de que é vítima o povo brasileiro desde 31 de março de 1964. Boilensen era apenas um dos responsáveis por este terror e opressão. Como ele existem muitos outros e sabemos quem são. Todos terão o mesmo fim, não importa quanto tempo demore; o que importa é que todos eles sentirão o peso da JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA.

OLHO POR OLHO, DENTE POR DENTE!

SE DEZ VIDAS EU TIVESSE, DEZ VIDAS EU DARIA!

OU FICAR À PÁTRIA LIVRE, OU MORRER PELO BRASIL!

À VITÓRIA SEMPRE! (40, grifos no original)

Mesmo estando sendo derrotado, o sujeito se coloca como forte e ameaçador, além de insistir na convicção de sua causa. Embora surjam com muito menor frequência nos documentos da segunda fase do que nos da primeira, as palavras de ordem constituem um importante recurso para reforçar essa convicção. A primeira das palavras de ordem do exemplo 98, muito empregada nos panfletos da primeira fase, ao mesmo tempo em que apresenta a luta armada como uma reação, algo justificável, reforça a perspectiva de continuidade de luta e de princípios da ALN. A segunda e a terceira correspondem às palavras de ordem mais comuns nos textos da segunda fase. Elas enfatizam a importância da causa, pela qual vale a pena entregar a vida. Ressaltamos nelas também a temática da morte, praticamente ausente nos discursos da primeira fase. Por fim, um grito de esperança, e uma prova de filiação à luta proposta por *Che* Guevara, que usava constantemente a última palavra de ordem – À vitória sempre!

A breve análise que fizemos permite-nos depreender que o discurso dos panfletos da segunda fase é construído a partir das mesmas configurações narrativas e discursivas que aquele de *Venceremos* e dos documentos externos da primeira fase. Entretanto,

diferentemente do jornal, os panfletos (da primeira e da segunda fase) possuem um enunciador que se apresenta de maneira mais *intensa*, com um *éthos* mais firme, mais rígido, mais apaixonado, mais convicto e mais poderoso.

3.2.3. Síntese

Como vimos anteriormente, nos documentos da primeira fase, há uma voz predominante nos enunciados, o que confere ao discurso um efeito de sentido de homogeneidade. De modo diferente, o material da segunda fase, além de se revelar mais diversificado do ponto de vista da forma de manifestação, deixa transparecer nos textos a existência de uma disputa interna na ALN, o que produz um efeito de sentido de heterogeneidade no discurso. Tal diversidade, porém, não se manifesta, de modo geral, nos níveis fundamental e narrativo, surgindo principalmente na discursivização. Assim, os textos da ALN lançados na segunda fase da luta armada exploram duas configurações sêmio-narrativas principais: uma associada aos documentos internos; outra relativa aos documentos externos.

Como características gerais, temos, nos documentos internos, textos normalmente com extensão superior a três páginas, sem muitas subdivisões internas, compostos de parágrafos e frases longos. A maneira como são dispostos na folha demonstra pouca preocupação em facilitar a leitura. O vocabulário é repleto de conceitos marxistas e de jargões da esquerda marxista-leninista. Trata-se de documentos produzidos, em sua maioria, para serem debatidos entre os militantes. São documentos em que se pode, em seu interior, depreender a presença de mais de uma voz. Por sua vez, nos documentos externos, verificamos a existência de textos curtos, com parágrafos e frases curtos, uso de expressões populares e raramente surgem conceitos marxistas ou termos específicos da esquerda. Nesses, predomina a monofonia.

Os documentos internos são construídos sobretudo com base nas oposições semânticas /continuação/ vs. /parada/ da luta, ou /continuidade/ vs. /descontinuidade/ dos princípios adotados na guerra revolucionária, sendo os primeiros semas valorizados positivamente. Vale ressaltar, entretanto, que, nos textos da Tendência Leninista, a valorização é inversa, ou seja, considera-se positivo a descontinuidade em relação à linha

política exposta nos documentos internos da primeira fase. Os documentos externos fundam seu discurso na oposição semântica /opressão/ vs. /liberdade/.

Narrativamente, o material voltado para militantes desenvolve programas que representam a busca de meios que possibilitem a continuação da luta armada. Para isso, implementa-se um percurso que consiste na avaliação tanto da trajetória da Organização, quanto das políticas do governo (sanção), e na construção de propostas que contribuam para o prosseguimento da luta. Nos documentos externos, a guerra revolucionária é retratada como um combate em curso e, dessa forma, procura-se conquistar adeptos para entrarem em campo. Com esse objetivo, recorre-se à sanção negativa da ditadura e positiva das ações revolucionárias. Ressalta-se que não há, nesse caso, avaliação do percurso traçado pelos grupos armados.

A respeito dos valores e da forma de abordá-los, observam-se algumas diferenças no interior dos documentos internos. Os documentos de continuidade e *O Guerrilheiro* exploram principalmente o *dever revolucionário*. Sua manipulação funda-se na supervalorização da luta e dos combatentes que nela permanecem e na extrema desvalorização daqueles que desistem de lutar. Vale destacar que o jornal também valoriza positivamente a ciência marxista e o *saber*, sobretudo relacionado à continuidade da luta, que se mostra uma competência desejável, mas ainda não alcançada pelo sujeito. O discurso da Tendência Leninista afirma a adesão ao marxismo-leninismo e tem como grande valor a ideologia do proletariado. Em sua manipulação, esse discurso propõe a mudança da linha política da Organização, e a formação de uma frente leninista de luta antiditadura, que se agrega em torno de valores amplos e genéricos, como *democracia*, *participação política*, etc. Nos documentos externos, enfatiza-se a filiação à justiça revolucionária e aos ensinamentos de Marighella, em oposição à *justiça dos opressores*. A sanção crítica a ditadura; a manipulação apresenta o destinador como sujeito em ação, poderoso, procurando incitar no destinatário o desejo/dever de lutar. Esses documentos reforçam a habilidade física e o caráter do guerrilheiro, além de desqualificar moralmente os membros da ditadura.

No processo de discursivização, a projeção de debreagens enunciativas de tempo e de espaço predomina nos documentos internos. Com relação à actorialização, verificamos a alternância entre a debreagem enunciativa, com o emprego da primeira pessoa do plural, e a

enunciativa, com a terceira pessoa do singular. Na temporalização, mantém-se o momento de referência no presente, a partir do qual se projeta o pretérito e o futuro. Nos documentos da Tendência Leninista, a sanção do percurso da guerra revolucionária desenvolve-se com a projeção de debreagem temporal enunciativa. O preenchimento semântico do espaço mostra-se bastante restrito nos documentos internos de continuidade, nos quais surgem referências apenas ao Brasil, e um pouco mais amplo nos textos da Tendência Leninista e nas páginas d' *O Guerrilheiro*, em que aparecem também países socialistas e da América Latina.

O revestimento actorial comum a todo o material produzido para os militantes corresponde à dicotomia (verdadeiros revolucionários) vs. (pequeno-burgueses). Nos textos da Tendência Leninista, a diversidade de actantes amplia-se em função dos atores apresentados como possíveis aliados (militares democratas, burguesia progressista, assalariados, etc.). No jornal, a valorização da teoria marxista faz com que surjam como sinônimo de revolucionário expressões como *marxistas*, *vanguarda*, *dirigentes*, etc.

Nos documentos externos, a debreagem temporal é enunciativa, e quase não há projeções do tempo no pretérito. O espaço revela-se restrito nos panfletos e amplo nos demais textos de *Venceremos*. Nas debreagens actanciais, surgem, além da terceira pessoa do singular e da primeira pessoa do plural, a segunda pessoa do singular, revelando maior proximidade entre a enunciação e o enunciado. Os atores que realizam a função de sujeito revolucionário ou aliado são bastante diversificados em *Venceremos* (guerrilheiros, estudantes, padres, operários, camponeses, deputados italianos, etc) e mais reduzidos nos panfletos, que discorrem principalmente sobre a luta entre os revolucionários e a repressão.

Os temas comuns a todos os documentos internos correspondem ao balanço crítico da trajetória da luta armada brasileira e às propostas de continuação da mesma. Há também a discussão, polêmica, sobre a viabilidade ou não de dar prosseguimento a essa luta. No primeiro conjunto de textos (que chamamos de discurso da continuidade) encontra-se uma autocrítica que valoriza positivamente as primeiras ações revolucionárias, e atribui as derrotas sofridas a partir do final de 1969 a erros e problemas de aplicação prática. Como continuidade, propõe o aprimoramento e aprofundamento da luta já iniciada. N' *O Guerrilheiro* também há valorização positiva do lançamento da luta armada. De acordo com o jornal, as derrotas devem-se a uma combinação de falhas políticas e práticas; como continuidade, este aposta no aprimoramento e na ampliação da luta, por meio da

incorporação de algumas táticas marxistas, sem abandonar, entretanto, os princípios de Marighella. Ressaltamos ainda que *O Guerrilheiro* desenvolve como percurso temático a análise de conjuntura, abordando temas relativos às atitudes da ditadura para conter os guerrilheiros, e ao comportamento dos combatentes que defendem a interrupção da Guerra Revolucionária. De acordo com o discurso da Tendência Leninista, as derrotas resultam do erro na concepção da forma de luta e da Organização. Como continuidade, este grupo propõe a construção de um partido leninista de novo tipo e a formação de uma frente antiditadura. Em *Venceremos*, há três eixos temáticos complementares: conjuntura nacional, internacional e guerra revolucionária. Sobre a conjuntura nacional, tem-se principalmente temas acerca da política da ditadura, avaliada de forma negativa; a respeito da conjuntura internacional, os temas são desenvolvidos no sentido de mostrar a existência de movimentos de resistência à opressão e ao imperialismo. Por fim, sobre a guerra revolucionária, tematizam-se as ações armadas dos guerrilheiros e da repressão. Nos panfletos, os temas correspondem a críticas ao governo e a propaganda da guerra revolucionária, realizada por meio do relato de suas ações.

Quanto ao modo de dizer, a construção do efeito de sentido de objetividade e verdade encontra-se presente em quase todos os textos, variando apenas a combinação de recursos empregados. Nos documentos internos “de continuidade”, resgata-se a figura e os pensamentos de Marighella, o que confere autoridade ao discurso. Nos números d’*O Guerrilheiro*, observa-se alternância de estilo, entre a objetividade que se pretende científica, apoiada na teoria marxista-leninista, e a subjetividade de um sujeito decepcionado, que procura responsabilizar alguém pelas derrotas, e julga moralmente os próprios companheiros. Os textos da Tendência Leninista utilizam muitos recursos que resultam no efeito sentido de verdade (pré-construídos; expressões como *é óbvio*, *é evidente*; distanciamento do enunciador em relação ao enunciado, etc). No periódico *Venceremos* também encontramos a busca do parecer verdadeiro, construída por meio dos seguintes recursos: uso de expressões como *é claro*, *isso demonstra*, *é óbvio*; distanciamento entre enunciação e enunciado; apresentação de dados estatísticos, tabelas, etc; alto grau de revestimento semântico. Esse último é a grande marca estilística dos panfletos.

Nos documentos internos de continuidade, o enunciador projeta a imagem de um sujeito que conhece a realidade e sofre com ela. Dessa forma, ele se projeta como um verdadeiro revolucionário que, comprometido com o seu engajamento na luta, mantém-se firme. Apesar das dificuldades, revela-se confiante, com esperança, e não demonstra rancor. Por outro lado, o enunciador do jornal interno, mostra-se um sujeito que conhece não apenas a realidade, mas a teoria. Contudo vemos um sujeito muito decepcionado, que tece fortes críticas morais a alguns ex-companheiros e sente-se isolado no projeto de continuidade da luta. O enunciador da Tendência Leninista supervaloriza-se, sobretudo pelo *saber*. Em *Venceremos*, tem-se a imagem de um sujeito que conhece a realidade concreta; que está bem informado a respeito dos movimentos de resistência no Brasil e no mundo. Um sujeito revoltado, com ódio do inimigo, desejo de vingança, mas também otimista, confiante de que sabe e pode mudar a situação. O enunciador dos panfletos projeta-se de modo semelhante ao de *Venceremos*, com a diferença de que este, por se restringir à discussão acerca da guerra revolucionária no Brasil, revela-se ainda mais intenso e enérgico, e mostra mais convicção com a sua luta.

Sobre os enunciatários, nos documentos internos predomina a imagem do militante, que conhece o marxismo-leninismo, capaz de realizar leituras densas, habituado a discussões políticas. Um sujeito que se sente culpado pelos fracassos da luta armada e busca saídas para continuar lutando. Nos documentos externos, há dois grupos principais de enunciatários instalados. Os primeiros, menos desenvolvidos, correspondem aos indivíduos que, embora sofram com a opressão e a exploração, não estão modalizados pelo *querer* ou *dever* resistir à ditadura. Os segundos representam os não-adeptos da ditadura, que demonstram interesse pela política, atração por movimentos de resistência e se sentem capazes de adotar códigos éticos diferentes daquele da burguesia.

Por fim, os aspectos passionais mais abordados nos documentos internos são a decepção, a raiva, o sofrimento, o sentimento de culpa e a esperança. Nos documentos externos, além da esperança, surge o otimismo, alimentado pelo *crer poder-fazer*. Essa crença em poder lutar contra o inimigo é fortalecida pela raiva, pelo ódio e pelo desejo de vingança que se nutre em relação a ele.

3.3 Primeira fase x segunda fase

Verificamos ao longo da análise que os documentos internos apresentam maior alteração de uma fase para outra do que os documentos externos. A respeito do caráter das mudanças que ocorrem no discurso da ALN, observamos que elas estão ligadas, em sua maioria, à passagem tensiva da concentração³⁵ para a expansão. Na primeira fase, os textos, quase todos assinados por Marighella, são produzidos visando à formação da guerrilha e do guerrilheiro, funcionando, assim, como transmissão de competências aos futuros combatentes. Já os documentos da segunda fase, de autores variados, revelam diferentes opiniões, e servem para alimentar a discussão interna, principalmente em relação à continuidade ou não da luta armada.

No discurso da primeira fase, a questão central é a ruptura com a política do PCB, considerada imobilista, e o desencadeamento da guerrilha contra a ditadura, que representa valores negativos, como a opressão e a exploração. O foco é a ação. As semantizações das categorias de tempo e espaço restringem-se ao Brasil, no momento presente e, no máximo, em um futuro bem próximo. Os atores revestidos são os guerrilheiros e seus inimigos. Os temas sobre a preparação da luta, da Organização e dos combatentes são desenvolvidos em estilo programado, com subdivisões nos textos e alto grau de concretização semântica. Dessa forma, exploram-se bem as fases da guerra revolucionária, as etapas a serem cumpridas em cada fase, etc. O enunciador, negando a teoria, apresenta-se como um homem da ação, um estrategista, uma autoridade concentrada na guerra, que transmite energia e empolgação.

No discurso da segunda fase, a questão central é continuar (ou não) lutando e, principalmente, encontrar meios que viabilizem essa continuação da luta. Com relação ao processo de discursivização, as categorias de tempo e espaço projetadas são mais amplas do que as anteriores, o que se observa, por exemplo, pela menção a diferentes países. A função de sujeito que realiza a ação na luta armada passa a ser preenchida mais constantemente pelo termo “revolucionário” do que por “guerrilheiro” ou “terrorista”. Verificamos também

³⁵ Da perspectiva da semiótica tensiva, a dimensão da extensidade, isto é, do inteligível, tem como tensão o par *concentrado vs. difuso*, que se manifesta em duas dimensões: a espacialidade e a temporalidade. Dessa forma, o sistema de significação concentrado corresponde a um fechamento do espaço e a um tempo voltado para dentro, “implosivo”; já no sistema difuso temos abertura espacial e uma temporalidade que se mais expansiva. (ZILBERBERG, 2006, p. 135-138).

nos textos da segunda fase a presença de expressões muito empregadas por partidos de esquerda para nomear o sujeito revolucionário, como “dirigentes”, “quadros”, “vanguarda”, etc.

Os temas voltam-se sobretudo para a compreensão das derrotas e para a construção de uma nova linha política que viabilize a continuidade da luta. Sobre o segundo grupo temático, o discurso da segunda fase apresenta novas formas de se fazer resistência ao inimigo. Porém, tanto os adversários quanto os valores que eles encarnam permanecem praticamente os mesmos do discurso da primeira fase. Do ponto de vista discursivo, observamos que havia um consenso entre os membros da luta armada em relação ao inimigo, ao “contra o que e contra quem” lutar, mas não havia consenso em relação à estratégia de luta, ao “como” lutar.

No modo de dizer da segunda fase, observamos que os temas são menos concatenados e integrados, não compondo, como nos textos de Marighella, uma linha de raciocínio estratégico. Além disso, a maneira como são desenvolvidos é mais abstrata, mais reflexiva, recorrendo a conceitos teóricos; os textos são mais longos, sem muitas subdivisões internas. Esse conjunto de características confere aos textos um ritmo mais lento. O enunciador mostra-se um analista. No entanto, para além disso, não podemos depreender, ao longo dos textos, a constituição de uma face única do enunciador, o que pode se dever à variedade de autores e, principalmente, à divisão na luta, que se torna mais acirrada e explícita do que na primeira fase.

As questões passionais também se alteram de um período para outro. Na primeira fase, o enunciador tece críticas à esquerda não armada de maneira objetiva, mostrando crer que a sua escolha é mais acertada. Já em relação à ditadura, demonstra *ódio*. Na segunda fase, contrariamente, a avaliação negativa do governo militar é produzida com efeitos de sentido de distanciamento e objetividade, enquanto a desqualificação da esquerda que discorda da continuação da luta armada, ou que nunca foi favorável a ela, constrói-se de modo apaixonado. De forma resumida, na primeira fase, as paixões malevolentes voltam-se unicamente para a ditadura. Internamente, predominam a admiração, o respeito e a confiança. Na segunda fase, mantém-se o mal-querer à ditadura, mas surgem também paixões negativas no interior do grupo, como a desconfiança, a decepção, e, até mesmo, a raiva e o ódio. Ressaltamos, porém, que a expansão do discurso é apresentada como uma

busca de ampliação da luta, não como uma ruptura com os princípios fundadores da ALN. Nesse sentido, o enunciador revela-se esperançoso, não apresentando crise de confiança, nem derrotismo.

A mudança das palavras de ordem mais enfatizadas nos documentos da primeira fase e da segunda fase reforça a diferença de diversas características desses dois discursos, como os objetivos imediatos principais, a relação com o inimigo e com os outros militantes, as paixões, etc. Assim, nos documentos da primeira fase, surge mais enfaticamente: “olho por olho, dente por dente” e “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”, dizeres que têm com foco o *fazer*, incitando o militante a partir para a ação. Já nos textos da segunda fase, as palavras de ordem mais salientadas são: “se dez vidas eu tivesse, dez vidas eu daria” e “ou ficar à pátria livre ou morrer pelo Brasil”, pronunciamentos que exploram a grandeza da causa, buscando convencer de que vale a pena continuar lutando.

Os documentos externos, como dissemos, apresentam poucas alterações de uma fase para outra. Verificamos que esses, assim como os documentos internos, passam a explorar temas mais diversificados, mas mantém as mesmas configurações sêmio-narrativas e discursivas.

4. O discurso da VPR

*Debaixo dessa luz crua,
sob um sol que cai de cima
e é justo até com talvezes
e até mesmo todavias
quem sabe um dia virá
uma civil geometria?*

(João Cabral de Melo Neto)

4.1 Documentos da primeira fase

A perspectiva da luta armada como um movimento em ascensão (primeira fase) manifesta-se no material da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) sob diferentes gêneros discursivos. Em nossa pesquisa pelos arquivos, encontramos textos para discussão¹, reflexões, manuais, estatutos, normas, informes, panfletos, cartas, etc. Do mesmo modo como fizemos com o material da ALN, dividimos os documentos de acordo com o seu público-alvo principal, o que originou a separação entre: a) “documentos internos”, dirigidos aos membros da luta armada; b) “documentos externos”, endereçados sobretudo às pessoas que não optaram por pegar em armas. Após essa separação inicial, observamos que o primeiro grupo ainda se apresentava heterogêneo, o que dificultaria nossa análise. Dessa forma, optamos por dividi-lo em textos teóricos e práticos.

Estamos considerando textos teóricos aqueles que têm como valor principal o *saber*, que pode ser ou não aplicado posteriormente. Trata-se da produção e da discussão de um conhecimento. Por outro lado, consideramos textos práticos aqueles que, embora também apresentem a produção e a discussão de conhecimentos, se voltam para o *fazer*, tendo como alvo a prática. A diferença na finalidade dos textos implica em diferentes estratégias

¹ Essa classificação é de autoria dos próprios autores dos documentos. Dessa forma, reproduzimos nesse trabalho a maneira como os textos se intitulam no interior da esfera discursiva da qual fazem parte.

discursivas, o que resulta na mudança da imagem do enunciador e do enunciatário. Observemos as passagens² a seguir:

A - O problema é particular ao marxismo pois Marx, ao negar as leis gerais e eternas mostra que “os diferentes graus de produtividade implicam conseqüências diversas e também portanto serão diversas as leis que o regem” [...]. As leis que regem os fenômenos sendo diferentes para diferentes graus de produtividade, as conclusões tiradas de um nível das forças produtivas não serviriam para uma fase mais avançada do desenvolvimento econômico.

A conclusão imediata, mas insuficiente, desse fato, é que o marxismo é um método.

B - As armas de carregador longo são mais difíceis de transportar para o guerrilheiro urbano já que atraem a atenção devido seu tamanho. Entre as armas de carregador longo estão a FAL, as armas e rifles Mauser, as armas de caça tais como a Winchester, e outras.

Espingardas de cano curto podem ser úteis se são usadas a pequenas distâncias. São úteis até para pessoas com má pontaria, especialmente pela noite quando a precisão não é de muita ajuda.

Em A, temos a interpretação de uma teoria, ou seja, uma discussão em torno de um conhecimento abstrato. O enunciador cita trechos da obra de Marx como argumento de autoridade para legitimar o seu discurso. O enunciatário instaurado é um sujeito interessado em conhecer o funcionamento da teoria marxista.

Em B, Marighella discorre sobre os tipos de as armas mais adequados para serem utilizadas pelo guerrilheiro urbano. Trata-se da transmissão de uma competência prática. O enunciador, para mostrar conhecimento, cita nomes e modelos de armas. Dessa forma, o enunciatário projetado por esse discurso é um sujeito que quer-saber/poder praticar a luta armada.

4.1.1 Documentos internos

4.1.1.1 As teses de Jamil

O documento que vamos analisar a seguir, “Os caminhos da vanguarda” representa um dos raros esforços de construção de uma teoria da luta armada no Brasil. Escrito em 1969 por Ladislau Dowbor, militante da VPR conhecido na época como “Jamil”, esse texto serviu de referência para a Organização, além de influenciar outros grupos. A cópia que encontramos em arquivo possui sessenta e seis páginas, preenchidas com letras pequenas e

² O excerto “A” foi extraído do documento “Caminhos da Vanguarda” (p.1), que será analisado neste capítulo. “B” foi extraído do *Mini-manual do guerrilheiro urbano* (p.5), obra de Carlos Marighella estudada no terceiro capítulo desta tese.

com pouco espaçamento entre as linhas. Embora não possamos afirmar com certeza, ousamos dizer que houve pouca preocupação em facilitar a leitura, em termos de visualização:

O documento, também conhecido como “teses de Jamil”, divide-se em sete capítulos, todos densos, com parágrafos longos, citações teóricas e emprego de conceitos marxistas. Devido à sua importância para a esquerda armada brasileira e ao fato de apenas o último capítulo encontrar-se publicado, optamos por fazer um resumo expandido desse documento, mesmo correndo o risco de redundância no momento da análise. Em nossa síntese, seguimos a sequência numérica dos capítulos, apesar de sabermos que, cronologicamente, estes surgiram em outra ordem.

Resumo expandido

No primeiro capítulo do documento, intitulado “Teoria e prática”, o autor afirma que muitos grupos de esquerda, apesar de se reivindicarem marxistas-leninistas, não sabem aplicar a ciência marxista, o que se deve, sobretudo, a dois tipos de falha de interpretação. De um lado, o “dogmatismo” ou a “transposição”, postura daqueles que seguem literalmente as propostas dos textos de Marx, sem levar em consideração as diferenças de conjuntura; de outro, o “revisionismo”, que seria uma reinterpretação distante da teoria, considerada como abandono da mesma. Para Jamil, as principais contribuições da obra de Marx para o movimento revolucionário são de três âmbitos: a) sistematização das leis que regem o capitalismo; b) aplicação dessas leis para explicar o processo histórico de sua época; c) sugestão de táticas de luta “que eram uma resposta correta, em termos de estratégia proletária, à realidade concretamente analisada” (p.2). Nesse sentido, segundo o autor, um grupo que pretende utilizar o marxismo corretamente como ciência, ou seja, ter uma tática de luta acertada, precisa conhecer as leis do capitalismo desenvolvidas pelo filósofo alemão e saber aplicá-las à realidade histórica do momento. Para isso, esse grupo deveria ser capaz de distinguir o que é geral e o que é conjuntural na obra de Marx, e saber fazer uma análise de conjuntura. Com relação à última exigência, a capacidade de realização de uma análise de conjuntura, o autor apresenta resumidamente o método adequado para cumpri-la, um “roteiro” de itens a serem examinados, que permitem a realização de uma interpretação correta da realidade. No final do capítulo, Jamil ressalta

que, mesmo construída cientificamente, uma estratégia de luta só poderá ser considerada acertada após a sua comprovação prática, e reforça a intrínseca relação entre as duas instâncias “a teoria não se elabora fora da prática e, por outro lado, [...] a constatação prática obriga o teórico a rever seus postulados”(p.4).

No segundo capítulo, “Nossa teoria revolucionária”, o autor afirma que a teoria da VPR se constrói com base na análise dos erros teóricos do PCB, e apresenta dois deles como principais. O primeiro erro cometido pelo partido comunista teria sido crer que a sociedade brasileira deveria completar seu ciclo de desenvolvimento burguês antes de fazer a revolução socialista, o que corresponderia, na visão de Jamil, a uma transposição³ da teoria marxista. O segundo erro consistiria em separar o capitalismo nacional e o imperialismo, como duas realidades distintas. Após apresentar essas falhas de concepção do PCB, o militante da VPR aponta os problemas que tal visão global teria acarretado na interpretação do funcionamento de três forças sociais. No caso da avaliação acerca da burguesia nacional (estaria em relação de contradição com o imperialismo, que a impediria de se desenvolver) e do proletariado (teria interesse no desenvolvimento da burguesia nacional, pois isso permitiria que se desenvolvesse como classe revolucionária), o problema seria separar a burguesia nacional do imperialismo. No caso do latifúndio (as relações no campo brasileiro conteriam ainda resquícios feudais), o equívoco consistiria em enxergar como feudais relações que, no fundo, eram imperialistas. A crítica à teoria do PCB é encerrada com a afirmação de que seria preciso reconsiderar a situação do Brasil no processo histórico, encarando-o como país subdesenvolvido, mas não atrasado⁴.

O autor prossegue afirmando que essa equivocada análise marxista foi bem acolhida no Brasil por três fatores: 1) o stalinismo, que fazia de qualquer crítica às idéias do partido uma heresia; 2) um surto de desenvolvimento da economia nacional, que, aparentemente, confirmava a teoria pecebista; 3) o interesse da burguesia em se mostrar como progressista.

Na segunda parte do capítulo, o autor discorre sobre os erros teóricos cometidos pela Polop, que se revoltou com a boa aceitação do discurso anti-imperialista, nacionalista e

³ Segundo o autor, Marx e Engels, discorrendo sobre a sociedade européia do século XIX, conceberam o seguinte percurso de transformações sociais: sociedade feudal – sociedade burguesa com resquícios feudais – sociedade burguesa madura – sociedade socialista. O erro do PCB teria sido imaginar que a sociedade brasileira do século XX deveria traçar o mesmo percurso.

⁴ Alusão à linha política defendida pelo PCB, que afirmava que o Brasil era um país atrasado, isto é, uma sociedade burguesa com resquícios feudais. Dessa forma, seria preciso que nosso país primeiro se tornasse uma sociedade burguesa madura, para, em seguida, passar ao socialismo.

populista do PCB e lança um programa de defesa da revolução socialista imediata. Sobre essa teoria, Jamil apresenta as seguintes críticas: a) negando o anti-imperialismo exacerbado do PCB, os militantes da Polop acabaram cometendo o mesmo erro daquele partido, na medida em que, ao se voltarem unicamente contra a burguesia nacional, negligenciaram a intrínseca relação desta com o imperialismo; b) a proposta de revolução socialista foi desenvolvida por meio da adoção da teoria da revolução russa, ou seja, houve uma “transposição”; c) o proletariado é visto como única “classe objetivamente revolucionária”, e o campesinato, como classe “retardada”.

O autor encerra o capítulo afirmando a importância da construção de uma teoria ligada à prática e diz que, após um momento inicial de ações revolucionárias, com negação da teoria, estavam surgindo no centro da esquerda armada desenvolvimentos teóricos importantes, a serviço da luta, baseados em suas necessidades concretas, não em abstrações. Essa teoria estaria crescendo em torno de duas concepções fundamentais: de um lado, o fortalecimento da vanguarda armada, que deveria se tornar dirigente das massas; de outro, a construção de uma luta integrada contra o imperialismo, o que se realizaria criando, em cada conjuntura, condições para a luta armada.

Em “O caráter da revolução”, terceiro capítulo, o autor discorre sobre o funcionamento do “inimigo de classe”, isto é, o capitalismo em sua fase de imperialismo integrado, presente em todos os países capitalistas. Uma primeira característica desse modo de produção seria a integração vertical – os produtos são fabricados para os fabricantes finais e não diretamente para os mercados, evitando-se, assim, oscilações das leis do mercado. Essa verticalização da produção seria acompanhada pela fusão de empresas, horizontalização, formando os trustes e as *holdings*, uma reestruturação que concentra o poder em mãos de poucos, o que permite maior organização das decisões. Outra característica dessa nova versão do capitalismo mundial ressaltada pelo autor é a necessidade de adaptação do consumo à produção, estimulada por medidas como a publicidade, domínio psicológico, cultural, etc, os quais teriam como objetivo criar um modo de vida condizente com o modo de produção capitalista.

Jamil encerra a exposição sobre o funcionamento do capitalismo integrado afirmando que esse se encontrava bastante fortalecido, e, apenas o socialismo será capaz de vencê-lo. Por conseguinte, o autor conclui que o caráter da revolução só poderá ser

socialista, e insiste na ideia de que as burguesias nacionais não existiam mais como antes, pois seus interesses estavam atrelados àqueles dos imperialistas, o que, por sua vez, impedia a existência de uma etapa da revolução que unisse socialistas e burgueses nacionalistas contra os estrangeiros.

Para encerrar o capítulo, o autor apresenta algumas táticas de luta a serem implementadas pelos revolucionários. A primeira delas deveria ser o combate aos representantes locais do imperialismo, o chamado “inimigo imediato”, principalmente a ditadura e os grandes capitalistas atuantes no Brasil, por meio de denúncias à corrupção, à exploração, à repressão, etc. A segunda seria o lançamento de palavras de ordem diretamente socialistas, centradas em valores considerados essenciais para o ser humano, como liberdade e justiça, no intuito de conquistar a adesão das massas e consolidar a vanguarda.

No quarto capítulo, intitulado “Quem são as massas”, o autor, sempre na perspectiva da leitura marxista da realidade, procura depreender a classe revolucionária, que, segundo ele, não pode mais ser considerada apenas o proletariado, como acontece na teoria marxista. Nesse sentido, apresenta vários argumentos que discorrem sobre a tendência à diminuição do peso do proletariado na revolução. Primeiro, com a complexificação da produção, a matéria prima e os maquinários tornam-se mais caros para o processo produtivo do que a mão de obra; segundo, o aumento da produção deixa de ser proporcional ao aumento da quantidade de operários, e passa a depender da mão de obra especializada, qualificada. Essas mudanças na indústria provocam, de um lado, uma redução do operariado e consequente aumento do desemprego e do subemprego; de outro, uma alteração no perfil do operário, que sai da condição daquele que “não tem nada a perder”, e entra para o grupo de uma minoria assalariada. Paralelamente, no campo, a mecanização da agricultura e a estrutura latifundiária voltada para a exportação também acarretam falta de emprego. Como consequência, uma parcela enorme da população tanto rural quanto urbana estaria vivendo na miséria, sem recursos, sem trabalho, sem expectativas; trata-se das chamadas “massas marginalizadas”, sem as quais não se poderia conceber o processo revolucionário.

O problema, segundo Jamil, é que essa massa, por não viver sob a mira do patrão, ou seja, por não conhecer diretamente as relações que explicitam as contradições entre a burguesia e o proletariado, normalmente não tem consciência de classe, o que a torna vazia,

inerte. Por sua vez, o proletariado, enquanto minoria, é bastante frágil. A conclusão a que o autor chega é que o papel da vanguarda revolucionária seria aliar as massas marginalizadas à “ideologia do proletariado”, isto é, socialista, por meio da adaptação da forma de luta e das palavras de ordem.

No capítulo cinco, “Luta armada e conjuntura política”, o autor diz que existiam contradições entre a prática do regime (ditadura) e sua ideologia (democracia), que deveriam ser exploradas pelo movimento revolucionário. Nesse sentido, durante a primeira fase da revolução, seria preciso saber canalizar a insatisfação das camadas reformistas, que lutavam contra o regime militar, não contra o sistema capitalista, pois a revolta dessas poderia provocar muito desgaste ao governo militar, construindo um clima de agitação que forneceria quadros ao movimento revolucionário e contribuiria para a melhor compreensão de suas reivindicações. Além disso, esses movimentos táticos se somariam para o enfraquecimento do inimigo, pois causariam dissensão interna em torno da forma de combater os revoltados e estimulariam a ditadura a fazer uso de sua força repressora, o que afetaria a fachada democrática do regime. Jamil insiste no fato de essas táticas não comprometerem os objetivos estratégicos, e sim ajudarem a alcançá-los. Por fim, o autor deixa claro que, nas alianças e posicionamentos táticos, não se abre mão do instrumento de luta (luta armada), considerado inegociável.

Em “A ditadura do proletariado”, sexto capítulo, o autor discorre sobre a resignificação do conceito marxista, definido no texto como “consolidação do poder proletário frente ao inimigo derrotado mas não destruído” (p.34) e sobre as mudanças na conduta do governo revolucionário advindas da nova versão da ditadura do proletariado. A adaptação do conceito deve-se à alteração do adversário estratégico, de local para internacional, o que obrigaria a ditadura do proletariado a se caracterizar como expulsão do inimigo externo e, taticamente, como derrota dos representantes locais. Jamil ressalta ainda a importância das transformações na superestrutura, tendo em vista o caráter dominante da ideologia burguesa no país, inclusive entre os proletários. Dessa forma, para destruir realmente o inimigo, seria preciso apagar os costumes, os traços culturais e ideológicos deixados por ele. No final do capítulo, o autor enfatiza a perspectiva cultural, afirmando que a cultura burguesa nacional não passa de uma cópia importada do imperialismo e,

portando, o papel da ditadura do proletariado seria expulsar as tradições imperialistas e resgatar culturas e tradições populares, as únicas consideradas realmente nacionais.

No último capítulo, “A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução”, o autor avalia que, embora tenha deflagrado um processo de mobilização no interior das esquerdas, a luta armada brasileira não consegue agregar as massas, tendo permanecido um movimento isolado. A partir desse panorama, ele afirma a necessidade de se resolver o problema do isolamento, o que deveria ser feito fundamentalmente pela relação entre a vanguarda e as massas. Faz-se a ressalva, entretanto, de que não se trata de adaptar a luta armada à luta de massas, mas de fazer as massas aderirem à luta armada, pois esta defende os interesses do povo.

O autor prossegue discorrendo sobre a relação vanguarda-massas em diferentes formas de luta, sempre na primeira fase da revolução. Na guerrilha rural, ele considera que o importante para as vanguardas seria obter reconhecimento e apoio da população local. Na guerrilha tática⁵, as ações se realizariam por pequenos grupos, sendo que a vanguarda praticamente não manteria relação com as massas. Na cidade, a intenção imediata não consistiria no recrutamento militar da população, mas no apoio ideológico, no reconhecimento da vanguarda enquanto tal, pois, de acordo com a avaliação do autor, não havia condições para organizar a participação orgânica das massas na primeira fase da revolução. Assim, a principal relação com as massas urbanas seria estabelecida por meio de uma propaganda armada eficaz.

Devido à importância que atribui à propaganda armada, Jamil detém-se mais demoradamente a ela, abordando suas formas de manifestação (imprensa alternativa, panfletagem, ação, etc), seus objetivos (três são os principais objetivos mencionados: criar um determinado clima de tensão, identificar um inimigo, obter a simpatia popular) e seu público-alvo. Por fim, ele acrescenta que as ações de propaganda armada poderiam ser complementadas por apelos dirigidos a um grupo específico e com uma demanda específica. Para isso, considerava imprescindível o estabelecimento de contatos com simpatizantes da luta armada em escolas, fábricas, favelas, etc., um trabalho de

⁵ O texto divide essa forma de guerrilha em guerrilha tática irregular, “o guerrilheiro irregular é aquele que não é permanentemente guerrilheiro, mas toma as armas em determinados momentos, voltando em seguida à sua atividade legal”; e guerrilha tática regular, “pequenos grupos guerrilheiros permanentes que realizam ações de sabotagem econômica e militar, com a finalidade principal de atrair e paralisar forças inimigas” (AARÃO; SÁ, 2006, p. 293).

“informação e inteligência” que permitisse à vanguarda conhecer o nível de combatividade, o pensamento e as aspirações das massas.

Além do sistema de inteligência e da propaganda armada, o autor aponta também como atividade importante na primeira fase da revolução, na luta urbana, a relação com outras organizações, visando à unificação do movimento revolucionário.

A respeito da estrutura da organização, militante da VPR afirma que, para cumprir os objetivos supramencionados, o grupo armado deveria conter um setor de inteligência e informações, um setor de imprensa e um grupo de fogo.

No encerramento do capítulo, reforça-se a ideia de que a primeira fase da revolução estaria encerrada apenas quando as organizações armadas tivessem condições de organizar a participação do povo na guerra revolucionária, ou seja, quando rompessem definitivamente o isolamento com as massas.

Análise

A análise que apresentamos a seguir foi desenvolvida com base nos seguintes documentos:

Título	Responsável	Data	Referência	Número de páginas
1. Os caminhos da Vanguarda (capítulos 1 a 6)	Jamil (VPR)	1969-1970	Apuerj. Coleção particular Daniel Aarão Reis Filho.	36 páginas
2. A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução ⁶	Jamil (VPR)	1969	SÁ; AARÃO, 2006, p. 284-314	31 páginas

⁶ O documento “Os caminhos da Vanguarda” pode ser consultado em sua íntegra no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, como o sétimo capítulo também se encontra publicado (SÁ; AARÃO, 2006, p. 284-314), optamos por utilizar na análise a versão dessa obra, o que pode facilitar eventuais consultas dos leitores.

16

17

Figuras 16-17. Capa e miolo do documento *Os caminhos da Vanguarda*, produzido pelo “Jamil” da VPR. (Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção particular Daniel Aarão Reis Filho)

tando ou baixando) e a evidência da miséria maior que a dele, em outras camadas. Nesta perspectiva, vemos que, se conjunturalmente o seu salário pode estar sendo reduzido em setores retardatários da economia brasileira, mas pela evolução estrutural do imperialismo devemos prever que o fenômeno já descrito por Lênin, da corrupção de amplas camadas do proletariado, deverá se manifestar com grande força aqui. Paralelamente à corrupção, aparece como fator negativo o desenvolvimento das camadas desempregadas e mais miseráveis que o próprio proletariado, o que indiscutivelmente enfraquece a sua disposição para a luta.

Por outro lado, a apreciação do fato deve ser feita diferenciando os setores da indústria. A tendência mais importante de marginalização econômica e transformação do proletariado em classe reduzida e relativamente privilegiada, que quisemos evidenciar neste documento, pressupõe que o modo de produção imperialista no país seguirá o caminho das grandes firmas internacionais (Volkswagen, por exemplo) o que implica em concentração econômica e grande progresso de mecanização. Como tal descrevemos uma tendência, pois é indiscutível que a maioria das firmas no Brasil (especialmente no setor alimentar e no setor têxtil) ainda não se viu afetada por este processo, utilizando uma mão-de-obra numerosa e miserável, na medida mesmo em que competir com a eficiência maior da concorrência que aqui se instala.

Assim devemos distinguir na realidade que se apresenta o que é conjuntural e o que representa a tendência do sistema no qual deveremos lutar amanhã: vemos então que a economia tende a passar às mãos de grandes corporações, que trabalham para enfrentar o nível de competição internacional. Nesta conjuntura crescem as dificuldades econômicas de todas as fábricas que não estão aparelhadas, conforme o evidência o número assustador de falências de 64 para cá. Para enfrentar estas dificuldades, estas firmas reduzem efetivamente os seus salários, projetando uma maioria do proletariado numa miséria negra. Mas esta miséria é fruto de uma reestruturação da produção industrial no país, e a nova estrutura que surge nos deixa prever menos operários e mais desempregados, por um lado, e um operariado empregado mais privilegiado.

Um exemplo deixará isto mais claro: a nova indústria petroquímica que o governo lançou com tanto alarde representa um gigantesco investimento de fontes mistas, e deverá criar "milhares" de empregos, segundo a propaganda dos gorilas. Se voltarmos um século na história lembraremos que 100,7 empregos na Inglaterra representavam 100.000 desempregados na Índia. E um pouco do processo que devemos esperar aqui, diante da inundação do mercado por produtos têxteis de baixo custo e que utilizam na sua produção reduziíssima mão-de-obra; o que acontecerá a centenas de milhares de empregados no setor têxtil algodoeiro, desde a tecelagem até o plantio e a colheita? O capitalismo não pode viver sem revolucionar as forças produtivas ().

() Devemos salientar que o setor tradicional que emprega ainda o grosso de nossa mão-de-obra industrial se vê numa crise acelerada, no que concerne à utilização da mão-de-obra, já que à mecanização se superpõe o declínio mundial do setor tradicional.

Assim, o setor tradicional empregava no Brasil, em 1919 80% da mão-de-obra industrial, passando a 67% em 1949, e 49,6 em 1966. Na França o INSEE informava em junho de 1969 (Economie et Statistique) que o emprego operário no setor têxtil declinou, entre 1954 e 1962, em 15,2%. No setor de confecções, declinou em 19,3%, no setor de couros e peles, declinou em 27% (Le Monde sel. Hebdom. 25/9/69).

Figura 18. Página do documento *Os caminhos da Vanguarda*, produzido pelo "Jamil" da VPR. (Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Coleção particular Daniel Aarão Reis Filho)

Do ponto de vista da semiótica narrativa, esse documento, assim como os anteriores, pode ser observado da perspectiva da produção e da comunicação. No primeiro caso, tem-se a construção (ação) de um objeto valor modal, da ordem do saber, a estratégia marxista para a revolução; no segundo, observa-se uma relação entre um destinador e um destinatário, na qual o primeiro procura fazer crer que a estratégia que apresenta é eficaz e, sobretudo, procura transmitir o saber necessário para que esta seja colocada em prática (manipulação). A ação pode ser observada da perspectiva do sujeito construindo seu objeto; a manipulação, por sua vez, é observada da perspectiva da comunicação entre dois sujeitos, o destinador e o destinatário. Abordaremos, em nossa análise, predominantemente o segundo ponto de vista.

“Os caminhos da vanguarda” se constitui com base na oposição fundamental *socialismo* vs. *capitalismo*, com euforização do primeiro e disforização do segundo. Narrativamente, o programa descritivo opõe socialistas e capitalistas na disputa pelo *poder*.

O documento se desenvolve em torno de três programas narrativos principais, que correspondem à busca de três objetos de valor modal, a saber: 1) o conhecimento da teoria marxista e de outras teorias revolucionárias brasileiras; 2) a análise da realidade; 3) algumas táticas de luta a serem implementadas na primeira fase da revolução.

Dividimos nossa análise em três itens. Pretendemos, com essa divisão, poder apreender mais detalhadamente as configurações narrativas e os revestimentos discursivos de cada um dos programas narrativos acima mencionados e, conseqüentemente, captar de forma mais completa, a imagem, os valores e as paixões desse sujeito da enunciação.

I- Prolegômenos a uma teoria da luta armada

Estamos chamando de prolegômenos a uma teoria da luta armada os pressupostos teóricos e metodológicos apresentados pelo autor em seu texto, o que se encontra sobretudo no primeiro e segundo capítulos, que são compostos pela afirmação do marxismo-leninismo e pela sanção cognitiva das teorias do PCB e da POLOP. Para realizar essa análise, tomaremos como base os trechos abaixo.

Afirmação do marxismo-leninismo

1. [...] vemos que Marx desenvolveu, ao mesmo tempo as leis que regem o desenvolvimento do capitalismo: é a ciência do proletariado. Por outro lado, utilizou as mesmas leis para explicar o processo histórico por ele vivido em particular – em outras palavras, mostrava como estas leis se manifestavam na realidade concreta da época. Finalmente, num terceiro nível, o Marx político sugere táticas, programas e formas de luta que eram uma resposta correta, em termos de estratégia proletária, à realidade concretamente analisada.

A utilização correta do marxismo como ciência, isto é, sua aplicação que não é nem repetição, nem revisão, consiste pois em utilizar as leis descobertas por Marx em relação ao proletariado, e que encontraremos em “O Capital”: em seguida, devemos mostrar como estas leis se manifestam na realidade histórica atual – o que equivale a explicar esta realidade nova com auxílio destas leis; finalmente, uma vez corretamente analisada esta realidade, procurar a estratégia que lhe corresponda. (1, p. 1-2)⁷

2. O quarto ponto, e talvez mais importante, é que esta distinção [entre as leis descobertas por Marx e a aplicação dessas leis na realidade histórica da sociedade analisada] nos indica o ponto em que devemos começar as nossas análises da realidade nacional, sem violar nem a ciência marxista, nem esta realidade. [...]

Estará terminado aí nosso esforço teórico? É claro que não. O resultado da nossa análise da realidade histórica se apresenta sob a forma de compreensão do que há de estrutural na realidade concreta que se manifesta dentro da conjuntura.

Daí deduziremos a nossa estratégia. Mas, que crédito dar à nossa estratégia? É cientificamente elaborada? Por mais científico que tenha sido o nosso trabalho, permanece sendo uma hipótese, até ser comprovado pela prática. Da mesma forma que uma análise histórica deve nos permitir entender uma conjuntura – pois a realidade concreta só se manifesta numa conjuntura específica – a estratégia se concretiza em movimentos táticos (1, p. 3-4)

Como ponto de partida, vale ressaltar que afirmar o marxismo-leninismo, no contexto da produção de reflexões teóricas, significa aceitá-lo como destinador, e filiar-se à sua rede de valores.

Assim, modalizado pelo marxismo, o destinador busca transmitir a teoria marxista, que representa um valor-modal (saber) com o qual se encontra em conjunção. Como foi visto no resumo apresentado, esse valor é superdimensionado no texto, pois o destinador afirma que, embora muitos creiam ser conhecedores do marxismo-leninismo, poucos realmente o são. Essa postura se reforça quando outros marxistas são chamados de ingênuos e acusados de não saber analisar e aplicar a teoria; ou pelo constante emprego de expressões como correta, corretamente, verdadeiro, etc., associadas à leitura da teoria de Marx realizada pelo enunciador.

Observamos, desse modo, que a transmissão do saber encontra-se acompanhada pela construção de uma imagem do enunciador como sujeito que *sabe* a teoria, e coloca o

⁷ O primeiro número entre parênteses refere-se ao documento de onde foi extraído o trecho citado. Nesse caso, atribuímos o número “1” ao texto “Os caminhos da vanguarda”, de Jamil.

enunciatório na posição de aprendiz. Essa relação fica bastante evidenciada nas perguntas retóricas do segundo exemplo.

O enunciador constrói seu enunciado de modo programador, apontando os passos considerados necessários para traçar uma estratégia marxista da revolução brasileira, os quais podem ser resumidos em interpretação da ciência marxista e realização de uma análise histórica da realidade nacional. De maneira mais focalizada, esse estilo reproduz-se no interior de cada uma das etapas, formada por um conjunto de outros processos. Na manifestação textual, verifica-se esse estilo programador, entre outros, pela presença de diversas expressões que marcam a progressividade, como “tomamos como ponto de partida”, “em seguida”, “o quarto ponto”, “finalmente”, etc.

Esse modo de dizer encontra-se associado a um efeito de sentido de discurso científico, que utiliza o método de desmembramento e separação das partes constitutivas do objeto em análise para a maior compreensão do mesmo. No mesmo sentido, verifica-se a presença do que poderíamos chamar, certamente com riscos e imprecisão, isotopia teórica, constituída, entre outros, por citações (O Capital, Obras Escolhidas de Marx e Engels), simples menção a obras (Celso Furtado), notas de rodapé, conceitos marxistas e alguns trechos nos quais a valorização do estudo encontra-se tematizada:

3. o método, bem como as leis do capitalismo podem ser encontrados em “O Capital”, e devem ser estudados diretamente. (1, p. 3)

Após a reflexão teórica inicial, o final do capítulo contém uma discussão sobre como traçar estratégias e táticas, o que desencadeia uma nova isotopia, da prática. A relação teoria-prática consiste em uma tensão que permeia todo o discurso da VPR. Assim, a partir desse elemento desencadeador, voltando à leitura, vemos que, mesmo ao tratar da teoria, há uma constante preocupação com a compreensão da “realidade concreta”, em oposição à abstração teórica. Não há, portanto, no enunciado do discurso, uma oposição entre teoria e prática, mas a busca da conciliação, a tentativa de formação de uma síntese, de um elemento complexo.

Esse primeiro capítulo é importante porque contém o resumo da estrutura de todo o documento que, do ponto de vista da comunicação, diz como deve ser traçada uma estratégia de luta de acordo com a teoria marxista (transmissão do saber), e, do ponto de vista da produção, traça essa estratégia (construção de um objeto-valor). Nesse sentido,

após discorrer brevemente sobre a teoria marxista e seus problemas de interpretação, o enunciador procura, nos capítulos seguintes, fazer a análise da realidade histórica brasileira, e termina com a apresentação de algumas propostas táticas.⁸

Negação das propostas teóricas do PCB e da POLOP

A teoria revolucionária brasileira é apresentada como um objeto-valor que deve ser construído com base na sanção de duas outras teorias precedentes, a do PCB e da POLOP, e no conhecimento das imposições do contexto em que o Brasil vivia (ditadura militar). Ao projetar-se também como destinador julgador, o destinador manipulador fortalece sua imagem de sujeito do saber, principalmente porque sua sanção funda-se nos princípios do marxismo-leninismo, os quais, nesse discurso, correspondem a um valor extra-positivo.

A análise deste item será desenvolvida tendo como base os trechos a seguir:

4. Os teóricos do PCB transpuseram a realidade européia, atrasaram um pouco o relógio – somos um país atrasado – e ficaram à espera de que o processo seguisse o mesmo caminho. O idealismo é evidente: o texto rege a realidade e a realidade é “transformada” para se adaptar aos textos transpostos (1, p. 4);

5. O segundo erro, ligado ao primeiro, consiste na separação das duas realidades, a nacional e a imperialista, em vez de perceber que ambas são regidas pelas mesmas leis e se integram num processo histórico global. (1, p. 5);

6. O grande erro desta análise foi de não ver que o nosso desenvolvimento das forças produtivas que levou o capitalismo a entrar na fase imperialista, isto é, a mesma causa que levou ao imperialismo, tornou impossível a existência de uma burguesia nacional. (1, p. 7)

Assim como no subitem anterior (afirmação do marxismo-leninismo) verificamos uma preocupação do destinador em mostrar que sabia a teoria *corretamente*, neste subitem, em particular, buscam-se os *erros* alheios. Em algumas passagens, produz-se uma caricatura do outro, o que resulta em efeito de sentido de ironia⁹ e, ao mesmo tempo, contribui para rebaixar os pontos de vista que não condizem com aquele apresentado no texto.

⁸ Ressalte-se que estamos falando da estrutura predominante do texto, pois não há uma separação estanque entre as partes, sendo possível encontrarmos parágrafos sobre a forma de luta no interior de uma análise da realidade, por exemplo.

⁹ Nota-se ironia no quarto exemplo, onde a afirmação “somos um país atrasado” corresponde à interpretação que o enunciador faz do enunciado alheio, julgando-o negativamente, mas sem explicitar essa negatividade.

O quinto exemplo, ao mencionar o “segundo erro”, reforça o método de desmembramento e subdivisões anteriormente mencionado, que separa as etapas do processo revolucionário, os níveis da teoria de Marx, os problemas do pensamento do PCB, etc.

Outra constante desse discurso, que está presente nos fragmentos anteriores, relaciona-se ao modo como o enunciador expõe suas propostas, isto é, em forma de obviedade, o que se observa, entre outros elementos, por meio do emprego de expressões introdutórias como *é óbvio, é evidente, só pode ser, é necessariamente*, etc. Ocorre ainda com frequência a apresentação das próprias ideias como se estas fossem uma solução aos erros alheios, o que se verifica nos exemplos 5 e 6, nos quais as expressões *em vez de perceber que, o erro foi de não ver que* introduzem o ponto de vista do enunciador. Esse modo de dizer, além de reforçar a imagem do enunciador como sujeito do saber, dificulta a refutação da proposta enunciada, que não surge diretamente como afirmação, mas como reparação de um erro. Ressaltamos que essa característica é um traço bastante frequente em textos teóricos, que são construídos, muitas vezes, a partir de relações de confronto estabelecidas com outras teorias.

Após a sanção negativa das teorias do PCB e da Polop, encontramos no documento alguns aspectos de uma teoria revolucionária que estaria em construção. Reforçando a busca pelo elemento complexo teoria-prática, o enunciador apresenta sua teoria revolucionária como resultado de uma experiência prática desencadeada em oposição ao golpe de 64. A experiência da luta armada é valorizada nesse discurso como *não-tradicional, única correta, única verdadeiramente revolucionária*. Nesse aspecto, o valor da luta armada revela-se o mesmo nos documentos internos da primeira fase da ALN¹⁰ e da VPR. Os sujeitos que praticam ações armadas são considerados *lideranças mais conscientes e corajosas*. Trata-se de valores de absoluto, extrapositivos, que fazem da comunidade de guerrilheiros sujeitos diferenciados, selecionados. No sentido da complexificação supracitada, é possível fazermos uma associação entre o adjetivo *conscientes* e as questões mais racionais e teóricas por um lado, e entre *corajosos* e as

¹⁰ Apesar da existência de um item da tese dedicado exclusivamente à comparação entre os discursos da ALN e da VPR, consideramos que a inserção de breves comentários comparativos em algumas passagens da análise dos documentos da VPR permite uma melhor visualização das semelhanças e diferenças entre os dois discursos.

questões práticas, emocionais, por outro. A construção da imagem do combatente como um sujeito complexo funciona ao mesmo tempo como uma manipulação por tentação e por sedução, na medida em que estimula o *querer*, mas também reforça o *poder-ser* um sujeito mais consciente e corajoso.

A busca desse elemento complexo resulta em oscilações, ao longo do documento, entre a maior ou menor valorização da teoria ou da prática. Dessa forma, em algumas partes, atribui-se grande importância ao conhecimento teórico e se afirma a necessidade de construir as estratégias de luta com embasamento científico, trata-se, portanto, de uma teoria que modaliza a prática, um teórico que propõe a ação, como mostramos, mormente, na análise do primeiro capítulo. Em outros momentos, minimiza-se a importância da teoria e do sujeito teórico no processo revolucionário. No intuito de nos aproximarmos dessa oscilação, verifiquemos a passagem abaixo:

7. A teoria da luta armada brasileira que atualmente se desenvolve surge dos grupos armados, da mão dos “militaristas” e não dos “teóricos”. O fato é compreensível, pois os que estão totalmente engajados na luta não podem se satisfazer com “slogans” ou paráfrases de marxismo-leninismo. Cada afirmação, cada análise política, encontram sua verificação pela morte ou sobrevivência de companheiros. Por outro lado, somente o contato direto com os problemas concretos da luta armada permite que haja uma teorização científica, baseada no mínimo indispensável de dados. (...) Somente assim as formas de luta e a análise teórica reencontram a sua unidade e os que não se engajam na luta dificilmente poderão fazer a sua teoria. (1, p. 11)

No exemplo 7, ao inserir aspas em jargões pertencentes ao mundo da esquerda e da luta armada (militaristas, teóricos), o enunciador se afasta do seu próprio meio, criando um efeito de sentido de distanciamento, de visão vinda do exterior, portanto, mais objetiva. Assim, na primeira parte do parágrafo, acolhendo inicialmente as críticas dirigidas aos teóricos, e ressaltando positivamente o caráter extremo da ação armada (“encontram sua verificação pela morte ou sobrevivência dos companheiros”), o enunciador adota o ponto de vista da prática. No entanto, na segunda parte, afirma a importância da conjugação daquela com a teoria.

A análise deste primeiro item permite a apreensão de algumas características que constituem a imagem do enunciador. Inicialmente, podemos apreender um sujeito insatisfeito com a condição do mundo, modalizado pelo querer-fazer (querer transformar a sociedade), que vai em busca de realizar seus desejos. Um sujeito que valoriza o conhecimento teórico-científico e se coloca na condição de detentor de um saber supervalorizado (o marxismo-leninismo), o que lhe confere um estatuto de superioridade

em relação ao enunciatório e outros grupos de esquerda. Esse sujeito interpreta o mundo e age nele estrategicamente, planejando suas intervenções. É um sujeito firme, seguro, com valores de absoluto, que crê nas suas escolhas como únicas possíveis. Por fim, trata-se de um sujeito que procura conciliar a teoria e a prática, que busca o complexo. O enunciatório, por sua vez, também é instaurado como um sujeito insatisfeito, modalizado pelo dever-fazer. No entanto, busca saber-fazer, assumindo, assim, o lugar de um sujeito que quer adquirir competências para realizar sua *performance*. Para que o discurso seja eficiente, é preciso que esse enunciatório valorize os ensinamentos teóricos, creia nos princípios do marxismo-leninismo e sinta-se atraído pela exclusividade proporcionada pelos valores de absoluto.

II- Análise da realidade

A “análise histórica da realidade”, assim como o conjunto do documento, desenvolve-se a partir da oposição *capitalismo vs. socialismo*, em um percurso sintático que parte da negação do primeiro e caminha para a afirmação do segundo.

Narrativamente, no contexto global da disputa de poder entre capitalistas e socialistas anteriormente mencionado, o discurso da VPR enfatiza a sanção negativa do capitalismo em dois aspectos principais. Primeiro, o seu funcionamento, o *imperialismo integrado*, apresentado sob a perspectiva da relação de dominação e dependência que se estabelece entre as grandes e pequenas economias mundiais; segundo, as consequências negativas desse sistema na vida das pessoas.

Para tratar da discursivização, tomaremos como base a passagem a seguir:

8. Até há poucos anos atrás no conjunto da indústria, e até hoje nos setores atrasados como na indústria têxtil, a parte “salários” representava o item de maior importância nos custos de produção. A parte capital constante, isto é, despesa com maquinário e matéria prima, representava item secundário. Assim, a forma mais importante da concorrência entre os capitalistas se manifestar era a redução dos salários, o que reduzia imediatamente os custos e dava uma posição de luta melhor ao patrão. Hoje, nos setores mais avançados da indústria, a redução dos salários não mais representa uma redução importante nos custos do produto. Vemos para este fato uma série de razões:

a) A primeira razão é a redução do componente “salário” no custo de um produto. A tendência não é de hoje, por ser uma tendência essencial do capitalismo; em 1876, por exemplo, o gasto em salário por 1000 cigarros produzidos era, nos EUA, de 96,4 cents. Em 1881, a máquina de Bonsack reduzia este custo a 2 cents por 1000 cigarros. (8, p. 20)

O primeiro elemento a ser ressaltado é a questão “global”, “sistêmica”, que não restringe a análise ao Brasil, mas a estende ao sistema capitalista. Consideramos os revestimentos espaciais encontrados no texto bastante representativos dessa perspectiva, pois abordam desde um local específico até um continente inteiro, sendo as seguintes as referências mais constantes: Europa, Inglaterra, França, Alemanha, China, Estados Unidos, Brasil, Cuba, Argentina, Chile, Peru, nordeste, Recife, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, campo, cidade, fazendas, fábricas, escolas, favelas, etc.

O segundo elemento, estreitamente ligado ao primeiro, o revestimento actorial, que, prioritariamente, realiza-se por meio de termos pertencentes à isotopia que chamaríamos “do mundo econômico”. Vêm-se, desse modo, de um lado os capitalistas, anti-destinadores e anti-sujeitos, revestidos por: *imperialismo, imperialismo integrado, burguesia, burguesia imperialista, ditadura, patrões, grandes capitalistas, gigantescos trustes internacionais, organizações mundiais*. De outro lado, os socialistas, destinadores e sujeitos, preenchido ao longo dos textos por: *socialistas, revolucionários, proletários, domésticas, prostitutas, favelados, povo, camadas de funcionários, população em desemprego, população em sub-emprego, biscates, feirantes, ambulantes, vendedores, camponeses, mulheres*. Essa forma de revestir as funções de sujeito, anti-sujeito e adjuvantes coloca em oposição grandes categorias (opressores e oprimidos), revelando uma abordagem mais “sistêmica”, que enfatiza a luta de classes. Tecendo uma comparação entre os documentos internos da primeira fase da ALN e da VPR, verificamos que todas as expressões empregadas para nomear os inimigos são utilizadas em ambos os discursos. No entanto, da relação de aliados apresentada neste parágrafo, apenas quatro deles encontram-se presentes nos textos da ALN: revolucionários, povo, camponeses e mulheres. Essa observação reforça a ideia que expusemos anteriormente, de que havia entre os grupos armados um consenso a respeito do grande inimigo, mas não da forma de combatê-lo.

O terceiro elemento a ser destacado, é a adoção de uma perspectiva de continuidade entre passado, presente e futuro. Assim, embora tendo sempre como eixo as questões presentes, predominantes, o enunciador recorre a experiências passadas e fala constantemente das tendências futuras, construindo a imagem de um sujeito que enxerga o fio condutor da história e discorre sobre ele. Entre as transformações históricas mencionadas, sobressaem aquelas referentes ao desenvolvimento do modo de produção

capitalista em diversos países, com destaque para a Inglaterra (berço da revolução industrial) e para a Rússia (terreno de uma revolução socialista), mas também há menções aos Estados Unidos e a algumas nações da Europa e da América Latina. Os principais revestimentos semânticos temporais existentes são: 1880, 1882, 1920, 1960, 1968 e 1969.

A dissertação acerca das mudanças na sociedade capitalista normalmente encontra-se reforçada pela apresentação de dados como datas, porcentagens, etc., como é o caso da evolução do gasto com o salário na produção de cigarro nos Estados Unidos (exemplo nove), do crescimento da quantidade de subempreiteiros da Renault; da evolução da porcentagem da população ativa assalariada (1880 a 1960 – EUA, Alemanha, França, Chile, Argentina, Brasil), dos gastos americanos com publicidade, etc. Assim, além de citações de livros, esse discurso recorre a outras fontes de saber, como revistas nacionais e internacionais, anuários, etc.

Todos esses dados e essas referências a acontecimentos passados são usados para fortalecer o efeito de sentido de verdade do enunciado e aumentar a credibilidade das opiniões e propostas do enunciador. Por exemplo, os índices de decréscimo do percentual dos custos da produção relativos aos salários dos empregados são apresentados para reforçar o argumento da diminuição da importância do proletariado como figura central do processo revolucionário. Essa vinculação de argumentos, à semelhança de outro recurso anteriormente mencionado (afirmar o seu próprio argumento como a reparação de um erro alheio), também dificulta a refutação das ideias enunciadas.

Outra marca constante do estilo desse enunciador corresponde à auto-correção¹¹ que, nesse caso, revela a preocupação com a clareza, a busca da palavra mais acertada, além de mostrar a transição em dois campos discursivos, um político e um “científico” ou “teórico”. Essa postura ressalta o caráter de transmissão de saber do documento, e a imagem de transmissor de saber projetada pelo enunciador.

A análise da realidade é construída por meio de um discurso predominantemente temático sobre o capitalismo, o que se realiza por meio de um grande tema, o imperialismo, desdobrado em três percursos temáticos, que nomearemos, sempre com risco de

¹¹ Como exemplo, poderíamos citar os seguintes trechos: “como ser politicamente eficaz quando se é numericamente minúsculo? *Em outras palavras*, não se trata de dizer o que é necessário, todos o sabem, mas sim de traçar o caminho” (p. 11); “Este processo de eliminação gradual da pequena-burguesia, isto é, dos proprietários de parcelas de bens de produção economicamente não viáveis, continua até hoje” (p. 29, grifo no original).

imprecisão, *organização da estrutura produtiva, superestrutura e mão-de-obra*. Vale ressaltar que, apesar de euforizar o socialismo, há pouco desenvolvimento sobre esse sistema econômico no texto e, quando ocorre, vem principalmente de maneira dicotômica, negando algum anti-valor do capitalismo, como mostra o trecho seguinte:

9. [...] enquanto o modo de produção socialista adapta a produção ao consumo através de previsão das necessidades e conseqüente modificação da produção, o imperialismo adapta o consumo à produção adaptando o homem à economia. (1, p. 15)

De modo sistemático e resumido, os assuntos debatidos em cada um dos percursos temáticos anteriormente mencionados são:

1. Organização da estrutura produtiva

- mundialmente: produção integrada, verticalizada;
- centralização das decisões e do poder;
- reestruturação produtiva nas cidades brasileiras: passagem para grandes corporações;
- reestruturação produtiva no campo brasileiro: mecanização, transformação de zonas agrícolas de subsistência em grandes latifúndios;
- consequência da reestruturação produtiva brasileira (urbana e rural): aumento do desemprego, falência de pequenas empresas, expulsão do camponês, falta de perspectiva para a população miserável;
- alternativa viável: socialismo.

2. Superestrutura

- manifestação de diversas formas de adaptação do homem à economia: publicidade, dominação psicológica, cultural, etc;
- Brasil: adaptação à cultura imperialista.

3. Mão de obra

- diminuição da importância do salário no custo da produção;
- diminuição da importância e do peso relativo do operário na produção;
- mudança do perfil do operário, de mão-de-obra simples para qualificada;

- aumento da quantidade de excluídos da vida econômica, as “massas marginalizadas”;
- massas marginalizadas no Brasil: mão de obra no comércio, prostitutas, domésticas, subempregados, biscates, etc.
- perfil das massas marginalizadas: ausência de perspectivas, miséria.

O primeiro percurso temático aborda as características do capitalismo em sua versão do *imperialismo integrado*; seu desenvolvimento contribui para reforçar uma questão considerada fundamental no discurso da VPR, a ideia de que a única opção anti-imperialista é a revolução socialista:

10. Hoje só há duas opções, e todo anti-imperialismo é objetivamente socialista. Qualquer país africano, mesmo que não disponha de proletariado, se verá forçado a seguir o caminho socialista mesmo que não o queira inicialmente – por simples questão de sobrevivência – se não quiser se apoiar na máquina do imperialismo integrado. Concluimos daí ser absurdo colocar, no plano histórico, a discussão quanto ao caráter da revolução sob forma de alternativa socialista ou de libertação nacional – já que toda revolução socialista somente pode ser de libertação nacional, mais precisamente, qualquer revolução é socialista, na medida que é de classe, da mesma forma que um movimento de libertação nacional terá que, forçosamente, se transformar em movimento socialista, pelo fato de que coloca no poder o povo em armas. (1, p. 16)

Não há no texto muitos argumentos que expliquem o porquê de o socialismo ser a única opção viável contra o imperialismo. O enunciador coloca seu ponto de vista como conclusão de um raciocínio lógico (diversas expressões na passagem acima contribuem para a construção desse efeito de sentido: *concluimos daí; já que; é socialista, na medida que...; terá que, forçosamente, etc.*), que soluciona os erros alheios, um modo de dizer que, como já dissemos anteriormente, dificulta a contestação do enunciado. Outra característica marcante do estilo desse enunciador refere-se à apresentação de opções existentes, em outros discursos, como falsas questões. No exemplo anterior, tem-se, especificamente, o problema do caráter da revolução, se socialista ou de libertação nacional. No entanto, ao longo do documento, observa-se ainda a mesma construção de falsa oposição aplicada aos pares *teoria vs prática e razão vs emoção*. Trata-se de um discurso que busca a síntese, mas considera-a como única opção.

O terceiro percurso temático (mão de obra) contribui para fortalecer outra questão apontada como fundamental nesse discurso; o fato de não se poder considerar apenas o

proletariado como sujeito revolucionário, e sim a grande massa marginalizada. Contudo, não há no texto o desenvolvimento do processo de transformação das massas marginalizadas em sujeitos revolucionários:

11. O que queremos demonstrar, em poucas palavras, é que o proletariado não pode mais ser considerado como única classe com objetivos revolucionários. Não se pode considerar o resto da população como “exército de reserva”. A contradição fundamental do capitalismo, contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da propriedade dos bens de produção, ao tornar-se mais aguda, cria uma situação revolucionária. Esta situação revolucionária atinge hoje no Brasil a imensa maioria da população, em todas as camadas, opostas ao único inimigo, o imperialismo (1, p. 19)

12. Nosso campesinato é realmente um proletariado e tem como inimigo o imperialismo (e taticamente, o seu representante, o patrão latifundiário). (1, p. 6)

Recorrendo a um tom científico (*o que queremos demonstrar*, emprego do verbo ser no presente gnômico, de conceitos marxistas, entre outros), o enunciador constrói um efeito de sentido de verdade, instaurando uma relação de causa e consequência na qual se infere que a situação miserável transforma os marginalizados em sujeitos potencialmente revolucionários.

A leitura da realidade enfatiza uma cenografia de pobreza, opressão e falta de perspectivas, com tendência a piorar. Assim, ao discorrer sobre a reorganização da mão de obra em função da reestruturação produtiva de maneira extremamente pessimista, o enunciador apresenta exemplos de situação de miséria tanto rural quanto urbana, e projeta um devir tenebroso. Já nos países desenvolvidos, ou entre as camadas privilegiadas dos países subdesenvolvidos, o mal-estar seria gerado pela desumanização e falta de liberdade resultados da necessidade de adaptar o modo de vida ao modo de produção, temas relativos ao segundo percurso temático. Em ambos os casos, trata-se de uma situação considerada potencialmente revolucionária.

Entretanto, para que o sujeito se torne revolucionário, não basta que ele seja oprimido pelo sistema, é preciso que ele se sinta insatisfeito, queira mudar, e se revolte. O enunciador, em muitas passagens, partindo de exposições de condições objetivas, chega a conclusões a respeito das condições subjetivas, o que podemos observar nas seguintes afirmações: “Esta situação revolucionária atinge hoje no Brasil a imensa maioria da população, em todas as camadas, opostas ao único inimigo, o imperialismo” (ex.11); “o campesinato [...] tem como inimigo o imperialismo” (ex.12).

Para resumir, ao longo deste item foi possível depreender algumas características desse enunciador e reforçar outras. Primeiramente, reforçou-se a imagem de um sujeito do saber (que emprega dados, exemplos do funcionamento do sistema produtivo em diversos países, etc.), com valores de absoluto, certezas, que crê na sua proposta como única opção. Além disso, trata-se de um sujeito cuidadoso, preocupado em ser bem compreendido, que explica os termos empregados; alguém que vê o mundo de uma perspectiva global, sistêmica, com grandes categorias; um sujeito que reúne diferentes tempos e espaços em um só percurso, mostrando um raciocínio estratégico e organizado. Enfim, um sujeito em busca da síntese, que quer superar determinadas oposições. Suas paixões relacionam-se à confiança em seus princípios, isto é, confiança no marxismo-leninismo, no socialismo; além de um sentimento de insatisfação em relação ao capitalismo. Sua certeza faz dele um sujeito intensamente revoltado, a ponto de achar a situação que vive obviamente revoltante. O enunciatário, instaurado como um aprendiz, não é muito desenvolvido por esse discurso.

III- Estratégias e táticas de luta

O eixo do documento voltado mais especificamente para a temática das estratégias da revolução brasileira, assim como os demais eixos, constitui-se, também, a partir da oposição fundamental *socialismo vs. capitalismo*. Todavia, dessa vez, a dicotomia encontra-se focalizada no Brasil. Assim, tem-se, por um lado, a vanguarda armada, considerada a representante do socialismo em nosso país; por outro lado, o chamado inimigo imediato, ou tático, isto é, a ditadura e a burguesia nacional.

Narrativamente, discorre-se apenas sobre algumas mudanças a serem implementadas na primeira fase da revolução. Por meio do mesmo estilo programador dos itens anteriores, são desenvolvidas duas sequências distintas de programas narrativos, com objetivos complementares: primeiro, aquela que visa a prejudicar o anti-sujeito; segundo, a busca da adesão de novos adjuvantes, sobretudo as massas marginalizadas, com a intenção de torná-los sujeitos do processo revolucionário. Os próximos dois itens serão dedicados à análise dessas sequências.

Táticas contra o inimigo

Valorizando o saber e o “racional”, o destinador aponta a necessidade de conhecer e entender o funcionamento do inimigo para poder explorar suas contradições e fraquezas. Trata-se, portanto, de alcançar o *poder* pelo *saber*. Adotando a perspectiva da relação de integração entre as instâncias global e nacional, o destinador considera como verdadeiro adversário o imperialismo integrado, sendo a ditadura e a burguesia nacionais vistas como inimigo tático, postura essa que contribui para a formação de uma imagem desvalorizada deste inimigo, considerado um simples representante do anti-sujeito.

Alguns recursos, principalmente as nominalizações, permitem-nos inferir que esse discurso parte do princípio de que o inimigo se encontra em estado de decadência, sofrendo crescente resistência, como mostra a passagem abaixo:

13. A radicalização da luta contra o imperialismo leva ao desenvolvimento de ditaduras militares. (1, p. 33)

O emprego da expressão nominalizada *a radicalização da luta* implica a presença de um enunciado anterior nessa formação discursiva, no qual se afirma algo como: *a luta contra o imperialismo se radicalizou*. Por sua vez, esse enunciado também implica uma afirmação anterior: *existe uma luta contra o imperialismo*. Dessa forma, ainda de acordo com esse discurso, o inimigo, enfraquecido com o crescimento das lutas antiimperialistas, recorre às ditaduras militares que, apesar de fortes militarmente, apresentam fragilidades políticas, pois são regimes que suprimem valores considerados essenciais, como direitos democráticos e liberdades individuais:

14. O regime que oprime o país é uma ditadura de direita apoiada no imperialismo integrado. Pelo seu caráter de ditadura, fere os direitos democráticos e as liberdades individuais mais elementares (1, p. 17)

A supressão desses direitos corresponderia a uma busca desesperada pela sobrevivência, e resultaria em insatisfações, sobretudo das classes “privilegiadas”, acostumadas a eles, como, por exemplo, estudantes, setores da classe média e outras camadas ditas “objetivamente reformistas”, insatisfeitas com o regime, mas não com o sistema. Nesse sentido, a primeira tática a se adotar contra o inimigo imediato, a ditadura local, seria canalizar essas insatisfações para a luta revolucionária. Vale ressaltar que o

destinador do discurso da ALN defende a aliança com estudantes e setores da classe média sem fazer a ressalva de que se trata de aliados reformistas. Fortemente modalizado pela confiança, pelo *querer-ser e pelo crer saber poder-ser/fazer*, o destinador da VPR afirma que o crescimento de ações armadas e das agitações levaria o inimigo a intensificar a repressão (e, conseqüentemente, a supressão de direitos elementares), o que facilitaria a transformação de insatisfações reformistas em revolucionárias. Nesse sentido, crê-se que, quanto maior a repressão, maior a revolta, ponto de vista que não encontramos nos textos da ALN. Segundo as teses de Jamil, essa dupla ascensão atingiria um ponto máximo, de inversão, a situação revolucionária. A partir daí, as ações dos revoltosos aumentariam ainda mais, enquanto a repressão começaria a diminuir.

15. O inimigo, ganhando forças, perde terreno político, permitindo-nos estender o campo de luta a novas camadas. Com a radicalização crescente da luta, o regime se torna incapaz de satisfazer aspirações cada vez mais elementares. E na medida em que não pode satisfazer estas aspirações, elas se transformam em objetivamente revolucionárias.

Assim o movimento revolucionário, radicalizando a conjuntura, reduz a capacidade da burguesia em aceitar exigências reformistas, transformando cada dia novas camadas de reformistas em revolucionárias. (1, p. 33)

Entretanto, à semelhança do parágrafo acima, onde se aponta como modo de atingir a situação revolucionária uma ação genérica como “radicalizar a conjuntura”, o discurso não desenvolve mais detalhadamente esse programa narrativo. Ainda sobre o exemplo 15, vale ressaltar a presença de um recurso constantemente usado por esse enunciador, o emprego, diante de adjetivos relativos ao caráter revolucionário dos sujeitos, de advérbios que contribuem para a construção de um efeito de sentido de verdade e objetividade em relação ao que está sendo dito, como *objetivamente*, *realmente*. Trata-se, portanto, de um enunciador que valoriza as questões concretas, objetivas e reais.

A segunda tática para desgastar o inimigo, relacionada à primeira, baseia-se também no *saber*, dessa vez utilizado sobretudo para denunciar, *fazer-saber* o verdadeiro *ser* da ditadura. O enunciador coloca-se como sujeito que conhece as irregularidades do inimigo e *pode* revelá-las, acreditando, assim, que, com essa ação, provocará seu enfraquecimento. Vale ressaltar que essa tática também é empregada no discurso da ALN. Fortemente modalizado pelo *crer-poder-fazer*, o enunciador apresenta sua proposta em tom firme, em voz alta, com a postura de alguém que não pede, mas exige:

16. [...] por ser um grupo traidor e vendido, *podemos* abalar esse regime tirando-lhe as bases políticas a fim de isolá-lo, de reforçar as nossas próprias bases políticas e de paralisar o inimigo [...] atacaremos a desnacionalização em todos os seus aspectos, denunciaremos a alta dos lucros imperialistas que acompanha a redução dos salários dos operários na atual conjuntura etc., nossas exigências serão de independência. (1, p. 18)

Há ainda na passagem anterior a construção de um efeito de sentido de envolvimento do enunciatário na ação apresentada, o que se realiza pelo emprego do “nós” em sentido inclusivo (*podemos*). Esse recurso fortalece a manipulação por tentação, pois atribui também a este o estatuto do poder.

Uma terceira tática apontada para desgastar o inimigo consiste em desmascará-lo e, mais do que isso, tornar explícita a sua máscara, mostrando a contradição entre o seu *ser* (ditadura autoritária) e o seu *parecer* (ideologia democrática). O modo de apresentar essa tática atribui mais uma vez o estatuto do poder ao enunciador e ao enunciatário, além de não detalhar muito a maneira de se alcançar o objetivo pretendido.

17. Nosso papel não é dizer que a máscara ideológica que a burguesia usa não representa a liberdade real [...]. Nosso papel é desafiar a burguesia a usar essa máscara sempre que ela não a puder usar, transferindo para nós o proveito de anos de propaganda burguesa (1, p. 34)

A quarta tática contra o inimigo refere-se à guerrilha. No entanto, como o documento elabora estratégias relativas especialmente à primeira fase da revolução, a temática em torno dessa forma de luta aborda principalmente os modos de aproximação e participação das massas, como veremos em item posterior. Assim, as ações guerrilheiras contra o governo concentram-se em sua maioria na parte relativa à guerrilha tática. Tais ações são definidas como “ações de sabotagem econômica e militar, com a finalidade principal de atrair e paralisar as forças inimigas”, que praticamente não contam com a participação das massas. Com relação ao modo de enunciar esse tema, observemos os seguintes trechos:

18. A função principal destes grupos, como já vimos, é de dispersar o inimigo, criando frentes de lutas insignificantes quanto à potência de fogo, mas intoleráveis pelo efeito de suas ações. (2, p. 294)

19. A segunda função desses grupos é política. Não apenas no sentido de repercussão local, mas de repercussão nacional, que atinge o regime nos seus mais altos brios ao demonstrar sua incapacidade de manter o controle sobre o país. (2, p. 294)

Ao discorrer sobre a guerrilha tática, o discurso de Jamil enfatiza as fragilidades do governo, o anti-sujeito, e as forças do guerrilheiro, o sujeito. Há, desse modo, um superdimensionamento das características positivas do sujeito revolucionário e de sua ação. Ainda com relação aos valores, notamos que é importante para o discurso guerrilheiro destruir moralmente o adversário, o que se verifica no exemplo anterior pela passagem “atinge o regime nos seus mais altos *brios*”, mas também pelo emprego constante do verbo *desmoralizar* com relação ao que se pretende fazer contra o inimigo. A preocupação em desmoralizar a ditadura é uma constante também nos textos da ALN.

As passagens acima reforçam dois aspectos do estilo desse enunciador que já mencionamos anteriormente. Primeiro, os enunciados enfatizam os objetivos e suas conquistas, mas não discorrem muito detalhadamente sobre o modo de alcançá-los. Segundo, os argumentos encontram-se frequentemente subdivididos (nos exemplos 18 e 19, tem-se: *função principal, segunda função*).

Em síntese, ao discorrer sobre estratégias e táticas de luta, o enunciador projeta no enunciado o sujeito revolucionário, junção de enunciador e enunciatário, um sujeito do saber e do poder-fazer, que sabe e pode enfraquecer o inimigo. Vale ressaltar que a construção da imagem do revolucionário realiza-se por meio de recursos que produzem efeito de sentido de objetividade e realidade, fortalecendo a veracidade desse sujeito. Assim, por meio da supervalorização da imagem do revolucionário e da desvalorização de seu adversário, o enunciador constrói a sua manipulação, buscando fazer o enunciatário querer-ser um sujeito revolucionário.

A participação das massas no processo revolucionário

Como vimos anteriormente, a VPR, na busca de formular sua teoria sobre a revolução, aponta a importância, no contexto brasileiro, da participação das “massas marginalizadas” no processo revolucionário. Assim, a relação vanguarda-massas representa um dos pontos essenciais para a sua teoria, contribuindo para a concepção das diversas formas de manifestação da luta armada, bem como de suas diferentes fases. Esse documento detém-se sobretudo à primeira delas, “fase em que a vanguarda ainda é numericamente muito pequena e politicamente pouco presente no processo político nacional” (p. 285), traçando como um dos principais objetivos a ruptura do isolamento

existente entre a vanguarda e as massas e o estabelecimento de uma relação entre as duas partes:

20. [...]. Quando as organizações armadas se transformarem de fato em vanguarda política, ou seja, quando tiverem condições de iniciar a organização do apoio e participação do povo na guerra revolucionária, porque acredita que é a sua alternativa, teremos atravessado vitoriosamente a primeira fase. (2, p. 314)

A passagem acima aponta a mudança desejada na primeira fase, marcada pelo verbo “transformarem” e pela locução verbal “teremos atravessado”. Trata-se, em um primeiro momento, de estabelecer um contrato no qual um sujeito, por meio do *fazer-crer* (porque acreditam que é a sua alternativa), torna-se destinador (vanguarda) legítimo perante os destinatários (massa). Somente ao ser atualizada como destinadora, a vanguarda estará modalizada pelo *poder-fazer* (ter condições de organizar) *fazer* (apoio e participação do povo). Semioticamente, o objetivo da primeira fase da revolução apontado nesse documento corresponde à instituição de uma relação de destinador e destinatário entre a vanguarda e as massas.

Vale ressaltar que as teses de Jamil não se dirigem às massas, mas à pretensa vanguarda. Assim, o destinador procura transmitir ao destinatário (pretensa vanguarda) uma competência, *saber-fazer*, a ser aplicada em outro programa narrativo, no qual esse destinatário (vanguarda) torna-se destinador e estabelece um contrato de manipulação bem sucedido com um outro destinatário (massas).

O discurso insiste na ideia de que, em um primeiro momento, a relação vanguarda-massas restringe-se ao contato, o que, em termos semióticos, corresponde à virtualização do sujeito (levá-lo a querer/dever-fazer):

21. [...]. Este ponto é fundamental: somos uma vanguarda minúscula e devemos nos concentrar, na fase atual, em fazer o povo compreender a nossa luta, através da concentração de todos os nossos esforços no desenvolvimento da luta, e não organizar desde já a participação das massas (2, p. 285)

Diante disso, o recrutamento é considerado quase nulo e seu tema desenvolve-se juntamente com o da necessidade de estruturação da Organização armada:

22. Assim nosso recrutamento não será, durante longo tempo, efetuado em função da facilidade de recrutar, e nem o recrutamento será nossa primeira preocupação quando nos referimos a nossas relações com as massas. A pergunta a fazer não será nunca “como aumentar nossos efetivos?”, mas sim “como aumentar nosso potencial de trabalho?” Contentemo-nos hoje em popularizar a luta armada, preparando agora o terreno do trabalho de amanhã. De nada adianta recrutar um quadro para depois perdê-lo ou sustentá-lo desde já para tarefas futuras. (2, p. 302)

Esse modo de desenvolver e de expor o tema contribui para a formação da imagem do enunciador como um sujeito realista, ou seja, um sujeito que reconhece suas limitações, *sabe* o que *pode-fazer*. Um sujeito racional, fortemente modalizado pelo *dever*, e que se submete a privações no presente (contentemo-nos) para construir o futuro. Com o mesmo estilo empregado para tratar de conhecimentos teóricos, afirmando a superioridade de seu ponto de vista a partir da negação de outras perspectivas, o enunciador contrapõe essa leitura da realidade a “desvios” como o idealismo – *crer poder fazer* o que *quer*.

Assim sendo, uma vez apresentado o objetivo da primeira fase da revolução – a instauração da vanguarda como destinador e das massas como destinatário - passemos à forma de alcançá-lo. Normalmente, estabelecer um contrato significa instaurar uma troca de interesses. No entanto, nesse caso, a vanguarda deverá *saber-compreender* as aspirações das massas e *fazer* (as massas) *saber compreender* os seus próprios interesses. Ou seja, o sujeito crê na sua forma de luta não somente como a mais adequada, mas como a única possível, restando ao outro apenas a adesão:

23. [...] o objetivo é de levar as massas a *entenderem* a luta armada organizada (fase atual) como *única saída* para os seus interesses de classe e que sua *única saída* é entrar na dinâmica das exigências do desenvolvimento da guerra revolucionária (2, p. 312)

Reforça-se, assim, a construção do discurso exclusivista, com base em valores de absoluto e fortalece-se também a imagem de um enunciador firme e convicto. Outra característica constante nesse discurso presente no exemplo anterior refere-se à valorização do *saber* e de sua transmissão. O *saber* transmitido à vanguarda encontra-se tematizado pela escolha adequada da palavra de ordem, da forma e do conteúdo da propaganda armada, etc., sempre de acordo com o efeito de sentido, o clima, a sensação e a reação que deseja provocar. O enunciador mostra, assim, grande preocupação retórica e, mais uma vez, coloca a vanguarda como canalizadora das energias revolucionárias.

A vanguarda, modalizada por esse *saber* retórico, *deve* tornar-se destinadora e transmitir às massas o *fazer-saber* e, sobretudo, o *fazer-crer* que o projeto revolucionário é o mais indicado para o interesse do povo.

Nesse sentido, a propaganda armada é entendida pela VPR como uma forma de o movimento revolucionário obter apoio político e repercussão nacional, ou seja, transformar-se em legítima vanguarda. O enunciador, visando a estabelecer uma relação de confiança

com as massas, constrói um simulacro desse interlocutor, a partir do qual formula propostas de intervenção que são consideradas eficazes. Assim, ele afirma que, no processo de interação com as massas, é mais importante para a vanguarda mostrar conhecimento da “realidade concreta” e das necessidades imediatas do que da teoria marxista, como revelam os fragmentos a seguir:

24. [...]. Outro tipo de imprensa externa será elaborada em função de problemas específicos de camadas da população, fábricas, escolas, quartéis determinados etc, visando pouca extensão mas de efeito mais profundo e será distribuído, também com esquema, no local, demonstrando nossa presença revolucionária e nosso conhecimento da situação, politizando não com panfletos abstratos sobre “materialismo histórico” ou “leis do valor”, mas referentes à situação vivida em cada fábrica, em cada favela, em cada quartel. A melhor panfletagem, entretanto, será aquela que acompanha uma ação armada concreta; nada eleva o espírito de luta tanto quanto a própria luta. (2, p. 307)

25. [...]. Além dessas ações de repercussão mais geral, é indispensável a realização de ações relacionadas com os objetivos imediatos das massas, como distribuição de víveres expropriados, ações que obriguem o governo e os patrões a pagar salários atrasados, conceder aumentos. É através desse último tipo de ações que a vanguarda verá aumentar o seu “time”, e não somente a sua torcida. São as ações mais importantes no momento, criam a “ponte” de confiança para a mensagem política. (2, p. 307)

Se, na relação entre enunciador e vanguarda, fundamenta-se a argumentação no conhecimento teórico, para a comunicação com as massas enfatiza-se a prática, a vida real e as dificuldades das pessoas com as quais se pretende estabelecer diálogo.

Assim como a guerrilha tática, a intenção da propaganda armada é obter grandes resultados a partir de um pequeno número de pessoas e recursos. Desse modo, não se trata de realizar uma atividade contínua, cotidiana, como seria o chamado trabalho de base, mas uma ação extraordinária, espetacular, que apela para a ruptura, para a surpresa e para a emoção, a fim de conquistar a adesão. Ressalte-se, porém, que essas ações não devem ser pontuais nem durativas, mas iterativas, ou seja, repetem-se de tempos em tempos. O segredo é que o intervalo entre elas não deve ser sempre o mesmo, garantindo a surpresa, mantendo o inimigo em estado de alerta e tensão, fortalecendo os laços com as massas.

A tensão teoria vs. prática desdobra-se nesse discurso em razão e paixão. Assim, na relação com a pretensa vanguarda, o enunciador acentua o conhecimento teórico e constrói a imagem de um sujeito do saber, racional, estratégico, etc. Por outro lado, ele afirma que, ao interagir com as massas, os revolucionários devem reforçar a imagem de sujeitos da ação, corajosos, surpreendentes e bem intencionados.

A busca pelo lugar do complexo é uma marca bastante presente nesse documento, o que acreditamos ser influência do marxismo e da dialética. Vamos tratar aqui de algumas das oposições que o enunciador procura sintetizar no texto. Primeiro, a relação entre a teoria e a prática, que, como já dissemos, alterna entre a maior valorização de um ou de outro aspecto. Uma segunda oposição, estreitamente relacionada à anterior, poderia ser resumida como *racional vs. passional*. A primeira imagem depreende-se da valorização da teoria, do efeito de sentido de objetividade, do desenvolvimento temático “realista”, que propõe “ir devagar” na conquista da adesão das massas, etc. Por outro lado, a exacerbação da revolta contra o imperialismo, a supervalorização do poder dos revolucionários, a valorização de atividades “com o mínimo de recursos e o máximo de resultados”, a exploração maior dos objetivos e das conquistas do que do modo de conquistar, etc. resultam na imagem de um sujeito impulsivo e apaixonado.

O manuseio de elementos opostos provoca certa instabilidade no modo de dizer desse discurso. Desse modo, em algumas passagens, podemos observar a construção de argumentos baseada na apresentação de dados, citações, etc., como ocorre no vigésimo sexto exemplo. Já em outros trechos, encontramos conclusões tiradas a partir de generalizações, hipercategorizações, etc, como no exemplo 27:

26. (...) esta firma não produz para o Mercado (noção econômica com leis definidas) mas exclusivamente sob encomendas que determinam de antemão a qualidade e a quantidade. [...] Assim, na França, A Renault, que antes da última guerra mundial dispunha de poucas dezenas de sub-empregados, hoje, altamente automatizada, passou a contar com mais de 4 mil (Visão, agosto, 1969, pág. 134). Estas firmas se integram na gigantesca pirâmide dirigida com disciplina férrea pelo truste (1, p. 13)

27. A luta hoje é uma só. No teatro de luta só se encontram duas forças, o imperialismo reacionário com seus funcionários vendidos e as massas objetivamente interessadas na revolução lutando diretamente pelo socialismo. Esta simplificação do conflito é a consequência fundamental do desenvolvimento das forças produtivas e do consequente desaparecimento de “terceiros caminhos” entre o socialismo e o imperialismo. (1, p. 17)

No conjunto do documento, podemos depreender a imagem de um enunciador que sabe interpretar a realidade e tem certeza de que o capitalismo é um sistema que provoca opressão e miséria, e cujas consequências para os seres humanos tendem a ser cada vez mais catastróficas. Diante da realidade, considerada revoltante, o enunciador aposta no socialismo como única saída viável, e na revolução fundamentada na ciência marxista como o melhor meio de alcançar esse fim. Investindo no efeito de sentido de objetividade,

na imagem de sujeito de saber, com estilo “científico”, procura transmitir seus conhecimentos teóricos e traçar a estratégia adequada para a revolução brasileira, a ser desencadeada pela luta armada. Confiante, ele crê *saber* o que deve ser feito, e *poder* fazê-lo.

O enunciatório projetado é um sujeito inconformado com a situação em que vive, que *quer fazer* a revolução e está em busca de *saber* como. Um sujeito que valoriza o marxismo-leninismo e se vê como pertencente à vanguarda.

As modalidades revelam insatisfação com o capitalismo, mas também muita crença e confiança no socialismo e na ciência marxista. No entanto, o que se vê na manifestação superficial do discurso é principalmente o efeito de sentido de objetividade, ou seja, o apagamento de marcas subjetivas. Acredita-se que esse modo de dizer deva-se à valorização, na época, do científico, da razão, e do método marxista-leninista.

4.1.1.2 Documentos de caráter prático

Estamos chamando de documentos internos “práticos” o material que veicula, no interior da organização, informações sobre a prática cotidiana da instituição e de seus militantes. Nesse conjunto de textos, encontram-se as normas de funcionamento da VPR; orientações a respeito do encaminhamento das ações revolucionárias, com destaque para o modo de agir do inimigo e a maneira como deve agir um revolucionário; e, finalmente, uma avaliação de atividades realizadas pela Organização. De maneira geral, podemos resumir as características desses documentos da seguinte forma:

- têm como principais funções: a) garantir e regular a estrutura e o funcionamento da Organização e b) orientar os militantes sobre a prática da luta armada;
- os temas mais abordados são: organização, luta e militantes armados;
- os textos possuem extensão variada, entre de 01 e 13 páginas;
- o estilo é predominantemente formal.

Vale mencionar, antes de iniciar a apresentação da análise, que esta foi realizada com base nos textos abaixo relacionados:

Título	Responsável	Data	Número de páginas	Referência
3. Caminhos da guerrilha	Cid (Carlos Lamarca)	Outubro/1969	12 páginas	AEL/BNM, anexo 777
4. Como deve comportar-se um militante na prisão	VPR	s.d	8 páginas	AEL/BNM, anexo 1812
5. Coquetel molotov	VPR	s.d	1 página	AEL/BNM, anexo 748
6. Estatutos e normas de segurança das Unidades de Combate da VPR	VPR	s.d	2 páginas	AEL/BNM, anexo 729
7. Informe n° 3	VPR	Janeiro/1970	5 páginas	AEL/BNM, anexo 8200
8. Normas de conduta em centros urbanos	s.o ¹²	s.d	3 páginas	AEL/BNM, anexo 747
9. Normas de deligamento	VPR	Fevereiro/1970	1 página	AEL/BNM, anexo 689

Do ponto de vista narrativo, predomina nesses textos a transmissão de *competências*, fase na qual um destinador *faz* um destinatário *saber* ou *poder fazer*. O revestimento dos programas narrativos corresponde sempre à *Organização* (VPR) ensinando *seu militante* a *agir* como um revolucionário e a *fazer* a luta armada.

As características narrativas acima expostas pressupõem sujeitos já modalizados por um *querer* ou *dever*. Refazendo o percurso pressuposto, temos um sujeito que, insatisfeito com sua condição inicial, passa a *querer* ou a *crer-dever* mudar. Esse desejo de mudança é revestido pela vontade de vir a *ser* (revolucionário) e a *fazer* (a revolução). Contudo, ele *não sabe* ou não *pode* agir sozinho, por isso, integra-se à Organização, que possui o *saber* e o *poder fazer*. Integrar-se, ser membro, implica assumir responsabilidades e deveres, estabelecer um contrato. Dessa forma, nesse discurso encontram-se, por um lado, o contrato entre o militante e a organização e, por outro, a aquisição de competências (formação) do militante.

Embora em menor constância, tem-se ainda a sanção do destinador, que avalia ações realizadas pelo grupo de combatentes. No entanto, esse julgamento não possui uma

¹² Ressaltamos que, embora o próprio documento não contenha nenhuma assinatura, nos anexos da coleção Brasil Nunca Mais, tal documento foi classificado como sendo da VPR, o que consideramos confirmado pelo estilo e conteúdo do texto.

função meramente terminativa, que atribui prêmios ou castigos, mas desencadeia um novo programa de manipulação, estabelecendo valores e anti-valores. Trata-se de aprender com as experiências, postura que indica uma visão de continuidade de um processo e revela a esperança.

O compromisso firmado entre destinador e destinatário desencadeia um contrato fiduciário a partir do qual surgem expectativas e se constroem simulacros em via dupla, isto é, tanto da organização com relação ao militante, quanto deste para com aquela. Como os textos são produzidos da perspectiva da organização, encontramos sobretudo o que esta espera de um militante, a imagem que constrói dele.

As qualidades do sujeito revolucionário compõem-se, nesse discurso, com modalidades da ordem do *crer*, do *saber* e do *dever*. Observemos a passagem a seguir:

28. É necessário acreditar. É necessário amar a causa e a O. É necessário ver de forma inflexível que, sem a O., jamais atingiremos nosso objetivo – o socialismo. (4, p. 1)¹³

O *crer* possui um estatuto tão importante que, em algumas passagens, encontra-se intensificado pelo uso da expressão *fé política*, ou seja, a crença na vitória da revolução. Entretanto, a análise do conjunto dos textos permite depreender que não se trata de uma simples fé, mas de uma *fé política*, que se baseia no saber, no conhecimento da ciência marxista. Um revolucionário é um sujeito *convicto*, que *sabe* o que *quer* e tem *certeza* disso, qualidades que se vêem manifestadas por expressões como *firmeza ideológica* ou *clareza*, muito presentes ao longo dos textos. Por fim, demanda-se ainda do revolucionário que ele tenha paixões benevolentes (principalmente o amor) pela sua causa e pela sua organização. Dessa junção entre razão e emoção fundam-se os princípios de um militante, considerados pelo discurso da VPR muito mais importantes do que qualquer competência técnica.

Encontram-se também nos textos menções às habilidades físicas do guerrilheiro, competências para o *fazer*:

¹³ O número entre parênteses corresponde ao documento de onde foi extraído esse trecho e se baseia na lista de documentos apresentada na página 240. No caso, trata-se de uma passagem do texto “Como deve comportar-se um revolucionário na prisão”.

29. Os quadros componentes de um comando de sabotagem devem conhecer muito bem explosivos, eletrônica, topografia, etc. [...] Devem saber: dirigir auto, caminhão, remar, nadar, mergulhar, andar de bicicleta, a cavalo. (3, p. 8)

Estas competências, porém, são consideradas menos importantes do que aquelas relativas ao *ser*.

Vale ressaltar algumas diferenças entre os textos da VPR e da ALN a respeito da composição de um guerrilheiro ideal. A organização de Marighella enfatiza bastante em seu discurso as habilidades físicas de um combatente e, a respeito das paixões, discorre em especial sobre o ódio ao inimigo. A VPR, diferentemente, aborda de modo mais enfático as temáticas do amor à causa e do dever do revolucionário para com a organização.

O revolucionário é apontado no discurso da VPR como parte de um todo maior:

30. Quando ela [a ditadura] submete um quadro revolucionário à sua corte de justiça está submetendo o proletariado. Ela não condena simplesmente o quadro ela condena a causa do próprio proletariado – o socialismo (4, p.3)

O “todo maior” engloba não apenas a causa, como aponta o exemplo anterior, mas também a Organização. Essa condição (de parte do todo) abre duas perspectivas distintas. Por um lado, reforça a impotência do sujeito e sua dependência da causa e da Organização, e, por outro lado, atribui ao sujeito um valor extrapositivo, que é o *poder* mudar o mundo, *fazer* a revolução socialista. Nessa situação dúbia, funda-se a manipulação do destinador, os recursos empregados para *fazer-fazer*.

Assim sendo, o discurso da VPR enfatiza a necessidade de o militante revolucionário ter *disciplina, seriedade, compromisso, respeitar hierarquias*, ou seja, assimilar o *dever-ser* e o *dever-fazer*, que se justifica pela importância da causa e, conseqüentemente, do papel da organização. A necessidade de assimilação do dever encontra-se reforçada pelo emprego abundante do verbo *dever* e de outras expressões deônticas, como, por exemplo, *é necessário*, utilizada no exemplo 28, além de verbos no infinitivo com valor imperativo.

Espera-se de um militante que ele seja inflexível com relação a seus princípios, uma pessoa confiável, que inspire *confiança* e *respeito*. Por outro lado, o sujeito que não corresponde às expectativas da Organização é visto diante dos seus pares como *fraco, traidor, indigno, sem firmeza ideológica*, anti-valores empregados com muita frequência por esse discurso:

31. Um revolucionário morre de cabeça erguida e com altivez, *enquanto um traidor morre feito rato, arrastando-se nos esgotos* (4, p. 1)

32. A partir daí [traição] não manteremos com ele qualquer relacionamento político. Ele *não é mais digno de nossa confiança*. A o. esperará apenas uma oportunidade para julgá-lo. (4, p. 7)

Há, dessa forma, uma intimidação moral que aproxima a Organização revolucionária de uma sociedade da honra, na qual se estimula a vergonha de seus pares, o que se encontra reforçado pela constante presença da questão do julgamento interno e da figura do *Tribunal Revolucionário*.

Além da intimidação e da vergonha, esse discurso funda sua manipulação na tentação, na transmissão do *saber* e do *poder*, que permitirão ao destinatário transformar-se em um *revolucionário* e vencer um inimigo poderoso. Nesse sentido, desenvolvem-se programas narrativos de transmissão de competências técnicas sobre o funcionamento da guerrilha e o enfrentamento com a ditadura. Todavia, a vitória é apresentada como resultado de um percurso difícil, que está no início e será lentamente atravessado, o que a torna ainda mais tentadora. Enfatizam-se a força da repressão, as fragilidades da guerrilha e a necessidade de os combatentes agirem com cautela, preservando sua segurança. Em outras palavras, diríamos que o sujeito está sendo preparado, nesse primeiro momento, para *não perder* a batalha, não para ganhá-la, o que condiz com a definição da VPR de primeira fase da revolução, a “defensiva estratégica”.

33. Pode-se montar uma emboscada: quando se dispõe de informações sobre deslocamentos de tropas ou a forçamos a isto; quando se dispõe de uma área favorável para nós no itinerário; quando dispomos de efetivo suficiente – quando, fundamentalmente, dispõe-se de vias de retirada (da área favorável) em segurança. (3, p. 4)

34. Ressentimo-nos da falta de informações, temos dificuldades para fazer levantamentos – cada vez é mais difícil formar a infra-estrutura – a repressão já conhece os métodos que empregamos e possui uma coletânea de informações que companheiros que caem fornecem [...] além de documentos que deixamos cair por displicência. (3, p. 1)

Vale ressaltar ainda que o discurso discorre sobre as ações do anti-sujeito, mas praticamente não explora seus (anti)valores.

A discursivização das estruturas narrativas anteriormente abordadas projeta categorias de pessoa, tempo e espaço. Para analisá-las, tomaremos como base os seguintes exemplos:

35. Uma organização de combatentes não pode permitir a entrada e saída de militantes com explicações vagas ou inadequadas. (9, p.1)

36. A unidade de Combate Urbana é formada por 1 a 5 GATs (Grupos de Ação Tática) com direção centralizada no Comandante da Unidade. (6, p.1)

37. Contra-chequeio é um método preventivo. Deve ser uma constante na vida de quem mantém ligações com organizações revolucionárias. (8, p. 1)

38. Locais onde se pode verificar se estamos sendo seguidos ou não sem despertar suspeitas.

[...]

- telefones encimados por espelhos que nos proporcionem visão da rua

- um bar ou farmácia ou loja, logo após uma esquina, em que se possa entrar rapidamente e tomar um café ou telefonar, e ao mesmo tempo observar a rua.

[...]

Vários locais servem como ponto de contra-chequeio e para isso é importante conhecermos bem a cidade e estar sempre atento a procura de novos locais. (8, p. 2)

39. A qualquer momento podemos ser presos. Em todo e qualquer momento devemos ter histórias montadas. (4, p. 3)

Nos três exemplos iniciais, tem-se o emprego da terceira pessoa do singular, a ausência de marcas de espaço e, em dois deles (36 e 37), o presente omnitemporal. Há um distanciamento entre a instância da enunciação e do enunciado e, consequentemente, entre enunciador e enunciatário, reforçado, no exemplo 35, pela *embreagem actorial*, que substitui o estatuto do militante, de *tu* para *ele* – pois, apesar de se tratar de normas da organização dirigidas *ao militante (tu)*, essas são apresentadas com o apagamento de marcas de subjetividade.

Diferentemente, nos exemplos 38 e 39, tem-se a primeira pessoa do plural e o presente com valor durativo, produzindo, assim, um efeito de sentido de aproximação entre enunciador e enunciatário, uma vez que o *nós inclusivo* engloba *eu + tu*, e o momento presente refere-se ao *agora* tanto para o enunciador quanto para o enunciatário.

Ainda sobre a questão do tempo, ressalta-se um presente constantemente apontado para o futuro, com características prospectivas. Finalmente, a espacialização encontra-se bastante figurativizada, com muitas referências a espaços concretos, dentre os quais se destacam: Brasil, cidade, banca de jornal, vitrine, telefone, bar, farmácia, loja, ponto de

ônibus, prédio, prisão, campo, etc. A junção dessas características constrói uma cena comum, que serve de referência para o enunciador e o enunciatário, e que é descrita por meio de elementos como: nós, de agora em diante (percorrendo o conjunto dos textos, encontramos como marca de revestimento do tempo os anos 1969 e 1970), em grandes centros urbanos. Observamos, dessa forma, que as projeções pessoais, temporais e espaciais são mais restritas nos documentos práticos do que nos textos teóricos, pois estes discorrem sobre um período de tempo mais amplo, abordam realidades de diferentes países e apresentam um espectro maior de revolucionários e aliados.

A temporalidade e a espacialidade dos exemplos 38 e 39 permitem a apreensão de mais algumas características do sujeito revolucionário. O fato de estar sempre à espera do desencadeamento de uma ação - seja despistar um agente, responder a um interrogatório, realizar uma sabotagem, ou qualquer outra atividade - sempre preparado, alerta para algo que poderá acontecer. Tal modo de proceder faz com que o seu presente esteja repleto da busca de antecipação do futuro, havendo, portanto, uma aceleração do tempo que causa um efeito de sentido de tensão (ansiedade). Com relação ao espaço, este representa um lugar de ação, não de contemplação; o sujeito revolucionário interage com o espaço¹⁴ buscando dominá-lo, torná-lo um instrumento que lhe seja útil e favorável.

Verificamos, dessa forma, que, do ponto de vista da sintaxe discursiva, o enunciador ora se coloca como distante, construindo uma imagem objetivizada, que poderia ser revestida como a de um representante da organização; ora se coloca como próximo, um militante que, por ter mais experiência, aconselha e dá dicas, mas não dá ordens.

O modo de dizer permite-nos apreender mais algumas características desse enunciador. Para analisá-lo, tomaremos como base os exemplos abaixo:

40. Presos sem material, fora de ação, sozinhos: nesse caso nossa história será montada em torno do fato já conhecido pela polícia (4, p. 5)

41. Coquetel molotov, como já sabemos, é uma arma que serve para tocar fogo. Mas nem sempre é tão fácil assim: só fazer, jogar e pronto. Além de se ter boa pontaria para jogar a garrafa no lugar certo tem mais coisas que a gente deve saber. Primeiro, saber porque se joga. Depois temos que saber como e em que lugar se vai jogar. Além disso a gente tem que saber quando se pode jogar e como fazer um coquetel (5, p. 1)

¹⁴ Ressalte-se que, para a realização de uma ação revolucionária, espera-se de um combatente que ele tenha também o controle do tempo, ou seja, domine com exatidão a duração de cada etapa do projeto a ser implantado. Aliás, de modo geral, espera-se de um revolucionário, em suas atividades, que ele tenha o controle da *situação*, o que engloba o tempo, o espaço, as pessoas, os obstáculos, etc.

O enunciador, à semelhança daquele dos textos teóricos, atribui-se o estatuto de sujeito do saber e, ao enunciatário, é atribuído o estatuto de aprendiz. Além disso, tal enunciador apresenta-se como uma autoridade com legitimidade para delegar o dever. Sua postura é firme e seu estilo é simples e direto. O vocabulário, apesar de não apresentar sofisticação, contém expressões próprias da esquerda armada, tais como: pontos (local de encontro), aparelho (local de reuniões e moradia dos militantes), horário frio, nome frio, cair (ser pego pelo inimigo), etc. Os textos são construídos com frases e parágrafos predominantemente curtos, sem muita subordinação.

Outra característica bastante marcante nesse modo de enunciar corresponde à constante divisão de temas em itens e subitens, o que revela um enunciador preocupado com o método e a estratégia. Assim, o exemplo 40 representa uma pequena parte das normas de conduta de um militante prisioneiro, as quais são apresentadas divididas de acordo com o tipo de militante (comandante, recruta, simpatizante, legal ou ilegal) e a condição na qual foi preso (sozinho ou acompanhado; em ação ou não; com material ou sem). Já a passagem 41 apresenta uma construção argumentativa muito recorrente nesse discurso: não basta x, é preciso y, o que confere ao enunciador a imagem de quem não diz apenas o óbvio, mas acrescenta informações importantes.

Esse modo de dizer reforça ainda a alternância entre distanciamento e aproximação do enunciatário. Assim, por um lado, há definições e análises, que produzem um efeito de sentido de afastamento e objetividade, geralmente acompanhadas de expressões de caráter deôntico, como revela o exemplo 37 (“Contra-chequeio é um método preventivo. Deve ser uma constante na vida de quem mantém ligações com organizações revolucionárias”). Por outro lado, percebemos verbos e expressões nos quais os traços do dever se encontram abrandados, aproximando-se de um conselho, como nas passagens seguintes:

42. Procurar morar em lugar calmo, com visão para a rua. (8, p.1)

43. É conveniente estabelecer uma rota com ponto de partida da própria casa antes de se encaminhar aos pontos do dia.

Recomendações: todos os documentos internos da o. instrumentam o inimigo (8, p.1)

Essa oscilação entre distante e próximo, quem exige e quem aconselha, etc., contribui para a construção da imagem do enunciador como uma autoridade, mas não como um sujeito autoritário e completamente distante de seu enunciatário.

O discurso, predominantemente temático, discorre sobre a preparação para a guerra revolucionária, tema desenvolvido por meio de três percursos principais. O primeiro percurso, mais explorado, refere-se à formação do militante revolucionário; o segundo trata das questões relativas à organização revolucionária; o terceiro refere-se mais diretamente à guerra revolucionária. A seguir, mencionamos os assuntos mais recorrentes em cada um desses eixos temáticos:

1. Militante revolucionário

- militante revolucionário¹⁵: qualidades, defeitos e deveres;
- formas de identificação e despiste de agentes da repressão;
- comportamento ideal de um militante revolucionário na prisão.

2. Organização revolucionária

- Organização: objetivos e funções;
- categorias de militante na Organização: definição e funções;
- unidade de combate da Organização: estrutura e funcionamento;
- normas de desligamento da organização.

3. Guerra Revolucionária

- guerrilha urbana: importante fonte de recursos para a Organização; forma de propaganda armada;
- missões da guerrilha urbana: expropriações; eliminações; destruições; terrorismo;
- ação revolucionária importante: emboscada;
- emboscada: técnicas de montagem; dicas de implementação;

¹⁵ Tais características serão desenvolvidas no próximo item, sobre o papel temático do militante revolucionário.

- comandos de sabotagem: localizados na periferia dos grandes centros; separados do comando da guerrilha urbana; sabotagem como atividades complementares da guerrilha;
- guerrilhas irregulares: estruturas no campo; necessidade de deslocamento de quadros para a sua preparação; necessidade de conquistar o apoio dos camponeses;
- funcionamento da repressão na prisão: tortura, inquérito, julgamento;
- presença da repressão na cidade e no campo: órgãos envolvidos, Projeto Rondon.

A isotopia na qual os temas supracitados se encontram inseridos é a da luta, mais especificamente a guerra revolucionária, o que se confirma pela presença dos seguintes termos: repressão, organizações revolucionárias, segurança das organizações, arma, polícia, coquetel molotov, inimigo, lutar, povo organizado em armas, Exército, Guerrilha Rural, Guerrilha Urbana, guerra, luta pelo poder, etc. Verificamos que os documentos internos da ALN também desenvolvem seus temas por meio da isotopia da guerra revolucionária. Já nas teses de Jamil (documentos teóricos da VPR) há um predomínio da isotopia teórica, embora em alguns trechos, sobretudo no sétimo capítulo do documento “Caminhos da Vanguarda”, surja a isotopia da guerra revolucionária.

Vale ressaltar, mais uma vez, que o discurso da VPR enfatiza a formação do militante revolucionário. Desse modo, os três percursos temáticos anteriormente apresentados não surgem de maneira estanque, mas integrada, o que revela uma concepção de formação baseada nas interações do militante, tanto com a Organização quanto com a repressão. Espera-se do combatente que ele saiba como funcionam essas duas entidades, e como agir em relação a elas.

A Organização configura-se nesse discurso como um papel temático que reveste dois papéis actanciais principais. Primeiro, trata-se de um *instrumento* de luta que possibilita a realização da revolução socialista, portanto, um *objeto de valor modal*. No entanto, em alguns momentos, atribui-se tanta importância à organização que esta deixa de ser um valor modal e se torna um valor “final”. Na perspectiva da organização como um objeto de valor, desenvolvem-se os temas relativos à relevância da entidade no processo histórico, seus objetivos e suas funções, além da necessidade de o militante acreditar nesse instrumento, amá-lo e respeitá-lo.

Por outro lado, e esse é o papel actancial predominante, a organização representa o destinador, que determina os valores, transmite o *saber* e o *poder*. Essa função encontra-se presente em muitos documentos cujos formatos, ou, pelo menos, os títulos, se referem a *normas* (Normas de desligamento, Estatutos e Normas de Segurança das Unidades de Combate, Normas de conduta em centros urbanos, Como deve comportar-se um militante na prisão, etc), o que confere à organização a imagem de algo sério, organizado, rígido, que valoriza o contrato, o compromisso e a disciplina. Esses documentos desenvolvem temas relativos à estrutura e funcionamento da Organização, apresentados com ênfase nos deveres de seus membros.

Na relação com a repressão, projeta-se uma oposição entre sujeito e anti-sujeito. O primeiro encontra-se revestido pelos termos *proletariado*, *oprimido*, *companheiro*, *revolucionário*, *militante revolucionário*, *militante*, *forças revolucionárias*, *combatente*, *quadro*. O segundo apresenta os seguintes revestimentos semânticos: *inimigo*, *repressão*, *burguesia*, *classe burguesa*, *inimigos do povo*, *exército burguês*. Tais preenchimentos revelam o emprego de muitas expressões utilizadas por partidos de esquerda. Além disso, tem-se uma visão da luta como luta de classes, com um caráter mais globalizado. Assim, não se diz a *ditadura brasileira*, mas a *repressão*; não se diz o *guerrilheiro*, mas o *militante*. Ressaltamos que, embora aliados e inimigos estejam presentes tanto nos textos práticos quanto nos textos teóricos, estes possuem uma lista muito mais ampla de sujeitos revolucionários e aliados (ou potenciais aliados) do que aqueles. Nos documentos internos da primeira fase da ALN praticamente não se empregam expressões como “proletariado” ou “quadro” para se referir ao guerrilheiro, pois esse discurso apaga o vocabulário que remete explicitamente a partidos políticos de esquerda ou à teoria marxista.

Como mencionamos anteriormente, o objetivo para o militante revolucionário na primeira fase da revolução é não perder, estágio visto como uma passagem necessária para a vitória:

Notamos, dessa forma, que muitos temas discorrem sobre como não ser pego por um agente da repressão, ou se desvencilhar dele; como não entregar informações importantes na tortura; como fazer uma ação com segurança, etc. Verificamos que o discurso da VPR reforça, mais do que o discurso da ALN, a preparação do militante para enfrentar a prisão e a vida clandestina. Acreditamos que a importância que a VPR atribui à preservação da organização seja um dos fatores que explique essa “formação defensiva” de seu combatente.

Nesse sentido, considera-se como grande trunfo para se defender *saber ser* racional, construir uma argumentação que pareça pertinente:

44. Cada rota e cada ponto de contra-chequeio deve ter sua JUSTIFICATIVA. A cada instante deve-se pensar: “Se eu for parado agora, tenho que dizer que estava indo para tal lugar e fazendo tal coisa”. As justificativas devem ser comuns, verossímeis e aceitáveis [...]. (8, p. 1, grifo no original)

45. O inimigo nos cerca nos dados obtidos a partir das *contradições* existentes nas respostas às inúmeras perguntas feitas sob torturas. Para evitar estas *contradições* só a existência de uma história *coerente e lógica* imposta a eles com firmeza e coragem. Negar e *explicar* cada negação. (4, p.3)

A relação com o inimigo deve ser o mais racional possível, desprovida de paixões. Assim, o enunciador, ao apresentar informações sobre o funcionamento da repressão, aborda temas que poderiam facilmente receber uma alta carga emotiva de modo bastante objetivo:

46. O método utilizado é a tortura. É importante ressaltar que seu objetivo fundamental não é a nossa morte. [...] É por nosso intermédio que ela procurará atingir a O. Os métodos de tortura podem ser divididos em físicos (...) e psico-morais [...]. O objetivo de tantas torturas é a destruição de nossa resistência física e moral. (4, p. 3)

Desse modo, o militante é chamado ao desafio de controlar suas emoções para enfrentar um forte inimigo de maneira fria, calculada. O discurso não estimula o sentimento

de ódio ao adversário, mas de amor à causa, à Organização e aos companheiros. Daí a ênfase nos temas relativos à defesa, à segurança e, enfim, à preservação.

O desafio de vencer um inimigo forte e poderoso, a visão do revolucionário como um sujeito diferenciado, assim como os princípios de amor à causa e à Organização fundamentam as palavras de ordem mais ressaltadas nos documentos da VPR: “ousar lutar, ousar vencer” e “ver a pátria livre ou morrer pelo Brasil”. Consultando o dicionário Houaiss, encontramos entre as definições do verbo ousar: “arriscar-se com audácia”. O substantivo audácia, por sua vez, é definido nesse mesmo dicionário como “tendência que dirige e incita o indivíduo a [...] realizar ações difíceis”. Verificamos que essas definições do dicionário corroboram com a visão de revolucionário apresentada no discurso da VPR: um sujeito que tem a audácia de tentar realizar a difícil ação de vencer um inimigo poderoso. Com relação à segunda palavra de ordem, ela salienta a grandeza da causa e a importância de o revolucionário estar pronto para abdicar de sua própria vida em nome da luta.

A análise acima apresentada mostra o enunciador como um sujeito modalizado pelo *querer fazer* a revolução, que *crê saber* como fazê-la e *quer* conquistar adeptos para a implementação de seu programa. Para isso, tal enunciador investe-se da imagem de um sujeito experiente e realista, que conhece o funcionamento da luta armada. Assim, ele não fala apenas das vantagens dessa luta, mas também das dificuldades a serem enfrentadas. Seu tom é firme e seu estilo é simples e direto¹⁶. Sua autoridade é reforçada pelo fato de ser representante de uma organização revolucionária. O enunciatário é instaurado como um sujeito que também *quer fazer* a revolução, mas não *sabe* como. Por isso, busca os conhecimentos do enunciador, é um aprendiz, um aspirante a revolucionário.

Ao longo dos textos, o enunciador ora fala como um militante experiente, ora como a própria organização. O enunciatário é sempre instaurado como um militante de base. Em sua manipulação, o enunciador projeta no enunciado um sujeito que representa o revolucionário ideal, ao qual atribui todos os valores que considera relevantes e positivos

¹⁶ Estamos chamando de estilo direto um modo de dizer com as seguintes características: a) as frases são predominantemente curtas, com pouca subordinação; b) o enunciador, ao instaurar o enunciatário como aprendiz, dirige-lhe diretamente seus ensinamentos; c) o assunto é abordado de modo sintético e objetivo, isto é, o enunciador vai “direto ao ponto”.

para esta função. Entre essas características, ressaltam-se a crença na vitória da luta e a decisão de se entregar à militância, o que implica o estabelecimento de uma relação de *amor, respeito e compromisso* com a causa e a organização revolucionárias, compreendidas como mais importantes do que a própria vida do militante. Para que a manipulação do enunciador seja eficiente, é preciso que o enunciatário se veja investido desses valores e participante dessa cena, isto é, que o enunciatário sinta-se seduzido e queira mostrar que pode ser como aquele revolucionário ideal. Com relação às paixões mobilizadas por esse discurso, destacam-se, além do amor supramencionado, a esperança e a confiança de poder transformar não apenas a própria vida, mas a de toda a humanidade.

4.1.2 Documentos externos

Consideramos documentos externos um conjunto de textos classificados pelos próprios autores ou pelos arquivos como panfletos, manifestos, comunicados, etc., utilizados para a realização da propaganda armada. Trata-se de textos curtos, dirigidos normalmente a um destinatário genérico, mencionado sobretudo como *povo brasileiro* ou *população* de alguma cidade ou região, cujas características gerais podem ser sistematizadas da seguinte forma:

- têm como principais funções: a) divulgar a luta armada e b) conquistar simpatizantes e adeptos para essa forma de luta;
- os temas mais frequentes são: conjuntura socioeconômica e política, luta entre militantes armados e a ditadura (guerra revolucionária);
- os textos são curtos, com extensão que varia entre uma e três páginas;
- o estilo é predominantemente formal.

Para a realização da análise a seguir, foram estudados os seguintes documentos:

TÍTULO	RESPONSÁVEL	DATA	Nº de páginas	REFERÊNCIA
10. À população	VPR/MRT	s.d	1 página	AEL/BNM, anexo 4467
11. À população de Porto Alegre	VPR/MRT	s.d	1 página	AEL/BNM, anexo 4468
12. Ao povo	VPR	s.d	1 página	AEL/BNM, anexo 5432
13. Ao povo brasileiro	VPR	Setembro/1970	3 páginas	AEL/BNM, anexo 3752
14. Aos companheiros e funcionários da Cia de Cigarros Santa Cruz	VPR/MRT	s.d	1 página	AEL/BNM, anexo 4466
15. Carta aberta à Embaixada da Suíça	VPR	s.d ¹⁷	2 páginas	AEL/BNM, anexo 4422
16. Companheiros de luta. Povo da Guanabara	VPR	Janeiro/1970	1 página	AEL/BNM, anexo 8203
17. Companheiro de luta. Povo de São Paulo.	VPR	Fevereiro/ 1970	1 página	AEL/BNM, anexo 757
18. Comunicado nº 1	VPR	s.d	1 página	AEL/BNM, anexo 4421
19. Comunicado nº 6	VPR	s.d	1 página	AEL/BNM, anexo 4135
20. Povo brasileiro	VPR	s.d	1 página	AEL/BNM, anexo 773

Esse discurso, à semelhança dos documentos externos da ALN, é construído com base na oposição semântica fundamental *opressão vs. liberdade*, sendo a primeira negativa e a segunda positiva.

Pensando no esquema narrativo canônico, podemos afirmar que os documentos externos representam uma manipulação. Entretanto, a diversidade de destinatários provoca uma ramificação desse percurso em, pelo menos, duas direções complementares. Primeiro, o destinador (sempre o mesmo, a VPR) busca levar o povo a *querer* ou *dever fazer* (aderir à luta armada, ou simplesmente apoiá-la); segundo, e aqui nos referimos sobretudo aos textos

¹⁷ Apesar de não conter data explícita, tanto essa carta quanto os documentos de número 18 e 19 apresentados no quadro são documentos utilizados para a realização das negociações do sequestro do embaixador suíço no Brasil, ocorrido entre dezembro de 1970 e janeiro de 1971.

relativos à negociação dos sequestros, o destinador procura *fazer* a ditadura *fazer* (atender às demandas dos revolucionários). Vale ressaltar ainda a presença de um terceiro destinatário que, apesar de indireto, ocupa um papel fundamental nesse processo: os combatentes, que devem ser encorajados a continuarem na luta.

Essa manipulação situa-se na fase da *ação* de um programa narrativo mais amplo, a Guerra Revolucionária¹⁸, que, na ocasião da ditadura brasileira, opõe os grupos armados e o governo militar na disputa pelo *poder*. Nesse sentido, tanto uma simples panfletagem quanto a distribuição de material acompanhada de uma atividade armada significam *ações* que buscam conquistar *valores modais* - o apoio da população; fundos e munições para a guerrilha; libertação de prisioneiros, etc - os quais, por sua vez, integram a conquista de uma busca mais ampla, a tomada do *poder*, que representa o valor descritivo *liberdade*.

Observamos, desse modo, que, no contexto da ditadura militar, o ato de veicular um documento como esses representa uma ação ousada, considerada “subversiva”, que constrói uma imagem prévia do destinador e participa de sua manipulação. Essa imagem é reforçada nos panfletos pela projeção do destinador como um sujeito em ação, modalizado pelo *querer, saber e poder fazer*.

Por outro lado, trata-se de uma guerra contra um inimigo que também age, e suas atitudes encontram-se fortemente presentes ao longo dos textos. Entre ataque e contra-ataque, funda-se a manipulação desse discurso, que se constrói essencialmente por meio do relato das ações dos *sujeitos* (guerrilheiros e adeptos) e *anti-sujeitos* (ditadura e adeptos), e da sanção dos sujeitos e anti-sujeitos, tanto em relação ao *fazer* quanto ao *ser que faz*.

Em torno das funções de sujeito e anti-sujeito constituem-se dois grandes grupos, os “aliados” e os “inimigos”, investidos de dois conjuntos distintos de valores. Fazendo uma lista dos substantivos e adjetivos empregados para nomear e qualificar os *actantes* de cada um desses grupos, chegamos aos seguintes resultados:

¹⁸ Ainda que seja passível de discussão até que ponto existiu guerra, guerrilha ou se foi apenas propaganda armada, discursivamente, os enunciadores apresentavam-se “em guerra”.

Sujeito e adjuvantes	Anti-sujeito e adjuvantes
Companheiros, vanguarda, revolucionários, lutadores, patriotas, bravos guerrilheiros, empregados, operários, trabalhadores, trabalhadores do campo, camponeses, trabalhador rural, desempregados, grevistas, classe operária, estudantes, religiosos, prisioneiros políticos, oprimidos, explorados, povo, povo brasileiro, povo sofrido, povo colonizado, massas, camadas oprimidas, brasileiros.	Governo, exército, ditadura, ditadura militar, ditadura sanguinária, forças armadas, polícia, gorilada, torturadores, assassinos, sádicos, patrões, donos de fábrica, imperialistas, potências imperialistas, grandes capitalistas, ladrões estrangeiros, grandes grupos econômicos estrangeiros, parasitas, grandes proprietários de terra, burguesia, inimigos do povo, classe dominante.

Vale ressaltar que, muitas vezes, embora algumas categorias sejam consideradas *sujeitos* ou *adjuvantes*, não há, ao longo dos textos, descrição de ações nas quais estas realmente surjam como participantes¹⁹. Dessa forma, na busca da conquista de adeptos, o enunciador projeta como sendo já sujeitos aqueles que ainda não o são.

A tabela acima possibilita a construção de dicotomias como *patrões* vs. *empregados*, *exploradores* vs. *explorados*, *opressores* vs. *oprimidos*, remetendo a questões principalmente de caráter econômico, o que é reforçado pelo adjetivo *grande* diante de substantivos relativos à propriedade ou à função econômica do inimigo. Outro dado relevante nesse quadro consiste nas qualificações, que enfatizam os valores do sofrimento passivo no primeiro grupo (à exceção de *bravos* guerrilheiros, tem-se sofrido, colonizado, oprimido) e do *fazer-sofrer* no segundo (torturadores, assassinos, parasitas, ladrões, sádicos). A imagem da ditadura como provocadora de sofrimento é fortemente explorada pelos textos, que atribuem frequentemente ao adversário anti-valores como *vergonhosa*, *indigna*, *cruel*, *opressora*, *exploradora*, *que odeia o povo*. Forma-se, assim, uma divisão entre os que *fazem* mal e as vítimas desse mal.

¹⁹ Não encontramos nenhum texto que explicitasse a participação, por exemplo, de religiosos ou camponeses na luta armada, embora sejam apontados como já adeptos.

Contudo, como a exceção apontou, os guerrilheiros são vistos como sujeitos de ação, que saíram da posição de sofrendores passivos e foram para a luta, reagindo à situação inicial, de insatisfação:

47. Nós somos da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR – Nós lutamos para acabar com a fome e a miséria do povo. (12)

48. Podem ver companheiros, enquanto vocês sofrem caladinhos, passando privações, eles nada fazem contra os companheiros, porque é isto que interessa aos patrões e ao governo, explorar sem ter problemas nenhum. Mas para nós que já nos rebelamos contra esta situação (...) (14)

Dessa forma, para esse discurso, os sujeitos que optam pela ação armada rompem com a posição de *opressão* e passam a ocupar a de *não-opressão*, que, de acordo com a sintaxe fundamental, representa uma passagem para a liberdade:

Ao colocar o destinatário na condição de oprimido e o sujeito da ação como não-oprimido, o destinador procura exercer uma tentação, levando o destinatário a querer mudar, querer se tornar um sujeito. Por outro lado, a condição de opressora atribuída à ditadura e seus qualificativos negativos (sádica, assassina, etc.) estimula paixões malevolentes em relação ao adversário e a revolta contra o mesmo. Destacamos que, nos documentos internos da VPR, embora a ditadura surja como inimiga, não há muita exploração das paixões malevolentes em relação a ela, pois a ênfase recai sobre as paixões benevolentes em relação à causa e à Organização.

A apresentação do guerrilheiro como um sujeito que se encontra na posição de *não-opressão*, a caminho da liberdade, guarda semelhanças com a preparação defensiva do

combatente verificada nos documentos internos, nos quais se reforçam a importância do militante armado saber *não-perder* a luta para poder ganhá-la.

Para tratar do nível discursivo, vamos analisar inicialmente as projeções das categorias de pessoa, marcadas predominantemente pela debreagem enunciativa, com uso do *nós* inclusivo (eu + tu), que se opõe a *eles*, reforçando, assim, a dicotomia entre sujeito e anti-sujeito. Esse *nós inclusivo* produz um efeito de sentido de aproximação entre o enunciador e o enunciatário, que resulta na confusão, ao longo dos textos, entre os guerrilheiros e seus virtuais aliados, que resumiremos aqui como *povo*.

49. Companheiros, ainda haveremos de comemorar nossa independência. Aí os papéis se inverterão. Ao invés da gorilada nas ruas, serão os trabalhadores e as camadas oprimidas que, de armas em punho, comemorarão. (11)

Outro recurso empregado é o *nós* exclusivo, que se refere apenas ao grupo de revolucionários, seja para relatar uma ação armada ou negociar os sequestros. Todavia, esse se encontra frequentemente associado a uma incorporação, apontada como desejada, mas ainda inexistente:

50. Iniciamos o processo de união das organizações revolucionárias, e *a união com o povo também está em marcha*. Com o povo faremos a revolução que criará o Brasil justo (13, p. 3)

51. Conclamamos todas as camadas oprimidas e exploradas da sociedade a se juntarem aos operários, aos trabalhadores do campo e às vanguardas, para que, organizados e de armas na mão, possamos destruir esta ditadura sanguinária. (10)

O excerto 51 reforça a questão da instauração, na busca de adesão, daqueles já considerados sujeitos, mas que ainda não são sujeitos. Assim, no intuito de incorporar as camadas oprimidas e exploradas, aqui mencionadas como ainda não pertencentes à luta, afirmam-se como já adeptos dessa luta os operários e os trabalhadores do campo.

Por fim, vale ressaltar que, em algumas passagens, encontra-se também o emprego da terceira pessoa do singular, principalmente quando se discorre sobre os problemas vividos pelo povo ou sobre as atividades da ditadura, o que produz um efeito de sentido de objetividade e de realidade.

Os exemplos anteriores (49, 50, 51) ilustram bem a temporalidade projetada nesse discurso. Predomina o presente, o *agora*, abordado em seu aspecto durativo, (*está em marcha*, sujeito em ação); porém, não se perde a visão de percurso, que aponta o que já foi feito (*iniciamos o processo*) e visualiza conquistas futuras (*faremos a revolução*).

Ainda com relação às *debreagens*, as referências espaciais, bastante concretizadas, marcam o espaço de ação desses guerrilheiros: prisões, DOPS, quartel, grandes centros urbanos, campo, estrada, Brasil, São Paulo, Guanabara, Vale do Ribeira, Eldorado Paulista, Barra do Areado, Sete Barras, São Miguel Arcanjo, Porto Alegre, etc.

Vale ressaltar que esses documentos externos apresentam alto grau de revestimento das categorias de tempo e espaço, o que confere ao enunciado um maior efeito de sentido de verdade:

52. Ultrapassamos diversos cercos até o dia 29, no dia 31 montamos uma emboscada e aprisionamos um sargento e quatro soldados do exército, que se deslocaram numa viatura. Vestimos os seus uniformes e nos deslocamos com a viatura militar para *São Miguel Arcanjo* (...) (13, p. 2)

O enunciator apresenta-se como um sujeito que, insatisfeito com a situação do país, parte para a ação armada convicto de que este é o único caminho de reparar a sua falta. Seus valores são de absoluto, o que pode ser observado pelas inúmeras passagens com os termos *só*, *única*, etc. Desse modo, tal enunciator procura transmitir ao enunciatário um percurso idêntico ao seu, ou seja, sua revolta e seu desejo ou dever de agir, sua convicção na luta, e sua crença no poder-lutar. Como parte de suas estratégias, denuncia o adversário. A primeira denúncia consiste em colocar em cheque a credibilidade da ditadura:

53. [...] desta forma, poderemos abrir a imprensa para falarmos para o povo, já que a férrea censura existente impede que se diga a verdade. A imprensa é cega, surda e muda, no Brasil. Diz tão somente o que a ditadura deseja. Só mesmo com essa ação passamos por cima da repressão [...] fazendo – neste período de tempo - o que ela nunca faz: falamos a verdade. (15, p. 1)

54. Falam da arrancada do Brasil, do milagre do desenvolvimento, que ninguém segura este país e outras besteiras mais. No maior descaramento tentando assim enganar as grandes massas do povo. (11)

Ao mesmo tempo em que tece essas críticas, o enunciator mostra-se como um sujeito que *sabe* a verdade, *pode* dizê-la e o *faz*, revelando aos outros o *ser* da ditadura. Assim, afirma que o discurso do adversário apresenta a aparência, mas não a essência do regime. Muitas são as passagens nas quais se lê que a ditadura *mente*, *esconde*, *engana*, ou que os revolucionários dizem a *verdade* e mostram a *realidade*. Estratégia equivalente é utilizada nos documentos externos da ALN.

Após apresentar a ditadura como um sujeito no qual não se pode *crer*, o enunciator parte para a crítica ao regime, centrando-se em três eixos: a exploração, a repressão e a

censura. Essa denúncia é construída sempre com o emprego de expressões qualificativas (principalmente adjetivos, expressões adjetivas e advérbios) que produzem um efeito de sentido de intensificação das características negativas da ditadura e do sofrimento do povo, como já foi dito no item relativo ao nível narrativo.

Outros recursos empregados por esse enunciador em seu *fazer crer* encontram-se presentes nos exemplos a seguir:

55. (...) todo o povo trabalhador do Brasil está cada vez mais escravizado e subserviente. [...] A ditadura está tentando sobreviver à força. O desemprego continua e os salários estão longe de atender às condições mínimas de sobrevivência. (11)

56. Os agentes da ditadura temem a guerrilha por saberem que essa forma de luta *se fortalece a cada dia que passa* (20)

Inicialmente, vale mencionar que o emprego de termos como *cada vez mais*, *continuam* deixa implícita a existência anterior de uma condição de vida ruim ou de desemprego, cuja afirmação não é responsabilidade do enunciado, mas é considerada um fato conhecido por todos. Esse recurso aumenta o efeito de sentido de verdade do enunciado e contribui para a construção da imagem do enunciador como um sujeito informado, que conhece a realidade.

Uma segunda característica desse discurso presente no excerto 55 é o destaque atribuído à condição de opressão do povo, o que se realiza pelo tema e pelo emprego dos termos *escravidão*, *escravos*, constantemente empregados nos enunciados.

Como resposta à crescente opressão, o enunciador apresenta a insatisfação com relação à ditadura e o crescimento da luta armada. Ressaltemos que esses são apresentados não como uma possibilidade, como algo *provável*, mas como algo *certo*, já em curso.

A análise mostra que, em seu modo de dizer, na tentativa de conquistar a adesão do enunciatário, o enunciador exerce dois tipos complementares de manipulação. Primeiramente, a provocação, ao colocar o enunciatário na condição de oprimido, enganado, escravizado, etc, o que é feito principalmente pela denúncia à ditadura, responsável por essa situação. Em segundo lugar, a tentação e a sedução, ao insinuar que o destinatário *pode* se tornar um guerrilheiro e ao apresentar o guerrilheiro e as ações revolucionárias como uma forma de *poder romper* com essa condição opressora e alcançar a liberdade.

Apesar do alto grau de concretização das categorias de tempo, espaço e pessoa, esse discurso é predominantemente temático. O tema central dos documentos externos é a guerra revolucionária. Ao longo dos textos, esse tema desdobra-se em dois percursos principais: o primeiro envolve as ações da ditadura, o segundo, as ações da guerrilha, sendo estas bem mais exploradas do que aquelas. A seguir, apresentamos de modo resumido a lista dos assuntos mais recorrentes em cada um dos percursos temáticos supracitados.

Percurso temático da ditadura

Como mencionamos anteriormente, o percurso temático relativo ao adversário subdivide-se em três eixos: exploração²⁰, repressão e censura. Os principais temas presentes em cada um desses eixos são os seguintes:

1. Exploração

- facilitação da atuação de capitalistas estrangeiros;
- facilitação e manutenção dos privilégios das classes dominantes;
- baixa dos salários, arrocho salarial;
- aumento do desemprego;
- falta de escolas e hospitais;
- aumento do custo de vida.

2. Repressão

- fechamento de sindicatos e organizações populares;
- prisões, torturas, assassinatos;
- surgimento de um movimento neo-nazista;
- colaboração de grandes empresas na manutenção de serviços de espionagem e repressão.

²⁰ Vale destacar que o nome atribuído ao primeiro talvez não seja o mais adequado. Trata-se de um conjunto de temas relativos à situação econômica do Brasil, desenvolvidos sempre da perspectiva da exploração dos estrangeiros em nosso país, ou dos próprios patrões brasileiros com relação aos seus empregados.

3. Censura

- fim da liberdade de imprensa;
- fim das eleições;
- governadores designados;
- existência de sofisticados serviços de espionagem;
- denúncia da tortura brasileira pela imprensa e por personalidades internacionais;
- veiculação de falsos depoimentos de “terroristas”;
- estímulo à delação.

Percurso temático da guerrilha

- guerra revolucionária: objetivos gerais;
- ataque de unidades do exército: relato e objetivos;
- vale do Ribeira: relato de experiência;
- sequestros do cônsul e do embaixador: motivos da ação e condições de liberação dos sequestrados.

Os temas anteriormente mencionados desenvolvem-se na isotopia da Guerra Revolucionária. No entanto, a ênfase recai para o cenário de miséria, repressão e censura, responsável pelo desencadear dessa guerra. Não há muito desenvolvimento sobre o modo como essa forma de luta funciona, suas técnicas, suas etapas, etc. Além disso, os temas relativos às ações revolucionárias surgem de modo bastante abstrato.

Ainda a respeito dos desenvolvimentos temáticos, gostaríamos de ressaltar duas características. Primeiro, a manifestação do guerrilheiro em ação, como um sujeito do *poder fazer*. O segundo tratamento temático que nos chamou a atenção refere-se à questão dos sequestros. De início, observamos que, além dos manifestos, foram encontrados nos arquivos diversos comunicados, todos numerados, tratando exclusivamente das condições de liberação dos detidos, sem veiculações de mensagens “ideológicas”. Além disso, em seu interior, esses textos contêm marcas que revelam a instauração de um contrato:

57. Comunicado nº 6

[...]

Solicitamos pois que o policiamento seja reduzido e *comprometemo-nos* a não aproveitar esta redução para realizar outras ações.

Somente com o atendimento desta exigência é que poderemos *responsabilizar-nos* efetivamente pela segurança do Cônsul. (19)

58. Comunicado nº 1

O comando Juarez Guimarães de Brito, da Vanguarda Popular Revolucionária comunica que são as seguintes *exigências* para a liberdade do Embaixador da Suíça no Brasil:

[...]

Compromete-se a VPR a libertar o senhor Embaixador depois que *todas as exigências sejam atendidas* e após a confirmação da chegada de todos os companheiros ao país que conceder asilo. (18)

Apesar de se colocar como forte, em situação de quem intimida e faz exigências, o enunciador mostra-se como um sujeito que valoriza a responsabilidade e o compromisso, mesmo com relação ao inimigo. O “gênero” comunicado, o fato de estes serem numerados e o seu conteúdo “contratual” conferem à VPR a imagem de entidade séria e organizada.

Voltando aos percursos temáticos, cada um dos eixos de acusação contra a ditadura se desenvolve por meio de uma argumentação explicativa, que atribui as atitudes do inimigo a uma falha moral e a valores considerados negativos pelo discurso guerrilheiro. Assim, a ditadura apóia, permite, facilita a exploração dos brasileiros porque é traidora da nação e está a serviço dos estrangeiros; reprime porque não tem autoridade para governar e censura porque tem crimes graves a esconder. Nessa linha de raciocínio, o discurso conclui que a ditadura se encontra decadente. Paralelamente, afirma a existência de uma insatisfação popular crescente. Enfim, o discurso induz à seguinte equação: ditadura descendente + insatisfação popular ascendente = *situação revolucionária*.

Um dos motivos apontados como justificativa para essa situação é a intensa repressão aos guerrilheiros. Nesse sentido, a ditadura teme o movimento revolucionário, pois sabe que ele é forte. No jogo entre o *ser* e o *parecer*, o discurso afirma que a ditadura é fraca, mas *parece* forte. Já o movimento revolucionário é forte, mas *parece* fraco. Assim, cabe ao enunciador revelar a verdade, o que ele faz de modo assertivo, apresentando uma perspectiva otimista: o crescimento e o fortalecimento do movimento guerrilheiro.

Como foi dito no primeiro capítulo, a partir de 1970 começaram a surgir nos órgãos da imprensa declarações de guerrilheiros “arrepentidos” desqualificando o movimento revolucionário. Essas desqualificações eram construídas a partir da apresentação de valores positivos para a ditadura e causavam extremo mal estar entre os militantes armados, por dois motivos principais. Primeiro porque eles se sentiam traídos pelos próprios companheiros; segundo, porque o fato de um ex-membro apresentar uma imagem negativa do grupo produzia um efeito de sentido de verdade bastante eficaz, dificultando ainda mais a aproximação dos guerrilheiros com a população. Essa estratégia do governo militar, de divulgar depoimentos de guerrilheiros arrependidos, foi bastante marcante para a luta armada e a resposta a ela encontra-se presente nos documentos que estamos analisando, de modo direto e indireto. De modo direto, por meio de denúncia, afirmando ser enganosa a postura do inimigo, o que pode ser observado no excerto abaixo:

59. Apoiada em uma imprensa sem princípios e sem o mínimo de rigor informativo, a ditadura tenta apresentar os guerrilheiros como “terroristas” e “ladrões”, forjando cartas e depoimentos de revolucionários. (20)

Os depoimentos dos “arrepentidos” contêm a versão do regime militar sobre a luta armada, pronunciada por um suposto ex-combatente. Ocorre, dessa forma, a tradução do discurso da guerrilha para o sistema de valores da ditadura. Inversamente, ao longo dos textos da VPR, encontram-se declarações de militares “traduzidas” pelos guerrilheiros:

60. Fizemos várias perguntas ao tenente; ele considerava a derrota como culpa dos soldados, que usavam a farda como meio de vida, que não tinham amor à farda [...] sobre a emboscada que montara, quebrando a palavra empenhada, dizia-se traído pelos seus superiores – perguntado por que a Polícia Militar espancava operários e massacrou operários na greve de Osasco, respondeu que grevista e desempregados são vagabundos [...]

Foi julgado e condenado por ser um repressor consciente, que odiava a classe operária – por ter conduzido à luta seus subordinados que não tinham consciência do que faziam [...] (13, p. 2)

Nesse trecho, extraído de um relato sobre a fuga no Vale do Ribeira, o discurso apresenta como ausente entre os militares três valores considerados extremamente importantes para um guerrilheiro: i) *amar a causa*, a Organização, os proletários; ii) *ter firmeza ideológica*, consciência da luta; iii) *ser fiel, confiável, não trair* os próximos. Nessa “tradução”, os soldados são acusados de não terem amor à causa, de lutarem sem

consciência e serem enganados por seus superiores. O tenente, por sua vez, é acusado de odiar a classe operária, de quebrar a palavra empenhada. Já os superiores são acusados de traírem o tenente e de odiarem, conscientemente, a classe operária.

O exemplo anterior revela ainda uma abordagem temática bastante presente no discurso dessa Organização: a acusação de que muitos soldados e cabos eram enganados por seus superiores, o que ameniza a visão negativa daqueles e aumenta a destes. Esse tema pode estar relacionado à presença de vários ex-membros das Forças Armadas na VPR.

Para encerrar os comentários sobre esse parágrafo, vale ressaltar a crítica que o tenente teria atribuído a grevistas e desempregados, reforçando a incompatibilidade destas categorias com o regime militar, e, conseqüentemente, aumentando sua afinidade com a guerrilha.

A leitura da análise anterior revela que o enunciador se projeta como um guerrilheiro em ação, que se rebelou contra o regime de opressão e de exploração. Um sujeito que *quer*, *sabe* e *pode fazer* a revolução. Para convencer o enunciatário, este enunciador procura, por um lado, estimular a revolta contra a ditadura e, por outro, fortalecer sua imagem como sujeito competente. Na busca em provocar a insatisfação com relação ao regime, traça, por meio de recursos que produzem efeitos de sentido de verdade, um cenário de crescente miséria e opressão, denunciando-o, o que lhe confere, ao mesmo tempo, a imagem de um sujeito que *sabe* a verdade e tem a coragem de dizê-la, um sujeito que crê *dever fazer* o povo enxergar a sua própria condição e ajudá-lo a sair da inércia. Na tentativa de *fazer-crer* em sua proposta de ação e em sua capacidade de realizá-la, ele coloca-se como um sujeito poderoso, convicto e otimista de que a sua escolha é a única adequada. Enfim, um sujeito que já saiu da condição passiva de opressão e se encontra em ação, a caminho da liberdade.

Com relação ao enunciatário, esse ora se encontra projetado como um sujeito oprimido e sofrido, que deveria ter consciência de sua condição e se revoltar contra a ditadura, ora como um adepto da luta armada, que, juntamente com o enunciador, tem poderes para vencer o inimigo. Para que o discurso seja eficaz, é preciso que o enunciatário sinta-se oprimido e enganado pela ditadura, seja tocado pelo estímulo que recebe para odiá-la e se revoltar contra ela. Além disso, deve crer no poder dos guerrilheiros e da guerra revolucionária, e se ver como um membro do exército de rebeldes. Contudo, observamos

que o discurso não desenvolve muito essa segunda questão, pré-condição para a adesão. A guerra revolucionária não é abordada com explicações, justificativas e detalhes, mas de forma muito genérica. De modo semelhante, seus participantes são nomeados por grandes categorias (assim, se encontram afirmações do tipo: os revolucionários libertam o povo; a classe oprimida se levanta, etc.). Essas generalizações, quando excessivas, podem dificultar a identificação do enunciatário com as tentações e seduições propostas pelo discurso. Parece que o enunciador aposta mais no exemplo das ações do que no convencimento, via discurso, da necessidade e validade dessa forma de luta. Ou seja, o argumento de que a luta é viável é a própria prática da luta.

Sobre as paixões mobilizadas nesse discurso, destacam-se as paixões malevolentes em relação à ditadura, como a insatisfação e o ódio.

4.1.3 Síntese

Três são os tipos principais de material que manifestam o discurso da VPR na primeira fase da luta armada: i) documentos internos de caráter teórico; ii) documentos internos de caráter prático e iii) documentos externos. Embora tenham sido produzidos e veiculados no mesmo período (1969-1970), eles remetem a diferentes fases do processo revolucionário. Nos documentos teóricos, verificam-se, especialmente, reflexões acerca da concepção das estratégias de luta. Nos textos práticos, encontramos a preparação para a implementação dessa luta. Já nos documentos externos, a guerra revolucionária invade as ruas.

A respeito das características gerais, observa-se que os primeiros são textos mais longos, com citações teóricas, referências a acontecimentos históricos e emprego de conceitos marxistas. Os documentos práticos, por sua vez, possuem extensão menor, com conteúdo restrito à realidade da luta armada e vocabulário repleto de jargões da esquerda marxista-leninista e do cotidiano da guerrilha brasileira. O terceiro tipo de material contém textos que raramente ultrapassam uma página, com parágrafos e frases predominantemente curtos, e ausência de jargões utilizados, particularmente, pelas organizações de esquerda.

Os documentos internos constroem seus discursos a partir da oposição semântica fundamental *capitalismo vs. socialismo*, com euforização do segundo; já os documentos externos fundam-se na contraposição entre *opressão e liberdade*.

Narrativamente, o programa principal é o mesmo, a guerra revolucionária, que coloca sujeitos (revolucionários) em busca da conjunção com o objeto-valor (poder). Predomina nos textos a etapa da manipulação²¹: a conquista de combatentes e simpatizantes e a formação dos primeiros (transmissão de competências). Para fazer-crer, recorre-se sempre a alguma sanção.

Os textos teóricos têm como valor fundamental o *saber*, revestido pelo conhecimento do marxismo-leninismo e a construção de uma tática de luta baseada nesses princípios teóricos. Sua sanção enfatiza o funcionamento do imperialismo integrado, e conclui pela inviabilidade do sistema capitalista. Sua manipulação insiste na revolução socialista como única opção viável e constrói uma imagem supervalorizada da guerra revolucionária e dos combatentes armados, seres “mais conscientes e corajosos”. Nos textos práticos, o objeto-valor manifesta-se em um conjunto de valores e competências que compõem um revolucionário ideal. Entre eles, destacam-se aqueles da ordem do *crer* e do *dever*, como a disciplina, o compromisso e a firmeza ideológica. A sanção é sobre a ação e a conduta moral dos combatentes e dos inimigos. A manipulação oscila entre: a) a intimidação/provocação do militante, que precisa reconhecer sua incapacidade de fazer a revolução sem a organização, devendo, por isso, honrar a comunidade revolucionária, sob pena de ser visto pelos companheiros como ingrato e traidor; b) a tentação/sedução de poder pertencer a um grupo de pessoas que, juntas, podem vencer um inimigo forte e mudar o mundo. Os documentos externos abordam os valores relativos ao bem-estar, do ponto de vista socioeconômico. O discurso sanciona a ditadura, enfatizando seu caráter opressor, e concluindo que esse regime se encontra em decadência. Sua manipulação desenvolve, de um lado, uma provocação indireta, insistindo na condição de miséria e opressão em que vive o povo e, de outro, a tentação/sedução, mostrando os guerrilheiros como poderosos, capazes de romper com o estatuto de oprimidos.

Com relação à temporalização e à espacialização, há sempre o predomínio de debreagens enunciativas. Nos textos teóricos, a semantização temporal revela diferentes datas dos séculos XIX e XX, e a espacial aborda diversos países do mundo e diversas regiões do Brasil. Projeta-se um percurso de continuidade do tempo e do espaço. Os

²¹ Vale ressaltar que, da perspectiva dos guerrilheiros produzindo e veiculando aqueles textos, a etapa é a ação de sujeitos que, já atualizados, partem para os primeiros passos.

documentos práticos, por sua vez, apresentam uma abordagem mais restrita do tempo, focalizando um presente que se volta para o futuro. Os espaços, nesses documentos, são bastante concretizados, referindo-se às áreas de atuação dos combatentes em centros urbanos. Tempo e espaço são fatores a serem dominados na ação revolucionária. A temporalidade dos documentos externos desenvolve-se em aspecto durativo, pois a revolução é apresentada como já em curso. O espaço, não muito desenvolvido, restringe-se ao Brasil.

A actorialização, mais complexa, alterna entre a debreagem enunciativa, com projeção da terceira pessoa do singular, e a enunciativa, com emprego da primeira pessoa do plural. Nos documentos internos, o *nós* é *inclusivo*, já nos externos, varia entre *inclusivo* e *exclusivo*. O revestimento actorial ressalta aliados e inimigos. Nos textos teóricos, esses surgem da perspectiva da luta de classes, divididos principalmente pela função na estrutura econômica. Nos documentos práticos, o preenchimento actorial reforça a guerra entre revolucionários e a ditadura no Brasil; e, por fim, nos documentos externos, sujeitos e anti-sujeitos surgem como opressores e oprimidos, os que fazem sofrer e os que sofrem. Com exceção dos textos práticos, o revestimento actorial produz categorias bastante amplas e genéricas.

O tema central dos documentos teóricos é a construção de uma estratégia de luta adequada para a realização da revolução brasileira. Esse tema é explorado sob diferentes perspectivas, com o predomínio dos seguintes percursos temáticos: teoria marxista-leninista, análise dos erros das teorias revolucionárias do PCB e da POLOP; análise de conjuntura; e relação entre a vanguarda e as massas na primeira fase da revolução. O capitalismo e a ditadura são mostrados como decadentes, o socialismo e o movimento revolucionário, como em ascensão. O enunciador constrói um cenário de aprendizado, de caráter teórico e abstrato. Nos documentos práticos, o tema “preparação para a implementação da luta armada” é desenvolvido por meio dos seguintes percursos temáticos: qualidades necessárias para um militante; funcionamento da Organização e deveres de seus membros; ensinamentos sobre as práticas da luta armada, as ações e o comportamento do inimigo. Ressaltamos aqui que as forças da ditadura são bastante enfatizadas, assim como as fraquezas da guerrilha. Há a construção de um cenário de preparação para a luta, da perspectiva defensiva. Nos documentos externos, o principal

percurso temático refere-se às críticas à ditadura, enfatizando o cenário de miséria e opressão. Salientamos ainda que, esses textos, apesar de abordarem as questões da luta de classes e do socialismo, não fazem uso literal de tais termos. Nos documentos externos, a ditadura é mostrada como decadente, e a guerra revolucionária, como ascendente. De modo geral, os documentos teóricos têm uma abordagem mais econômica, apresentando o movimento revolucionário como uma disputa de sistemas econômicos. Os documentos práticos têm uma perspectiva moralizante, focada nos valores e no compromisso dos revolucionários, com a causa e com a Organização. Os documentos externos enfatizam as consequências negativas da ditadura no cotidiano da população, sua atenção recai sobre a “vida prática”.

A respeito do modo de dizer, o enunciador procura sempre mostrar saber e fazer uso de recursos que produzem efeito de sentido de objetividade e verdade. Nos documentos teóricos, esse enunciador mostra conhecimento da teoria, mas também da realidade, com citações de obras clássicas, de dados retirados de revistas, enciclopédias, etc. A maneira como os argumentos são construídos dificulta a refutação das propostas do enunciado, que são apresentadas muitas vezes como soluções de erros alheios. O estilo, apesar de programador, é complexo, buscando a superação de oposições e uma abordagem sistêmica e contínua do tempo e do espaço. Nos textos práticos, o modo de dizer, também programador, é simples e direto. O saber valorizado refere-se mais ao funcionamento da luta e à experiência em ações revolucionárias. Nos documentos externos o estilo também é direto, o saber exalta o conhecimento da essência da ditadura e da realidade do país.

Características como: sujeito insatisfeito com a realidade socioeconômica, que deseja mudar o mundo; modalizado pelo crer *saber* e *poder*, organizado, que planeja sua intervenção; confiante e esperançoso são comuns a todos os enunciadores. Nos documentos teóricos, a confiança funda-se nos princípios do marxismo-leninismo, os quais o enunciador acredita dominar como poucos, o que faz dele um ser supervalorizado. A imagem projetada é de um sujeito com muitos conhecimentos, que se coloca como alguém que sabe o que diz; ou seja, a imagem de alguém convicto de que suas ideias acerca da construção de estratégias de luta são as mais acertadas. Possui, assim, um tom firme e entusiasmado. No caso dos textos práticos, o enunciador se apresenta como um guerrilheiro experiente, ou como um representante da Organização. Trata-se de um sujeito realista, que *sabe* o que é

necessário para ser um verdadeiro revolucionário, e *crê saber* e *poder* lutar contra a ditadura. Um sujeito que acredita no caminho a ser percorrido, mas reforça bastante suas dificuldades e seu lado negativo. Nos documentos externos, o enunciador projeta-se como um combatente em campo que decidiu agir porque conhece a situação de pobreza e exploração vividas pela população do seu país; um sujeito que *crê saber* e *poder* destruir seu inimigo, que defende a justiça e a violência dos oprimidos, mas ressalta que age com responsabilidade, honrando seus compromissos. De modo assertivo, esse enunciador revela-se otimista com a sua luta.

O enunciatário dos documentos internos, por sua vez, é projetado como um sujeito descontente com a realidade, que quer mudar o mundo e se tornar um revolucionário. Nos textos teóricos, ocorre a instauração de um enunciatário capaz de realizar leituras densas, que se vê estudando e valoriza a teoria do marxismo-leninismo. Nos textos práticos, o enunciatário, não sabendo como fazer a revolução, mas querendo fazê-la, aceita assumir um compromisso com a Organização e se submeter ao dever revolucionário. Nos documentos externos, o enunciatário, bastante genérico, é instaurado como um sujeito sofredor, enganado pela ditadura e afetado pela opressão e miséria resultantes da política desse governo. Observamos que os enunciatários, nos três casos, são diminuídos, seja porque precisam adquirir competências, como nos documentos internos, ou porque se encontram em condição de fragilidade, como nos documentos externos.

Sobre as paixões mais presentes ao longo dos documentos, os textos teóricos, embora atrofiem as marcas subjetivas e hipertrofiem os efeitos de sentido de objetividade, mostram insatisfação com a condição social existente e esperança em poder transformá-la. Os textos práticos enfatizam as paixões benevolentes com relação à causa e à Organização, como: amor, esperança e confiança. Os documentos externos estimulam as paixões malevolentes em relação à ditadura, como: insatisfação e ódio, mas também despertam o sentimento de esperança com relação à guerra revolucionária.

4.2 O discurso da segunda fase

Se em nossa pesquisa para a reunião do *corpus* referente à segunda fase da luta armada nos deparamos com uma quantidade razoavelmente grande de material produzido pela ALN, infelizmente o mesmo não ocorreu em relação aos documentos da VPR, muito mais escassos. Um dos motivos que podem explicar essa escassez de textos é a trajetória dessa organização, que se desmobilizou no Brasil em 1971 e, portanto, teve uma segunda fase mais curta.

No conjunto de textos encontrados, praticamente não há panfletos, manifestos ou outro tipo de publicação voltada para pessoas que não pertençam à comunidade da luta armada. A grande maioria corresponde a documentos internos, nomeados pelos próprios autores como comunicado, pedido de esclarecimento, pedido de desligamento, reflexões, etc. Entre estes, existem textos assinados por um militante de modo individual, por um coletivo, ou pela organização. Trata-se de um material que circulava no interior da VPR, contribuindo para a veiculação de informações e o debate de temas em evidência e que possui as seguintes características gerais:

- têm como principais funções: a) promover a comunicação entre os militantes e b) estimular e viabilizar o debate interno;
- os temas mais abordados são: a) situação da luta armada brasileira, b) análise crítica dos percursos da luta armada brasileira, c) reconstrução da linha política da luta armada, c) reestruturação da Organização;
- os textos possuem extensão variada, entre 01 e 13 páginas;
- o estilo é predominantemente formal, com o uso de jargões da esquerda marxista-leninista e da luta armada.

A análise a seguir foi desenvolvida com base nos seguintes documentos:

Título	Responsável	Data	Nº de páginas	Referência
21. À esquerda ou Ficar para lutar	Carlos	20/06/71	6 páginas	AEL, BNM, anexo 5469
22. Comunicado	Comando VPR	02/04/71	1 página	DEOPS/SP nº 30-Z-160 10046
23. Comunicado nº 1 – Novo Comando	Comando VPR	07/08/71	1 página	DEOPS/SP nº 30 Z-160 10552
24. Comunicado nº 2 – Medidas Imediatas	Comando VPR	07/08/71	2 páginas	DEOPS/SP nº 30-Z-160-10552
25. Comunicado nº 3 – Aos companheiros no exterior	Comando VPR	07/08/71	2 páginas	DEOPS/SP nº 30-Z-160 10552
26. Informe nº4	Comando VPR	30/08/70	3 páginas	DEOPS/SP nº 30-Z-9 16059
27. O blá-blá-blá enigmático	Jacob	07/04/71	4 páginas	DEOPS/SP nº 30-Z-160 9603
28. Reflexões sobre a tática atual	VPR	24/02/71	13 páginas	DEOPS/SP nº30-z-160 10049
29. Resposta à companheira Raquel	Comando VPR	15/02/71	3 páginas	DEOPS/SP nº 30 z 160 10050
30. Vanguarda ou povo?	Comando VPR	04/02/71	5 páginas	DEOPS/SP nº 30-Z-160 10046

4.2.1 Análise

A leitura dos documentos mencionados mostra que eles têm como temática central a crise vivida pela esquerda armada a partir da segunda metade de 1970. A abordagem do tema desenvolve-se com mais constância em torno de três objetivos: a) compreender a situação que a VPR vivia naquele momento (1970-1971); b) compreender os fatores que resultaram naquela realidade e aqueles que a alimentavam; c) encontrar medidas que apontassem saídas. A presença constante desses três percursos temáticos motivou-nos a dividir a análise em quatro partes, contemplando, além do estudo dos três assuntos mencionados, o da solução encontrada pelo Comando da Organização, em agosto de 1971, para sair da crise.

I. Momento de crise

No decorrer da “guerra” contra a ditadura, os guerrilheiros foram, progressivamente, perdendo “batalhas” para os militares. A sucessão de derrotas faz emergir muitos conflitos no interior da VPR, com destaque para a divergência a respeito das perspectivas da luta. Alguns militantes defendiam a necessidade de parar, enquanto outros afirmavam o dever de prosseguir. Apesar das diferentes opiniões, todos concordavam em um ponto: a luta armada estava passando por um momento de crise e era preciso tomar uma providência.

Semioticamente, a Organização é um ator que ocupa diferentes funções actanciais. Primeiramente, trata-se de um sujeito e, nesse sentido, o parágrafo anterior resume o seu *estado*. Em segundo lugar, trata-se de um destinador-julgador, que avalia as atitudes e a situação do *sujeito de estado*. Por fim, trata-se de um destinador-manipulador, que formula e apresenta propostas de ação para o sujeito. Neste item, pretendemos depreender o julgamento que o destinador-julgador produz a respeito do estado do sujeito. Com isso, apreenderemos a percepção que a própria Organização possui de sua situação, tanto no âmbito cognitivo quanto passional.

Uma crise que abala a continuidade da luta

Os documentos analisados apresentam diversas passagens nas quais o destinador caracteriza enfaticamente o momento vivido como de crise. A leitura que esse destinador

faz da Guerra Revolucionária é a de que os guerrilheiros estão sendo vencidos rápida e progressivamente pela ditadura, o que torna a conquista desejada, a conjunção com o poder, cada vez mais difícil.

Observemos os fragmentos a seguir.

61. A evolução da esquerda tem se dado através de uma crise cujo componente básico tem sido o isolamento político da vanguarda em relação à massa, crises de segurança e crises políticas internas desgastantes [...].

É preciso encontrar um caminho que nos leve à superação da situação atual (28, p. 1)²²

62. O estado normal do coletivo parece ser de letargia, de prolongada e contínua hibernação (27, p. 1)

63. Atravessando um momento difícil, a esquerda revolucionária não conseguiu ainda uma solução plausível para a sua forçada inércia (26, p. 1)

64. O fator tempo será decisivo, pois enquanto a burguesia segue velozmente na adoção de medidas que alteram a conjuntura, a esquerda voltada para dentro de si não consegue nem contra-atacar, quando deveria estar atacando. E como não consegue, tende a se recolher, dando à ditadura um tempo precioso e impossível de ser repostado.

[...]

É necessário, hoje, agora, partir para ações políticas capazes de mudar a qualidade de nossa atuação

[...]

[...]

Não podemos dar à burguesia tempo de se solidificar em seu avanço. (30, p. 3, grifo no original)

O discurso dos documentos da segunda fase da VPR é construído com base na oposição semântica fundamental *continuação vs. parada*, onde o primeiro termo significa manter a luta, e o segundo, desistir dela. O destinador-julgador avalia a trajetória do sujeito como sendo a da passagem da *continuação* para a *não-continuação*, o que, segundo ele, não se deve apenas às vitórias do anti-sujeito, mas sobretudo ao fato de o sujeito *não saber como* dar continuidade às ações que vinha realizando, tendo em vista que, diante das derrotas sofridas, parece óbvia a necessidade de mudanças.

Partindo dessa estrutura semio-narrativa, podemos inferir, com base em diversas passagens do material analisado, que a posição de *não-continuação* é percebida pelo destinador como uma paralisia (exemplos 62, 63 e 64), o que o deixa inquieto e desperta nele o desejo de mudar a situação (exemplos 61 e 64) imediatamente (exemplo 64).

²² A numeração entre parênteses indica o documento do qual foi extraído o trecho citado. Consideremos, para isso, os números que antecedem os títulos dos documentos relacionados no quadro da página 271. Nesse caso, trata-se de *Reflexões sobre a tática atual*.

Muitos conflitos emergem

A realidade de derrotas e de imobilidade traz à tona muitos conflitos, quase todos motivados pela mesma paixão, a *desconfiança*. Essas tensões encontram-se revestidas no discurso estudado principalmente pela relação entre os comandantes e as bases da Organização; os militantes que permaneciam no Brasil e aqueles que se encontravam no exterior; além da VPR e outros grupos armados.

65. Não há por que se arrasar porque caíram 7 companheiros. [...] Por que se arrasar com a realidade? O correto é aperfeiçoar a prática. O Cmdo não aceita a responsabilidade das quedas [...] Não aceitamos a posição da companheira, o Cmdo não é responsável pelas quedas. [...]

[...]

Mas quem abriu na prisão tem todo um mecanismo de defesa montado e ataca: “a Org é responsável”. Ou seja, todos nós ou ninguém. (29, p. 2)

Ao longo dos textos podemos encontrar muitas passagens nas quais os membros da Organização acusam-se uns aos outros, e buscam, entre os próprios companheiros, pessoas responsáveis pelas derrotas sofridas. Problemas semelhantes surgem no contato entre as diferentes Organizações. Há também uma relação de “amor e ódio” entre os militantes residentes no Brasil e aqueles que foram para o exterior. Os últimos eram vistos ora como “desertores”, como os que tinham abandonado a luta, causando ainda mais dificuldades para aqueles que continuavam em campo; ora como “salvadores”, que voltariam mais preparados e experientes, engrossando e fortalecendo a fileira dos combatentes revolucionários. Pelos diferentes tipos de desavença mencionados, podemos concluir que a crise abalou a unidade dos grupos armados.

Em situação de conflito, normalmente, surgem vários pontos de vista. No entanto, os documentos que encontramos nos arquivos apresentam uma única opinião, defendida pelo comando da VPR: a de prosseguir na luta. Ao longo dos textos, podemos depreender a presença de outras vozes, porém, essas se encontram filtradas pela voz oficial da Organização. Já no material da ALN encontramos alguns documentos de grupos que discordavam da direção, como, por exemplo, os textos da Tendência Leninista.

A procura por um bode expiatório torna-se constante no discurso da segunda fase, resultando na projeção, no enunciado, da oposição entre o *verdadeiro revolucionário* e o *pequeno-burguês*, aquele que parece revolucionário, mas não é. As dificuldades do momento são interpretadas como provas para diferenciar esses dois tipos de militantes

armados. Assim, o destinador, ao instaurar os dois atores, transmite seus valores e seu ponto de vista, e tenta convencer os destinatários a aderirem às suas posições.

Os verdadeiros revolucionários não se encontram muito bem definidos nem concretizados nos textos, sendo-lhes atribuídos os seguintes valores: marxismo, leninismo, auto-confiança, coragem e firmeza. Inseridas no discurso da VPR, uma Organização que se reivindica marxista-leninista, em um momento de crise, essas características delineiam o verdadeiro revolucionário como um sujeito adepto dos princípios do marxismo-leninismo e que mantém uma prática considerada coerente com tal teoria. Além disso, trata-se de um ser que não sobrepõe as “questões subjetivas” às decisões coletivas.

Por outro lado, são considerados pequeno-burgueses os indivíduos engajados no processo revolucionário que, de alguma forma, tiveram, ao longo da luta, uma atitude não condizente com a chamada ideologia proletária, ou com a ação de um verdadeiro revolucionário, tendo, portanto, dificultado o avanço da revolução. Semioticamente, trata-se de actantes que oscilam entre as funções de sujeito e anti-sujeito, podendo receber, nesse discurso, os seguintes atributos: individualista, traidor, vacilante, sem perspectivas, inseguro, confuso, desesperado, vaidoso, intranquilo, fraco, nervoso. Ressaltemos que, nos textos da primeira fase, não observamos a construção da imagem de um militante “não-revolucionário” ou “pequeno-burguês”, isto é, que, por seus valores e atitudes negativos, atrapalha o avanço da luta.

O pequeno-burguês recebe diferentes atributos. Por exemplo, entre os anti-valores mencionados, alguns (individualista e traidor) encaixam-se na composição dos combatentes que dão informações ao inimigo na tentativa de salvar a própria pele, “aqueles que abrem na prisão”²³; outros (fraco, sem perspectivas) referem-se sobretudo àqueles que optaram por desistir de lutar, os denominados “desertores” ou “desbundados”. Em ambos os casos, as críticas recaem sobre atitudes de caráter individual, extremamente desvalorizadas pelo discurso. Prosseguindo a análise das antiquidades do pequeno-burguês, observamos que muitas delas (insegurança, confusão, intranquilidade, nervosismo) parecem estar associadas mais à definição às avessas do verdadeiro revolucionário, reforçando o que ele *não deve ser*, do que à imagem de um não-revolucionário. É interessante observar o modo como a

²³ Não estamos falando aqui dos “cachorros”, aqueles ex-guerrilheiros que decidiram colaborar com a ditadura e continuaram nos grupos, mas na condição de infiltrados e não na condição de verdadeiros revolucionários.

imagem do revolucionário é construída nesse discurso. Normalmente a identidade de um sujeito se constrói pela negação de características de outros sujeitos. Aqui, de maneira inversa, a imagem do não-revolucionário é produzida a partir da negação de traços da imagem do revolucionário.

Ressaltamos que, no discurso da segunda fase, embora o objetivo principal continue sendo derrubar a regime, os documentos tratam, com muita frequência, o revolucionário “pequeno-burguês” como um inimigo. Verificamos, desse modo, um estreitamento do foco discursivo, pois o obstáculo central se desvia, em muitos textos, da ditadura para as atitudes pequeno-burguesas dos militantes armados, notadamente aqueles que defendem a desmobilização. Trata-se de uma estratégia empregada pelo destinador em sua manipulação, fazendo com que o destinatário queira ser e agir (tentação) como um verdadeiro revolucionário, e, principalmente, não-queira ser identificado (intimidação) como um pequeno-burguês.

A oposição *verdadeiro revolucionário vs. pequeno-burguês* encontra, em muitos textos, correlação com outras oposições, entre as quais destacam-se: *continuação vs. parada* e *aqui vs. lá*²⁴. Essa divergência de posições a respeito do futuro da luta armada, fortemente presente no discurso da VPR, não se manifesta de modo enfático na forma de discussões a respeito do significado político²⁵ ou teórico de uma ou outra escolha, mas se associa principalmente à configuração moral dos revolucionários:

66. Desmobilização é apresentação sofisticada de deserção! Não adianta doirar a pílula, porque teremos de exigir dos seus autores e difusores que assumam por inteiro a responsabilidade moral e política por tal tipo de proposição.

Nossas responsabilidades políticas, e o papel histórico que nos cabe desempenhar, exige de nós uma clara definição, agora e já. (21, p.3, grifo no original)

²⁴ No caso, trata-se de continuar ou parar a luta. Aqui e lá se referem, respectivamente, a Brasil e exterior. Vale ressaltar que a primeira oposição surge muito mais frequentemente do que a segunda.

²⁵ Entre os documentos analisados, em apenas um encontramos uma crítica política a uma proposta de desmobilização. Resumindo, tem-se a seguinte cadeia de argumentos: 1) Há uma proposta de “parada política” baseada na análise de que o avanço da burguesia está enfraquecendo a esquerda; 2) O erro dessa análise consiste em achar que o isolamento político da esquerda armada deve-se ao avanço militar da burguesia; 3) Essa proposta confunde ofensiva política com ofensiva militar; 4) A ofensiva militar da ditadura traz ganhos políticos para a guerrilha. 4) Conclusão, a saída é a retomada da ofensiva política do movimento revolucionário, não a sua parada.

O verdadeiro revolucionário possui um compromisso, um dever com a revolução. Vale destacar que esta se encontra acima do indivíduo e da Organização, o que torna a função do combatente mais importante (valiosa), pois seu dever é com a História.

Não foram encontrados textos da VPR nos quais a posição de desistir de lutar fosse defendida. Assim, não tivemos acesso aos argumentos pró-desmobilização. Porém, a partir da crítica acima (exemplo 66), pode-se inferir que não se trata de um assunto simples, mas de um assunto que surgia de modo velado, um tabu.

O destinador-manipulador, o qual se projeta como comandante da Organização, defende, em seu discurso, a continuidade da luta. Para isso, ele aponta a necessidade de mudanças (Cf. exemplos 61 e 64), mais especificamente, de construção de uma nova linha política. O estoque de onde são retirados instrumentos considerados relevantes para a realização dessas transformações encontra-se, nesse discurso, no “método marxista”: análise das experiências acumuladas na trajetória do grupo e da situação presente.

67. Quando se percebe que se está sendo batido, faz-se uma auto-crítica consciente, e uma análise da situação, em cima dos fatos e não fora deles. Este é o único caminho para se compreender o que está ocorrendo, e fazer inverter a situação. (21, p. 5)

68. É necessário uma autocrítica radical [...] É preciso superar, isto é, absorver o que houve de correto, negar os erros e adotar uma nova perspectiva. (28, p. 1)

A continuidade da luta fica, nesse discurso, condicionada a dois fatores. Primeiro, a um elemento moral, pois é preciso ser um verdadeiro revolucionário para enfrentar os momentos difíceis e manter o compromisso com a revolução. Segundo, *saber* qual o caminho a ser seguido nessa luta. Por isso, surgem os programas narrativos a serem implementados pelo sujeito, o verdadeiro revolucionário. Nesse sentido, tanto a avaliação da experiência da Organização quanto a análise de conjuntura, assuntos que estudaremos nos próximos itens, correspondem a programas narrativos modais, que acumulam o *saber* para a elaboração de uma nova tática revolucionária.

Com este primeiro item podemos depreender a imagem do enunciador como um sujeito inquieto, fortemente modalizado pelo dever-mudar, que busca adesões para o seu projeto de transformação. Um sujeito que se apresenta como membro da comunidade revolucionária, aproximando-se do enunciatário, a quem atribui o mesmo estatuto. Um sujeito que valoriza o conhecimento, colocando-se no lugar de quem *sabe* e na autoridade

de quem *pode* emitir julgamentos e formular propostas. Um sujeito rígido em seus princípios morais, que não perdoa vacilações. O enunciatório, por sua vez, é visto como um combatente que precisa ser convencido a *querer/dever* continuar na luta.

II- Em busca de uma linha política

Avaliação do passado

A *sanção* da trajetória da VPR é desenvolvida de maneira programada, como se o destinador-julgador seguisse um método. Assim, avalia-se o histórico da evolução das teorias que a Organização adotou; as sucessivas análises de conjuntura que ela traçou; e as diversas ações armadas que realizou, sempre buscando razões que expliquem a situação de crise vivida no início de 1971, momento de realização da avaliação. A escolha desse formato revela que, para esse discurso, os elementos acima selecionados são considerados importantes para o sucesso da revolução.

Vale ressaltar que cada um dos itens sancionados desenvolve-se como um percurso temático, o que nos levou a optar por uma análise que prioriza os temas.

Evolução da perspectiva teórica adotada pela VPR

Partindo das discussões surgidas no seio da esquerda após o golpe de 1964, o discurso da VPR relata quatro perspectivas teóricas consideradas marcantes para a constituição e o funcionamento da Organização, e os períodos nas quais foram adotadas. A primeira perspectiva teria surgido na disputa contra as posições “reformistas” do PCB, entre 1964 e 1966; a segunda, entre 1966 e 1967, sofre forte influência da teoria do filósofo francês Régis Debray, publicada em sua obra, *Revolução na Revolução*; a terceira, entre 1968 e 1969, é a fase do “jamilismo”, momento de vigência das teses do militante Jamil. A teoria de Jamil é um pouco modificada no Congresso da VPR, realizado em outubro de 1969, resultando na versão teórica adotada na quarta fase, entre os anos 1970 e 1971. De modo sintético, os principais assuntos abordados acerca de cada perspectiva teórica são os seguintes:

1. Luta contra o reformismo

- adoção do caráter socialista da revolução;
- defesa da revolução armada;
- luta armada: exacerbação da luta política das massas;
- crítica a essa perspectiva teórica: inviabilidade de desenvolvimento da luta armada vinculada à luta política das massas.

2. Debraysmo

- adoção do caráter da revolução como socialista e de libertação nacional;
- negação da luta armada como extensão da luta política: a luta política deveria ser armada;
- forma de desenvolvimento da luta: foco no campo;
- crítica ao debraysmo: confusão no caráter da revolução; fragilidade do conceito de foco, inviável de ser implementado no Brasil; necessidade de se travar a luta armada também na cidade, não apenas no campo.

Verificamos que, comparada à primeira perspectiva teórica, a segunda complexifica a ideia de revolução e radicaliza a visão de luta

3. Jamilismo

- revolução socialista apresentada como meio de libertação nacional;
- forma de luta: guerra de guerrilhas;
- problema da guerra de guerrilhas: fragilidade política;
- problema do movimento de massas: fragilidade militar;
- função da vanguarda armada: politização da luta armada; aproximação do
- movimento de massas à guerra de guerrilhas;
- forma de politização da luta armada: propaganda armada.

Como podemos observar, a teoria de Jamil enfatiza a importância da participação das massas no processo revolucionário e o papel da vanguarda como grupo capaz de aproximar o movimento de massas e a guerrilha, fortalecendo e viabilizando a revolução.

4. Reformulações do Congresso

- forma de luta: libertação nacional inserida em um programa socialista;
- fim da dicotomia entre o político e o militar;
- forma de manifestação do movimento de massas: guerra de guerrilhas;
- aprofundamento das teorizações sobre a guerrilha rural.

Notamos que as reformulações da perspectiva teórica da VPR efetuadas no Congresso de outubro de 1969 demonstram preocupação em desenvolver mais reflexões acerca da guerrilha rural. Nesse sentido, encontramos semelhanças com os textos de Marighella, que afirmavam que 1969 seria o ano da guerrilha rural. Além disso, acreditamos que o aumento da repressão sobre as ações urbanas naquele período também tenha influenciado tal resolução.

A sequência dos percursos temáticos é abordada como um aprimoramento, pois considera-se ter havido melhora de uma etapa para outra. Contudo, no final do processo, o destinador avalia que a última perspectiva teórica adotada pela VPR era ainda frágil e insuficiente:

69. Sabíamos, desde o início, que estávamos em vias de uma definição revolucionária mais profunda e que o estágio atual das definições era pobre para servir como guia teórico de uma prática revolucionária de grande envergadura. (28, p. 3, grifo no original)

A construção do enunciado se dá predominantemente por meio de efeitos de sentido de verdade, alcançados, entre outros recursos, pelo emprego da debreagem enunciativa de tempo.

Além disso, os desenvolvimentos temáticos, apresentando críticas às crenças e atitudes de outrora, afastam o combatente do passado (sujeito do enunciado) daquele do presente²⁶ (enunciador), o que resulta em um efeito de sentido de objetividade, de distanciamento entre a enunciação e o enunciado:

70. Assim, as linhas políticas que foram influenciadas por Debray diziam que, além da guerrilha se encaminharia o “movimento de massas de forma político militar”, expressão que ganhou fôros de verdade e que nunca chegou a ser explicada ou entendida. (28, p. 2)

²⁶ Nesse caso, “presente” significa o momento da enunciação (início de 1971). Considere-se o mesmo para o uso desse termo ao longo de todo o segundo item.

A postura do enunciador, uma postura de contestação da forma como os guerrilheiros brasileiros incorporaram determinadas expressões fixas presentes em obras de “referência” para o movimento armado de toda a América Latina, revela uma crise de confiança com relação às teorias revolucionárias e, sobretudo, à maneira de colocá-las em prática.

Evolução da análise de conjuntura

No discurso estudado, o destinador afirma que a VPR, embora sempre tenha considerado a análise de conjuntura um recurso importante para a produção de táticas de luta, errou em todas as análises que fez. O motivo dos erros seria basicamente a avaliação da situação da ditadura como de crescente isolamento político e inevitável decadência, sobretudo após o AI-5, e a crença na ascensão do movimento revolucionário.

Em sua sanção, o destinador-julgador considera que a interpretação incorreta da conjuntura manifesta-se principalmente nos seguintes temas:

- isolamento político da ditadura: crescente e insuperável;
- enfraquecimento político da ditadura;
- aumento da insatisfação popular com relação à ditadura: crescimento da oposição;
- ascensão do movimento revolucionário e da situação revolucionária;
- massas: desejo de concretização da atuação contra a ditadura;
- vanguarda: viabilização dos desejos da massa.

Em seu modo de dizer, o enunciador comenta os temas anteriores com certa ironia, o que produz, mais uma vez, um efeito de sentido de distanciamento entre a enunciação e o enunciado:

71. Basicamente já dissemos, entendíamos o momento como um momento de ascensão para o qual a concretização dependia da atuação da Vanguarda. As massas esperavam por nós, ansiosamente. Mas, de qualquer forma, estávamos isolados da massa. (28, p. 4)

Neste exemplo, a ironia, que não é facilmente captada apenas pelo parágrafo transcrito, encontra-se no emprego do advérbio *ansiosamente*. Isso porque a enunciação, ao

longo do texto, afirma que o movimento de massas estava em declínio, mas os guerrilheiros não percebiam. Dessa forma, o advérbio mencionado não pode ser compreendido em seu sentido denotativo, mas, pelo contrário, reforça o equívoco da avaliação daqueles combatentes.

Assim como o percurso temático relativo às perspectivas teóricas adotadas pela VPR termina afirmando que a Organização ainda não havia produzido uma teoria consistente, este percurso conclui que o grupo ainda não tinha acertado na análise de conjuntura, o que acarretava outros problemas:

72. Ora, acontece que a Org não elaborou até hoje uma tática eficaz, isto é, uma proposição política capaz de adaptar-se às condições do momento presente e transformá-lo. E isto pela razão fortíssima que ainda não conhecemos corretamente a conjuntura (28, p. 4)

De acordo com o que acabamos de examinar, podemos perceber que a evolução das análises de conjuntura é apresentada como uma sucessão de fracassos. Entretanto, a postura de julgador, o estilo irônico e a busca de novas saídas não nos permitem a apreensão da imagem de um sujeito fracassado, que desistiu de lutar, e sim de alguém que reconhece os erros, mas ainda acredita poder superá-los. A ironia mostra um sujeito que às vezes se descontrai, e ri de si próprio.

Avaliação das ações armadas

O termo empregado para definir a trajetória da prática do grupo é *intensa*. O exemplo a seguir representa um balanço-síntese do resultado das ações armadas e mostra, de maneira resumida, a forma como estas são avaliadas no discurso da VPR:

73. A prática de outubro/69 (Congresso) até hoje (fevereiro/71) foi realmente *intensa*:

- a) uma *importantíssima* experiência de guerrilha no campo que nos ensinou *demais*;
- b) um volume de ações *muito grande*;
- c) três seqüestros *importantes*;
- d) extensão da Org em vários sentidos, buscando contatos e experiências de trabalho.

No entanto, a Org se cresceu em importância e influência perdeu em força efetiva (...) (28, p. 3)

De modo geral, os documentos da segunda fase referem-se pouco às ações armadas e, quando o fazem, é de forma bastante resumida. Os seqüestros são as experiências mais

valorizadas, consideradas a concretização ideal da Propaganda Armada que, por sua vez, é vista como a atividade fundamental dos grupos armados²⁷. As avaliações positivas das ações, embora presentes, são frequentemente seguidas de ponderações negativas, introduzidas por uma conjunção adversativa, como na seguinte passagem do exemplo treze: “*No entanto*, a Org. se cresceu em importância e influência perdeu a força efetiva”.

A sanção das ações armadas surge juntamente com a tentativa de explicar o motivo das derrotas sofridas pela Organização na Guerra Revolucionária. Os temas mais abordados nessas explicações são os seguintes:

- falta de preparo militar dos combatentes armados;
- falta de segurança: erros na política orgânica;
- baixa qualidade dos militantes: despreparados ideológica e militarmente;
- isolamento das massas;
- incapacidade de repor os quadros;
- superdimensionamento da guerrilha urbana: condicionamento da guerrilha rural e das atividades da Organização à guerrilha urbana;
- deficiência política;
- projeto de guerrilha politicamente indefinido.

Vale ressaltar que os temas acima encontram-se explorados no discurso de forma bastante abstrata. Entre eles, os dois últimos aparecem com maior frequência. Observamos, desse modo, que as derrotas da guerrilha são atribuídas mais a problemas políticos do que a erros pessoais ou técnicos:

74. Assim, no fundo das crises repousa nossa deficiência política, que, mantida, nos levará inevitavelmente à falência, disto não há dúvida.
O caso de haver “crises de segurança” não é o principal. O pior é:
a) não haver reposição nem avanço da luta
b) não haver aprendizado de uma crise para outra [...]
Desta forma podemos compreender que as “crises de segurança” refletem problemas políticos mais profundos (28, p.7)

²⁷ O tema da propaganda armada foi apresentado quando da análise das teses do Jamil e será retomado no próximo item, sobre as perspectivas revolucionárias nos documentos da segunda fase.

A crítica da VPR não divide a experiência das atividades de guerrilha em fase ascendente e descendente, mas traz em sua análise a ideia de que a luta armada brasileira nunca esteve em ascensão. Nesse sentido, destacamos o seguinte trecho:

75. A verdadeira “crise de segurança”, como passamos a apelidar as quedas em cadeia, surgiu em janeiro de 69, um mês após o AI-5. Até hoje não passou um tempo maior que um mês, na esquerda, onde não houvesse quedas ou mortes. (28, p. 7)

O estudo dos itens anteriores revela que o discurso da VPR realiza a “análise do passado” de maneira programada, procurando adotar um método. Os textos possuem tópicos, subdivisões (como mostram os exemplos 73 e 74), o que contribui para a produção do efeito de sentido de objetividade. O valor em questão é o *saber*. O destinador-julgador busca aprender com os erros e os acertos das atitudes passadas e, assim, acumular experiências para aperfeiçoar seus conhecimentos. A importância desse valor manifesta-se pela presença, ao longo dos textos, uma espécie de isotopia da aprendizagem: sabíamos (ex. 69); explicada, entendida (ex. 70); entendíamos (ex. 71); conhecemos (ex. 72); ensinou (ex. 73); aprendizado, compreender (ex. 74).

Por outro lado, trata-se de um discurso voltado para as questões da própria VPR: que privilegia como foco de análise mais os militantes armados do que a ditadura; além de concentrar seu “percurso histórico” em um curto período de tempo (1969-1971). Assim, tomando a Organização como um sujeito coletivo, podemos dizer que esses textos correspondem a uma “autocrítica”. Para avaliar suas próprias atitudes, um mesmo ator, a VPR, incorpora duas funções actanciais distintas: destinador-julgador e sujeito. No intuito de realizar uma avaliação objetiva, o primeiro procura construir um distanciamento do segundo. Porém, em muitos trechos, a crítica não se restringe ao passado, de maneira estanque, mas chega até o presente, provocando uma (con) fusão entre o destinador-julgador e o sujeito, ou, em outra instância, entre o sujeito da enunciação enunciada²⁸ e o sujeito do enunciado (Cf. exemplos 69, 72, 74 e 75).

Nova análise de conjuntura

Como foi possível observar nos estudos anteriormente expostos, há nos textos da VPR constante afirmação da importância da análise de conjuntura como um dos elementos

²⁸ A sanção é feita pelo destinador-julgador que, nesse caso, encontra-se revestido pelo enunciator.

essenciais na construção de uma estratégia adequada para a revolução. Por isso, essa Organização desenvolveu diversas análises. Desse modo, embora tenha concluído em sua autocrítica que a Organização nunca havia sido bem sucedida em suas produções, ela dedica-se a uma outra tentativa. Vale destacar que a ALN também faz análise de conjuntura. Entretanto, no discurso desse grupo, não há menção explícita à interpretação da realidade como um *saber*, uma competência valiosa, nem como parte do processo de formulação de uma estratégia revolucionária.

A nova versão da análise de conjuntura, bastante sintética, enfatiza as ações da ditadura que visam a neutralizar a oposição. Trata-se, assim como no item anterior, de uma *sanção* que terá como resultado um objeto-valor *saber* (como o inimigo age), que servirá, por sua vez, de competência para a realização de um novo programa narrativo: a construção de uma nova tática revolucionária.

Nessa análise de conjuntura, o discurso explora bastante as modalidades veridictórias, ou seja, a oposição entre o *ser* e o *parecer* da ditadura. Dessa forma, encontramos nos textos frequentemente o uso de expressões que fazem referência a algo de duplo caráter, como *esconder*, *mascarar*, *farsa*, *fachada*, entre outras. Segundo o discurso da VPR, a ditadura é um regime de dependência internacional, opressão e exploração, mas cria uma *aparência* nacionalista e democrática. Diante disso, cabe aos revolucionários denunciar e desmascarar o inimigo.

Assim como no item anterior, a análise de conjuntura constrói-se também com recursos que produzem efeito de sentido de objetividade, como a debreagem actancial enunciativa e a subdivisão interna de parágrafos e textos. Sobre o primeiro recurso, vale destacar que, mesmo a ditadura sendo apresentada como adversária, ela surge sempre em terceira pessoa, ou seja, não se diz *nosso inimigo*, mas *o inimigo*. Outros termos usados como seus sinônimos são *burguesia* e *classe dominante*. De modo semelhante, os guerrilheiros também são nomeados em terceira pessoa, como, por exemplo: *grupos armados*, *revolucionários* e *massa revolucionária*. Dessa forma, a análise de conjuntura aborda de maneira, digamos, panorâmica e objetiva, as iniciativas do governo para combater os grupos armados, não discorrendo, assim, sobre a VPR especificamente ou sobre ações pontuais realizadas. Esse modo de dizer abrandava a intensidade da disputa entre os adversários e os efeitos passionais da disputa. Verificamos, dessa forma, que a oposição

luta armada vs. *ditadura* se desenvolve nos textos da segunda fase de forma menos apaixonada do que a oposição *verdadeiro revolucionário* vs. *pequeno burguês*.

Os temas não se encontram largamente desenvolvidos, sendo muitos deles expostos de maneira rápida. Por causa disso, podemos depreender que são bastante familiares àquela comunidade de leitores, não precisando, portanto, ser explicados longamente:

76. Hoje a ditadura tem as seguintes perspectivas: [...] medidas estratégicas de segurança: estradas, telecomunicações, aumento do efetivo militar, planejamento e treinamento de atuação em áreas prováveis de guerrilha, aperfeiçoamento do equipamento militar, etc; cobrança de pedágios para controle de deslocamento; criação de “espírito nacionalista” (através de vários meios: esporte, literatura, símbolos pátrios, lemas, músicas, etc) (30, p. 2)

O emprego de uma única palavra, como, por exemplo, “estrada”, para se referir a uma medida estratégica de segurança, ou “esporte”, para falar de um meio de criação do espírito nacionalista, corresponde a uma forma condensada de apresentar as discussões existentes naquela comunidade discursiva. Nesse sentido, as diversas expressões, encadeadas em sequência, remetem a uma grande variedade temática. O que está dito no enunciado é menor do que o que se diz na enunciação. Esse modo de dizer resulta em um efeito de sentido de aceleração, pois se pretende falar mais coisas do que o parágrafo comporta.

A nova versão da análise de conjuntura é construída por meio da abordagem sucinta e genérica dos seguintes assuntos:

- estratégia política do regime militar: fachada democrática e nacionalista para neutralizar a oposição;
- medidas de manutenção dessas fachadas: esvaziamento do movimento de massas; destruição de verdadeiras oposições legais; combinação de ofensiva política e militar, buscando a destruição do movimento armado; construção de uma ideologia aparentemente nacionalista; conquista da pequena-burguesia-urbana; difusão, por meio dos meios de comunicação, de um clima de esperança e desenvolvimento no país; medidas avaliadas como bem sucedidas, pelo menos em curto prazo;
- movimento armado: única oposição que resiste; principal alvo da ditadura;

- política de desenvolvimento econômico: baseada na entrada de capital internacional; proporciona ilusão de progresso; acarreta problemas a longo prazo;
- movimento revolucionário: enfraquecido, em fase de declínio.

Diferentemente das análises de conjuntura anteriores, quando se considerava a ditadura em declínio, e o movimento revolucionário, em ascensão, esta análise de conjuntura desenvolvida pela Organização conclui o inverso. No entanto, mesmo reconhecendo o momento de crise pelo qual passava a guerra revolucionária, o enunciador atribui valores e competências especiais à esquerda armada, como o fato de *ser* a única oposição real ao regime (verdadeiros revolucionários) ainda em atividade, ser o principal inimigo do governo e *poder* ver a ditadura por trás de suas máscaras. Por outro lado, os sujeitos que sancionam positivamente a ditadura são considerados seres limitados, incapazes de distinguir a essência da aparência e de enxergar longe. Nesse caso, o enunciador projeta-se como um militante armado e, portanto, toma também para si as qualidades que atribui a todo o movimento. Assim, embora reconheça que esteja sofrendo derrotas, esse enunciador se mostra como um sujeito valorizado, um verdadeiro revolucionário, que resiste às dificuldades da luta.

III- Algumas propostas de ação

Além da avaliação das próprias experiências e da produção de uma nova versão da análise de conjuntura, o discurso da VPR propõe algumas alternativas para a saída do imobilismo. A leitura dos documentos mostra que essas alternativas são apresentadas por meio de dois percursos temáticos um tanto quanto antagônicos, ambos veiculados em textos assinados pela Organização, com uma diferença de poucos meses entre um e outro.

A primeira perspectiva, menos desenvolvida do que a posterior, defende o aperfeiçoamento, aprofundamento e a intensificação da Guerra Revolucionária. Nesse sentido, fala-se em atingir “profundamente o poder burguês em seus pontos débeis”. Trata-se de uma proposta de continuidade, de manutenção dos princípios de luta até então adotados; uma visão ofensiva, de ação do sujeito contra o anti-sujeito. Já a segunda tática afirma a necessidade de mudança, apresentando como novo objetivo a politização da luta armada. Esse valor, não muito concretizado pelo discurso, corresponde a um *saber*,

revestido ao longo dos textos por expressões nem tão semelhantes, como *linha política, tática consequente, mobilização de parcela da massa*. Parece haver, nesse caso, dois valores hierarquizados: o conhecimento da linha política (ou da tática), que, por sua vez, possibilita a mobilização das massas. O caminho traçado para atingir esse objetivo é o fortalecimento das relações e, principalmente, da comunicação entre a vanguarda e as massas e, no interior da Organização, entre o comando e as bases. Comparada à proposta anterior, essa perspectiva representa uma opção mais defensiva, que visa a fortalecer o sujeito e a conquistar novos adjuvantes.

Essa última tática, que assume a análise do refluxo do movimento revolucionário, afirma que a inserção nas massas, em um primeiro momento, não ocorreria de forma muito ampla e alcançaria apenas os “setores mais avançados” das massas, que seriam selecionados por militantes muito bem preparados, entre os quais destacavam-se os “delegados políticos”:

77. [...]

O trabalho deles [delegados políticos] é de discutir politicamente, analisar as capacidades individuais e organizar tão somente os que tenham capacidade real de se tornarem combatentes e buscar aqueles capazes de contribuir de qualquer forma com a luta armada.

[...]

Caracterizam-se [os delegados políticos] por trabalhar dentro da massa, clandestinamente, buscando selecionar os quadros mais combativos.

[...]

Estes “delegados políticos” devem ser quadros selecionados criteriosamente (28, p. 10)

A leitura do exemplo 77 reforça a concepção do revolucionário como um sujeito especial. Nesse sentido, selecionar e formar pessoas da massa para a luta armada é uma tarefa que não pode ser executada por qualquer um, apenas pelos “selecionados para selecionar”.

De acordo com essa perspectiva, a partir dos contatos com os quadros avançados da massa, a Organização inicia o processo de formação do Exército Popular Revolucionário. Trata-se de um objetivo apresentado como “intermediário” (programa narrativo modal), porém, de fundamental importância.

A discursivização das propostas anteriores concretiza-se com o predomínio da debreagem enunciativa de tempo e espaço. No caso da actorialização, surge mais frequentemente o emprego da terceira pessoa do singular. A concretização semântica das

categorias de espaço e pessoa reforça a relação entre a Organização e as massas: Brasil, bairro, favela, fábrica, para a categoria de espaço; e Organização, quadros, combatentes, vanguarda, massa, povo, para a categoria de pessoa. Quanto à temporalização, há alternância de verbos no presente e no futuro, sendo os advérbios *hoje* e *agora* as marcas temporais mais constantes. O emprego desses advérbios contribui para ressaltar o caráter de urgência com que é apresentada a necessidade de construção e de implementação das propostas de ação.

Em seu modo de dizer, o enunciador alterna os efeitos de sentido de objetividade e de subjetividade, construídos entre o *saber* e o *dever*. No primeiro caso, assim como ocorre, predominantemente, nos textos de avaliação do passado e de análise de conjuntura, esse enunciador, de maneira distante e impessoal, apresenta definições e interpretações, procurando produzir um efeito de sentido de verdade (Cf. exemplo 77). No segundo caso, ele busca uma aproximação com o seu enunciatário, tentando *virtualizá-lo* (instauração do dever), para a realização das tarefas que julga necessárias:

78. Vamos desmascarar a ofensiva da ditadura, partir para uma ofensiva política. Pois bem, o que significa politizar a luta armada? Nossa resposta tem sido: encaminhar a propaganda armada. Ora, mas esta é uma resposta insuficiente. A propaganda armada é certamente uma peça imprescindível, mas não é a única. (28, p. 9)

79. O caminho agora é criar condições, promover e intensificar as discussões políticas nas bases [...]. E cabe a pergunta a cada um de nós: o que fiz concretamente para superar isto? E o meu coletivo, o que fez? (29, p. 1, grifo no original)

As passagens acima mostram bem a alternância de aproximação e distanciamento entre enunciador e enunciatário, construída por meio de um efeito de sentido de transmissão do saber, manifestado na forma de perguntas e respostas. O enunciador, buscando *fazer-crer*, investe-se da imagem de um sujeito seguro, que tem respostas completas e complexas às perguntas apresentadas, que *sabe* o que *deve* ser feito, e instaura o enunciatário como um sujeito interessado em seus ensinamentos.

O discurso estudado é predominantemente temático, com a presença de temas que revestem o programa narrativo de busca de soluções para a crise do movimento armado. Vale ressaltar que esse revestimento realiza-se com alto grau de abstração, dificultando, assim, a implementação das propostas de ação apresentadas.

Como mencionamos anteriormente, são desenvolvidos dois percursos temáticos principais: um relativo às propostas de aprofundamento da Guerra Revolucionária e outro relativo às propostas de mudança do sentido das ações armadas. A seguir, apresentamos os assuntos mais presentes em cada um desses percursos, de modo resumido:

1. Percurso temático do aperfeiçoamento da Guerra Revolucionária

- desmascaramento da ditadura;
- intensificação da propaganda armada;
- expansão da Guerra Revolucionária, sobretudo no campo;
- criação de comandos de sabotagem: provocação de instabilidade econômica no governo inimigo;
- aperfeiçoamento técnico dos quadros.

2. Percurso temático da nova versão da Guerra Revolucionária

- criação de redes políticas na cidade e no campo: extensão da luta armada para setores das massas;
- expansão da propaganda armada: realização em diversos lugares; condução sobre problemas concretos da massa;
- funções da propaganda armada: mostrar a viabilidade da luta armada; politizar essa forma de luta; garantir vínculos entre a vanguarda e as massas; viabilizar a montagem de redes políticas que contribuam para o desenvolvimento de guerrilhas;
- agitação: forma de educação das massas;
- necessidade de organização de quadros avançados da massa para realização de ações armadas;
- reformulação orgânica: desenvolvimento de imprensa interna e externa; garantia de unidade e democracia na Organização; viabilização de propaganda junto às massas; aperfeiçoamento do setor de documentação; aperfeiçoamento das discussões internas; maior seriedade na segurança; promoção e viabilização de discussões políticas nas bases da Organização;
- desmascaramento da ditadura;

- funções principais das ações armadas: ações logísticas para a viabilização da reformulação da Organização; ações de propaganda armada para a politização e conquista das massas;
- mudança da perspectiva das ações armadas: necessidade de inserção em um plano mais amplo, uma linha política.

Fazendo uma comparação entre os dois percursos temáticos, observamos a repetição dos seguintes temas: desmascaramento da ditadura e intensificação da propaganda armada. Essas propostas, embora já estivessem presentes nos textos da primeira fase, surgem como eixo central nos documentos da segunda fase.

A leitura dos temas do segundo percurso temático permite-nos depreender a valorização da comunicação, principalmente entre a vanguarda e as massas, no processo de restabelecimento da Guerra Revolucionária. Coerente com a avaliação das ações, que chegou à conclusão de que o problema do movimento revolucionário era político, a proposta de novas ações tem como eixo a politização da luta armada:

80. A questão atual da organização é mudar realmente sua prática, dando-lhe uma qualidade política que esteve até então ausente. (28, p. 13)

81. É preciso, hoje, colocar o seguinte: a forma de politizar a luta armada é a condução de uma tática que compreenda o momento político, tática capaz de compreender os problemas presentes da conjuntura e que seja uma orientação firme para a PA, a propaganda e a organização dos quadros avançados da massa para ações armadas. (8, p. 9, grifo no original)

Se, ao avaliar as ações armadas realizadas até então, o enunciador usou termos (des)qualificadores como, por exemplo, estreita/estreiteza, já na produção de propostas para as futuras atividades, ele afirma a necessidade de uma prática ampliada. Nesse contexto, a ampliação da luta armada significa inseri-la em um projeto político amplo, que dê sentido para as ações armadas e para as suas piores consequências, as *quedas* e as mortes. No entanto, não encontramos no discurso a concretização da linha política e das novas formas de ação. Exploram-se, nesse discurso, sobretudo, a nova estrutura da Organização e algumas mudanças no relacionamento entre a vanguarda e as massas. A leitura cuidadosa dos temas relativos à “nova versão da Guerra Revolucionária” permite-nos observar que as

soluções propostas para superar a situação de crise correspondem, em larga medida, a um aprofundamento das teses de Jamil.

Voltando aos três itens anteriormente analisados, podemos aproximar o primeiro de uma (auto)manipulação, o momento em que o sujeito, após um balanço da situação que vive, passa a querer mudar. Os dois itens seguintes correspondem à busca de competências para a realização dessa mudança. Nota-se que a VPR constrói o discurso de “busca de soluções” fundado em um método amplamente difundido nos grupos marxistas-leninistas (análise da experiência revolucionária, análise de conjuntura, etc). Além disso, atribui grande importância ao papel da Organização nesse processo, por isso, a afirmação da necessidade de reformulações orgânicas e da criação de novas funções (delegados políticos, por exemplo) para os quadros.

Como foi dito anteriormente, na avaliação da trajetória da VPR, os diferentes tópicos abordados chegaram todos a uma conclusão pessimista. Diferentemente, a tematização em torno de novas propostas de ação desenvolve-se de forma mais otimista, não apresentando uma “conclusão trágica” como as anteriores. Entretanto, alguns excertos permitem a apreensão de uma crise de confiança do enunciador com relação ao futuro da luta armada:

82. Não acreditamos que possamos, a curto prazo, superar tantas deficiências – não acreditamos que a vontade seja suficiente, embora necessária (29, p. 2)

83. Mesmo se levando em conta que é correto fazer este trabalho, como poderemos fazê-lo com a deficiência atual da O.? (28, p. 13, grifo no original)

Naquele contexto, mesmo os militantes que optaram por continuar firmes na luta, posição defendida pelo comando da VPR (enquanto sujeito coletivo), revelavam-se, em alguns momentos, céticos. A situação de dificuldades vivida pelos combatentes armados deixou suas marcas nos textos, em diversos aspectos. Em consequência disso, temos nos textos as conclusões pessimistas das avaliações do passado e as desconfianças com relação ao futuro.

A oscilação no modo de encarar as perspectivas futuras pode ser vista como uma atitude típica de um momento de crise, como apontam as seguintes acepções do termo²⁹, encontradas no dicionário Houaiss:

²⁹ Selecionamos, entre as definições, as que nos pareciam mais adequadas.

Crise: 1.1 MED. o momento que define a evolução de uma doença para a cura ou para a morte; [...]

9. SOC. Momento histórico indefinido ou de riscos inquietantes

A definição da palavra parece em conformidade com as vozes internas do discurso da luta armada. Estejam elas explícitas ou implícitas, umas pendem para a expectativa da cura, outras, da morte. Assim, mesmo no discurso que pregava a cura, como é o caso daquele da VPR, surgem marcas do medo da morte.

Ressaltamos, dessa forma, que, apesar do predomínio do efeito de sentido de objetividade, do estilo programador, que recorre a um método para analisar as experiências passadas; da imagem do enunciador como um sujeito seguro, confiante, corajoso, em alguns momentos, emerge a insegurança e o medo.

IV- A desmobilização

Como observamos pela análise anteriormente apresentada, apesar da existência de uma crise entre os membros da VPR, todos documentos investigados apontam todos para o mesmo caminho: a continuidade da luta armada. Entretanto, encontramos no conjunto do material recolhido um texto que destoa dos demais em diversos aspectos, principalmente por decretar a desmobilização. Por esse motivo, decidimos estudá-lo neste último item. Reproduzimos, a seguir, os trechos desse texto que consideramos mais relevantes, com base nos quais desenvolveremos nossa análise.

84. COMUNICADO Nº 2 – MEDIDAS IMEDIATAS -

1). – Os últimos acontecimentos provaram com sangue e fogo a inviabilidade dos grupos armados tais quais se encontram atualmente. Demonstraram principalmente, que o compasso da espera é certamente uma atitude de entrega e resignação, incompatível com o espírito revolucionário.

2). – A Org. deve buscar seu caminho de forma radical. Sua indefinição política e sua extremada fragilidade orgânica foi responsável pela perda de numerosas vidas e pela queda de muitos companheiros, nos últimos 6 meses, principalmente, de forma aguda.

[...]

3). – O Comando considera como objetivos imediatos da atuação da (ilegível):

a) a tentativa de preservar a vida dos militantes restantes; b) a necessidade de uma redefinição política retirando-se um balanço crítico objetivo da fracassada militância anterior.

4). – Para isto, determina de forma imediata: - a) A Organização está desmobilizada. b) está convocado o II Congresso Nacional.

[...]

6) Por se atrasar na adoção desta perspectiva, hoje, quando a adotamos reconhecemos claramente a extinção total da O., tal como a conhecíamos no Brasil.

[...]

9). – O novo Comando julga-se em condições de assumir tal posição tão radical e absolutamente divergente do Comando anterior por – a) Ser esta a posição da maioria dos quadros da O.; b) Considerar que tal posição está plenamente justificada pelos fatos e que nenhuma outra foi apresentada de forma objetiva a não ser a espera suicida e indefinida; c) Possuir poderes orgânicos atuais segundo as normas que sempre estiveram em vigência na Organização.

Ousar Lutar

Ousar Vencer

Comando da V.P.R. /7/8/71 (4) (24, p. 1-2)

Antes de iniciarmos a análise do texto, gostaríamos de tecer um comentário sobre a escolha do “gênero comunicado”, que reforça uma característica bastante presente no discurso da VPR, o “estilo institucional”, revelando a valorização da Organização enquanto entidade. Esse estilo manifesta-se de diferentes maneiras, entre as quais destacam-se três. Primeiro, pela existência de uma comunicação formal no interior da instituição, como estatutos, normas, pedidos de esclarecimento, de desligamento, comunicados, direito de resposta, etc. Segundo, pela abordagem de temas como a preocupação com a reformulação da estrutura da Organização ou com as funções de seus membros. Terceiro, pelo uso frequente de termos como *Organização*, *normas da Organização*, *comando*, *base*, *comandante*, *coordenador*, *o responsável*, etc.

Entrando na análise, o comunicado anterior desenvolve-se a partir da correspondência entre duas oposições semânticas fundamentais: *vida vs. morte*; *parada vs. continuação*, sendo os primeiros termos positivos, e os segundos termos negativos. Sintaticamente, tem-se a tentativa de mudar a situação de espera, sair do lugar da *não continuação*, que o sujeito julgava ocupar. Ao estabelecermos uma comparação desse discurso com aquele dos três itens anteriores, que defende a continuidade da luta, observamos que ambos se fundam nas mesmas oposições semânticas. Entretanto, a correlação entre essas oposições surge de forma invertida, como mostram os quadros a seguir:

A. Esquema do discurso da continuidade

Parar	continuar
morte	vida
não-continuar	não-parar
não-vida	não-morte

B. Esquema do discurso da parada

parar	continuar
vida	morte
não-continuar	não-parar
não-morte	não-vida

De acordo com o discurso fundado nas oposições do quadro A, parar a luta significa a morte. Nesse sentido, o destinador desse discurso defende a continuação da luta e trata aqueles que optam por não continuar lutando como “desertores” ou “pequeno-burgueses”. Viver sem lutar equivale a morrer e, portanto, é inconcebível para um “verdadeiro revolucionário” abandonar a luta. A vida deveria entrelaçar-se à luta e, se necessário, morrer-se-ia lutando. O discurso não é construído com base na morte, mas na vida e na vitória, que era considerada certa, mesmo que alguns combatentes ficassem no caminho.

Já no quadro B, continuar lutando equivale à morte. Por isso, o destinador defende a interrupção imediata da luta. A questão central do discurso é a morte, não a vida. Ressaltamos que a passagem do primeiro para o segundo discurso ocorre juntamente com a crise de confiança do destinador, ou seja, quando este deixa de crer na possibilidade, pelo menos a curto prazo, do surgimento de uma outra proposta de continuação da luta que

corresponda à vida. Com a crise de confiança na linha política, a luta (pelo menos aquela forma de luta, naquele momento) perde o sentido e a morte também. Essa morte deixa de ser uma consequência inevitável, ou uma contribuição para a revolução, e se esvazia, tornando-se gratuita, inútil. Diante disso, o sujeito escolhe preservar a vida. Temos, assim, mais uma diferença significativa em relação ao discurso anterior: a vida torna-se mais importante do que a causa.

A inversão de valores nas estruturas fundamentais corresponde, narrativamente, à decisão de abandonar a luta, isto é, o decreto do fim, que seria, do ponto de vista dos três primeiros itens, uma antiação. Até mesmo a expressão empregada para decretar o fim da Organização, “está desmobilizada”, quando usada por militantes, em um momento anterior à veiculação desse “decreto-fim”, recebia muitas críticas de alguns membros da VPR, como podemos observar nessa passagem, do exemplo 6: “desmobilização é apresentação sofisticada de deserção!”

Para defender a *parada*, o destinador não se opõe à *continuação* mas à *não continuação*, interpretada como uma posição de passividade. Assim, associa a tomada de decisão a uma ação radical, que estaria em consonância com valores constitutivos dos revolucionários, como, por exemplo, o *radicalismo* e o *extremismo*.

A mudança repentina de posições representa um indício da instabilidade, da *crise* vivida pela VPR naquele momento. No entanto, observamos que, apesar da oscilação nos valores, muitas características do discurso são mantidas no comunicado. Por exemplo, podemos citar, a valorização do balanço crítico como forma de ensinamento; a ratificação da análise dos motivos das derrotas da luta armada, atribuídas sempre a problemas políticos e orgânicos; a responsabilização (no caso, da Organização) pelas mortes de militantes; a presença de muitos traços que conferem ao discurso um caráter institucional; a manutenção da mesma palavra de ordem – ousar lutar, ousar vencer - a construção do enunciado por meio de recursos que produzem um efeito de sentido de objetividade, entre outros.

Ressalte aqui algumas características que produzem esse efeito de sentido de objetividade. O texto é fragmentado, dividido em nove pontos numerados, muitos dos quais possuem subdivisões internas; o comunicado se constrói com a projeção da terceira pessoa do singular. Além disso, observamos a presença de expressões que remetem a uma isotopia

da “argumentação racional”: provaram, demonstraram, é certamente, balanço crítico objetivo, posição plenamente justificada pelos fatos.

Apesar da clara valorização das questões objetivas, analíticas e teóricas, o discurso estudado também deixa transparecer, ao longo de seus textos, traços subjetivos e passionais, os quais revelam o *estado de alma* do sujeito. Entre esses, podemos depreender no presente comunicado: a) expressões que se associam às emoções³⁰: sangue e fogo, atitude de entrega e resignação, fracasso da militância, espera suicida; b) o uso de intensificadores: *extremada* fragilidade orgânica; de forma *aguda*; *tão radical*; *absolutamente* divergente; c) a presença do aspecto terminativo regido pela aceleração, que se concretiza, entre outras formas, pelo uso dos termos *imediat* (*o, os, as*).

O enunciador, ao deixar de crer na luta, perde a confiança em seu *poder-fazer*, e sua espera torna-se aflita. Assim, o comunicado anterior (exemplo 24) representa a tentativa de informar, de maneira objetiva e racional, que a espera havia se tornado excessiva e, portanto, insuportável.

4.2.2 Síntese

Os documentos da VPR acerca da segunda fase da luta armada, se comparados aos da primeira, são menos numerosos, manifestam-se em menor variedade de gênero discursivo e foram produzidos em um espaço de tempo mais curto – entre 1970 e 1971. Os textos, com extensão máxima de treze páginas, correspondem principalmente a materiais elaborados para a realização de discussões entre os membros da Organização, e revelam a existência de divergências internas, principalmente em relação à temática da continuidade da luta.

O discurso é construído com base na oposição semântica fundamental *continuação vs. parada*, referindo-se à continuidade ou não da luta armada. Em alguns textos, o prosseguimento da luta armada surge em correlação com a dicotomia *vida vs. morte*.

Narrativamente, a transformação almejada é sair da situação de crise e imobilismo na qual os guerrilheiros se encontravam. A busca desse objetivo realiza-se de duas maneiras

³⁰ Ressalte-se que nenhuma expressão pode ser considerada, fora do contexto, racional ou passional. No entanto, não se pode negar que, em uma determinada comunidade discursiva, é possível levantarmos expressões que são associadas mais ao campo da razão ou da emoção.

complementares: a sanção da trajetória da luta armada (autocrítica) e da realidade política daquele momento (análise de conjuntura), e a construção de um objeto-valor, uma nova linha política.

Para esse discurso, o *saber* e a *confiança* correspondem a dois elementos fundamentais. O destinador recorre ao primeiro para resolver os conflitos advindos da (des)confiança. A manipulação constrói-se, por um lado, pela intimidação e pela provocação, ao apontar os desertores como fracos e pequeno-burgueses e, por outro lado, por tentação e sedução, projetando uma imagem supervalorizada dos membros que prosseguirem no combate (verdadeiros revolucionários, seres selecionados, com a visão correta) e da própria luta armada (única oposição real; única forma de luta que continuava resistindo).

Na discursivização, verificamos predominantemente a debreagem enunciativa das categorias de tempo e espaço. Os cronônimos presentes nos textos são *hoje*, *agora*, 1968 e 1971. O discurso está sempre voltado para o passado recente, ou para o futuro e, embora o momento de referência seja o presente, diversas passagens do enunciado afirmam o desejo de tornar o *agora* rapidamente passado, mostrando o estado de aflição em que se encontravam os sujeitos. A espacialização opõe o *aqui* (Brasil), ao *lá* (exterior), em alusão à oposição entre os guerrilheiros que continuavam lutando no Brasil e os que estavam no exílio. Na actorialização, há o predomínio da debreagem enunciativa, com o emprego da terceira pessoa do singular, surgindo também a debreagem enunciativa, com o uso do *nós* inclusivo. A semantização das categorias de pessoa (vanguarda, massa, revolucionários, pequeno-burgueses, combatentes, bases) prioriza o revestimento de atores envolvidos no funcionamento da luta e da Organização armadas, com pouco destaque aos grandes inimigos (ditadura, burguesia). Observamos, por meio dessas debreagens, que o discurso da VPR na segunda fase é bastante focado, a perspectiva adotada é a da autocrítica, isto é, a da avaliação dos problemas internos do grupo.

No modo de dizer, predominam os recursos que resultam em um efeito de sentido de objetividade, como, por exemplo: o emprego da debreagem enunciativa da categoria de pessoa; a construção de textos com subdivisões internas; a realização da autocrítica de

forma programada³¹, etc. Contudo, observamos também a presença de traços que produzem um efeito de sentido de subjetividade: o fato de a autocrítica ser bastante focada nas questões da própria Organização; o julgamento moral e a projeção negativa da imagem dos combatentes que decidiram parar de lutar; a temporalização com aspecto terminativo, em caráter de urgência, etc.

Os principais percursos temáticos desenvolvidos são: a) trajetória da Organização, na qual são avaliadas as sucessivas perspectivas teóricas adotadas pela VPR, as diferentes análises de conjuntura e as ações armadas; b) análise de conjuntura: com ênfase para as atitudes do governo militar que visam ao combate do movimento revolucionário; c) propostas de ações de continuidade da guerra revolucionária: prioridade para a denúncia à ditadura e a intensificação da propaganda armada. Vale ressaltar que, comparado aos outros fatores avaliados, as ações armadas são pouco abordadas.

Assim como o modo de dizer alterna entre o efeito de sentido de objetividade e de subjetividade, a imagem projetada por esse enunciador também apresenta algumas nuances. Por um lado, observamos a imagem de um sujeito seguro, que sabe o que diz, confiante de que sua causa e de que seus métodos representam o único caminho possível, o percurso correto a ser seguido. No entanto, em algumas passagens, emerge desse enunciador traços de um sujeito aflito, inseguro, em crise de confiança, ávido por mudanças, que enxerga apenas fracassos.

O enunciatário é projetado como um militante que precisa ser conquistado para um projeto de continuação da luta.

No discurso da segunda fase surge, por um lado, paixões benevolentes como a confiança e a esperança; por outro lado, paixões melevolentes como a insegurança, a desconfiança, o ódio (dos companheiros que traíram a causa), a aflição e o medo.

³¹ Estamos chamando de modo programado a forma como o balanço da luta armada é construído no discurso da VPR, como se seguisse uma espécie de método, no qual verificamos a avaliação dos seguintes tópicos: a) a trajetória das perspectivas teóricas adotadas pela VPR; b) a trajetória das análises de conjuntura produzidas pela Organização e c) a trajetória das ações revolucionárias realizadas pelo grupo armado.

4.3 Primeira fase x segunda fase

Teceremos neste item algumas considerações acerca das semelhanças e diferenças apreendidas por meio da análise do material produzido pela VPR na primeira e na segunda fase da luta armada.

Os princípios e o estilo são mantidos, ou seja, em todo o percurso consideram-se fundamentais a relação entre a vanguarda e as massas, a existência de uma instituição forte, os deveres morais do revolucionário, o conhecimento da realidade e do mundo concreto. A luta armada é sempre descrita com valores de absoluto, como único caminho possível para a verdadeira transformação; seus membros são supervalorizados. Os textos são construídos valorizando o saber, o efeito de sentido de objetividade, com estilo programador. Enfim, não há uma alteração significativa na concepção da luta e de seus princípios. Aparecem algumas propostas de mudança, mas nenhuma inovação estrutural, nem de valores, nem de estilo.

A respeito das diferenças, verifica-se, da primeira para a segunda fase, uma redução do foco discursivo. Diminuem o número de textos e a diversidade de gêneros discursivos nos quais estes se manifestam. A oposição fundamental deixa de ser uma questão ampla como o *capitalismo vs. socialismo*, ou *opressão vs. liberdade*, e passa a ser *continuação vs. parada* da luta vivida *aqui, agora*. O estreitamento do foco vem acompanhado do aumento das vozes: cresce a tensão, cresce a discórdia. Há também uma mudança significativa nas paixões, que, acreditamos, se deve à alteração da percepção do estado do sujeito na guerra revolucionária. Na primeira fase, os documentos enfatizam a visão de uma ditadura em crise, e do movimento revolucionário ascendente; o sujeito é confiante, acredita que sabe e pode mudar o mundo. Na segunda, o movimento revolucionário é apresentado como “em crise”. A sensação de estar sendo derrotado abala a confiança e traz à tona sentimentos negativos, que passam a coexistir e competir com os anteriores: desconfiança, descrença, medo e insegurança. Nesse contexto, contrariando o discurso da primeira fase, que insistia nas paixões benevolentes em relação à revolução, à Organização e aos companheiros, surgem paixões malevolentes entre os membros do próprio grupo.

Se a alteração das configurações passionais dos documentos da segunda fase deixa mais evidentes problemas como a insegurança e a morte, em relação às palavras de ordem há uma tendência ao apagamento da questão da morte. Assim, nos documentos da primeira

fase, duas palavras de ordem são enfatizadas: “ousar lutar, ousar vencer” e “ver a pátria livre ou morrer pelo Brasil”; nos textos da segunda fase, esta última palavra de ordem aparece com bem menos frequência.

Para encerrar, outra mudança significativa verificada consiste na relação entre enunciador e enunciatário, que passa de desigual, com superioridade do primeiro, a igual. Não há mais alguém dizendo o que deve ser feito e como, há uma discussão coletiva em torno da sobrevivência ou não da luta armada.

5. ALN X VPR

Devido à quantidade de textos e às variações de conteúdo e estilo apresentados, optamos por realizar a comparação dos discursos da ALN e da VPR, separando as duas fases que os caracterizam. Dessa forma, podemos depreender melhor as semelhanças e as diferenças no funcionamento discursivo das Organizações.

O discurso da primeira fase

Das diferenças

A primeira diferença que observamos refere-se ao material veiculado no interior de cada grupo. Da ALN, encontramos textos produzidos entre 1967 e 1969, a maior parte de autoria de Marighella e que abordam questões relativas ao planejamento e à implementação da guerrilha no Brasil. Da VPR, temos, além de documentos com reflexões acerca da teoria e da prática da luta armada, normas da Organização, informes, estatuto, etc., todos originados entre 1969 e 1970. Nesse sentido, ressaltamos duas diferenças principais: a) a ausência de textos com pretensões teóricas no conjunto de documentos da ALN e a presença de alguns documentos que se propõem a formular uma teoria sobre a luta armada entre os textos da VPR, com destaque para as teses de Jamil; b) a ausência de textos de comunicação “institucional” na ALN, como informes, normas, estatutos, etc., e a forte presença desse tipo de texto entre os documentos da VPR. Essas diferenças evidenciam traços importantes das duas Organizações. No caso da ALN, elas reforçam um fundamento essencial para o grupo, o “princípio da ação”, projetando a imagem de uma Organização que se volta para a prática, evitando qualquer mediação teórica ou burocrática. Com relação à VPR, verificamos a imagem de uma entidade que valoriza a organização institucional e a reflexão teórica.

Outro aspecto que diferencia os discursos da ALN e da VPR corresponde ao caráter mais concentrado daquele e mais expandido deste, diferença que se manifesta em diversas instâncias. Assim, o discurso do grupo de Marighella constrói-se com base na oposição semântica fundamental *continuidade vs. ruptura*, com foco na situação nacional. A questão central é *romper* com o modo de resistência existente até então no Brasil, sobretudo aquele

liderado pelo PCB, considerado imobilista, e desencadear a *guerra revolucionária*. Por isso, esse discurso procura evitar produzir discussões teóricas, busca se diferenciar de todo movimento de oposição à ditadura militar e surgir como uma alternativa única. O objetivo dele é construir uma *organização de novo tipo*, com novas práticas e éticas políticas. O discurso da VPR constitui-se a partir da dicotomia *capitalismo vs. socialismo*, com euforização do segundo elemento. O valor descritivo é a revolução socialista, que deve ser construída por meio da fusão de conhecimentos teóricos com a prática. Dessa forma, baseado nos princípios teórico-metodológicos do marxismo-leninismo, esse discurso, no intuito de elaborar uma estratégia adequada para a revolução brasileira, analisa a situação político-econômica nacional como parte do imperialismo integrado. De modo análogo, a disputa entre a esquerda armada e a ditadura militar no Brasil é abordada da perspectiva da luta de classes. Uma das principais formas de a VPR afirmar a diferença em relação às outras esquerdas brasileiras, não armadas, é mostrar que a concepção de revolução dos outros grupos é equivocada.

O discurso da ALN avalia o sistema de governo do regime militar da perspectiva do que se espera de uma gestão pública nacional. Assim, esse discurso descreve a ditadura como traidora e incompetente, destacando as atitudes repressoras desferidas contra o povo. A leitura revela decepção e ódio. Daí a guerrilha ser muitas vezes declarada como um ato de revolta e, até mesmo, a expressão de um desejo de vingança. Esses sentimentos são reforçados ao longo dos textos pela isotopia da malevolência, conjunto de termos que exprimem o mal que se deseja causar ao inimigo. A VPR trata a ditadura militar como representante do capitalismo internacional no Brasil. O ponto de vista adotado em seu discurso é mais o da análise do sistema capitalista, sendo a experiência brasileira avaliada como parte de uma engrenagem maior. Enfatiza-se a decadência tanto do sistema capitalista quanto da nossa ditadura, ênfase que não se encontra muito presente nos textos da ALN. Apesar de considerar a ditadura como o “inimigo tático”, o discurso da VPR defende a importância de se enfrentar esse adversário de forma racional e, nesse sentido, não há muitos recursos que explorem as paixões malevolentes contra o regime militar brasileiro nos textos da VPR.

Essa diferença entre uma abordagem mais focada, mais concentrada nas questões nacionais, e uma abordagem mais panorâmica, que discorre sobre a luta de uma perspectiva

internacional, pode ser observada também por meio das referências de tempo, espaço e pessoa. Dessa forma, notamos que o discurso da VPR, principalmente nos documentos teóricos, discorre sobre períodos dos séculos XIX e XX e faz referência a diferentes países, como Inglaterra, França, Rússia, Estados Unidos, etc. Já o discurso da ALN restringe-se ao período da ditadura militar brasileira e faz pouca menção a outros países. Com relação às projeções actanciais, a principal diferença entre o discurso das duas Organizações se verifica no quadro de revolucionários e aliados. O grupo de Marighella se refere aos potenciais guerrilheiros pela condição de opressão e pobreza em que vivem (pobres, povo, etc.), ou por categorias sociais (operários, camponeses, estudantes, etc). Nos textos da VPR, muitas vezes a aliança é comentada em termos de luta de classes (proletariado, massas marginalizadas, etc.). Dessa forma, os estudantes e outros setores da classe média, apontados pela ALN como aliados, são tratados como reformistas no discurso da VPR, aqueles “cuja revolta precisa ser canalizada revolucionariamente pela vanguarda”.

A formação do guerrilheiro também é concebida de modo diferente nos dois discursos. Do militante da ALN espera-se habilidade para a realização das ações revolucionárias e incorporação à ética revolucionária, um sistema de valores muito rígido; o combatente precisa ter orgulho de ser um “terrorista”. Para o discurso da VPR, um revolucionário forma-se na relação com a Organização, com as massas e com a repressão. Os valores fundamentais de um guerrilheiro são o compromisso com o dever revolucionário e a disciplina. Por isso, é necessário que o militante ame a causa e a Organização, sintam-se em débito com elas, obrigado a honrá-las.

No discurso acerca da preparação para a guerra, a ALN projeta a cena de um combate, com os guerrilheiros em campo, mostrando as superioridades dos revolucionários em relação aos homens da ditadura. Os guerrilheiros são qualificados como mais ágeis, mais determinados e moralmente superiores, e estimulando o ódio ao inimigo. Além disso, muitos textos de 1969 realizam a sanção positiva de ações revolucionárias ocorridas anteriormente, retratando a guerrilha como uma forma de luta poderosa. Já o discurso da VPR aponta as fragilidades da luta armada, as dificuldades a serem enfrentadas e a força dos inimigos, ressaltando a importância de o guerrilheiro saber se defender, proteger a causa e a Organização. Esse discurso procura antever o que poderia acontecer em um

confronto com os homens da ditadura, estimulando uma atitude racional, a mais calculada possível.

A diferença entre um discurso mais concentrado e um discurso mais expandido pode ser observada também no modo de dizer. Assim, verificamos pela análise dos documentos produzidos por Marighella que ele tem uma preocupação em ser original, em trazer ideias genuínas para a construção da guerra de guerrilhas no Brasil. Em seus textos, com raríssimas citações teóricas, o líder da ALN procura incorporar temas inovadores, como a grande valorização da guerrilha urbana, o exemplo do movimento cangaceiro de Lampião, etc., sem seguir “à risca” os pressupostos teórico-metodológicos já consagrados pela comunidade revolucionária internacional, nem reproduzir literalmente modelos de experiências revolucionárias bem sucedidas. O discurso da VPR, de modo distinto, valoriza extremamente o método marxista-leninista e pretende ser bem sucedido na aplicação do mesmo. Dessa forma, ainda que o discurso apresente elementos originais na formulação de uma estratégia revolucionária para o Brasil, tais elementos surgem muitas vezes como uma adaptação à realidade brasileira, dentro de um esquema pré-determinado.

Outra diferença verificada entre os textos estudados refere-se ao desenvolvimento do percurso temático da Guerra Revolucionária. Tanto no discurso da ALN quanto da VPR, o objetivo da luta armada é vencer a ditadura e tomar o poder. Os documentos internos funcionam como objetos modais de manipulação dos militantes, buscando convencê-los a entrar em ação, e de transmissão de competências, visando a torná-los bons combatentes. Porém, no discurso da ALN, o importante é saber que ações revolucionárias implementar, como planejá-las, como executá-las, etc. Assim, descrevem-se as fases da guerra, seus objetivos, suas finalidades, o modo de concretizá-las, etc. A adesão de membros da esquerda e o apoio da população devem ser conquistados pelo exemplo da ação. A VPR, diferentemente, centra-se na manipulação, na comunicação, principalmente entre a vanguarda e as massas, mas também entre o comando e as bases, ou entre a Organização e outros grupos armados. Seus textos discorrem pouco sobre as ações revolucionárias e, quando o fazem, é de forma bastante abstrata. De acordo com esse discurso, para haver revolução, é preciso que as lideranças sejam reconhecidas e aceitas como tal. Nesse sentido, todo revolucionário quer se tornar vanguarda, o que significa saber e poder canalizar as insatisfações populares e transformá-las em atos revolucionários. Para a VPR, o apoio da

população depende da propaganda armada, das palavras de ordem, enfim, da relação estabelecida entre a vanguarda e as massas.

A última diferença que queremos ressaltar entre os dois discursos estudados corresponde ao traço passional do enunciador. Como o discurso da ALN é mais concentrado, seu enunciador revela-se mais intenso. Assim, a pressa em romper com a política do PCB e iniciar a luta armada e a projeção, nos textos de formação do guerrilheiro, de uma cena de ação, como se a guerra já estivesse em andamento, conferem ao discurso um efeito de sentido de aceleração. De forma complementar, a sanção positiva de ações revolucionárias já realizadas, o ódio à ditadura; a valorização da violência do combatente, entre outros traços, produzem um efeito de sentido de intensidade. Com essa combinação, temos a imagem de um sujeito apaixonado, cheio de energia revolucionária. Já o enunciador da VPR revela-se analítico, reflexivo e cuidadoso. Em seus enunciados, ele procura encontrar uma síntese entre a teoria e a prática, entre o racional e o passional e reforça a importância da preparação defensiva do combatente, da preservação da Organização. A respeito da *performance* da vanguarda, o enunciador da VPR discorre mais sobre a importância da comunicação entre essa e as massas, isto é, da relação de persuasão a ser estabelecida, do que sobre a ação armada em sentido estrito. De modo resumido, comparando os dois enunciadores, observamos que o enunciador da ALN revela-se mais vigoroso e explosivo, como se já se encontrasse em ação; em contrapartida, o da VPR mostra-se mais contido, menos entusiasmado, como se estivesse se preparando para agir. Tomando emprestado algumas metáforas do futebol, diria que o enunciador da ALN projeta a imagem de um líder em campo, o capitão do time, enquanto o enunciador da VPR representa o técnico da equipe em dia de treino.

Das semelhanças

A primeira semelhança observada corresponde à presença de textos, no material das duas Organizações, que têm a mesma função: a) documentos internos de caráter prático, que visam a organizar a luta armada e a formar seus militantes; b) documentos externos, com o objetivo de divulgar a guerrilha e de conquistar adeptos e simpatizantes de meios exteriores ao círculo da esquerda armada.

Ainda a respeito do material, vale ressaltar que as diferenças anteriormente apontadas referem-se aos documentos internos, pois os textos veiculados à população (documentos externos) pela ALN e pela VPR revelam-se extremamente semelhantes.

Todos são textos curtos, com linguagem simples, sem uso de expressões específicas de grupos políticos. Além disso, eles são construídos a partir da oposição semântica *opressão vs. liberdade*, associando o primeiro termo à ditadura, e o segundo à guerrilha. Narrativamente, exploram a manipulação, feita por meio da sanção negativa do governo militar e da divulgação da guerra revolucionária como uma ação já em curso, praticada por combatentes poderosos. Esses textos procuram denunciar e desmascarar a ditadura, enfatizando a condição de miséria e de repressão vivida pelos brasileiros. Na discursivização, as debreagens espaciais e temporais são enunciativas, com eixo no *aqui, agora* (Brasil hoje). Muitas projeções actoriais resultam em uma grande categoria que engloba os guerrilheiros e o povo, confundindo-os. Apesar de predominantemente temático, os textos apresentam-se bastante concretos, com alto grau de revestimento semântico. A imagem do enunciador é a de um sujeito politizado, que tem conhecimento sobre a realidade do país e sabe o que diz. Um sujeito insatisfeito, que se revolta contra a situação em que vive, que quer e pode vencer a ditadura. O enunciatário construído nos documentos externos fica entre os simpatizantes da luta armada e aqueles que desconfiam desse movimento.

Nos documentos internos da ALN e da VPR, encontram-se também muitas semelhanças. O programa narrativo principal deles refere-se à Guerra Revolucionária, a luta dos guerrilheiros para tomar o poder da ditadura. Os valores atribuídos a essa forma de luta são de absoluto, ou seja, consideram o caminho armado o único possível para a transformação da sociedade. Seus combatentes são supervalorizados, apresentados como seres mais corajosos e conscientes. A valorização dos militantes vem acompanhada da desvalorização dos inimigos, sempre por meio da abordagem de questões morais. No processo de manipulação, os dois discursos projetam a imagem de um guerrilheiro ideal, que o destinatário deve se sentir tentado a ser, e de um mal combatente (que fracassa fisicamente, traidor, etc), cujo exemplo deve ser evitado. De modo geral, predominam nos textos debreagens enunciativas de tempo e espaço; nas categorias de pessoa, há alteração entre o *nós inclusivo* e a terceira pessoa do singular. O revestimento actancial resulta em

grandes grupos, de sujeito e de anti-sujeito. Apesar das diferenças no desenvolvimento, tal como apontamos no item anterior, os assuntos mais abordados são os mesmos: a) conjuntura política e econômica (no caso da VPR, internacional e nacional; para a ALN, apenas nacional); b) formação e qualidades dos combatentes; c) planejamento e implementação da guerra de guerrilhas. Há em grande parte dos textos uma cenografia que realça a pobreza do povo brasileiro, a repressão da ditadura sobre eles e a falta de perspectivas da população, problemas expressos como algo que tende a piorar.

No modo de dizer, verifica-se a valorização do saber, do efeito de sentido de objetividade e o estilo programado. O enunciador revela-se um sujeito insatisfeito com a condição em que vive, que quer mudar o mundo e crê saber e poder fazê-lo. Um sujeito politizado, que interpreta o mundo e age nele estrategicamente, planejando suas intervenções. Um ser firme, seguro, com valores de absoluto, que crê em suas escolhas como as únicas possíveis. Nos textos práticos, tem-se um guerrilheiro experiente, uma autoridade com legitimidade para delegar o dever. De modo geral, podemos dizer que os enunciadores da ALN e da VPR, na primeira fase da luta armada, projetam o mesmo *éthos*, que chamaremos de *revolucionário*.

O enunciatório construído nos textos da ALN e da VPR também exibe uma imagem bastante semelhante. Antes de qualquer coisa, trata-se sempre de um enunciário adepto, que incorpora o discurso guerrilheiro. Um sujeito politizado, capaz de ler textos longos, com expressões específicas de grupos políticos de esquerda. Um ser insatisfeito com a realidade social na qual se insere, que acredita na revolução para mudar a sociedade e quer se tornar um revolucionário, mas não sabe muito bem como. Alguém que aceita assumir deveres e confia em sua capacidade de aprendizado intelectual e de aquisição de competências físicas. Além disso, ele se constitui como um sujeito que se imagina rompendo o código de ética socialmente predominante e pertencente a uma comunidade de seres apontados por muitos como “terroristas”.

O discurso da segunda fase

Das semelhanças

O estudo dos documentos internos produzidos pela ALN e pela VPR¹ na segunda fase da luta armada revela diversas semelhanças, sobretudo no que se refere às “grandes estruturas”, ou seja, às configurações sêmio-narrativas e aos percursos temáticos. Antes de mencionarmos essas parecenças de grande escala, vale ressaltar, em ambos os grupos, a presença de um tipo de material semelhante: os textos produzidos por um ou vários militantes para serem debatidos no interior da Organização. Esses documentos, voltados para os próprios militantes armados, expressam diferentes vozes, o que revela que o discurso da segunda fase apresenta uma polifonia mais marcada do que o da primeira. Assim, ao longo dos textos, manifestam-se várias divergências existentes no interior dos grupos armados, sendo comum aos documentos da ALN e da VPR duas delas: a) tensões entre os militantes favoráveis a dar prosseguimento à Guerra Revolucionária e aqueles que queriam interrompê-la; b) desavenças entre combatentes que permaneciam no Brasil e os que se encontravam no exílio.

Os dois discursos são construídos com base na oposição semântica *continuação vs. parada*, referindo-se à luta armada brasileira. Apesar da existência de uma voz que euforiza o segundo termo, de maneira geral, os textos apresentam a euforização da continuidade.

Narrativamente, os programas representam a busca de meios que possibilitem a continuação da luta, normalmente revestidos por um *saber* (como prosseguir, o que fazer), competência modal bastante valorizada. Nesse sentido, realiza-se a sanção da trajetória traçada pelos grupos armados e a análise de conjuntura, visando a aprender com os erros e conhecer a situação, para construir novas propostas de ação. A primeira avaliação desenvolve-se tematicamente em forma de autocrítica, de modo bastante focalizado, buscando o motivo das derrotas que a guerra revolucionária vinha sofrendo, tomando como base apenas a guerrilha e os guerrilheiros, sem elencar fatores externos. A defesa da continuidade da luta realiza-se pela supervalorização dos combatentes que permanecem lutando, enfatizando o dever do revolucionário, e pela desvalorização dos que desistem,

¹ Ressaltamos que o texto da VPR comunicando a desmobilização do grupo no Brasil (exemplo 84 do quarto capítulo) não está sendo considerado nesta comparação, pois, como dissemos anteriormente, trata-se de um texto fundado em categorias opostas às dos demais documentos da VPR.

acusando-os de pequeno-burgueses. Desse modo, os discursos projetam a oposição entre *verdadeiros revolucionários vs. pequeno-burgueses*.

A respeito do modo de dizer, com a morte de Marighella, notamos, nos documentos da ALN posteriores a 1970, o uso de conceitos marxistas e de jargões de partidos de esquerda (quadros, dirigentes, direção, etc.), além da menção à luta armada brasileira sob a perspectiva da luta de classes. Nesse sentido, há uma aproximação entre os textos da ALN e da VPR. Além dessas características comuns, verificamos nos dois discursos o emprego abundante de recursos que produzem efeito de sentido de objetividade. O enunciador de ambos os discursos se apresenta como um sujeito do saber, que possui uma imagem supervalorizada de si, emite opiniões a respeito da política, desmascara a ditadura e reconhece as dificuldades pelas quais passa a luta armada. Ao mesmo tempo, um sujeito irônico, que ri não só dos erros alheios, mas também dos seus próprios erros. Por fim, um ser com princípios morais bastante rígidos, que julga mal os combatentes que defendem que a luta deve ser interrompida.

O enunciatário instalado é o militante que está em crise a respeito da continuidade da luta, precisando ser convencido de que vale a pena continuar. Comparados aos textos da primeira fase, em que a relação entre enunciador e enunciatário era assimétrica, nestes, a relação é mais igualitária. Outra semelhança verificada refere-se ao efeito de sentido de subjetividade e aos traços que remetem ao campo passional, mais frequentes nos textos da segunda fase, tanto da ALN quanto da VPR. As paixões em comum são a desconfiança, a insatisfação e o ódio, não apenas em relação à ditadura, mas, sobretudo, aos próprios companheiros, ou àqueles que deixaram a luta. Há também a confiança e a esperança na Guerra Revolucionária, embora estas, como veremos no próximo item, surjam distintamente nos dois discursos.

Das diferenças

Assim como no discurso da primeira fase, grande parte da diferença entre os discursos da segunda fase da ALN e da VPR pode ser sintetizada pela oposição *concentração vs. expansão*. Entretanto, nesse momento, os vetores se invertem, ou seja, verificamos ao longo da análise que os discursos estudados transformam-se, da primeira para a segunda fase, em sentido contrário. Assim, a ALN passa de um discurso mais

concentrado para um mais expandido, e a VPR passa de um discurso mais expandido para um mais concentrado.

A primeira diferença entre o discurso da segunda fase da ALN e da VPR que consideramos relevante refere-se aos materiais que cada Organização elaborou e ao período de circulação dos mesmos. Assim, o grupo fundado por Marighella produz e divulga, entre 1970 e 1973, periódicos, panfletos, comunicados, documentos internos, etc. Já a VPR restringe-se a documentos internos, produzidos e veiculados no interior da Organização, entre 1970 e 1971. Comparado ao discurso da VPR, o da ALN apresenta maior diversidade na forma pela qual se manifesta, e também se revela mais polifônico e expandido, o que pode ser observado, entre outros, pelas debreagens e pelo desenvolvimento temático, assuntos que abordaremos posteriormente.

A segunda diferença reside na relação que cada Organização estabelece com os seus princípios, valores e concepção de luta. Encontra-se, na maioria dos textos da ALN², a manutenção do vínculo com a figura de Marighella e com as ideias por ele desenvolvidas sobre a Guerra Revolucionária. Surgem alguns questionamentos, em muitos trechos podemos ler afirmações sobre a necessidade de aprimoramento e ampliação da luta, mas não encontramos mudanças substanciais com relação à estratégia revolucionária. Observamos, no discurso, a proposta de incorporação de novas práticas políticas, muitas vezes enunciadas com um vocabulário típico de partidos da esquerda marxista-leninista. No entanto, estas são vistas apenas como ampliação da luta anteriormente planejada. A VPR, de modo distinto, afirma constantemente a necessidade de mudanças na linha política, e, assim, valoriza menos as atividades da luta armada até então implementadas. No entanto, o projeto político de continuidade da luta apresentado em seu discurso não contém muitas novidades. Resumindo, a ALN, apesar de não afirmar a necessidade de mudanças de princípios políticos, apresenta algumas propostas diferentes de ação e incorpora alguns

² A exceção é o discurso da Tendência Leninista.

princípios que poderiam ser interpretados como novos; inversamente, a VPR, embora afirme a necessidade de mudanças, propõe as mesmas atividades políticas, fundadas nos mesmos princípios.

O desejo de ampliação da luta e o caráter mais expandido do discurso da ALN pode ser observado pelas debreagens, principalmente espaciais e actanciais. Sobre o espaço, encontramos nos textos dessa Organização referências a diferentes regiões do Brasil e a outros países, notadamente da Europa, América Latina e África. O revestimento dos sujeitos e adjuvantes engloba, muitas vezes, brasileiros e estrangeiros que haviam lutado ou ainda lutavam, em grandes ou pequenos movimentos, sempre ao lado dos oprimidos. Os anti-sujeitos, além da nossa ditadura e de atores representantes do capital no país, são preenchidos também pelos imperialistas americanos e europeus. Por sua vez, o discurso da VPR apresenta topônimos e antropônimos estritamente relacionados à Organização e à Guerra Revolucionária brasileira. Assim, para espaço, temos predominantemente *Brasil*, *favelas*, *fábricas*, e *Chile*, país em que se encontravam muitos (ex)militantes da VPR. Sobre a actorialização, predominam: *comando*, *base*, *revolucionários*, *vanguarda*, *massa*, *ditadura* e *burguesia nacional*.

O modo diferente como as Organizações se relacionam com suas respectivas linhas políticas reflete, entre outros fatores, a forma como estas percebem a situação vivida após a segunda metade de 1970, momento de enunciação dos discursos da segunda fase. A VPR enfatiza a crise do movimento revolucionário, as dificuldades enfrentadas. Sua percepção da Guerra Revolucionária é pessimista, o que faz com que esse discurso enxergue apenas as derrotas. Já o discurso da ALN, apesar de reconhecer a existência de problemas, parece crer mais na possibilidade de superá-los, é mais otimista.

Com relação aos desenvolvimentos temáticos, a primeira diferença observada reside na interpretação da trajetória de luta até então traçada pela Organização. A sanção da ALN volta-se sobretudo para a prática do grupo. Nesse sentido, o destinador avalia positivamente o desencadeamento da luta armada e as primeiras ações revolucionárias. As derrotas sofridas pela esquerda armada na Guerra Revolucionária são atribuídas aos erros dos próprios guerrilheiros (*mea culpa*), principalmente na implementação prática da linha política, e às falhas de “não-guerrilheiros”, militantes armados qualificados como traidores, incompetentes e pequeno-burgueses. A VPR constrói sua autocrítica seguindo um método,

no qual resgata o percurso teórico da Organização, as diferentes análises de conjuntura que esta desenvolveu e, em menor escala, as ações armadas que realizou. A leitura apresentada, bastante pessimista, avalia negativamente todas as fases da luta armada, pois, de acordo com esse discurso, as derrotas do movimento revolucionário ocorreram muito mais devido a um erro de concepção na linha política do que a problemas de atitudes de militantes ou da Organização. Destacamos aqui que, assim como o discurso da ALN, o discurso da VPR chamava de pequeno-burguês os militantes que pretendiam desistir da luta. Entretanto, diferentemente da ALN, que também trata por pequeno-burguês o combatente julgado como responsável pelas derrotas sofridas pela guerrilha, o discurso da VPR não enfatiza os erros pessoais como motivo dessas derrotas.

Na análise de conjuntura, o discurso da ALN discorre sobre a ditadura e as atividades de outros grupos brasileiros de esquerda. A respeito do governo, esse discurso comenta as ações dos militares para combater os guerrilheiros, mas também os projetos sociais do regime e sua política econômica, traçando frequentemente comparações com governos de outros países. As outras formas de resistência são avaliadas pelo discurso da ALN ora de modo negativo, quando encontramos afirmações sobre a existência de um “complô” contra a luta armada, ora positivamente, quando o discurso procura aproximar outros movimentos ao movimento armado. A sanção da VPR ao governo, bem mais restrita, foca nas atitudes dos militares contra os combatentes. Além disso, não encontramos no discurso dessa Organização menção a outras formas de luta antiditadura. Temas relacionados à Organização, como a estrutura, função dos membros, relação entre comandantes e bases, propostas de reestruturação, etc, praticamente ausentes no discurso da ALN, encontram-se bastante explorados nos textos da VPR. Vale ressaltar, porém, que, comparando os documentos da ALN da primeira e da segunda fase, verificamos que os últimos apontam maior valorização da Organização enquanto instituição.

Ao contrário dos discursos da primeira fase, em que o *éthos* dos enunciadores revelava mais semelhanças do que diferenças, na segunda fase, este apresenta mais diferenças do que semelhanças, o que se deve sobretudo às paixões. O enunciador da ALN mostra-se um sujeito confiante e esperançoso, que, apesar das dificuldades, ainda acredita em poder superá-las. Esse sujeito, portanto, está mais tranquilo, procura analisar a situação, é reflexivo. Em seu modo de dizer, investe na imagem de sujeito do saber, empregando

muitos recursos que resultam em efeito de sentido de verdade, incluindo o uso de citações teóricas. Embora esteja abalado, mostra-se disposto a enfrentar os problemas, a seguir na luta, ainda que em ritmo mais lento do que na primeira fase. Combinando persistência e segurança, esse sujeito projeta um *éthos* valente. O enunciador da VPR oscila entre a segurança e a insegurança, o racional e o passional. Trata-se de um sujeito disposto a prosseguir na luta, mas em crise de confiança. Assim, ele investe na imagem de sujeito do saber, mas, em determinados momentos, mostra-se descrente, aflito, ávido por mudanças, seu ritmo se acelera. Diante disso, e também pelo valor que a entidade possui nesse discurso, muitas vezes esse enunciador recorre à autoridade conferida pelo estatuto de comandante da Organização para se legitimar. O *éthos* projetado é o de um *quadro* de uma Organização em crise.

Sobre as paixões, notamos a presença da aflição, do medo e da insegurança muito mais fortemente no discurso da VPR do que no da ALN. A diferença é que a VPR exhibe uma visão mais trágica do presente e do futuro, enquanto a ALN tem uma perspectiva um pouco mais otimista, ou, talvez, menos pessimista. O otimismo da ALN pode ser observado principalmente pelos documentos externos. Com as mesmas características daqueles textos da primeira fase, esses panfletos afirmam, até 1972, quando a VPR já havia se declarado extinta no Brasil, a existência de uma Guerra Revolucionária, na qual os guerrilheiros, apresentados como sujeitos poderosos e com orgulho de defender a ética revolucionária, combatiam a repressão, qualificada como indigna e cruel.

Considerações finais

Iniciamos esta pesquisa tendo em vista dois objetivos gerais complementares: estudar a estrutura e o funcionamento dos discursos da ALN e da VPR e realizar uma análise que abordasse os conceitos retóricos de *éthos* e de *páthos* da perspectiva da semiótica discursiva francesa. Gostaríamos, nessas considerações finais, de tecer alguns comentários em torno desses dois aspectos.

Começemos pelas questões teórico-metodológicas. Para nós, a ideia de ator da enunciação pareceu a mais próxima das noções retóricas acima mencionadas, pois ela engloba, ao mesmo tempo, o modo de ser, o saber, as crenças e as paixões do sujeito responsável pela produção do enunciado, reunindo, assim, o enunciador e o enunciatário. Por isso, procuramos depreender a imagem do ator da enunciação dos discursos da ALN e da VPR. No processo analítico, a depreensão, de modo desdobrado, dos diferentes traços constitutivos do ator da enunciação revelou-se mais fecunda do que a tentativa de apreensão, de uma só vez, de sua totalidade. Nesse sentido, reiteramos a contribuição que as reflexões a respeito das noções de *éthos* e de *páthos*, especialmente aquelas que abordam a questão da indissociabilidade desses dois conceitos, trazem para os estudos sobre o ator da enunciação. E, assim como achamos mais produtivo analisar separadamente os elementos constitutivos do ator da enunciação, cremos também ser mais frutífero que a depreensão do *páthos* se dividisse na apreensão: a) da imagem do enunciatário e b) das paixões que o enunciador mobiliza para comovê-lo.

Ao longo da análise, procuramos extrair a imagem do enunciador, a imagem do enunciatário e a relação que se estabelece entre eles, conferindo especial atenção aos aspectos passionais. Alguns rudimentos da teoria semiótica pareceram mais proveitosos para isso, tais como as modalidades; os valores; o investimento dos valores na instalação dos atores, sobretudo para nomear e qualificar sujeitos e anti-sujeitos, e no emprego do vocabulário; a forma de construção dos argumentos e, por fim, a seleção e o modo de exploração dos temas. É importante enfatizar que esses recursos teóricos mostraram-se frutíferos na análise específica dos documentos da ALN e da VPR. Diante de um *corpus* distinto, outros subsídios poderiam se revelar mais adequados. Entretanto, independente de quais forem as melhores estratégias para a depreensão da imagem do ator da enunciação, é

válido para qualquer discurso que essa imagem se constrói e se manifesta em todos os níveis do percurso gerativo do sentido.

A análise mostrou semelhanças e diferenças entre os atores da enunciação dos discursos da ALN e da VPR. Nos documentos da primeira fase, as imagens do enunciador e do enunciatário dos dois discursos revelam-se extremamente semelhantes, constituindo o que chamamos de *éthos revolucionário*. Do enunciador, temos, em ambos os discursos, a imagem de um sujeito politizado que, consciente das injustiças, das desigualdades sociais e do funcionamento do sistema opressor, inconformado com tal situação, decide agir no sentido de transformar a realidade. Um sujeito que quer e acredita que pode e sabe como realizar essa transformação: por meio da revolução. Um ser que valoriza o saber, que planeja racional e objetivamente sua intervenção e está seguro e convencido de que suas escolhas correspondem ao único caminho para atingir seus objetivos. Um sujeito que tem uma imagem supervalorizada de si, pois acredita que pertence à vanguarda que mudará o mundo, o que o torna um ser diferenciado. Do enunciatário, temos a imagem de um sujeito que quer mudar o mundo, acredita na revolução como uma forma de realizar essa mudança e está em busca de adquirir competências para se tornar um revolucionário. Por isso, se dispõe a cumprir as ordens que lhe são delegadas pelo enunciador.

A principal diferença entre os dois atores é que o enunciador da ALN revela-se mais explosivo do que o da VPR. Em sua estratégia de persuasão, aquele valoriza a ação. A imagem de liderança que o enunciador da ALN transmite é a de um guerreiro que, já em combate, comanda o seu grupo. O enunciador da VPR, diferentemente, mostra-se mais reflexivo. Sua estratégia de persuasão privilegia a manipulação, ou seja, a comunicação entre o comando e as bases, a vanguarda e as massas, etc. A imagem de liderança que transmite é a de um dirigente que se prepara e prepara o seu grupo para a luta.

Nos documentos da segunda fase, embora também haja muitas semelhanças entre as duas totalidades discursivas, as imagens dos atores da enunciação apresentam maior distinção entre si, o que se deve sobretudo ao fato de o discurso da ALN mostrar-se mais esperançoso do que o da VPR. O enunciador da ALN, mesmo diante da situação de crise pela qual passava a esquerda armada, acredita ainda na validade de seus princípios e insiste na projeção da imagem de um revolucionário, o que resulta em um *éthos* marcado pela valentia. Assim, sua imagem é a de um sujeito abalado, mas firme. O enunciador da VPR

também procura manter a imagem de um revolucionário. Entretanto, ele se mostra mais descrente a respeito da continuidade da luta, o que configura um *éthos* mais inseguro. Concluímos, desse modo, que a principal diferença entre os atores da enunciação, tanto na primeira quanto na segunda fase, advém de traços passionais, resultado que reforça a validade de nosso princípio teórico-metodológico.

Com relação aos discursos analisados, gostaríamos, inicialmente, de tecer alguns comentários a respeito das semelhanças e diferenças entre o discurso *sobre* a luta armada e o discurso *da* luta armada. Para isso, confrontamos, de modo breve, os discursos *da* ALN e *da* VPR com nossa bibliografia geral *sobre* a luta armada, especialmente as obras que nos serviram de base para a construção do primeiro capítulo desta tese. Vale ressaltar que não se trata de um trabalho comparativo exaustivo entre essas duas perspectivas de estudo, o que seria objeto de uma outra pesquisa, mas apenas de mencionar algumas questões que nos pareceram relevantes.

De acordo com o discurso *sobre* a luta armada, um dos elementos que difere a ALN da VPR é o fato de elas serem originárias de grupos distintos. A respeito dessa distinção, queremos comentar a relação que os discursos da ALN e da VPR estabelecem com os respectivos troncos de origem, o PCB e a Polop. O discurso da ALN é bastante marcado pela necessidade de romper com o PCB. Nesse sentido, o princípio da ação e a defesa da formação de uma organização de novo tipo são características formuladas pela ALN que enfatizam a diferença entre esta organização e o Partido Comunista. O discurso da VPR, por sua vez, não se afirma pela ruptura com a prática política da Polop, mas pela superação da teoria da revolução brasileira desenvolvida por esse grupo. A VPR retoma da Polop a discussão sobre a revolução socialista e afirma ter uma visão mais acertada da luta revolucionária no Brasil. Concluímos, dessa forma, que os diferentes troncos originários da ALN e da VPR e, sobretudo, a maneira como as “dissidências” se relacionam com eles refletem na formação dos discursos dessas organizações, constituindo uma importante fonte de diferença entre eles.

A segunda questão que se mostrou relevante na confrontação entre o discurso *da* luta armada e o discurso *sobre* luta armada são os temas mencionados no primeiro capítulo como pontos centrais de divergência entre os grupos armados brasileiros: o caráter da

revolução, a forma de organização e as formas de luta. O estudo dos discursos dos documentos da ALN e da VPR mostra que esses temas se encontram presentes ao longo dos textos, mas não são muito explorados e, além disso, não são muito apresentados em forma de polêmica. Os assuntos mais desenvolvidos pelos discursos da ALN e da VPR referem-se à preparação da luta e dos combatentes. O discurso da ALN é bastante assertivo em relação à forma da Organização, no entanto, sua polêmica se desenvolve principalmente com o PCB, não com as outras instituições armadas. A respeito do caráter da revolução, os textos da ALN apregoam a revolução em duas etapas, mas a defesa de tal ponto de vista não se realiza por meio de longas discussões ou em detrimento de outras perspectivas revolucionárias. Por fim, com relação à Guerra Revolucionária, encontramos nos textos da ALN mais debates sobre os problemas práticos, de planejamento e implementação da guerrilha, do que sobre a concepção dessa forma de luta. O discurso da VPR afirma que a oposição “revolução socialista vs. libertação nacional” é uma falsa questão. Portanto, nesse assunto, esse discurso apresenta seu ponto de vista de forma polêmica, ou seja, invalidando as opiniões das demais organizações armadas. Os outros dois temas, embora surjam nos textos da VPR, encontram-se pouco desenvolvidos. Assim, podemos afirmar que a discussão dos três temas anteriormente citados não surge como pauta central nos discursos da ALN e da VPR. Vale destacar que não estamos afirmando que as divergências discursivas dessas duas Organizações não estejam associadas a essas questões, apenas que elas surgem nos textos, na maioria das vezes, como assunto já discutido.

O terceiro ponto que queremos ressaltar refere-se à relação entre o discurso dos grupos armados e os integrantes desses grupos. As pesquisas sobre a luta armada, como já mencionamos, apresentam o seguinte perfil como predominante entre os guerrilheiros: jovens, escolarizados, pertencentes à classe média e moradores de centros urbanos. O discurso de ambas as Organizações revela-se produto de um enunciador intelectualizado, pertencente às camadas médias e morador de um grande centro urbano. O primeiro traço pode ser depreendido pelo fato de muitos textos serem longos, escritos na norma culta, com emprego de citações e conceitos teóricos, referências à realidade socioeconômica de outros países, menção a outras experiências revolucionárias, etc. A construção de um discurso intelectualizado de crítica às elites, no qual os militantes armados são apresentados como sujeitos que vão libertar o povo da opressão das classes dominantes contribui para a

formação da imagem de um enunciador de classe média, imagem esta que vem reforçada pela presença, na lista de aliados¹, de setores como *intelectuais, estudantes, parte da classe média*, etc. A última característica pode ser observada pela frequente menção a grandes cidades, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, e pela descrição de ações revolucionárias urbanas. Entretanto, o caráter jovem do militante da esquerda armada não é facilmente apreendido por esses discursos. A temática do poder e da função social da juventude, tão debatida na época, não se encontra muito desenvolvida nos textos da luta armada brasileira. Algumas qualidades atribuídas ao guerrilheiro, como coragem, ousadia, habilidades físicas, etc., podem remeter aos jovens, mas não são exclusividades deles. A respeito dos grupos sociais que compunham as respectivas organizações (Cf. RIDENTI, 1993, p. 68-72), a ALN contava entre seus integrantes com mais estudantes e religiosos do que a VPR e, esta, por sua vez, era formada por mais militares de baixa patente e operários do que aquela. Porém, a análise que fizemos revelou que essa composição não interfere nas características discursivas fundamentais de cada organização. Exemplo disso é o fato de o discurso da VPR apresentar-se mais teórico e intelectualizado do que o da ALN.

A prática cotidiana dos guerrilheiros, considerada no discurso sobre a luta armada um importante fator de coesão e de identificação dos grupos armados e de seus membros, mostra-se também bastante relevante na construção dos discursos de tais grupos. Nessa prática, destacam-se principalmente as ações apontadas como ilícitas pelas normas socialmente vigentes. Assim, verificamos constantemente ao longo dos textos: a) a denúncia ao regime militar, sobretudo em relação à repressão, à censura e à exploração; b) a apresentação da luta armada como uma forma de violência justa e necessária, em resposta à violência opressora da ditadura e da classe dominante; c) a preocupação em enfatizar as qualidades morais dos guerrilheiros e desqualificar moralmente os inimigos. Acreditamos que esses elementos se devam à necessidade de justificar e defender a opção por uma forma de luta adjetivada por muitos como “terrorista”.

A respeito das ações que envolveram a guerra revolucionária como um todo, ou seja, as ações, tanto dos guerrilheiros, quanto da repressão, verificamos que elas são mencionadas de forma um pouco diferente nos discursos *sobre* a luta armada e *da* luta

¹ Ressaltamos que, em alguns textos da segunda fase, tanto da ALN quanto da VPR, essa aliança com a “pequena-burguesia” é criticada. Entretanto, consideramos que a crítica se dirige mais ao comportamento do militante, qualificado como “pequeno-burguês”, do que realmente à sua origem de classe.

armada. Das ações revolucionárias apontadas pelo discurso sobre a luta armada como as mais relevantes (Cf. quadro pág.35), apenas o sequestro do embaixador americano é bastante explorado nos documentos da ALN e da VPR. Por outro lado, alguns acontecimentos, não muito desenvolvidos nos textos sobre a luta armada, são bastante mencionados no discurso da luta armada, como a fuga do Vale do Ribeira e o justicamento de Henning Albert Boilesen, apresentado de forma quase eufórica em diversos documentos da ALN. Acreditamos que, com exceção do sequestro de Elbrick, o primeiro do gênero e que obteve grande repercussão nacional e internacional, as outras ações revolucionárias da primeira fase, como os demais sequestros ou as expropriações que resultaram em grande quantidade de dinheiro e munições, mesmo sendo bem sucedidas, foram consideradas pelos guerrilheiros, naquele momento, como “naturais” e de menor importância, pois o grande desafio era a construção da guerrilha rural, o que justifica o destaque conferido à experiência do Vale do Ribeira. Sobre a execução do industrial dinamarquês, podemos depreender no discurso da ALN que essa ocorreu em um contexto em que muitos combatentes estavam sendo mortos e, dessa forma, o justicamento foi sentido como uma grande vingança. Por fim, as ações mais agressivas da ditadura contra os guerrilheiros, como as torturas e o extermínio, são bem mais exploradas nos textos sobre a luta armada do que no discurso das organizações armadas. No caso das torturas, encontram-se, nos documentos externos da ALN e da VPR, denúncias contra esses atos, e, nos documentos internos, apenas algumas dicas de como enfrentá-la. Já a execução de combatentes realizada pela ditadura a partir de 1970 é pouco comentada nos textos das duas organizações que estudamos. Acreditamos que a existência de poucos comentários a respeito dessas violências do regime militar contra os guerrilheiros, assim como a amenização do teor passional no desenvolvimento das críticas à ditadura nos documentos da segunda fase, sejam estratégias discursivas para não mostrar a fraqueza da luta armada, principalmente aos seus militantes e simpatizantes, e para não espalhar o medo entre eles.

Encontramos frequentemente nos discursos sobre a luta armada a menção à ALN como sendo o grupo de Marighella, e à VPR como a organização de Lamarca². Entretanto, notamos, pela análise, que os discursos da ALN e da VPR constroem imagens diferentes de um revolucionário ideal e, conseqüentemente, a figura de suas lideranças não é projetada da

² Certamente podemos encontrar, também ao longo desta tese, menção igual à ALN ou à VPR.

mesma forma. De acordo com o discurso da VPR, a capacidade de produção de uma análise de conjuntura correta é, muitas vezes, mais valorizada do que a prática revolucionária. Assim, embora um dos combatentes mais admirados da luta armada brasileira, Carlos Lamarca, tenha feito parte da VPR, o discurso da organização não explora tanto a imagem desse líder. Já o discurso da ALN, que valoriza extremamente a ação, reverencia o comportamento exemplar de alguns combatentes, dentre os quais se destaca Carlos Marighella.³

Os textos sobre a luta armada afirmam que esta viveu o seu auge em 1969, passando, a partir daí, por um declínio. O discurso da luta armada praticamente confirma essa trajetória, revelando-se mais otimista até 1969, e deixando transparecer, nos textos a partir do final de 1970, uma crise no interior das organizações. O fato de termos encontrado pouquíssimos panfletos datados de 1970 ou de anos posteriores pode ser um indício tanto da diminuição de intervenções nas ruas, quanto do aumento da repressão, o que também reforça a curva de ascensão e queda anteriormente mencionada. No entanto, chamam-nos a atenção, no discurso da ALN, alguns panfletos e diversas passagens do periódico *Venceremos* que, em 1971 e 1972, retratam, com entusiasmo, a guerrilha como um movimento forte, contrariando todo o discurso *sobre* a realidade vivida pelos revolucionários naquele momento.

Como dissemos anteriormente, esta pesquisa, diferentemente das três obras tomadas como referência no primeiro capítulo, não tem por objetivo compreender por que a luta armada fracassou. Apesar disso, podemos observar que o discurso produzido pela ALN e pela VPR com a intenção de conquistar a simpatia da população revela-se bastante genérico, o que se confirma pelo fato de as principais características dos documentos externos praticamente não se alterarem nem de uma organização para outra, nem da primeira para a segunda fase da luta. Assim, ao abordar as condições de opressão da “população”, os maus tratos sofridos pelos “presos políticos” ou “pelos guerrilheiros”, a necessidade de uma reação “por meio da resistência armada”, esse discurso constrói

³ Não devemos nos esquecer que Marighella foi fundador da ALN, e morreu, no mesmo grupo, em 1969, no auge da luta armada. Por sua vez, Lamarca, além de não ter ajudado a fundar a VPR, foi assassinado como militante do MR-8, em 1971, quando a VPR já havia decretado sua desmobilização no Brasil. Essas diferenças certamente contribuem para a maneira como os discursos projetam suas lideranças.

categorias muito restritas para serem universais e muito amplas para serem particulares, dificultando a identificação do público leigo com o movimento revolucionário.

Vale destacar, por fim, que certos discursos da luta armada, como o da Tendência Leninista (ALN), que propõem a formação de uma grande frente antiditadura, reunida em torno de valores generalizantes e universais, como a democracia e a soberania nacional, embora defendam, de modo confuso, a conciliação da luta armada com outras formas de luta, já contêm muitos traços do discurso posteriormente adotado pelo movimento de redemocratização, que reúne diversos movimentos sociais e grupos políticos de esquerda na luta pela democracia.

Esses breves comentários comparativos entre o discurso *da* luta armada e o discurso *sobre* a luta armada fazem parte de uma discussão mais complexa: a integração entre os estudos do discurso e da História. Como foi possível observar, a presente pesquisa debruçou-se, em grande parte, sobre documentos inéditos, encontrados apenas em arquivos. Este trabalho representa, assim, uma forma de divulgação e de sistematização desses documentos. Além disso, a abordagem que fizemos em nossa análise, explorando as questões ideológicas e as principais relações interdiscursivas dos discursos da ALN e da VPR, possibilitou uma maior compreensão do funcionamento da luta armada. Claro está que a análise do discurso e o estudo da História olham para os objetos com perspectivas distintas. Entretanto, não podemos esquecer que o discurso é fruto de uma realidade histórica e que, por sua vez, a História se manifesta principalmente pelo discurso. Assim, em um momento como o que estamos vivendo, em que o discurso acadêmico privilegia o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, precisamos incentivar as reflexões acerca da interface entre o discurso e a História.

O último aspecto que queremos abordar a respeito dos discursos da ALN e da VPR refere-se mais estritamente ao resultado da análise que realizamos. O discurso da luta armada brasileira surge entre 1968 e 1969, em disputa, entre outros, com o discurso do PCB, no intuito de romper com o que os futuros guerrilheiros consideravam situação de imobilismo, provocada, segundo eles, pela política implementada pelo partido comunista. O desejo de ruptura com o modelo de esquerda então existente no Brasil e a busca da construção de uma nova forma de fazer resistência podem ser observados em especial nos

textos de Marighella. Apenas três anos depois do surgimento dos primeiros documentos dos grupos armados, podemos verificar, em textos de 1971, traços que apontam novamente para uma sensação de imobilidade. As derrotas sofridas pelas organizações armadas paralisam os combatentes, que encontram muitas dificuldades em prosseguir com a luta a partir de 1971. Notamos, desse modo, a formação de um ciclo, que começa e termina com a produção de discursos que procuram saídas para se livrar de uma sensação de paralisia, e que revelam um forte desejo de ação.

Como apresentamos na introdução, um dos objetivos desta pesquisa é compreender um pouco mais os fatores e os motivos que levaram aquelas pessoas a optarem pela luta armada. O estudo dos discursos da ALN e da VPR possibilitou a apreensão de algumas características que se somam para a produção dessa resposta. Notamos que o marxismo-leninismo e a ideia da guerra de guerrilhas atuam como importantes destinadores sócio-históricos nesse discurso. Alguns elementos do âmbito passional revelam-se também fundamentais na constituição do discurso guerrilheiro. Os sujeitos do discurso da luta armada possuem um forte desejo de mudar a sociedade e de fazer diferença para o mundo, um desejo de participar da construção de outro sistema, considerado melhor. Tais desejos são alimentados pela crença em poder realizá-los. *Querer e crer poder* mudar são marcas essenciais desse sujeito. Soma-se a isso a confiança no caminho escolhido e a convicção de que este era não apenas o melhor, mas o único caminho a ser seguido.

Será que o fato de o projeto ter fracassado nos permite considerá-lo equivocado, ou invalidá-lo? A experiência da luta armada brasileira ocorreu há mais de quarenta anos e ainda não conseguimos extrair totalmente o seu legado. A utopia daqueles brasileiros que pegaram em armas talvez não correspondesse à utopia das massas, não sendo, assim, suficiente para contagiá-las. No entanto, ela marca um período da história de nosso país. Ela mostra a face mais extrema de uma geração que acreditou e desejou muito *poder-mudar o mundo*. Certamente ainda hoje existem pessoas que querem mudar o mundo, pessoas que, mesmo atuando de outra maneira, admiram a atitude dos guerrilheiros. O desejo de mudança se transforma, mas não morre. Assim, compreender as diferentes formas de manifestação desse desejo é um importante exercício para alimentá-lo. As utopias estão em constante rotação.

FONTES

Arquivo Edgar Leuenroth – Anexos do Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM).

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – coleção particular Daniel Aarão Reis Filho.

Arquivo Público do Estado de São Paulo – DEOPS – documentos políticos da ALN e da VPR apreendidos pelos órgãos de inteligência e segurança.

Bibliothèque Internationale de Documentation Contemporaine (BDIC). Université de Nanterre – Paris X.

Centro de documentação e memória (CDEM). Universidade Estadual Paulista – Archivo Storico Del Movimento Operário Brasileiro (Asmob); Centro de Estudos do movimento Operário Mário Pedrosa (Cemap); Instituto Astrogildo Pereira (IAP).

Lista de documentos analisados

Documentos da ALN (Capítulo 3)

1. Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil. 1967
2. Alocuções sobre a Guerrilha Rural, 1969
3. As perspectivas da revolução brasileira, 1969
4. Características de nossa atual estrutura, 1969
5. Mini-manual do guerrilheiro urbano, 1969
6. O guerrilheiro, nº 1, 1968
7. O papel da ação revolucionária na organização, 1969
8. Operações e táticas guerrilheiras, 1969
9. Sobre a organização dos revolucionários , 1969
10. Sobre problemas e princípios estratégicos, 1969
11. Ao povo, s.d
12. Ao povo brasileiro, s.d
13. Ao povo trabalhador, s.d
14. Carta circular ao bancário brasileiro, 1969
15. Carta circular às mulheres das famílias dos militares, s.d
16. Companheiro, s.d
17. Comunicado, 1969
18. Manifesto da ALN e do MR-8, 1969
19. Nota da ALN e do MR-
20. Balanço dos três anos, 1971
21. Considerações acerca do balanço, 1973
22. Réplica do Coletivo TL – ALN a F de Andrade, 1972
23. Uma autocrítica necessária, s.d
24. sem título (assina João da Silva), 1971
25. sem título (assina Yuri Xavier Pereira), 1971
26. O Guerrilheiro, nº 2, nov/70
27. O Guerrilheiro, nº 5, mai-jun/72
28. O Guerrilheiro, nº 6, agosto/72

- 29. O Guerrilheiro, nº 8, out-nov/72
- 30. O Guerrilheiro, nº 9, jan/73
- 31. O Guerrilheiro, nº10, abril/73
- 32. Venceremos n.1, abril/71
- 33. Venceremos n.2, maio/71
- 34. Venceremos n.3, jun-jul/71
- 35. Venceremos n.4, agosto/71
- 36. Venceremos n.5, set-out-nov/71
- Venceremos n.6, fev/72
- 38 1º de maio: dia de luto e de guerra, 1971
- 39. Ao senhor e sua família, 1971
- 40. Boletim proibido, 1971
- 41. Companheiros estudantes, 1971
- 42. Comunicado, 1971

Documentos da VPR (Capítulo 4)

1. Os caminhos da Vanguarda (capítulos 1 a 6), 1969-1970
2. A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução, 1969
3. Caminhos da guerrilha, 1969
4. Como deve comportar-se um militante na prisão, s.d
5. Coquetel molotov, s.d
6. Estatutos e normas de segurança das Unidades de Combate da VPR, s.d
7. Informe nº 3, 1970
8. Normas de conduta em centros urbanos, s.d
9. Normas de deligamento, 1970
10. À população, s.d
11. À população de Porto Alegre, s.d
12. Ao povo, s.d
13. Ao povo brasileiro, 1970
14. Aos companheiros e funcionários da Cia de Cigarros Santa Cruz, s.d
15. Carta aberta à Embaixada da Suíça, s.d
- Companheiros de luta. Povo da Guanabara, 1970
17. Companheiro de luta. Povo de São Paulo, 1970
18. Comunicado nº 1, s.d
19. Comunicado nº 6, s.d
20. Povo brasileiro, s.d
21. Á esquerda ou Ficar para lutar, 1971
22. Comunicado, 1971
23. Comunicado nº 1 – Novo Comando, 1971
24. Comunicado nº 2 – Medidas Imediatas, 1971
25. Comunicado nº 3 – Aos companheiros no exterior , 1971
26. Informe nº4, 1971
27. O blá-blá-blá enigmático, 1971
28. Reflexões sobre a tática atual, 1971
29. Resposta à companheira Raquel, 1971
30. Vanguarda ou povo? 1971

Bibliografia

- ACHARD, Pierre et *al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.
- ALONSO ALDAMA, Juan. Les negociations et les styles stratégiques. **Dégres** n° 102-103. Bruxelles, 2001
- _____. **Le discours de l’Eta**. Un terrorisme à l’épreuve de la sémiotique. Limoges: Lambert-Lucas, 2005
- _____. Le « nom » au référendum français. Les effets pervers de la menace dans la communication politique. In: MAAREK, P. **Chronique d’un « nom » annoncé**. La communication politique et l’Europe (de juin 2004- mai 2005). Paris: Harmattan, 2007.
- _____. Identité et positionnement politiques: entre la mimeses et la différenciation. In: MAAREK, P. **La communication politique de la présidentielle de 2007**. Paris : Harmattan, 2009.
- AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**. A construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. **L’argumentation dans le discours**. 2 ed. Paris: Armand Colin, 2006.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. **Brasil: Nunca mais**. Perfil dos atingidos. Petrópolis: Vozes, 1988. t. III.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da moeda, 1998.
- ARISTÓTELES; prefácio Michel Meyer. **Retórica das paixões**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l’autre dans le discours. **DRLVA**, 26. Paris: Centre de Recherche de l’Université de Paris, 1982, p.91-151.
- BADOUI, Remi. **Les défis du terrorisme**. Paris: Ellipses, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. **Esthétique et théorie du roman**. Paris: Seuil, 1978.
- _____. **Cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. **Estética da criação verbal**. 4ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Preconceito e separatismo no discurso: um discurso separatista gaúcho. **Organon** 23, 1995.

- _____. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. 2.ed. São Paulo: Humanitas, 2001.
- _____. FIORIN, José Luiz (orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. Em torno de Bakhtin. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____. Uso de termos estrangeiros no português do Brasil: imagens do outro e de sua língua. In: CORTINA, A. e MARCHEZAN, R. **Razões e sensibilidade: a semiótica em foco**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2004, p. 203-220.
- BARTHES, R. A retórica antiga. In: COHEN, J. et al. **Pesquisas de retórica**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BARUFFALDI, Vanda Bartalini. **O enunciatário refletido no espelho**. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2006.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 4.ed. Campinas: Pontes, 1995.
- BERTRAND, D. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: EDUSC, 2003.
- _____. Narratividade e discursividade: pontos de referência e problemáticas. **Significação**. Revista Brasileira de Estudos Semióticos. São Paulo: Annablume, n.19, 2003a, p.9-50.
- _____. DEZÉ, A.; MISSIKA, J.L. **Parler pour gagner**. Sémiotique des discours de la campagne présidentielle de 2007. Paris: Presses de Sciences Po, 2007
- BETTO, Frei. **Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **Ce que parler veut dire**. L'économie des échanges linguistiques. Paris: Fayard, 1982.
- BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. (org.). **Bakhtin: conceitos chave**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Subjetividade, argumentação, polifonia**. A propaganda da Petrobrás. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.
- _____. Da língua ao discurso, do homogêneo ao heterogêneo. In: BRAIT, Beth (org.). **Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas**. Campinas: Pontes, 2001.
- CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difes, 1984.
- CASTELANNI, Gisele-M. **La rhétorique de passions**. Paris: Puf, 2000.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. **A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1972)**. Dissertação. Mestrado em História. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista. Franca, 2000.

CHALIAND, Gérard ; BLIN, Arnaud (orgs.) **Histoire du terrorisme**. Paris: Bayard, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. Une problématisation discursive de l'émotion: à propos des effets de pathémisation à la television. In: PLANTIN, C., DOURY, M., TRAVERSO, V. (orgs.). **Les émotions dans les interactions**. Lyon: Puf, 2000.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CÍCERO, M. T. **De oratore**. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

COURTÈS, Joseph. **Analyse sémiotique du discours: de l'énoncé à l'énonciation**. Paris: Hachette, 1991.

COURTÈS, Joseph. L' énonciation comme acte sémiotique. **Nouveaux Actes Sémiotiques** 58-59. Pulim, Université de Limoges, 1998.

COURTINE, J.J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en Analyse du Discours à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**. Paris: Larousse, v. 62, 1981.

CRUZ JR, Dílson Ferreira da. **O ethos do enunciador dos romances de Machado de Assis: uma abordagem semiótica**. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2006.

D'ARAUJO, Maria Celina; GLAUCIO, Ary Dillon Soares; CASTRO, Celso (orgs.). **Os anos de chumbo**. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DAYOUB, K.M. **A ordem das idéias**. Barueri: Manole, 2004.

DISCINI, Norma. **O estilo nos textos**. São Paulo: Contexto, 2003.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUCROT, Oswald. **Le dire et le dit**. Paris: Minuit, 1984.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pagmática moderna. In: AMOSSY, Ruth. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

EMEDIATO, Wander. As emoções da notícia. In: MACHADO, I. L, MENEZES, W., MENDES, E. (orgs.). **As emoções no discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIORIN, José Luiz. **O regime de 64**: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988.

_____. **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. As abordagens estruturais em semântica. In: MARI, Hugo; DOMINGUES, Ivan e PINTO, Júlio. **Estruturalismo: memória e repercussões**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1996b.

_____. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. O ethos do enunciador. In: CORTINA, Arnaldo e MARCHEZAN, Renata Coelho (orgs.). **Razões e sensibilidade**. Araraquara, v.1, 2004, p. 117-138.

_____. O pathos do enunciatário. **Alfa**. Revista de Lingüística. São Paulo, v.48, n.2, 2004b, p. 69-78.

FONTANILLE, J. **Semótica do discurso**. Trad. Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2008.

GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

GREIMAS, Algirdas Julien. Semântica estrutural. São Paulo: Cultrix, 1973.

_____. Sobre o sentido: ensaios semióticos. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. Du Sens II. Paris: Seuil, 1983.

_____. ; COURTES, Joseph. Dicionário de semiótica. São Paulo: Cultrix, s.d.

_____. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage II. Paris: Hachette, 1986.

_____. ; FONTANILLE, Jacques. **Sémiotique des passions**: des états des choses aux états d'âmes. Paris: Seuil, 1991.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1998.

GUARANY, Reinaldo. **A fuga**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GUEVARA, Ernesto "Che". **Guerra de guerrillas**. Buenos Aires: Quadrata, 2003.

- HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1950.
- HARKOT-DE-LA-TAILLE, E. **Ensaio semiótico sobre a vergonha**. São Paulo: Humanitas, 1999.
- HÉNAULT, Anne. **História concisa da semiótica**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- HILL, A.A. (org.) **Aspectos da lingüística moderna**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**. São Paulo: Educ, 1992.
- _____. **Presenças do outro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. **Passions sans nom**. Paris: Puf, 2004.
- _____. Les interations risquées. **Nouveaux Actes Semiotiques**, nº 101, 102 e 103. Limoges : Pulim, 2005.
- MAINGUENEAU, D. **Approche de l'énonciation en linguistique française**. Paris: Hachette, 1981.
- _____. **Génèses du discours**. Bruxelas: Pierre Mardaga, 1984.
- _____. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. **Análise dos textos de comunicação**. São Paulo: Cortes, 2002.
- _____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**. A construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005, p. 69-92.
- _____. A noção de ethos discursivo. In: MOTTA, Ana Raquel, SALGADO, Luciana. (orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Livramento, 1979.
- MEYER, M. **Histoire de la rhétorique des Grecs à nos jours**. Paris: Livre de Poche, 1999.
- MIRANDA, Oldack, SILVA FILHO, Emiliano José. **Lamarca: o capitão da guerrilha**. São Paulo: Global, 1989.
- MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MOSCA, Lineide do Salvador Lago (org.). **Retóricas de ontem e hoje**. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 1997.

MOTTA, Ana Raquel, SALGADO, Luciana. (orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Nas trilhas da ALN: Memórias romanceadas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PRINCE, Gerald. Introduction à l'étude du narrataire. **Poétique**: revue de théorie et d'analyse littéraires. Paris: Seuil, n.14, 1973, p. 178-196.

POLARI, ALEX. **Em busca do tesouro**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

POSSENTI, Sírio. O que significa 'o sentido depende da enunciação'?. In: BRAIT, Beth (org.). **Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas**. Campinas: Pontes, 2001.

PROPP, W. **Morphologie du conte**. Paris: Gallimard, 1970.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REIS Filho, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. ; SÁ, Jair Ferreira (orgs.). **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIDENTI, Marcelo. A vanguarda armada e as massas na revolução que não ocorreu. In: **Ciências Súcias Hoje 1987: anuário de Antropologia, Política e Sociologia da Anpocs**. São Paulo: Vértice: Anpocs, 1987, p. 170-213.

_____. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

RINN, Michael. Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2008.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge, NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.4.

- SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar**: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SANTOS, M.C.L.dos. (Org.). **Maria Antônia**: uma rua na contramão. São Paulo: Nobel, 1988.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política (1964-1969). In: **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 61-92.
- SILVA, Antonio Ozai da. **História das tendências no Brasil**: origens, cisões e propostas. São Paulo: Proposta, 1987.
- SIRKIS, A. **Os carbonários**: memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Círculo do livro, 1998.
- SKIDIMORE, Thomas E. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. São Paulo: Globo, 1999.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o silêncio**. 2.ed. Brasília: Terra Editorial, 1987.
- VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou**. 11.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- ZILBERBERG, Claude. **Elements de grammaire tensive**. Limoges: Pulim, 2006.
- _____. **Razão e poética do sentido**. São Paulo: Edusp, 2006 a.